



BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
NOVA SÉRIE | 2014 | N.º 7

RΘTEIROS

A Família no Século XXI

Memórias do Outono Ocidental

Reestruturação da Dívida

O Despertar de um Gigante

As Eleições Autárquicas

Os Valores e a Ética

O Desenvolvimento Mineiro

Os Painéis de São Vicente



BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

RΘTEIROS

NOVA SÉRIE | ANO 2014 | N.º 7

BOLETIM DO
INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO
RΘTEIROS
NOVA SÉRIE | ANO 2014 | N.º 7

Conselho editorial

Adriano Moreira
Maria Regina de Mongiardim
José Fontes

Director

António Carlos Rebelo Duarte

Editor

Raúl Alves Fernandes

Propriedade

Instituto D. João de Castro

Redacção e Administração

Rua D. Francisco de Almeida, 49
1400-117 Lisboa
Telefone: 213 032 150
Fax: 213 032 160
e-mail: geral@idjc.pt / site: www.idjc.pt

Execução gráfica

J.M.G. - Artes Gráficas e Publicidade, Lda.
jmgpublicidade@net.sapo.pt

Número de Registo

112874

Depósito Legal

212775/05

Índice

NOTA DA DIRECÇÃO

Balço	5
--------------------	---

ENSAIO

A Família no Século XXI	9
--------------------------------------	---

Adriano Moreira

MEMÓRIA

Adriano Moreira – Memórias do Outono Ocidental. Um século sem bússola	15
--	----

António Sampaio da Nóvoa

DEBATE

Preparar a Reestruturação da Dívida para Crescer Sustentadamente..	19
---	----

ACTUALIDADE

A China na geopolítica da Bacia Ásia-Pacífico ou um gigante a despertar com os braços de fora?	29
---	----

António Rebelo Duarte

Das eleições autárquicas e dos eleitos locais em Portugal – Instituições e Conceitos	95
---	----

José Fontes e Nuno Terenas

Quo vadis Europa – Revisitar a Cultura de Valores e de Ética	113
---	-----

João Abel da Fonseca

Sector Mineiro Português: que Contributo para o Desenvolvimento Económico	127
--	-----

Delfim de Carvalho

Análise anatómica de uma preciosidade na pintura do Século XV	163
--	-----

José Manuel Martins Ferreira Coelho

Balanço

Na prossecução da sua finalidade, consubstanciada na realização de um programa anual de actividades e sessões culturais, edita o Instituto Dom João de Castro o seu Boletim anual, onde se condensam os artigos dos nossos colaboradores e as comunicações dos conferencistas convidados, a quem gostaríamos de reiterar o nosso agradecimento pela sua prestimosa contribuição.

Desta feita, apresentamos a edição de 2013, um ano, mais um, em que o país continuou a ver-se a contas com uma crise económico-financeira, cuja solução não será breve, porque os erros de gestão política e as discutíveis opções estratégicas, que se foram acumulando ao longo de mais de duas décadas, acabaram por abalar as nossas estruturas e instituições de vária ordem, agravando uma situação já de si difícil, como aquela que os desafios da globalização e o alargamento da União Europeia impuseram em termos de competitividade e concorrência económicas, não só no âmbito nacional, porque também europeu.

Talvez por isso valorizemos alguns dos artigos que integram este novo número do Boletim, destacando logo o primeiro trabalho, da autoria de um profundo conhecedor do sector, o Prof. Delfim de Carvalho, emprestando credibilidade à defendida contribuição do sector mineiro português para a tão necessária retoma económica e crescimento do país, numa mensagem comprovada, no decurso do ano, pelos contratos e concessões experimentais, no domínio da prospecção e exploração dos nossos recursos geológicos, fazendo reacender, inclusivé, a questão de o país não possuir uma siderurgia, que já teve e pode ser desejável recuperá-la, especialmente se as expectativas de algumas explorações se confirmarem.

Segue-se-lhe um trabalho muito interessante que resulta de uma fecunda investigação histórica a que já nos habituou o Prof. Ferreira Coelho, que bem sabe combinar esse seu gosto pela história, com os seus vastos conhecimentos e experiência médico-cirúrgica, na análise anatómica da relíquia que constitui a preciosa pintura a óleo sobre madeira de um dos maiores valores da escola portuguesa do século XV.

É gratificante saber que podemos sempre recorrer para a “confeção” dos “Roteiros” ao Senhor Prof. Adriano Moreira, facultando-nos as suas reflexões e trabalhos de natureza sócio-política e estratégica, no quadro nacional e das relações internacionais, cuja análise de conjuntura e prospectiva traça com tanta lucidez e antecipação. Assim acontece com o artigo que nos disponibilizou intitulado “*A Família no século XXI*”. Trata-se de uma reflexão temperada pela experiência de vida e de uma profundidade tal que torna a sua leitura obrigatória, na medida em que nos dilucida sobre a evolução de um mundo “tradicional”, organizado a partir da sedimentação dos conceitos de Estado, soberania, nação e família, para um novo paradigma caracterizado pela incerteza, imprevisibilidade, no meio de rápidas mutações políticas, económicas, sociais e tecnológicas, a afectar conjuntamente a governança, a sociedade e os agregados familiares, com crescente exigência de responsabilidade para o aparelho educativo na integração dos seus elementos jovens, um movimento telúrico de tal grandeza que poderá fermentar o regresso à meditação das bases e valores civilizacionais.

O texto seguinte, está, ainda, relacionado com aquela personalidade ímpar, da autoria do Prof. Sampaio da Nóvoa e que tivemos o privilégio de escutar, em 17 de Dezembro passado, na Academia das Ciências de Lisboa, em sessão de apresentação do último livro do nosso fundador – “*Memórias do Outono ocidental, um século sem bússola*”, e que dispensa recomendação de leitura. Trata-se de uma introdução, muito mais do que à obra, de homenagem a uma vida de exemplaridade e cidadania impoluta, proferida por uma figura académica da maior notoriedade e cativante, no estilo, conteúdo, consistência e convicção discursiva.

A extensão está longe de outorgar mérito ou qualidade aos trabalhos, presentes no texto da autoria do Prof. José Fontes, membro da direcção do Instituto e nosso sócio fundador, e do Mestre Nuno

Terenas, abordando um tema de inegável interesse e oportunidade, que nem sempre aparece contemplado na agenda política e comunicacional do país: “Das eleições autárquicas e dos eleitos locais em Portugal — Instituições e Conceitos”.

“Quo vadis Europa – visitar a Cultura de Valores e de Ética” é o trabalho que se segue, do nosso habitual colaborador, o Dr. João Abel da Fonseca, que mais uma vez nos brinda com um objecto pleno de oportunidade em tempo de profunda crise europeia, como é o caso da relação algo esquecida entre a Política e a Ética e como a falta desta nos comportamentos dos dirigentes e instituições tem alimentado, como defende o autor *“... o clima de descrença, de desconfiança e de desmotivação, ...”*, de desesperança ao fim e ao cabo, *“... associadas estas à realidade de que faltam ao cidadão europeu contemporâneo as ferramentas para voltar a pensar, nomeadamente, às supostas elites.”*.

O número completa-se com um ensaio – *“A China na geopolítica da Bacia Ásia-Pacífico ou um gigante a despertar com os braços de fora”*, onde o autor procura desenvolver uma análise prospectiva da geopolítica de uma região e do seu *pivot*, que começam a atrair o interesse e preocupação estratégicas de outros importantes actores da nova Ordem Internacional em configuração

Os Roteiros despedem-se até daqui a um ano, não sem antes manifestar um sincero agradecimento aos seis principais responsáveis, os autores e os conferencistas, pelo facto de terem permitido prosseguir a missão do Instituto e continuar o Boletim, esperando que os leitores encontrem no seu manuseamento bem mais do que a simples sensação de tempo perdido.

A todos os nossos amigos, colaboradores, associados e convidados, dirigimos um cumprimento com elevada consideração e estima, esperando receber em troca a vossa valiosa colaboração, aliada a uma indulgente apreciação do “Roteiros 2013”, que agora vos introduzimos.

Restelo, 14 de Fevereiro de 2014

A Direcção do IDJC



A Família no Século XXI

*Adriano Moreira**

Quando me pediram para participar nesta iniciativa tão oportuna, desafiada por uma época de complexidades opostas à arte da previsão, sublinharam-me o objetivo de sobretudo me deter sobre a experiência vivida ao longo de uma vida carregada de anos sempre tumultuosos.

É o que despretenciosamente tentarei fazer, portanto sem rigores científicos, e sobretudo sem vozes estatísticas, que nesta entrada do milénio parecem querer valer-se da mesma capacidade do Arcanjo São Gabriel anunciando a vinda do menino.

Com este estado de espírito começarei por notar que este interesse pela família parece ter que ver com o habitual regresso às bases, quando as crises afetam severamente a vida habitual, como hoje acontece.

Julgo útil lembrar que quando Jefferson, na Declaração de Filadélfia, escreveu no bronze da história que “todos os homens tem direito a igual liberdade e à felicidade”, todavia exclui, ou não sentiu por então o dever de incluir, os nativos, os escravos, as mulheres, os trabalhadores, os pequenos contribuintes. Ele próprio era proprietário de escravos, e a luta para acabar com estas exclusões ainda não terminou nos nossos dias, estando o panorama gravemente pontuado de lutas pela igualdade dos géneros e também pelo fim da escravatura.

Fenómenos sociais que subsistem com o globalismo de que todos falamos, incluindo os governos, sem desfazer a dúvida, em que partilho, de saber se todos alcançaram uma compreensão suficiente

* Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa. Presidente do Conselho de Fundadores do Instituto Dom João de Castro.

desse fenómeno novo, ou se apenas tomamos conhecimento de alguns dos seus componentes, acreditando que entrelaçados em rede.

Por isso, a geração ainda com representantes vivos, como a minha, passou de um *mundo habitual*, organizado a partir de conceitos sabidos como Estado, soberania, nação, área cultural, etnia, instituição, indivíduo, e família, para se encontrar num mundo de rápidas mutações políticas, económicas, sociais, com submissão crescente à tecnologia, crescendo a ameaça das *armas militares de destruição maciça* e da *fome*, incluindo a primavera árabe, os países emergentes, tudo com centros inesperados como o FMI, os bancos, o complexo militar industrial, a desfeitearem os governos eleitos, conhecidos, mas incapazes de previsões à distância, e pela maior parte, mais de metade dos existentes, sem capacidade de responderem aos desafios da natureza, terremotos, cheias, tsunamis, pestes, desastres tecnológicos.

A falta de autenticidade, isto é, a distância entre os Tratados, como o de Lisboa, os discursos dos titulares do poder político eleitos segundo os preceitos do perdido mundo habitual, e a realidade que os surpreendeu ou fazem por ignorar, faz constantemente lembrar que os grandes conflitos do passado próximo nasceram a partir de factos com aparência irrelevante, o assassinato de um príncipe na base da guerra de 1914-1918, ou a chegada ao poder de um homem de pequena estatura, cabelos pretos, e voz mal timbrada, mas apaixonado pela superioridade que supunha nos loiros e ruivos do norte, responsável pela guerra de 1939-1945.

É neste ambiente de incerteza quanto ao presente e de improbabilidade de prever todos e cada um dos futuros imaginados, que esta meditação sobre a família parece um regresso às bases, isto é, que foi provavelmente a primeira sociedade da área dos contratos como referiria Locke, mas sem ter realmente a natureza de contrato, como contrapunha Hegel que antecipou em *The origins of the family, Private Property and the State (1884)* que a família monogâmica foi o resultado da submissão de um sexo para outro, com vista à hereditariedade segura, acreditando ser este facto “o primeiro antagonismo de classes na história” e que “os antagonismos entre homem e mulher e casamento monogâmico, a primeira opressão classista, e do sexo, feita pelo homem”.

É de admitir que Jefferson, na sua parcimónia condicionante do igual direito à felicidade, tenha consultado mais os costumes do seu século XVIII do que Hegel, e foi necessário que a guerra afetasse profundamente a *vida habitual*, para que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de Dezembro de 1948, apagasse todas as vírgulas da Declaração de Filadelfia, escrevendo, no n.º 3 do artigo 16.º, que “*a família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção desta e do Estado*”.

Esta ideia do *direito à proteção* é hoje muito implicante com o lamentável pessimismo com que o Estado que sobra dos conceitos passados encara o Estado social, mas não podemos omitir que o *igual direito à felicidade*, ou, para outros, *à igual dignidade*, é que inspirou os *droits prestation*, apoiados pela doutrina social da Igreja e pelo socialismo democrático, mas que a extinção, pelos costumes e pelo direito, da submissão, que Hegel notou, essa, pelo menos, faz progressos, quer nos costumes, quer nas leis.

Existe todavia motivo para ter alguma dúvida sobre, ainda que não apenas esta, sobre o conteúdo do preceito.

A questão é que a Carta da ONU e a Declaração de Direitos foram escritas por *mãos ocidentais*, tendo em vista o conceito dominante da *área cultural* do Império Euromundista em extinção, o que não foi imediatamente compreendido porque não se tivera ainda motivo para ponderar que ganhar as guerras não é sempre ter a vitória.

O que aconteceu é que o simples movimento descolonizador, incluindo o abandono não apenas das colónias mas também das hegemonias impostas, fez com que, pela primeira vez na história da Humanidade, todas as áreas culturais do mundo falassem em liberdade, a partir dos seus paradigmas que o colonialismo ocidentalizador tinha subordinado. O artigo 2.º da Declaração “estabelecia” que todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião pública ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação”.

Por isto, a família protegida, à medida que a Assembleia Geral crescia, era a sacramentada, a contratual, a poligâmica, o troço do

caminho, a união de facto, e, parece que mais se atrasaram em reconhecer os novos factos, a *legítima*, e a *ilegítima*.

Aconteceu um outro efeito, que foi resultante do consequencialismo da movimentação das populações e da abrangência globalizada dos meios de comunicação, não apenas os clássicos meios da escrita, mas os novos meios que a tecnologia constantemente enriquece.

Este facto implicou no longo inquérito sobre o futuro dos valores, em que se distinguiram homens como Jérôme Bindé, Jean Baudrillard, Edgar Morin, Paul Ricoeur, Jacques Derrida, Alain Touraine, Jacques Delors, Hélène Béji, às voltas com a hibridização dos valores, com a complexidade desses valores no nosso tempo, com a relação entre a múltipla herança e a possibilidade de um paradigma mundial com o qual se inquieta Hans Kung (*Proyecto de una ética mundial*, 2000).

Julgo suficientes estas notas para fazer alguma aplicação à questão na família da sociedade portuguesa nesta entrada tumultuosa no terceiro milénio.

Em primeiro lugar talvez não seja muito contestável que o *modelo dominante* da família, no que respeita à maneira portuguesa de estar no mundo, onde estive em contacto com todas as formas de família das áreas culturais que agora falam em liberdade na ONU, foi de origem católica. Num livro que teve larga circulação (5.^a edição, 2011), inscrito no pensamento do Concílio Vaticano II, José Tolentino Mendonça, ocupando-se do tema “Pai-Nosso que estais na Terra”, escreve o seguinte: “A gramática de viver, na sua singularidade, solicita-nos uma qualquer forma de incorporação da mãe e do pai. A figura deles não só está diante dos nossos olhos, mas ganha existência interna. Esta gestação permite que a criança se estruture interiormente e avance nessa que será a arte de uma vida, a Confiança... Muitos de nós estamos submetidos à sua recordação, reclusos no jardim de seu pai, no quarto de sua mãe, prosseguindo até ao ocaso da vida as suplicas a um ausente... Há pessoas que se julgam já a viver numa independência do pai interior, e afinal não”. Deste livro disse o ilustre José Mattoso: “Há milhares de comentários ao Pai-Nosso, a única oração que Jesus nos ensinou. Não conheço nenhuma ao nosso Pai que está na terra. É por aí que José Tolentino Mendonça faz o seu comentário com os crentes e não-crentes do nosso tempo”.

É evidente que partir do convencimento de que o paradigma da família – hoje sempre tendo presente a igual posição de mãe e pai – é o de origem católica, não significa nem que os portugueses observaram sempre o paradigma nos lugares onde exerceram a colonização e a evangelização, nem que tal paradigma foi livre de desvios importantes na pátria de origem.

Quanto ao primeiro ponto, não teria sido possível a Gilberto Freyre escrever *A Casa Grande e Senzala* ou *O Mundo que o português criou*, nem ficaria testemunhado o espanto de visitantes do Brasil colônia, quando viam o senhor da Casa Grande dirigir-se à Missa, acompanhado de mulher legítima e dos filhos dela havidos, e ainda, do outro lado, dos filhos que ia somando pela sanzala. Acontece porém que o *filho ilegítimo* foi uma espécie de sacramento laico para o pai, e verificámos que, na guerra colonial que terminou em 1974, as estatísticas não inscreveram filhos mestiços abandonados.

Também não pode esquecer-se nunca os chamados *zorros*, isto é, filhos ilegítimos, da gente que pelo norte dava pelo nome de *fidalgos* em cada aldeia, nem da circunstância da exibida *Barra da Bastardia* não ofuscar a fidalguia das grandes famílias: assim nasceu a Casa de Aviz, e de igual modo nasceu a Casa de Bragança.

Mas não esquecendo isto, devemos lembrar que foram as *viúvas de homens vivos* que durante os séculos da expansão marítima asseguraram aqui a *educação dos filhos*, a *gestão da fazenda* da família, esperando pelo regresso, em regra frustrado, do pai lembrado. Uma situação que se repetiu depois do fim do *segundo império*, com a independência do Brasil, com a emigração que durante um século, com o envio das reservas para as famílias que aqui ficavam entregues às *viúvas de homens vivos*, asseguravam o equilíbrio da balança externa portuguesa de pagamentos.

A manutenção e fortalecimento da identidade portuguesa, sem medo de existir, e sempre enfrentando a adversidade frequente com esperança e coragem, deve grande parte da sua definição a essas mulheres viúvas de homens vivos que se devotavam aos filhos a quem lembravam o pai ausente.

A evolução social e política, com a eficácia sabida da globalização, alterou a forma de relação dos pais com os filhos, encurtando os

tempos de convívio porque ambos trabalham, ao mesmo tempo que a extinção do *serviço militar obrigatório*, por novas causas, eliminou outro instrumento de integração, e a Igreja Católica, tão importante que foi nas aldeias hoje desertificadas, tem perdido na Europa a intervenção a que o Papa Francisco pretende voltar franciscaneamente.

Um dos resultados inquietantes é que o *aparelho educativo* fica praticamente só a enfrentar esse problema da integração dos jovens, da defesa da identidade, e da solidariedade. Acontecendo que a respeito desta solidariedade, o preceito evangélico manda que os *filhos respeitem e apoiem os pais*, e não precisa de dizer, e por isso não manda, que os pais respeitem e apoiem os filhos porque este dever resulta da natureza. A crise brutal que enfrentamos também anda a desafiar a devoção possível dos filhos, e os abrigos, por vezes a situação de sem abrigo, atinge os que vivem mais longamente do que as exigências materiais aconselham, mas ainda não impedem que os pais velhos, quando mesmo limitadamente podem, acudam aos filhos que a crise brutal atinge nesta geração com pouca esperança no futuro. Há motivos angustiantes para que este regresso à meditação das bases, à importância da família, venha ao pensamento dos responsáveis. Porque as leis apenas asseguram a justiça quando um paradigma de valores mal precisa de um tribunal para ser obedecido.

Adriano Moreira

Memórias do Outono Ocidental

Um século sem bússola

*António Sampaio da Nóvoa**

Confesso a minha dificuldade em apresentar este livro do Prof. Adriano Moreira. É uma responsabilidade imensa, que vem também da minha admiração por uma personalidade excepcional, pela juventude do seu pensamento, pela capacidade de indignação, pela força lúcida das propostas que nos faz.

Começo como o livro termina, afirmando que a única coisa que se pode fazer com o tempo é não o perder. O Prof. Adriano Moreira não perde tempo, não perde o seu tempo, e traz-me ao pensamento que existe somente uma idade para a gente se encontrar com a vida, “chama-se *presente* e tem a duração do instante que passa”.

E, neste instante que passa, parece que perdemos a bússola, o rumo das nossas vidas, que andamos desorientados. É o que nos explica o Prof. Adriano Moreira, que logo acrescenta: “é o Estado Social que está em julgamento, e com ele a escala de valores ocidental, a bússola perdida” (pág. 8).

Este livro é escrito a partir das pessoas, das convicções, dos princípios, da defesa dos mais frágeis. E se não for para defender os mais frágeis, então para que é que serve o Estado? Qual é o seu sentido? E se não for para proteger e para promover a cultura, então para que é que serve o Estado?

* Professor Catedrático da Universidade de Lisboa. Ex-Reitor da Universidade de Lisboa.

Tudo me atrai neste livro, feito de pedaços e de repetições, como o autor explica logo na entrada. Esta opção permite tratar o mesmo problema a partir de diferentes ângulos e situações, revelando a profundidade de um pensamento que é iluminado de muitas e distintas maneiras.

O Prof. Adriano Moreira dá-nos uma extraordinária lição de coerência. Com ele percebemos, como disse Camus, que as grandes ideias vêm ao mundo mansamente, como pombas. Se ouvirmos com atenção, escutaremos, no meio do ruído e do tumulto, um discreto bater de asas, o suave acordar da vida e da esperança.

Na dureza das suas críticas e denúncias, este livro é um gesto de esperança e de humanidade, contra a corrosão dos dias que passam, a falta de sentido (*de bússola*), as exclusões que atacam o coração das democracias; é uma tomada de posição em defesa da dignidade, de todos, porque o Prof. Adriano Moreira sabe que a dignidade de alguns, e apenas de alguns, não é dignidade, é indecência e segregação.

Para esta apresentação, que se quer breve, escolhi três temas, que vou declinar a partir do Mundo, da Europa e de Portugal.

- Sobre o Mundo, quero falar-vos deste globalismo à deriva, deste “capitalismo de desastre”, que perdeu a cabeça, levando à crise do *Estado Social*, o mesmo é dizer ao recuo dos direitos humanos (pág. 364).

O Prof. Adriano Moreira explica a desorientação dos órgãos internacionais, como a ONU, que agem sem qualquer “conceito estratégico de coordenação” (pág. 358), e que abriram as portas ao “neoliberalismo repressivo que se empenhou no que foi chamado *economia de casino*, na supremacia do engenho financeiro sobre a economia, na erosão da confiança entre governos e sociedade civil” (pág. 367).

Daqui parte o autor para uma crítica à *política furtiva*, “que levou as pessoas a conhecer o efeito das decisões pelos efeitos, mas sem terem participado no processo” (pág. 89). E nada corrompe mais a democracia do que esta incapacidade de participar, de *estar presente* nas decisões sobre as nossas vidas.

- Sobre a Europa, o Prof. Adriano Moreira recorda-nos as palavras célebres de Victor Hugo: “Falta à Europa uma nacionalidade

européia”. Mas cita-o para marcar a ausência de “um conceito estratégico de futuro que seja inteligível pelos cidadãos” (pág. 191). E para denunciar tendências que apenas têm conseguido “tornar dominante, em todo o espaço ocidental, o *credo do mercado*, a troca do *valor das coisas* pelo *preço das coisas*” (pág. 16).

São estes os motivos que nos têm conduzido a um “crescente desamor pela Europa” e, no caso português, “com um sofrimento cívico sem precedentes” (pág. 108). Na sua opinião, só há um remédio: “salvaguardar a unidade da Europa, sem os erros do passado, e a partilha com autenticidade de um conceito estratégico europeu comum” (pág. 352).

- Finalmente, Portugal. O Prof. Adriano Moreira refere-se, várias vezes, à fronteira da pobreza que, antes, estava no Sul do Saara e, hoje, já ultrapassou o Mediterrâneo, atingindo Portugal (pág. 352).

Deixo-vos com palavras luminosas quando se refere à janela da CPLP, da nossa língua e cultura: “Na crise que a Europa atravessa, no facto de a pobreza ter passado para o Norte do Mediterrâneo, na circunstância de estarmos reduzidos a um protectorado, esta janela para a recuperação da liberdade e da honra não pode ser descuidada por quem tem o valor da nacionalidade livre e soberana como imprescindível” (pág. 56).

O Prof. Adriano Moreira não poupa nas palavras para repetir, uma e outra vez, que *a fome não é um dever constitucional* (pág. 129), para denunciar “os sinais do neoriquismo que veio a definir o comportamento, e até a ideologia, dos gestores civis e dos gestores públicos” (pág. 9). O seu livro devolve-nos a bússola que estes “gestores” nos retiraram.

O MUNDO, A EUROPA, PORTUGAL

A voz do Prof. Adriano Moreira tem a força da serenidade, de uma serenidade que vem do fundo do sentimento e de uma permanente preocupação com as pessoas.

Hoje, a divisão maior que nos atinge é entre aqueles que pensam a partir do económico, e daí deduzem as suas políticas, e todos aqueles que, vindos de diferentes origens, pensam a partir das pessoas, do social e do bem comum. Dito de outro modo, entre aqueles que ficaram

fechados no passado, na “teologia do mercado”, e todos aqueles que sabem que só há futuro se respeitarmos o eixo da roda que são as pessoas e os valores (pág. 68).

É esta a fronteira do futuro. E nesta fronteira encontramos a palavra do Prof. Adriano Moreira, uma palavra que procura reconciliar-nos com o mundo.

Neste livro, denuncia-se a cegueira dos tecnocratas e dos mercados e apela-se à “vigilância activa do humanismo” (pág. 378). Para nos elucidar, o Prof. Adriano Moreira consultou as memórias e o presente, e diz-nos que há muitos futuros possíveis, mas que apenas um será cumprido. Tudo depende da nossa voz, da nossa palavra, da nossa presença. Não há futuro *sem* passado. Mas também não há futuro apenas *no* passado.

“Cada um é as suas acções, e não é mais, nem menos”, diz-nos o Padre António Vieira, repete-nos o Prof. Adriano Moreira. Este é o seu mundo. Este é o nosso mundo, o nosso lugar: “Sempre lembrarei que não se escolhe o país em que se nasce, mas que decidir ficar é um acto voluntário e de amor. Uma decisão que não se toma a benefício de inventário do passado, toma-se, com esperança, a benefício do futuro da maneira portuguesa de estar no mundo” (pág. 141).

É justamente por isso que nos recorda Mandela: “Um santo é um pecador que luta até ao fim” (pág. 41). Este sentido de luta, de procura, está presente ao longo de todo o livro.

Darcy Ribeiro, seu amigo, o primeiro reitor da Universidade de Brasília, escreveu que “podemos não ter nenhuma verdade a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente”. É uma bela referência, que serve bem a estas *Memórias do Outono Ocidental*: a verdade está na busca da verdade, no esforço para a encontrar.

“Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos – diz-nos João Cabral de Melo Neto. A melhor coisa que lhe podemos dizer, Professor, é que não está sozinho nesta manhã que tem procurado tecer com as suas palavras, com os seus gestos, com as suas ideias, com a força que lhe vem da certeza de que só há uma vida digna de ser vivida, a vida que é posta ao serviço da liberdade e da dignidade dos outros.

Preparar a Reestruturação da Dívida

Para Crescer Sustentadamente

Nenhuma estratégia de combate à crise poderá ter êxito se não conciliar a resposta à questão da dívida com a efectivação de um robusto processo de crescimento económico e de emprego num quadro de coesão e efectiva solidariedade nacional. Todos estes aspectos têm de estar presentes e actuates em estreita sinergia. A reestruturação da dívida é condição *sine qua non* para o alcance desses objectivos.

O que reúne aqui e agora os signatários, que têm posições diversas sobre as estratégias que devem ser seguidas para responder à crise económica e social mas que partilham a mesma preocupação quanto ao peso da dívida e à gravidade dos constrangimentos impostos à economia portuguesa, é tão somente uma tomada de posição sobre uma questão prévia, a da identificação das condições a que deve obedecer um processo eficaz de reestruturação.

O que a seguir se propõe tem sempre em atenção a necessidade de prosseguir as melhores práticas de rigorosa gestão orçamental no respeito das normas constitucionais bem como a discussão de formas de reestruturação honrada e responsável da dívida no âmbito de funcionamento da União Económica e Monetária, nos termos adiante desenvolvidos.

A ACTUAL DÍVIDA É INSUSTENTÁVEL NA AUSÊNCIA DE ROBUSTO E SUSTENTADO CRESCIMENTO

A crise internacional iniciada em 2008 levou, entre outros factores, ao crescimento sem precedentes da dívida pública. No biénio anterior,

o peso da dívida em relação ao PIB subiu 0.7 pontos percentuais, mas elevou-se em 15 pontos percentuais no primeiro biénio da crise. No final de 2013 a dívida pública líquida era de cerca de 120% do PIB. O endividamento externo público e privado ascendeu a 225% do PIB e o endividamento consolidado do sector empresarial a mais de 155% do PIB. A resolução da questão da dívida pública não só se impõe pelas suas finalidades directas como pela ajuda que pode dar à criação de condições favoráveis à resolução dos problemas específicos, igualmente graves, do endividamento externo e do sector empresarial.

A dívida pública tornar-se-á insustentável na ausência de crescimento duradouro significativo: seriam necessários saldos orçamentais primários verdadeiramente excepcionais, insusceptíveis de imposição prolongada.

A nossa competitividade tem uma base qualitativa demasiado frágil para enfrentar no futuro a intensificação da concorrência global. É preciso uma profunda viragem, rumo a especializações competitivas geradas pela qualidade, pela inovação, pela alta produtividade dos factores de produção envolvidos e pela sagaz capacidade de penetração comercial em cadeias internacionais ou nichos de mercado garantidos de elevado valor acrescentado.

Trata-se certamente de um caminho difícil e de resultados diferidos no tempo. A sua materialização exige continuidade de acção, coerência de estratégias públicas e privadas, mobilização sem descontinuidades de elevado volume de recursos, bem como de cooperação nos mais diversos campos de actividade económica, social e política. Será tanto mais possível assegurar a sustentabilidade da dívida, quanto mais vigoroso for o nosso empenho colectivo no aproveitamento das oportunidades abertas pela reestruturação no sentido de promover esse novo padrão de crescimento.

É IMPRESCINDÍVEL REESTRUTURAR A DÍVIDA PARA CRESCER, MANTENDO O RESPEITO PELAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

Deixemo-nos de inconsequentes optimismos: sem a reestruturação da dívida pública não será possível libertar e canalizar recursos minimamente suficientes a favor do crescimento, nem sequer fazê-lo beneficiar da concertação de propósitos imprescindível para o seu

êxito. Esta questão é vital tanto para o sector público como para o privado, se se quiser que um e outro cumpram a sua missão na esfera em que cada um deles é insubstituível.

Sem reestruturação da dívida, o Estado continuará enredado e tolhido na vã tentativa de resolver os problemas do défice orçamental e da dívida pública pela única via da austeridade. Deste modo, em vez de os ver resolvidos, assistiremos muito provavelmente ao seu agravamento em paralelo com a acentuada degradação dos serviços e prestações provisionados pelo sector público. Subsistirá o desemprego a níveis inaceitáveis, agravar-se-á a precariedade do trabalho, desvitalizar-se-á o país em consequência da emigração de jovens qualificados, crescerão os elevados custos humanos da crise, multiplicar-se-ão as desigualdades, de tudo resultando considerável reforço dos riscos de instabilidade política e de conflitualidade social, com os inerentes custos para todos os portugueses.

Por outro lado, a economia sofrerá simultaneamente constrangimentos acrescidos, impeditivos em múltiplas dimensões do desejável crescimento do investimento, da capacidade produtiva e da produtividade, nomeadamente pela queda da procura e desestruturação do mercado, diminuição da capacidade de autofinanciamento, degradação das condições de acesso, senão mesmo rarefacção do crédito da banca nacional e internacional, crescente liquidação de possibilidades competitivas por défice de investimento e inovação. Por maioria de razões, o ganho sustentado de posições de referência na exportação ficará em risco e inúmeras empresas ver-se-ão compelidas a reduzir efectivos.

Há que encontrar outros caminhos que nos permitam progredir. Esses caminhos passam pela desejável reestruturação responsável da dívida através de processos inseridos no quadro institucional europeu de conjugação entre solidariedade e responsabilidade.

Há alternativa.

A REESTRUTURAÇÃO DEVE OCORRER NO ESPAÇO INSTITUCIONAL EUROPEU

No futuro próximo, os processos de reestruturação das dívidas de Portugal e de outros países – Portugal não é caso único – deverão ocorrer no espaço institucional europeu, embora provavelmente

a contragosto, designadamente, dos responsáveis alemães. Mas reacções a contragosto dos responsáveis alemães não se traduzem necessariamente em posições de veto irreversível. Veja-se o que vem sucedendo com a Grécia, caso irrepetível, de natureza muito diferente e muito mais grave, mas que ajuda a compreender a lógica comportamental dos líderes europeus. Para o que apontam é para intervenções que pecam por serem demasiado tardias e excessivamente curtas ou desequilibradas. Se este tipo de intervenções se mantiver, a União Europeia correrá sérios riscos.

Portugal, por mais que cumpra as boas práticas de rigor orçamental de acordo com as normas constitucionais – e deve fazê-lo sem hesitação, sublinhe-se bem – não conseguirá superar por si só a falta dos instrumentos que lhe estão interditos por força da perda de soberania monetária e cambial. Um país aderente ao euro não pode ganhar competitividade através da política cambial, não lhe é possível beneficiar directamente da inflação para reduzir o peso real da sua dívida, não pode recorrer à política monetária para contrariar a contracção induzida pelo ajustamento, não tem Banco Central próprio que possa agir como emprestador de último recurso. Mas se o euro, por um lado, cerceia a possibilidade de uma solução no âmbito nacional, por outro convoca poderosamente a cooperação entre todos os Estados-membros aderentes. A razão é simples e incontornável: o eventual incumprimento por parte de um país do euro, em última instância, acarretaria custos difíceis de calcular mas provavelmente elevados, incidindo sobre outros países e sobre o próprio euro. Prevenir as consequências nefastas desta eventualidade é, de facto, um objectivo de interesse comum que não pode ser ignorado.

Após a entrada em funções da nova Comissão Europeia, deverá estar na agenda europeia o início de negociações de um acordo de amortização da dívida pública excessiva, no âmbito do funcionamento das instituições europeias. Na realidade, esse processo já foi lançado e em breve iniciará o seu caminho no contexto do diálogo inter-institucional europeu, entre Comissão, Conselho e Parlamento. É essencial que desse diálogo resultem condições fundamentais para defender sem falhas a democracia nos Estados-membros afectados, como valor fundacional da própria União.

TRÊS CONDIÇÕES A QUE A REESTRUTURAÇÃO DEVE OBEDECER

A Comissão Europeia mandou um Grupo de Peritos para apresentar, designadamente, propostas de criação de um fundo europeu de amortização da dívida. O seu relatório será publicado antes das eleições para o novo Parlamento Europeu. Essas propostas juntar-se-ão a várias outras formuladas nos últimos quatro anos. Recorde-se que a presente tomada de posição visa apenas a questão prévia da identificação das condições a que deve obedecer um processo eficaz de reestruturação. Serve-nos de guia o exposto sobre a dívida portuguesa, mas pensamos que as condições abaixo sugeridas defendem também os melhores interesses comuns dos países do euro.

Tendo presente que a capacidade para trazer a dívida ao valor de referencia de 60% do PIB depende fundamentalmente de três variáveis (saldo orçamental primário, taxa de juro implícita do stock de dívida e taxa nominal de crescimento da economia), identificamos três condições a que deve obedecer a reestruturação da dívida.

1) *Abaixamento da taxa média de juro*

A primeira condição é o abaixamento significativo da taxa média de juro do stock de dívida, de modo a aliviar a pesada punção dos recursos financeiros nacionais exercida pelos encargos com a dívida, bem como ultrapassar o risco de baixas taxas de crescimento, difíceis de evitar nos próximos anos face aos resultados diferidos das mudanças estruturais necessárias. O actual pano de fundo é elucidativo: os juros da dívida pública directa absorvem 4.5% do PIB. Atente-se ainda no facto de mais de metade da subida da dívida pública nos últimos anos ter sido devida ao efeito dos juros.

2) *Alongamento dos prazos da dívida*

A segunda condição é o alongamento da dívida para 40 ou mais anos. A nossa dívida tem picos violentos. De agora até 2017 o reembolso da dívida de médio e longo prazo atingirá 53.5 mil milhões de euros. Alongamentos da mesma ordem de grandeza

relativa têm respeitáveis antecedentes históricos, um dos quais ocorreu em benefício da própria Alemanha. Pelo Acordo de Londres sobre a Dívida Externa Alemã, de 27 de Fevereiro de 1953, a dívida externa alemã anterior à II Guerra Mundial foi perdoadada em 46% e a posterior à II Guerra em 51,2%. Do remanescente, 17% ficaram a juro zero e 38% a juro de 2.5% Os juros devidos desde 1934 foram igualmente perdoados. Foi também acordado um período de carência de 5 anos e limitadas as responsabilidades anuais futuras ao máximo de 5% das exportações no mesmo ano. O último pagamento só foi feito depois da reunificação alemã, cerca de 5 décadas depois do Acordo. O princípio expresso do Acordo de Londres era assegurar a prosperidade futura do povo alemão, em nome do interesse comum. Reputados historiadores económicos alemães são claros em considerar que este excepcional arranjo é a verdadeira origem do milagre económico da Alemanha. O Reino Unido, que alongou por décadas e décadas o pagamento de dívidas suas, oferece outro exemplo. Mesmo na zona euro, já se estudam prazos de 50 anos para a Grécia. Portugal não espera os perdões de dívida e a extraordinária cornucópia de benesses concedida à Alemanha mas os actuais líderes europeus devem ter presente a sua razão de ser: o interesse comum. No actual contexto, Portugal pode e deve, por interesse próprio, responsabilizar-se pela sua dívida, nos termos propostos, visando sempre assegurar o crescimento económico e a defesa do bem-estar vital da sua população, em condições que são também do interesse comum a todos os membros do euro.

3) Reestruturar, pelo menos, a dívida acima de 60% do PIB

Há que estabelecer qual a parte da dívida abrangida pelo processo especial de reestruturação no âmbito institucional europeu. O critério de Maastricht fixa o limite da dívida em 60% do PIB. É diversa a composição e volume das dívidas nacionais. Como é natural, as soluções a acordar devem reflectir essa diversidade. A reestruturação deve ter na base a dívida ao sector oficial, se necessário, complementada por outras responsabilidades de tal modo que a reestruturação incida, em regra, sobre dívida acima de 60% do

PIB. Nestes termos, mesmo a própria Alemanha poderia beneficiar deste novo mecanismo institucional, tal como vários outros países da Europa do Norte.

Os mecanismos da reestruturação devem instituir processos necessários à recuperação das economias afectadas pela austeridade e a recessão, tendo em atenção a sua capacidade de pagamento em harmonia com o favorecimento do crescimento económico e do emprego num contexto de coesão nacional. Se forem observadas as três condições acima enunciadas, então será possível uma solução no quadro da União e da zona euro com um aproveitamento máximo do quadro jurídico e institucional existente.

A celeridade da aprovação e entrada em funcionamento do regime de reestruturação é vital. A única maneira de acelerar essa negociação é colocá-la desde o início no terreno firme do aproveitamento máximo da cooperação entre Estados-membros de modo a acolher o alongamento do prazo de reestruturação, a necessária redução de juros e a gestão financeira da reestruturação, tendo em atenção as finalidades visadas pelos mecanismos de reestruturação. Cada país integraria em conta exclusivamente sua dívida a transferir e pagaria as suas responsabilidades, por exemplo, mediante a transferência de anuidades de montantes e condições pré-determinadas adequadas à capacidade de pagamento do devedor. As condições do acordo a estabelecer garantiriam a sua estabilidade, tendo em conta as responsabilidades assumidas por cada Estado-membro. Deste modo, a uma sã e rigorosa gestão orçamental no respeito das normas constitucionais acresceria o contributo da cooperação europeia assim orientada. As condições relativas a taxas de juro, prazos e montantes abrangidos devem ser moduladas conjugadamente a fim de obter a redução significativa do impacto dos encargos com a dívida no défice da balança de rendimentos do país e a sustentabilidade da dívida pública, bem como a criação de condições decisivas favoráveis à resolução dos constrangimentos impostos pelo endividamento do sector empresarial público e privado e pelo pesado endividamento externo.

O processo de reestruturação das dívidas públicas já foi lançado pela Comissão Europeia. Fomos claros quanto a condições a que deve obedecer esse processo. A sua defesa desde o início é essencial. O nosso alheamento pode vir a ser fatal para o interesse nacional.

A reestruturação adequada da dívida abrirá uma oportunidade ímpar, geradora de responsabilidade colectiva, respeitadora da dignidade dos portugueses e mobilizadora dos seus melhores esforços a favor da recuperação da economia e do emprego e do desenvolvimento com democracia e responsabilidade social.

Por quanto ficou dito, os signatários reiteram a sua convicção de que a estratégia de saída sustentada da crise exige a estreita harmonização das nossas responsabilidades em dívida com um crescimento duradouro no quadro de reforçada coesão e solidariedade nacional e europeia.

Estes são os termos em que os signatários apelam ao debate e à preparação, em prazo útil, das melhores soluções para a reestruturação da dívida.



LISTA DE SUBSCRITORES DO MANIFESTO

em 9 de Março

Adriano Moreira	José Maria Brandão de Brito
Adalberto Campos Fernandes	José Maria Castro Caldas
Adriano Pimpão	José Reis
Alberto Ramalheira	José Silva Lopes
Alberto Regueira	José Vera Jardim
Alexandre Quintanilha	José Tribolet
Alfredo Bruto da Costa	Júlio Mota
António Bagão Félix	Luís Braga da Cruz
António Capucho	Luíz Nazaré
António Carlos Santos	Luís Veiga da Cunha
António Sampaio da Nóvoa	Manuela Arcanjo
António Saraiva	Manuela Ferreira Leite
Armando Sevinate Pinto	Manuela Morgado
Artur Castro Neves	Manuela Silva
Boaventura Sousa Santos	Manuel de Lemos
Constantino Sakellarides	Manuel Macaísta Malheiros
Diogo Freitas do Amaral	Manuel Porto
Eduardo Cabrita	Manuel Carvalho da Silva
Eduardo Ferro Rodrigues	Maria Teresa Beleza
Eduardo Paz Ferreira	Mariana Mortágua
Emanuel Santos	Miguel Anacoreta Correia
Esmeralda Dourado	Paulo Trigo Pereira
Fausto Quadros	Pedro Adão e Silva
Fernanda Rolo	Pedro Bacelar de Vasconcelos
Fernando Gomes da Silva	Pedro Delgado Alves
Fernando Rosas	Pedro Lains
Francisco Louçã	Pedro Marques Lopes
Henrique Neto	Ricardo Bayão Horta
João Cravinho	Ricardo Cabral
João Galamba	Ricardo Paes Mamede
João Vieira Lopes	Rui Marques
Joaquim Gomes Canotilho	Viriato Soromenho-Marques
Jorge Malheiros	Vitor Martins
Jorge Novais	Vitor Ramalho



A China na geopolítica da Bacia Ásia-Pacífico *ou um gigante a despertar com os braços de fora?**

*António Rebelo Duarte***

RESUMO

Este trabalho procura explorar a temática relativa à crescente importância da região asiática e, particularmente, da China, no xadrez mundial. Sob o principal foco da análise estará a emergência de Pequim enquanto poder económico e actor geopolítico no quadro regional, no contexto geográfico da bacia do Pacífico e península industânica, e, a nível global, na perspectiva da reconfiguração de uma nova ordem internacional, sucessora do longo período de hegemonia ocidental, duradouramente europeia e, crescentemente, americana, desde o fim da II GM até ao sucesso da “nação indispensável” e do seu modelo demoliberal no desenlace da guerra fria.

ABSTRACT

This paper outlines the historical and geographical background of the main Asiatic nations and tries to describe the current situation in the region, analyzing the emergence of China as economic power and growing geopolitical player in that context and global ambition framework from the Pacific and Indian basin, including the Industanic sub-region, aiming the identification of the main trends that may be in the roots of a new world order, born after a

* Conferência proferida no Instituto D. João de Castro, em 19 de Dezembro de 2013.

** Vice-Almirante (Ref). Presidente da Direcção do Instituto Dom João de Castro.

long period of west hegemony, strengthened by the USA since the break between world wars and, specially, with the outcome of the cold war, the fail of the Soviet Union regime and the German reunification.

PALAVRAS-CHAVE

Geopolítica, Geoestratégia, Geoeconomia, Globalização, Ásia, Pacífico, Península Indústânica, China, Confucionismo, Estado-civilização, Estado-nacional, Nova Ordem Internacional, Sistema Internacional, Japão, Coreias, Índia, EUA, Europa, M-O, África, América Latina, Revolução Cultural, “Gang dos 4”.

KEYWORDS

Geopolitics, Geostrategic, Geo-economics, Globalization, Asia, Pacific Ocean, Industanic Peninsula, China, Confucionism, Civilization-State, Nation-State, New World Order, International System, Japan, Koreas, India, USA, Europe, Middle East, Latin America, Cultural Revolution, “4 Gang”.

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

- ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas
- ALADI – Associação Latino-Americana de Integração
- APEC – Cooperação Económica da Ásia-Pacífico
- ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático
- AI – Amnistia Internacional
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CAN – Comunidade Andina
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CELAC – *Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos*
- CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da África Central
- COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral
- E-M's – Estados-Membros (UE)
- EPL – Exército Popular de Libertação
- EUA – Estados Unidos da América
- GM – Guerra Mundial
- I&D – Investigação e Desenvolvimento
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- IM – Irmandade Muçulmana
- LA – Liga Árabe
- MERCOSUL – Mercado Comum da América do Sul

- M-O – Médio-Oriente
 - OEA – Organização dos Estados Americanos
 - OI – Ordem Internacional
 - OMC – Organização Mundial do Comércio
 - PCC – Partido Comunista Chinês
 - PTP – Parceria Trans-Pacífico
 - RPC – República Popular da China
 - RU – Reino Unido
 - SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
 - SI – Sistema Internacional
 - UA – União Africana
 - UEMOA – *União Económica e Monetária do Oeste Africano*
 - UNASUR – Comunidade Sul-Americana de Nações
 - UE – União Europeia
 - URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
 - ZEE – Zona Económica Especial
 - ZIDA – Zona de Identificação de Defesa Aérea
-

I – Introdução

II – Caracterização Geográfica

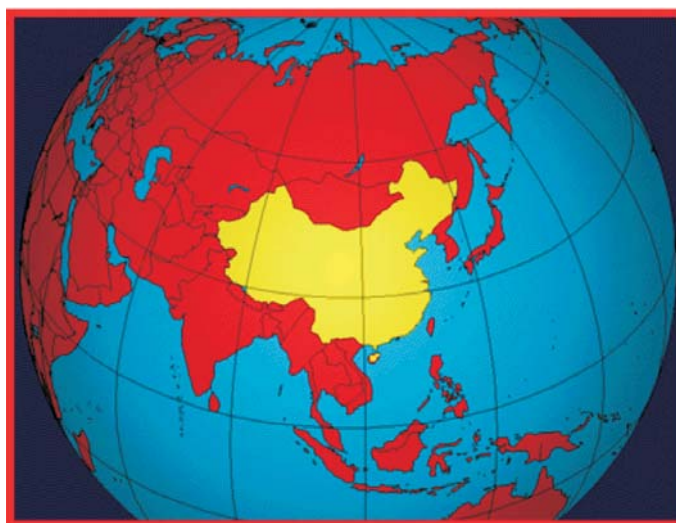
III – Bosquejo Histórico

IV – Quadro de Geo-referenciação

V – Perigos e Tensões no actual cenário

VI – Especulação Prospectiva

VII – Notas (In)Conclusivas





I – INTRODUÇÃO

Como o título sugere, é intenção deste texto convidar o leitor para uma visita guiada, necessariamente breve, a uma região cuja temática fará parte, certamente, da agenda internacional das próximas décadas, por força de uma China no “olho do furacão”, como um emergente “*pivot* geopolítico” na região da Ásia-Pacífico, estendida nesta análise à península indostânica, precisamente para abarcar um dos seus possíveis concorrentes, a Índia.

Trata-se de uma emergência cuja celeridade vem surpreendendo os analistas, mas também porque sucessora, em certa medida, da prolongada hegemonia ocidental, agora em alegada queda derivada da fadiga revelada nos últimos anos pelos EUA e, especialmente, pela Europa, a legitimar as maiores dúvidas quanto à capacidade de preservação do predomínio de base secular num novo ciclo em perspectiva, cuja manutenção alguns ainda acreditam ao alcance, quer da “*nação indispensável*”, na conhecida expressão da Madeleine Albright, quer da “*alma-mater civilizacional*”, atributo conferido ao Velho Continente.

A verdade é que as opiniões públicas inquietam-se perante as conclusões de diversos estudos, relatórios e inquéritos¹, prenunciando um novo mundo pós-americano, com a crescente perda de influência dos poderes ocidentais dominantes até ao dealbar do actual século, num processo de mudança cujo entendimento, como alerta o Prof. Adriano Moreira², passa pela lógica de um globalismo que veio para ficar e onde ganha protagonismo um “.... *regime chinês, a fazer conviver princípios contraditórios, e até agora sobreviventes, como Estado forte e socialismo de mercado, um só país e dois sistemas, articulação do poder militar com o poder financeiro, em busca do poder soberano clássico ...*”.

Tentaremos fundamentar a crescente importância da RPC a nível regional e global, como actor em competição com outros pólos de poder (alguns vizinhos asiáticos, EUA, Europa, Rússia, América Latina), sem esquecer a problemática dos difíceis equilíbrios internos que a nova liderança chinesa terá de cuidar, a par dos desafios que as diferentes realidades do xadrez regional não deixarão de colocar à sua plena afirmação na nova OI.

Os condicionalismos de tempo e espaço impostos a um trabalho analiticamente tão exigente em termos de densidade e abrangência, não servirão de álibi para uma abordagem mais superficial ou simplista, constituindo, antes, um forte desafio à capacidade de descrição de um quadro geopolítico de poderes complexos e disputados, cujo esboço inclui o registo histórico da região, a valoração da região Ásia-Pacífico, incluindo a península indostânica, a estratégia global dos EUA, os principais actores regionais e o complexo equilíbrio de poderes, as tendências políticas, económicas, sociais e culturais, sem esquecer o reavivado potencial de conflitualidade nos mares da China, tudo isto à luz de um SI em constante evolução.

A geopolítica actual é caracterizada por uma fragmentação acelerada do mundo, devida à erosão do estatuto ímpar da superpotência EUA que o pós-guerra fria não ratificou e à mais recente e arrastada crise político-económica europeia. O espectro do fim da liderança das potências ocidentais não deixará de induzir efeitos perturbadores à escala planetária, entendíveis como “dores de parto” do nascimento do

¹ “*Foreign Policy*” é apenas um exemplo.

² “*Sobre o declínio ocidental*”, in “*Diário de Notícias*”, de 25SET2012.

novo mundo de amanhã. Há países e regiões, casos da Ásia, América Latina e África, que se preparam para enfrentar este choque, com manifestações do desejo de voz audível na formatação dessa nova ordem, como o atesta a iniciativa de criação de sucessivas alianças e blocos³.

Ao incidirmos o foco na Ásia, tentaremos evidenciar uma realidade geopolítica regional em acelerada mutação nos últimos vinte anos, destacando-se a meteórica ascensão da China, a reforçada presença estratégica dos EUA⁴, as novas “parcerias estratégicas”⁵ ali firmadas, as criticadas alianças da China com o Paquistão e a Coreia do Norte, a concorrente emergência da Índia, o denodado papel político do Japão alicerçado na edificação das suas forças de auto-defesa (a sinalizar a rivalidade histórica com a China), uma hipotética fase embrionária de cooperação RPC-EUA (apesar da competição estratégica); o contínuo crescimento dos orçamentos de defesa e das capacidades militares de países da região, os progressos na cooperação multilateral (inclusive sobre questões de segurança, embora mais timidamente) e o aumento significativo das trocas económicas e comerciais, tudo isto em paralelo com a existência de numerosos conflitos e disputas territoriais por resolver, nesses mesmos palco e contexto regionais.

Falamos, obviamente, do Pacífico, o maior dos oceanos e assim apelidado, há cinco séculos, pelo português Magalhães, onde recentemente se abriu mais uma “escaramuça”, com a imposição, por Pequim, de um espaço de defesa aérea (ZIDA⁶) junto à sua costa, que está a ser ignorada por alguns, apesar da ameaça implícita contra os aviões que não comuniquem o plano de voo. A tensão é real, devido às

³ ALBA, ALADI, ASEAN, BRICS, CAN, CEDEAO, CELAC, CEMAC, COMESA, LA, MERCOSUR, OEA, SADC, UA, UEMOA, UNASUR.

⁴ Com dispositivos militares no Iraque e Afeganistão, instalações militares noutros países do Sudeste Asiático, M-O e Ásia Central, e uma vasta rede de alianças, nomeadamente com o Japão, Austrália, Coreia do Sul, Filipinas, Tailândia e Paquistão e ainda a protecção a Taiwan.

⁵ Casos da Rússia-China, Irão-Rússia, Índia-Irão e China-Índia.

⁶ Zona de Identificação de Defesa Aérea (ZIDA) – zona delimitada por um Estado, mais vasta do que o seu espaço aéreo jurisdicional, com objectivo de evitar que este seja violado. Quando um aéreo entra sem aviso numa ZIDA, é accionado o sistema de alerta e aviões de combate vão ao encontro do intruso. Um Estado anuncia a criação da ZIDA, divulgando as coordenadas que a delimitam. As ZIDA não estão previstas no DIP, sendo consideradas espaço aéreo internacional, o que interdita o Estado delimitador de abater o tal intruso. Sendo uma decisão unilateral, nada impede a sua sobreposição com outras, como sucede no caso presente, ao interceptar as correspondentes japonesa e sul-coreana.

disputas constantes por ilhotas, as contas por ajustar do século XX e a luta de desígnio estatutário entre novas e velhas potências. Estas querelas não devem ser negligenciadas se tivermos presente que umas e outras são das que mais investem em armamento, como é o caso da China (anunciou, em MAR2013, um aumento de 10% no orçamento anual da defesa para um montante que ronda os 86 mil milhões de euros) e do Japão (pela primeira vez desde a II GM, a dotar-se, em 2015, com uma espécie de porta-aviões, por ora apresentado apenas com capacidade de heli-transporte, a que nos referiremos mais adiante, no quadro de um aumento de 5% nas despesas militares, correspondentes a cerca de 175 mil milhões de euros, para o período 2014-2019).

Nas últimas décadas, o gigantesco oceano terá retirado o protagonismo ao Atlântico, ao afirmar-se como um centro de prosperidade, ainda que desigualmente distribuída pelos 40 países da sua bacia, valendo, hoje, mais de metade da riqueza mundial e quase tanto em termos de comércio. Mas também aí persistem alguns focos de tensão, em especial na Ásia Oriental e Sueste Asiático. Não só com as novas ZIDA (a Coreia do Sul já anunciou o aumento da sua, em resposta à iniciativa de Pequim, assim como o Japão, prometeu o desrespeito pelas novas exigências de comunicação de planos de vôos), como mais a sul, onde a China pôs o porta-aviões *Liaoning* a navegar, para incómodo de norte-americanos (pequenos escaramuças com unidades navais, nomeadamente cruzadores lança-mísseis) e de vietnamitas e filipinos, que também têm os olhos nas *Spratley* e *Paracels*, arquipélagos com águas e fundos riquíssimos. Já para não falar da errática e preocupante Coreia do Norte, dada a capacidade nuclear detida pela sua pouco sensata liderança.

Sem desvalorizar o risco da reedição do choque entre os nacionalismos chinês e japonês, muita da estabilidade no Pacífico jogar-se-á no quadro da relação que se vem construindo entre a China e os EUA, no qual, a primeira aproveita o vigor económico para validar a retoma da posição de tradicional supremacia no Oriente; e os segundos, com 70 mil militares na região, insistem em proteger os aliados japoneses, sul-coreanos e taiwaneses, todos em relação mais ou menos litigante com Pequim.

Nessa “confrontação implícita” ainda vai perdurando uma certa vantagem americana por força de um orçamento militar seis vezes superior ao chinês, com expressão ao nível do poder dissuasor, mas

ambos perceberão os benefícios de um ambiente de “détente”, a todos favorável, tanto mais que são precisamente os EUA, o Japão e a Coreia do Sul que mais compram e vendem à China, como que a recomendar a inspiração no nome do oceano em causa.

O problema é que nem sempre a lógica triunfa sobre o absurdo e é para evitar esses alcapões que as respectivas políticas externas têm de ser convocadas.

II – CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

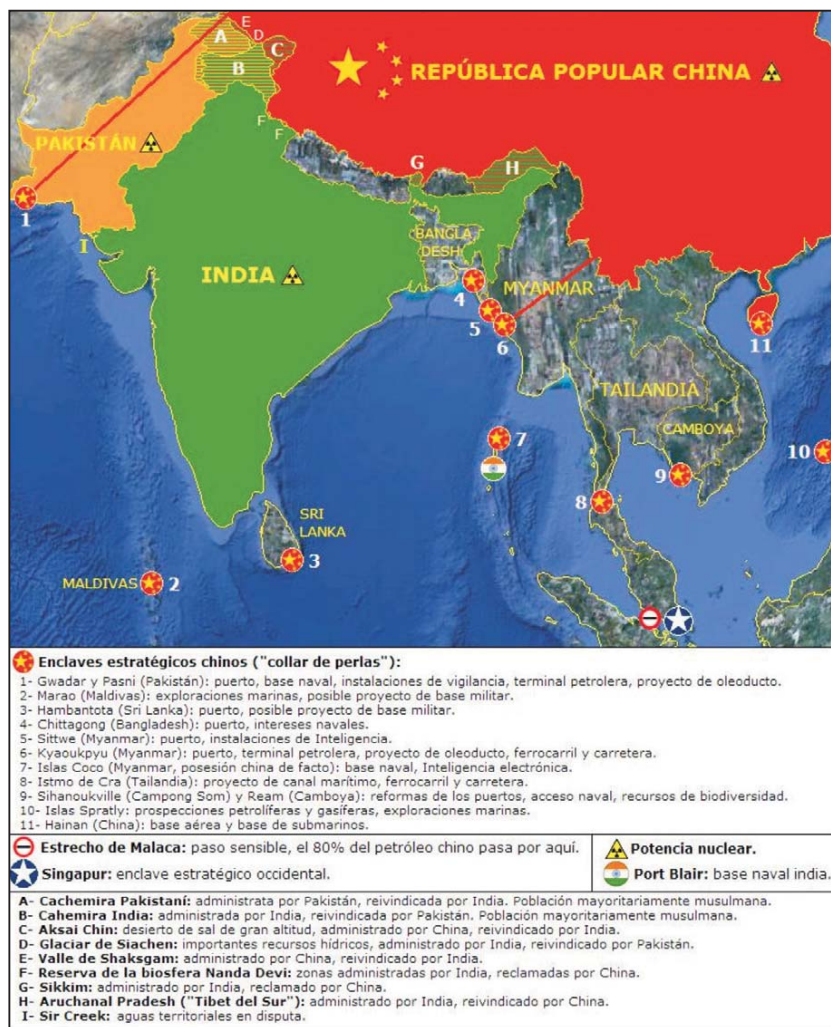
Este breve registo tem um claro intuito de vislumbrar no horizonte geográfico a península indostânica, num propósito inclusivo da Índia, outro actor indispensável da cena geopolítica regional, como já foi apresentado.

Diremos da Ásia que se trata do maior continente (em área e população), representando 1/3 da superfície terrestre sólida, com quase 3/5 da população mundial e as suas fronteiras estendidas até à África (no lado ocidental, através do Índico), Europa, Oceano Pacífico (a oriente), Ártico (extremo setentrional) e à região mais quente dos trópicos (extremo meridional, nas imediações da linha do equador).

No Sul do continente asiático deparamos com uma sub-região, constituída pelo continente indiano e territórios vizinhos, banhada pelo Golfo de Bengala e rodeada (de oeste a leste) pela Ásia Oriental, Central e Oriental e pelo Sueste Asiático, num conjunto vasto que vai do Paquistão, a oeste, até à Birmânia (Myanmar), a leste, abrangendo o Paquistão, a Índia, o Sri Lanka, as Maldivas, o Nepal, o Butão e o Bangladesh, estes a delimitarem uma das zonas mais carenciadas do planeta, com baixíssimos rendimentos *per capita* e altos níveis de pobreza e subnutrição. Apenas a Índia aparece com um certo grau de industrialização, mas em que a maioria da população, cerca de 70%, continua a viver em áreas rurais e em condições de carência e penosidade. O sub-continente indiano⁷ é

⁷ Esta região do sul da Ásia é tradicionalmente conhecida por *Industão*, conceito regional que antecedeu o de sub-continente indiano e hoje uma nomenclatura apenas utilizada no contexto da história da relação entre os povos europeus e a região. Historicamente, aliás, o *Industão* incluía toda a região situada entre as repúblicas da Geórgia, Irão, Paquistão e China e o Oceano Índico, atravessada por inúmeros povos e alvo de múltiplas passagens e incursões, nomeada-

assim, uma espécie de região peninsular do sul da Ásia⁸, à qual se poderão associar, culturalmente, o Sri Lanka e as Maldivas.



mente do exército de Alexandre, o “Grande”, dos mongóis de Gengis Khan e da migração do povo *rom*, entre tantos outros viajantes. Foi durante séculos uma região estratégica, ponto de encontro da Rota da Seda, percurso chave para a troca de mercadorias e intercâmbio cultural entre o Império Chinês e o mundo ocidental. Com o advento da abertura do caminho através do Oceano Índico pelos navegadores ocidentais e a abertura de novas rotas e postos de trocas de mercadoria, começou a perder parte da sua importância económica, social e cultural, contando, em contrapartida, com a expansão do islamismo e parte da população convertida a esta religião seguindo maioritariamente a corrente sunita. Geologicamente, a noção de sub-continente baseia-se no facto de esta região assentar numa placa tectónica própria, separada do resto da Ásia e formando a sul uma enorme “península” enquanto a norte sobressai a cordilheira dos Himalaias, espécie de barreira geográfica e cultural com a China e com a Ásia Central.

⁸ Sublinhe-se que a sub-continentalidade, atribuída à península indostânica extravasa os limites geográficos do território indiano, apesar de não existir uma definição precisa para a região com a consequente volatilidade das suas fronteiras ao longo dos tempos.

Falar desta imensa região, centrada essencialmente na Bacia do Pacífico e Mar da China, é, pois, um exercício especulativo, como já antes notado, acerca do devir do planeta século XXI, um mundo onde o Atlântico Norte vem aparentando uma relativa perda de importância.

A percepção do presente e uma arguta perspectiva desse futuro serão melhor apreendidas no desfilar breve de um passado de lutas pela hegemonia regional e expulsão do invasor ocidental, o que nos convida a um rápido mergulho histórico, passando obrigatoriamente pela China, de que nos ocuparemos no capítulo seguinte.



III – BOSQUEJO HISTÓRICO

A vida da Ásia nos dois últimos séculos, para não recuar aos finais do século XV, ficou marcada pela dominação europeia e pelas revoluções chinesas do século passado. Relembremo-nos um pouco dessa história.

No início do século XV, a China, sob a dinastia Ming, era a civilização mais evoluída do mundo, com bons níveis de bem-estar em benefício de uma parte significativa da sua população. A partir dessa época entra em declínio a favor de uma Europa fortalecida pelo desenvolvimento alavancado pela revolução industrial inglesa, pela competição entre os seus Estados-nação, pelas descobertas científicas (ciência em geral e medicina em particular) e mais-valias políticas (democracia representativa) e económicas (direito de propriedade, legislação laboral e sociedade de consumo).

A partir de meados do século XIX, a Ásia passa por uma nova onda de colonialismo europeu, mais profundo e agressivo do que o iniciado, no século XV, pela expansão marítima portuguesa, muito baseada no estabelecimento de entrepostos comerciais.

Foi a época da invasão europeia que se estendeu até ao início do século XX e cuja influência abafou as milenares civilizações da região (chinesa e indiana), através do controlo de boa parte das suas populações, com recurso à força⁹ e imposição de padrões culturais ocidentais, como o comprovam a partilha da China entre as principais potências europeias, o domínio da Índia pelos britânicos, as presenças francesa na Indochina e holandesa nas Índias Orientais, espoletando uma série de revoltas e conflitos duramente reprimidos pelos ocupantes.

Ao contrário do Japão, a China, a braços com um império, então, fragmentado, viu-se obrigada a ceder parte dele a potências coloniais ocidentais ao longo do século XIX. A revolta dos Boxer¹⁰ (1900) soou como um primeiro sinal de revolta e luta pela criação de um estado nacional, a antecipar a revolução nacionalista chinesa, iniciada por Sun Yat-Sen¹¹ (1911), num processo prolongado até 1949, onde se integram

⁹ Vidé as “Guerras do Ópio” entre britânicos e chineses (1838-42 e 1856-60), subjugados pelo Tratado de Nanquim, que selou a vitória dos primeiros, impondo a troca desigual da droga pelos produtos pretendidos da China, como a seda, as porcelanas, etc.,.

¹⁰ Em 19JUN1900, dá-se a revolta dos Boxers (apelido dos membros da “*Sociedade dos Punhos Harmoniosos*”, grupo secreto nacionalista chinês), movimento de carácter xenófobo e tradicionalista, contra a presença e domínio estrangeiro na China. Assassinam-se missionários e convertidos, um ministro alemão e posto cerco às legações estrangeiras em Pequim. Em agosto, os ocidentais reagem com tropas: libertam as embaixadas e saqueiam Pequim. A rebelião estendese a outras províncias (Shensi, Manchúria), mas os Boxers não resistem: o levantamento foi suprimido por uma intervenção militar estrangeira que proporcionou o único caso na História em que todas as grandes potências atuaram sob o mesmo comando - o alemão, no caso. Em 1901, assina-se o “Protocolo de Pequim”, mediante o qual se outorga, por parte do governo chinês, uma forte indemnização económica aos europeus afetados, a ser cobrada nas alfândegas que passam então a ser administradas por estrangeiros, e se permite a presença de destacamentos militares de proteção aos seus cidadãos e interesses. O malogro desta revolta representou uma grande humilhação em termos exteriores para a China, bem como entre o povo.

¹¹ Dr. Sun Yat-sen (12NOV1866 – 12MAR1925) foi um revolucionário chinês, presidente e pai fundador da RPC (“China Nacionalista”). Como pioneiro da República, Sun é referido, precisamente, como “Pai da Nação”, na RPC e o primeiro responsável pela sua revolução democrática. Efectivamente, desempenhou um papel instrumental no período de transição que se seguiu à dinastia Qing, coincidente com a época em que se desenrolou o processo político e social que culminou com o “Duplo Decénio Revolucionário”. Foi escolhido para presidir à “Provisória

a invasão japonesa na década de 1930, a luta entre nacionalistas e comunistas e a II GM, culminando no triunfo final dos comunistas, sob o comando de Mao-Tsé-Tung, com a proclamação da RPC em 1949. Como efeito colateral dessa luta, os nacionalistas retiraram para Taiwan sob a liderança de Chiang Kai Chek, com a consequente cisão da China em duas, criando, assim, um crónico foco de tensão que se mantém activo na geopolítica regional.

O subsequente ressurgimento da RPC em plena guerra fria assustou o Ocidente, na medida em que os aliados se viram, então, perante uma aliança sino-soviética que fazia pender a região asiática para o campo comunista. Dessa dupla ameaça, viria a cometer-se aos EUA a defesa do Japão, confrontados, logo a seguir, com uma guerra na região (Coreia, 1950-1953), da qual resultou a divisão da península coreana nos blocos comunista (Norte) e capitalista (Sul), uma separação política e ideológica ainda não resolvida até hoje. A política norte-americana na região passou a ser, consequentemente, de apoio aos regimes políticos não comunistas, mesmo os não democráticos, com total pragmatismo e um claro objectivo de supremacia, na dupla dimensão oceânica Atlântico-Pacífico.

A aliança RPC-URSS frutificou até cerca de 1960, período durante o qual os soviéticos foram fomentando as indústrias de base e bélica na China. Porque a RPC dispunha de uma maioria da população a viver ainda no campo, esta estrutura social e económica acabou por condicionar o modelo revolucionário do PCC de forma sensível, impondo limites à burocracia estalinista e um modo adaptativo forjado em função das sua própria cultura e civilização. Esta peculiar visão do

República da China, fundada em 1912. Fundou, mais tarde, o Kunitang, sendo o seu primeiro líder e alcandorando-se à posição de unificador pós-imperial. Ainda hoje é reconhecido como um dirigente único do século XX e reverenciado por todos os chineses, dos dois lados do Estreito de Taiwan. Mas também não deixou de ficar ligado a um dos períodos de vida política mais turbulenta e de frequentes exílios. Após a bem sucedida implantação da Revolução, saiu rapidamente de cena na recém fundada RPC, agora dominada por sucessivos governos revolucionários que se ocuparam de destronar muitos dos senhores da guerra que controlavam ainda vastas parcelas do território. Sun já não assistiu a esta fase de consolidação do poder revolucionário sobre todo o país, conseguido à custa da Expedição Norte. O seu partido, que entrou numa frágil aliança com os comunistas, dividiu-se em duas facções logo após a sua morte. O legado da sua liderança reside no desenvolvimento que fez de um filosofia política conhecida como *Três Princípios do Povo*: nacionalismo, democracia e meio de vida das pessoas.

socialismo conduziu a uma ruptura do bloco comunista, com Pequim já em busca da bomba atômica (obtida em 1964) e ciosa de se libertar da tutela soviética. Essa ruptura e a subsequente Revolução Cultural (1966-1976) levaram, no entanto, ao seu crescente isolamento e, agora, à emergência de dois opositores de peso em termos militares e demográficos: a URSS e a Índia, com os quais partilhava fronteiras e era desafiada pela sua aliança económica e militar¹².

Aproveitando um momento estratégico que era de “cerco” a uma China necessitada de novos aliados, o antigo secretário de Estado americano, Henry Kissinger, surpreendeu o mundo, em 1972, fazendo do regime maoista um “aliado” da América, visando, certamente, uma aliança contra a URSS. Este volte-face recolocou Pequim como um actor relevante no cenário global e não apenas na geopolítica da região asiática. Foi, aliás, essa aliança que acabou por pôr em xeque o papel estratégico da URSS na Ásia, condenada, a partir de então, a uma menor relevância nesse espaço.

Entretanto, as reformas económicas iniciadas por Deng Xiaoping em 1979, logo depois da morte de Mao e da neutralização do “*Gang dos 4*”, começaram a modernizar a economia chinesa, migrando do modelo soviético para o dos tigres asiáticos da época¹³. Destes, principalmente Hong Kong e Taiwan situavam-se literalmente em frente da RPC, levando à criação de dinâmicas ZEE, nas suas regiões costeiras. O confucionismo e o capitalismo pareciam andar de braço dado, sem grandes preocupações ideológicas, com recusa, no entanto da importação dos modelos demo-liberais do Ocidente.

As relações económicas da RPC na região alargaram-se ao Japão e aos países do sueste asiático, passando aquela a ser vista pelos vizinhos, cada vez mais, como uma potência regional, mesmo depois da crise política decorrente da repressão dos movimentos confluídos na Praça da Paz Celestial, em 1989, mostrando que o PCC e o EPL estavam de facto no comando da abertura chinesa, de pendor muitíssimo mais económico do que político. O exemplo do fim do bloco comunista na Europa e o

¹² As tensões entre a RPC e a Índia levaram mesmo a um conflito (1962) e quase a um conflito nuclear com a URSS (1969);

¹³ Como Taiwan, Hong Kong, Coreia do Sul e Singapura, bem sucedidos em termos de desenvolvimento económico desde os anos 60 e, dos quais, apenas a Coreia do Sul não tem uma população predominantemente chinesa.

próprio colapso da URSS depois da *glasnost* e da *perestroika*, vieram reforçar o modelo autoritário modernizante chinês, de crescimento económico e reformas políticas graduais sob a tutela do partido único.

É assim que a China, juntamente com a Índia, emerge como gigante asiático no último quartel do século XX, com enorme sucesso económico e sem equivalente histórico, à luz da duplicação do PIB conseguida nos últimos 26 anos¹⁴. Mas, em contrapartida, com o fim da guerra fria, o cenário geopolítico da Ásia tornava-se, também, mais fluido e complexo, até porque, com a implosão da URSS e o consequente surgimento de novos Estados-nação na zona interior asiática, redutores do poder moscovita na região, mais exigências passavam a ser cometidas à política externa chinesa, assim como ao seu esperado papel geopolítico a níveis regional e global.

É desta complexa realidade geopolítica regional que tentaremos dar conta, através do levantamento geo-referenciado que se segue.

IV – QUADRO DE GEO-REFERENCIAÇÃO

Neste item proceder-se-á à radiografia tridimensional da complexa realidade regional, na tentativa de extrapolar, do presente, algumas pistas indicativas de um futuro plausível. Fá-lo-emos com a indispensável prudência e fiéis a um raciocínio apoiado nos princípios da geopolítica que tornam mais legível o jogo das potências, através da avaliação dos principais riscos e perigos, em ordem a antecipar movimentos e “jogadas” dos principais actores, recorrendo a documentação estratégica que sonda prospectivamente esse mundo global a partir das actuais tendências¹⁵.

a) Geopolítica

Os cálculos estratégicos, tanto dos Estados asiáticos, como dos EUA (tidos por “equilibradores” externos e, até há poucos anos atrás, hegemónicos), estão em reavaliação e, embora o ambiente de segurança seja mais positivo do que na segunda metade do século anterior, às

¹⁴ A Grã-Bretanha levaria 70 anos a quadruplicar a produção a partir de 1830.

¹⁵ “*Global Trends 2030. Alternative Worlds*”, do *National Intelligence Council* (NIC)/CIA, USA, JAN2013, um relatório-referência para muitas chancelarias no mundo.

expectativas mais optimistas, antevisoras de um século XXI como o “século da Ásia”, juntam-se os prognósticos mais negativos que profetizam a sua “balcanização” ou o confronto entre poderes regionais.

Os EUA vêm reorientando o seu foco para a Ásia, zona prioritária desde que Obama decidiu a reformulação estratégica de sua política externa, procurando controlar a expansão da China por via de um “cerco” de bases militares e apoios aos seus tradicionais parceiros na região.

Para o novo presidente chinês, Xi Jinping¹⁶ os mares da China converteram-se nas zonas de maior potencial de conflito armado da zona Ásia-Pacífico. As tensões com Tóquio, a respeito da soberania das Ilhas *Senkaku* (*Diaoyu*, para os chineses), podem agravar-se com o novo poder japonês¹⁷. Também a disputa com o Vietname, sobre a propriedade das Ilhas *Spratley*, aqueceu a partir do momento em que as autoridades vietnamitas declararam oficialmente, em JUN2012, o arquipélago sob a sua jurisdição soberana. De idêntica natureza, assinala-se o litígio sino-filipino a propósito das *Paracels* (menos que ilhas, pois tratam-se de formações rochosas que mal se vêem na maré alta), neste caso em avaliação num processo arbitral da ONU no quadro da Convenção da ONU sobre a Lei do Mar¹⁸, de 1982, abrangendo mais quatro países, e do qual a China decidiu excluir-se, já no início de DEZ2013, numa atitude inédita num processo desta natureza e que revela a sua disposição de defesa agressiva das suas ambições territoriais. De facto, uma tal decisão pode ser interpretada como mais um passo de Pequim para a ambição de se estabelecer como potência regional com influência numa vasta zona, em detrimento do Japão e do seu grande aliado, os EUA, susceptível de se integrar numa abordagem dura em termos da sua política externa no xadrez geopolítico da Ásia-Pacífico, a que não serão estranhos os recursos minerais, incluindo o petróleo, sinalizados na “Linha de Nove Pontos” traçada por Pequim no Mar do Sul da China, justificando a disputa de território marítimo a vários países, designadamente as Filipinas, Vietname, Brunei, Malásia e Taiwan.

¹⁶ Empossado em MAR2013.

¹⁷ Recente chegada ao poder dos liberais do PLD (Partido Liberal-Democrata), liderado por Shinzo Abe, com fama de “falcão” nacionalista e habitual crítico de Pequim;¹⁸ A Convenção (UNCLAS) diz que os países têm direito a explorar de modo exclusivo zonas dentro de 200 milhas da costa, notando-se que a zona sobre a qual a China declarou soberania vai até mais de 800 milhas da sua costa continental e 30 milhas da costa das Filipinas.

É com este pano de fundo que os EUA e a Europa terão de lidar e encontrar o seu espaço, numa fase em que ambos aparecem debilitados pela crise e confrontados com outros problemas sérios, face a uma China que não se perspectiva, por ora, como garante credível da estabilidade numa região bem marcada por fortes ressentimentos e diversas corridas aos armamentos, quiçá as maiores do mundo, e onde competirão pela liderança, pelo menos as potências nucleares, China e Índia, com esta última dispondo de tecnologias balísticas de ponta (programação da queda de mísseis), uma democracia funcional (inimaginável, contudo, como modelo para a Ásia) e iguais ambições espaciais.

Este circunstancialismo parece dar um certo crédito a alguns analistas que consideram a Ásia e a América do Sul como as regiões melhor preparadas para saírem a ganhar no processo de reordenamento do SI, tese aparentemente sufragada pela crise político-económica que a UE atravessa e pelos sinais de fadiga observados noutras velhas potências, como os EUA, RU, França e Japão, em perda de vitalidade adaptativa ao mundo multipolar em formação, que a todos toca, ainda que em grau diverso. Outras áreas e actores do SI haverão que aparentam boa condição para aproveitarem as oportunidades derivadas da abertura e dinâmica que a presente conjuntura parece confirmar no jogo mundial. É o caso dos BRICS, que avançam os seus peões face às potências em processo algo declinante; dos EUA que, apesar das contingências, apostam no *soft power* para não perderem a relevância internacional; e, *malgré tout*, da fatigada Europa que, a cada novo sobressalto da crise, ensaia saídas, sem avanços palpáveis, no calvário do ajustamento reformista aos desafios impostos pela globalização competitiva e a indispensável reforma da nova governança mundial.

É com este tenso e complexo tabuleiro geopolítico global que tentaremos analisar as condições intrínsecas de afirmação da região Ásia-Pacífico (Índico apenso), focando essencialmente o “ponta de lança” chinês, nomeadamente a nível do crescimento económico, para deduzir até que ponto estará à altura da exigente e espinhosa função de *pivot* na reconfiguração da OI em gestação. Que China vamos ter? Que caminhos trilhará? Questões antigas, cujas respostas, pela sua dificuldade e alcance, o leitor paciente destas despretensiosas linhas não deve esperar, dada a sua natureza exploratória e modéstia analítica, embora sem esconder a forte convicção de que o trajecto

do Império do Meio assentará, como no passado, numa forte cultura milenar, mais do que nos preceitos de um Estado-nação de tipo ocidental, que nunca o foi, mas antes num enraizado Estado-civilização, verdadeira chave-mestra para uma melhor compreensão da postura idiossincrática de Pequim nos novos contexto e ordenamento internacionais.

Daí que este trabalho se ocupe essencialmente do posicionamento geopolítico da China no quadro geoestratégico em referência, em especial, na presente era pós-guerra fria, que alerta para um forte sinal de mudança, com um “mundo desenvolvido” a dar provas de estar a ser destronado pelo antigo “mundo em desenvolvimento”, ainda a braços com uma crise financeira ilustrativa do contraste entre um Leste asiático com décadas de *superavits* e uma boa parte do Ocidente sem liquidez, a seguir a vários anos de *deficits* e acumulação de dívida, mais flagrante nalguns E-M's da UE.

Aliás, esta fragilidade ocidental assume o seu verdadeiro significado e arcará com inevitáveis consequências, se nos lembrarmos que o poder militar repousa essencialmente na força económica e esta encontra-se, claramente, num processo de transladação para aquela região asiática. Para além do factor intangível da vontade, só com a pujança económica se conseguem, a prazo dilatado, as capacidades requeridas pela liderança de um império formal ou informal, o que reconduz a força económica à condição de, no mínimo, um requisito absolutamente imperioso.

Mas também é verdade que a ascensão na escala do poder também acarreta responsabilidades políticas acrescidas. Tomemos o exemplo do tandem energia-M-O: sem menosprezar os demais interesses estratégicos dos EUA na região, o facto é que a sua crescente auto-suficiência nesse domínio, implicará a transferência de alguma da pressão para a China, recém-promovida a maior importador de crude, dado que uma boa parte dos 6,3 milhões de barris diários comprados vêm do Golfo Pérsico, deixando, tal como antes sucedia aos EUA, a segunda economia mundial vulnerável a guerras, revoluções ou bloqueios que vão deflagrando, um pouco por toda a parte, naquela região.

b) Geoeconómica

Se há domínio em que seja mais visível a ascensão da China e a sua preponderância regional e global, é o do campo económico, principalmente ao longo das últimas duas décadas, aproveitado para

ampliar o poder na componente militar e afirmado num posicionamento destacado no mundo, desta feita com ambição superior à de uma mera potência regional que aspirou a ser, até à década de 70 do século findo. Indubitavelmente, o aumento dos gastos militares e o investimento em tecnologia de ponta na área espacial, com o envio de astronautas ao espaço, mas também em infra-estruturas, transportes e educação, não deixam dúvidas da intenção da RPC de actuar como país líder na Ásia e também como um actor indispensável a nível planetário.

E como conseguiu esse “milagre económico”? Chegada ao poder um ano depois (2002) da entrada na OMC, a dupla Hu Jintao/Wen Jiabao fez quintuplicar o PIB, triplicar os rendimentos médios nas zonas urbanas, reestruturar o sistema bancário, ampliar a base social do partido, apostar no investimento militar e na industrialização maciça, ultrapassar os EUA em consumo energético e contornar, sem danos, o pânico financeiro de 2008, graças aos excedentes monetários.

Tratou-se de um modelo de “desenvolvimento pacífico” baseado nas exportações, um paradigma que hoje começa a suscitar alguma preocupação. Vão surgindo sinais de desaceleração do crescimento da máquina produtiva chinesa¹⁹, em resultado, segundo os analistas, de duas tendências muito diferentes, já antes pressentidas.

Uma tendência de “longo prazo”, inicialmente responsável pelo crescimento fulgurante baseado na absorção pela indústria de mão-de-obra barata libertada do sector primário e dos campos, depois da liberalização do sector agrícola, decretada por Deng Xiaoping no final dos anos 70, uma força de trabalho que agora começa a escassear, com o consequente aumento dos salários e custos de produção, colocando em causa o modelo igualmente experimentado por outros países asiáticos há três décadas atrás.

Mas também uma tendência resultante de dinâmicas recentes, a originarem o aparecimento de “bolhas” parasitantes da economia, a do *boom* do investimento e crédito bancário e a do imobiliário soprada pela crescente procura de habitação pelas novas classes possidentes. Comum a ambas, encontra-se o elevado montante de crédito recorrido e o consequente endividamento junto da banca, pródiga em criar “bancos-sombra” para escapar à supervisão e

¹⁹ Confirmados por dados estatísticos do 3º trimestre de 2013.

regulação das autoridades nos financiamentos de forma descontrolada às famílias e empresas, agora com inusitadas dificuldades.

Ainda recentemente apareceram novos dados relativos a este quadro económico, nomeadamente um crescimento de 7,3% previsto para o corrente ano de 2013, em notório abrandamento dos valores alcançados anteriormente, a que não é estranha a queda das exportações. A confirmar-se, será o crescimento anual do PIB mais fraco dos últimos 23 anos, a situar-se muito próximo da fronteira definida pelas autoridades chinesas como crescimento satisfatório. Foi o próprio primeiro-ministro, Li Keqiang, que precisou o ritmo de crescimento de que o país carece para poder continuar a criar anualmente, pelo menos, mais 10 milhões de empregos, ao colocar a fasquia nos 7,2%, abaixo da qual, a criação de postos de trabalho não chegaria para evitar um sério agravamento das pressões sociais, num país que tem vindo a gerir com dificuldade crescente o conflito de prosperidade entre o campo e a cidade.

Diversas têm sido as explicações desta desvitalização, quer de natureza conjuntural, quer estrutural. No primeiro caso aponta-se a quebra da procura interna dos grandes compradores de produtos chineses no mundo – a UE e os EUA – a passarem por um período de crise prolongada, depois da erupção da crise iniciada com a falência do *Lehman Brothers*, mas as mais relevantes serão as razões estruturais, nomeadamente a menor capacidade de investimento, as dificuldades crescentes de financiamento pela banca chinesa, a menor aceitação social de salários baixos e de más condições de trabalho, a urgência da intervenção em ordem a minimizar o problema ambiental e a impossibilidade de manter uma política agressiva de desvalorização da moeda face às outras divisas internacionais. Tudo combinado, faz com que a China esteja a sentir, numa conjuntura internacional difícil, sensíveis dificuldades na manutenção dos ganhos de competitividade que lhe permitiram, num passado recente, o crescimento das exportações a um ritmo superior a 10%²⁰.

A alternativa a este modelo de crescimento baseado nas exportações resume-se ao estímulo do consumo privado e do investimento (num cenário em que a deterioração das contas públicas já aconselha a um

²⁰ Os dados de NOV13 mostraram que as vendas de bens para o estrangeiro, em OUT13, cresceram 5,6% face ao período homólogo do ano anterior, registando-se, ainda assim, uma melhoria de desempenho em relação a SET13, quando as exportações caíram 0,3%.

abrandamento do investimento público). Recentes intervenções do presidente chinês dão conta do objectivo de criar uma economia capaz de produzir um crescimento ambientalmente mais limpo, menos dependente das exportações e do investimento em infra-estruturas e mais baseado no consumo, como que desvendando uma futura intervenção em torno da diminuição dos controlos de entrada de movimento de capitais, da maior abertura ao investimento estrangeiro, da criação de condições para uma maior concorrência no sistema financeiro conducente à descida das taxas de juro para a população, da permissão para a moeda manter uma apreciação face às outras divisas²¹, do arrendamento de terras agrícolas para explorações privadas e da criação de condições para o reforço dos movimentos migratórios para as cidades, etc.,.

Começa a ficar mais clara a urgência das autoridades chinesas em encontrar outra forma de o país crescer, sendo certo que para a economia mundial, esse crescimento e, principalmente, um maior consumo, também seriam um bom *suplemento vitamínico*. O recente conclave do PCC²² deverá pôr em acção uma transformação, aliás preparada de forma hábil, pelo presidente Xi Jinping nestes primeiros meses de mandato, a incidir no combate à corrupção nas empresas estatais e administrações locais, com claros ganhos ao nível do capital político de que bem precisa para a sua campanha reformista, carecida de apoio popular, a melhor via para pressionar a oposição que tem pela frente nas cúpulas políticas e empresariais. Só a partir desse capital político poderá avançar para o ambicioso plano de mutação de uma economia “socialista de mercado” para um modelo liberalizador e descentralizado, tendo em conta o que se joga hoje na China: o choque entre uma enorme força de bloqueio que engordou sem dieta e a necessidade nacional de orientar o país na estabilidade interna e na projecção de poder internacional. No primeiro grupo situaríamos as empresas públicas e sua corte de privilegiados dirigentes (cuja gestão ineficiente tem escapado a qualquer punição, além de sugar todo o

²¹ O facto de a moeda chinesa se encontrar em níveis máximos, também tem colocado pressão sobre os exportadores chineses que vêem a sua competitividade reduzida nos mercados externos.

²² 3ª Sessão Plenária do 18º Comité Central do PCC, de 09NOV13, quiçá, a mais importante da China moderna, isto porque, se 1978 marcou o início das reformas económicas de Deng Xiaoping e 1993 a abertura à globalização com Jiang Zemin, 2013 é tido como o ano do arranque da terceira fase da transformação da China global.

financiamento bancário), as administrações políticas locais (a sentença de Bo Xilai foi exemplar), a burocracia económica e o nepotismo político das elites; no segundo, colocaríamos a diluição dos monopólios, a reforma da propriedade privada, a liberalização do sector financeiro, a promoção da inovação, a entrada de investimento estrangeiro, a revisão da política do filho único, o aumento do consumo privado, o financiamento à iniciativa privada e a reforma da segurança social.

Só com o tempo poderemos aquilatar em pleno do alcance das medidas aprovadas naquela reunião magna, mas algo se pode adiantar desde já, baseado no seu comunicado final: um certo comedimento e menos ambição relativamente ao que, nas vésperas do conclave, se prognosticava como uma “reforma sem precedentes” nas políticas económica, social e ambiental. Os primeiros indicadores tornados públicos permitem confirmar que a economia terá estado no topo da agenda e as regras do mercado se aprestam para assumir um “papel decisivo” na “gestão dos recursos”, fazendo parte de uma nova política económica, confirmando a deslocação do eixo da geração do crescimento económico à base da produção exportadora para a esfera do consumo interno. Menos profundidade terão tido as reformas de ordem ambiental e social, sendo que, neste caso, os camponeses terão direitos sobre as propriedades, haverá mais casais autorizados a ter um segundo filho²³, além de outras decisões tomadas, como por exemplo, a criação de um Comité de Segurança do Estado, o desejo de modernizar o aparelho militar, a abolição do sistema de “reeducação pelo trabalho”²⁴, a promessa de encorajar o investimento privado em algumas cidades chinesas, a permissão da entrada de mais empresas de capital privado no mercado para desenvolver uma economia mais liberalizada e o reforço da guerra contra a corrupção.

²³ Os casais onde exista um elemento que cresceu como filho único poderão ter uma segunda criança, quando, até aqui, só quando ambos os pais eram filhos únicos o casal podia aspirar ao segundo filho.

²⁴ O sistema de reeducação pelo trabalho (“laojiao” em mandarim), é impopular e utilizado pela polícia contra delinquentes, mas também pelas autoridades locais contra qualquer contestatário de que se pretenda livrar (por simples decisão da polícia, um tal sistema permite enviar pessoas para estes campos durante pelo menos quatro anos, sem ser preciso, para isso, passar pelos tribunais). Introduzido no tempo de Mao Tsé-tung em 1957, o sistema é vivamente contestado por causa desses abusos, nomeadamente por parte de quadros locais que procuram silenciar os seus opositores ou os internautas que os criticam ou denunciam tais abusos (segundo um relatório publicado pelas Nações Unidas em 2009, havia 190 mil pessoas detidas na China neste tipo de campos).

É da resultante da exigência do momento chinês com o gradualismo das suas decisões, a resistência ideológica do partido comunista e o bloqueio das elites à mudança, que se definirá o grau de tensão interna nos próximos anos e o papel de Xi Jinping na história, conhecida que é a sua determinação de dela constar com relevante protagonismo. Inspirar-se-á, nessa cruzada, em antecessores brilhantes, como Deng Xiaoping, que, em 1978, começou a criar um país com dois sistemas. Conseguirá concretizar as mudanças que pretende e que são, hoje, essenciais à China? “*Tem de o conseguir, porque a sua relevância política depende disso*”, segundo o ponto de vista do académico Cheng Li, num artigo publicado pelo *think tank* “*Brookings Institution*”. O designado “Plano 383”, formulado a partir de algumas ideias de liberalismo económico e fiscal, delimitou uma tríade de linhas de acção: a) mercados, governo, empresas; b) mudanças em sectores considerados chave; c) pacotes de medidas a aplicar nos 10 anos do mandato presidencial.

Curiosamente, uma década antes, o antecessor Hu Jintao, também fez promessas parecidas, embora mais modestas, sem contudo as concretizar, na medida em que manteve um ritmo acelerado no crescimento económico, abrindo frechas a um certo colapso do tecido socio-económico, derivado das disparidades sociais que não pararam de se acentuar, com chineses de diferentes estatutos (o acesso à posse de casas, por exemplo, é diferente no campo e na cidade), uma poluição incontrolável (há semanas a cidade de Harbin, com dez milhões de habitantes, fechou devido à neblina espessa causada pela poluição) e a tal corrupção endémica, a legitimarem, no conjunto, a caracterização da tendência económica mais marcante do consulado Hu, como a de um “... *Estado a avançar, à custa de um sector privado a recuar, numa década perdida e responsável por muitos dos problemas económicos de hoje ...*”²⁵.

Estes desequilíbrios económicos revelam-se agora com maior evidência, pelo facto do país ter mantido o crescimento à custa do investimento de metade do PIB, contrastando com o consumo das famílias a valer apenas um terço (referencial de dois terços numa economia “saudável”), insuficiente para permitir a inflexão das citadas desigualdades e dicotomias campo-cidade e elites políticas-massas, o

²⁵ “*Pessimism about China’s Plenum is unwarranted*”, de Cheng Li;

que poderá explicar o aumento da agitação social, visível nos *blogues* e nas manifestações espontâneas.

Os líderes chineses já entenderam muito bem tudo isto, daí a sua mais recente aposta no reequilíbrio económico, incluindo a necessidade de desenvolver o sector terciário e o reforço dos direitos de propriedade nas áreas rurais. Assim como têm a percepção de que o crescimento permitido pela industrialização (sem precedente e inigualável²⁶ em qualquer país desenvolvido e muito menos na Europa) não será possível perdurar por muito mais tempo e, neste capítulo, encontrarão alguma inspiração no que foram as alterações políticas e económicas a que a Inglaterra se viu forçada nas décadas do processo da industrialização viabilizada pela sua pioneira Revolução Industrial, percursora do modelo social proteccionista e ascensão das classes médias, com a subsequente democratização da sociedade.

Sendo a China um país de partido único, a liderança está dividida em duas facções, uma conservadora (mais populista) e outra a que os sinólogos chamam “elitista” (mais liberal). Têm raízes regionais distintas, com a primeira historicamente mais ligada ao mundo rural e a segunda claramente urbana. O *politburo* ainda é um órgão onde há um grande domínio da ala conservadora do partido, mas no todo-poderoso comité permanente, Xi está em clara vantagem (6 contra 1) e, no seu Governo, apenas o primeiro-ministro, Li Keqiang, está “na oposição”, ainda que se venha revelando mais como cooperante do que um obstáculo. Sem desvalorizar as diversas contradições que emergirão no caminho, ousamos concluir que o rebentamento das mencionadas bolhas e os constrangimentos da situação económica influenciarão negativamente o crescimento, justificando de *per si* a revisão em baixa das anteriores previsões da chegada da economia chinesa ao primeiro lugar mundial, ultrapassando os EUA, com deslize da meta de 2022 para 2047²⁷, devido à expectável descida da taxa de crescimento económico anual para um valor médio da ordem dos 5 a 6%.

²⁶ A industrialização da Grã-Bretanha, há 200 anos, foi igualmente inigualável, sabendo-se os graves problemas que resultaram desse crescimento e a agitação social daí decorrente, levando os políticos britânicos a reformarem a rede de segurança social e a abrir espaço para a ascensão das classes médias e os necessários reequilíbrios económicos, permitindo um crescimento sustentado que se estendeu por todo o século XIX e primeiras décadas do seguinte.

²⁷ “A China abrandará”, de Paul De Grauwe, in “Expresso - Economia”, de 03AGO2013.

Aqui chegados, justificar-se-á alguma reflexão suplementar acerca do prognosticado definhamento dos EUA e da Europa, em favor desta refulgente economia chinesa. É que este juízo negativo poderá ser algo precipitado, e, isto, porque há sempre dinâmicas a nível doméstico e relações inter-pólos de poder²⁸, tanto mais que outras variáveis, nomeadamente sociais, ambientais, migratórias, urbanísticas e securitárias, acompanham aqueles factores na definição da equação total. É um alerta útil que os analistas por vezes esquecem, dado que nenhuma grande potência deve ser medida com um único peso e perspectiva, assim como o actual debate sobre a desaceleração económica chinesa deve ser relativizado para não concluir apressadamente sobre a inevitabilidade do arrefecimento, negligenciando outros aspectos, ainda que alguns possam escapar ao controlo chinês, nomeadamente a forma como se processará a transição política e social subjacente ao prefigurado ciclo de arrefecimento económico, por exemplo, e como é que a nova classe média e sobretudo os 50% de licenciados que anualmente engrossam o desemprego reagirão ao tempo e ao modo desse processo de transição. Recorde-se que o tal valor fetiche dos 7,3% de crescimento mínimo do PIB é calculado em função dos 10 milhões de novos activos a chegar, anualmente, ao mercado de trabalho.

Aliás, tais dinâmicas também não estão imunes às políticas de competidores estrangeiros, como é o caso dos EUA. As suas multinacionais, antes deslocalizadas para a China, começam a regressar e a investir na concepção, produção e venda dos seus produtos na terra do Tio Sam, num processo retractive explicado pela diminuição do diferencial de custos de trabalho, tendo em conta que a fase dos baixos salários na China, o grande motor da deslocalização nos últimos 30 anos, está a acabar, com subidas acentuadas em todas as cidades chinesas da costa do Pacífico, além de que Pequim tem todo o interesse em mudar o seu modelo económico de maneira a favorecer o desenvolvimento das províncias mais interiores, dos mercados internos e da inovação. Acresce a esta circunstância a extensão das cadeias logísticas (a subcontratação da montagem ou fabrico da produção a terceiros, ainda que com menores custos, acaba desvalorizada pelas perdas importantes

²⁸ Apenas a título de exemplo, invoca-se o projecto da Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento/PTCI e a Parceria estratégica EUA-China.

em termos da qualidade e inovação dos produtos e na rapidez do acesso ao mercado quando esses fabricantes se encontram no outro lado do mundo) e a queda dos preços da energia (a deslocalização das empresas começou numa época em que o petróleo era muito barato, o que não vem acontecendo nos últimos anos, e a revolução energética em curso na América já baixou imenso o custo da energia para a indústria). Em consequência, e sem que o regresso das empresas multinacionais às fábricas nos EUA corresponda a um aumento significativo de novos empregos industriais, é legítimo concluir que a fase da deslocalização da produção industrial da América (e da própria Europa) para a China e a Ásia está mais próxima do seu termo, acontecimento e momento nada despiciendo nos planos político e económico.

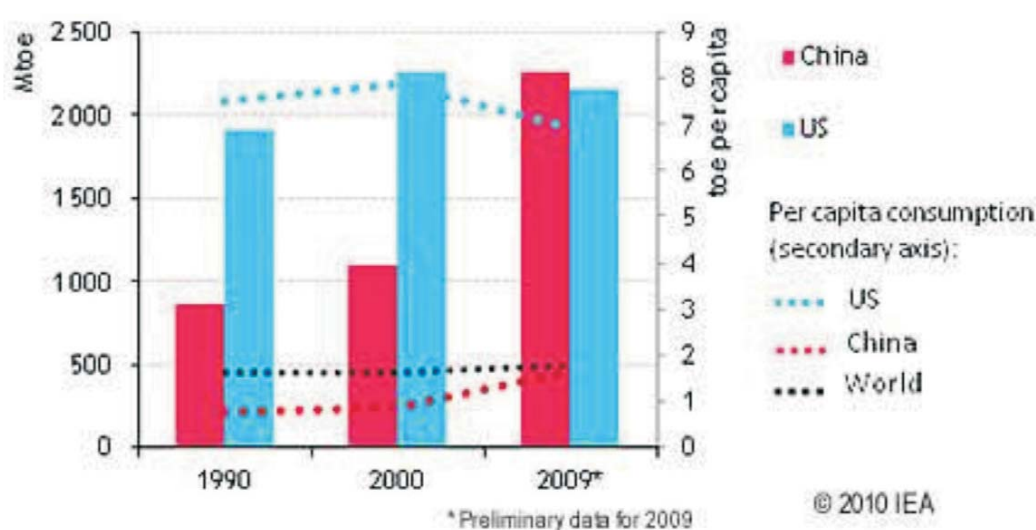
No fundo, todo o mundo anda às voltas com a questão da liderança americana, tanto os aliados como os inimigos. Não sabem o que fazer sem ela nem há qualquer candidato preparado para ocupar o espaço vazio. Trata-se de uma partida de xadrez muito difícil de jogar e tanto mais quanto Washington pretenderá libertar-se do M-O, agora que está a menos de uma década da sua total independência energética, o que não poderão fazer a Europa e a China, em relação a uma região da qual dependem para o seu abastecimento energético. Mais correcto do que falar em retraimento estratégico americano, será afirmar que é o mundo que não deixa a América em paz. Por mais que Merkel e Dilma se enfureçam, que Xi Jinping desconfie e que Putin gesticule, a América continuará, por ora, a ser a potência incontornável, se Obama conseguir preservar esse estatuto nos próximos três anos.

Resta-nos, a nós europeus e também americanos, uma questão político-económica importante, como seja a de evitar o esbatimento da relação transatlântica, indiciado na recente crítica de Washington à terapia germânica para a recuperação da zona euro, quiçá mal lembrado da sua agenda de interesses na Europa e vice-versa. Este reparo alimenta-se de uma leitura pragmática dos números da economia da área euroatlântica, a recomdarem a solidez e permanência da relação no topo das preocupações de ambas as margens. E que nos dizem esses dados estatísticos? Os EUA investem mais na Alemanha do que na vizinha América Central (México incluído), o dobro do que canalizam para África e o triplo do que entra na China; 19 Estados norte-americanos

têm a Alemanha como principal mercado de exportação, incluindo Califórnia, Illinois, Carolina do Norte e Pensilvânia (em segundo está o RU, com 11); no período 2000-2012, os EUA investiram mais na Holanda e no RU, individualmente, do que na América Central e do Sul, M-O e África todos juntos; e só na Irlanda investiram seis vezes mais do que na China, que conta menos do que a Bélgica, Espanha, França ou Alemanha no bolo total do investimento externo americano. É este quadro de “intimidade económico-financeira” que julgamos legitimar uma dupla e verosímil conclusão: a morte da relação transatlântica tem sido exageradamente empolada e os EUA ainda não desistiram da potência europeia para a reabilitação ocidental.

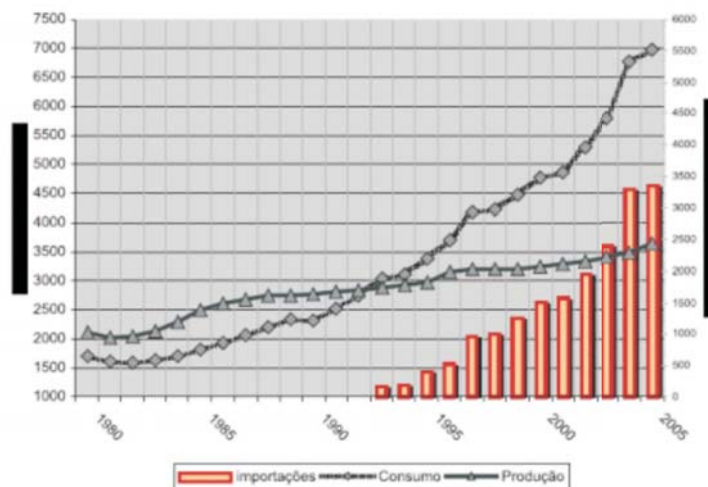
Estes são factores relevantes que a China certamente não vai descurar e estão pesando na sua reorientada estratégia político-económica, um desafio sério para a nova liderança em Pequim e que pode delimitar a fronteira entre uma China controlada pelo centro e uma outra em deriva turbulenta, com uma certeza – a da tomada de opções com algum melindre em relação aos seus credos e convicções ideológicas. Refere-se ainda um segundo importante desafio para Pequim e que passa, para além da tarefa de manter o consenso na cúpula responsável pelo “capitalismo *de comité central*”, pela gestão de um inevitável “emagrecimento” energético de uma matriz muito dependente do poluentíssimo carvão, com todo o rosário de problemas ambientais e de saúde pública, susceptíveis de acordar movimentos sindicais e protestos em larga escala, tanto mais que o indicador da despesa no sector da saúde foi dos poucos que não cresceu na última década. Por isso, assistiremos a uma China sempre ávida de recursos energéticos (petróleo e gás), disposta a chegar onde eles se oferecerem, o que a transforma num actor relevante na evolução da malha mundial da energia, movimentando-se muito mais pelas fronteiras desses recursos, do que propriamente por condicionalismos ou limites de ordem interna.

Estes desafios e problemas não devem servir para desvalorizar o grande sucesso iniciado ao longo da década de 80, com o crescimento chinês a viver, primeiro, à custa da capacidade empresarial instalada em Hong Kong e Taiwan, influência revertida na década seguinte, para se tornar no centro do poder e da riqueza, a partir do início



deste século. Os focos de desenvolvimento, as linhas de influência e os fluxos de capital passaram, então, a congregar-se no seu interior, funcionando como uma espécie de íman. É esta pujança económica que mantém os chineses crentes na sua posição natural de epicentro do Leste asiático, favorecidos por uma civilização considerada ímpar nesse contexto regional, ela própria impulsionadora do novo estágio de poderio que imaginam ao seu alcance no futuro.

Só que esse crescimento, também ele, está, hoje, em processo de transvase para a vizinhança, contagiando, com enorme dinamismo, países como o Laos e Camboja, passando pela Coreia do Sul e Japão, até à Indonésia, Malásia, Filipinas e Austrália. O Leste asiático está, efectivamente, numa clara refulgência económica alavancada pelo sucesso do Império do Meio, qual vulcão desenvolvimentista a expelir lavas sentidas pelo resto do mundo, mas com especial incidência no teatro regional, numa altura em que Pequim já tem plena consciência de que o trampolim para um poder global passa pelo prévio estatuto de potência dominante a nível regional. Nesta caminhada, certamente com os seus obstáculos, a China terá de contar, especialmente, com o rival Japão (ultrapassado em termos mundiais mas ainda com a economia globalmente mais avançada na região) e os EUA, dada a sua implantação militar e poder de influência nesse palco estratégico, sem esquecer obviamente a circunstância de partilha de fronteiras com a Rússia a Norte e a Índia a Sudoeste, poderosas peças no xadrez político-económico.

Gráfico 1*Produção, Consumo e Importação de Petróleo pela China**

* A produção e o consumo estão representados na escala da esquerda, enquanto a escala da direita corresponde ao volume total das importações por ano.

Fontes: BP statistical review of world energy 2007 (BRITISH PETROLEUM, 2007a) e BP statistical review full report workbook (BRITISH PETROLEUM, 2007b).

Em função dos desafios inerentes a uma ascensão acelerada desta natureza, há algumas questões pertinentes que se poderão colocar a Pequim, da seguinte forma: atingirá em pleno a ambicionada proeminência regional que já deteve há alguns séculos atrás? Sendo um processo gradualista, quanto tempo demorará a concretizar? De que forma poderá ser atingida essa posição cimeira e que contornos assumirá, num momento histórico em que ainda perduram memórias pouco amigáveis do antigo “sistema tributário”, equivalente a um certo confisco que, no passado, impôs às demais nações asiáticas? As respostas só se poderão conceber no domínio da pura especulação, mas um elemento objectivo é possível adiantar, desde já: há menos de uma década, a China passou a constituir o principal mercado para muitos países da região e, a confirmar-se a tendência actual, alcançará em breve o estatuto de parceiro económico impar para cada um e o conjunto desses países, catapultando Pequim para uma posição de centralidade em termos do futuro económico da Ásia, como sinalizado pelo crescente número de países que estão a fixar as suas moedas em relação à divisa chinesa – o *renminbi* ou *yuan* –, assim como a crescente procura de cursos de mandarim, que levam as escolas de diversos vizinhos a adoptar a língua como disciplina obrigatória. Neste contexto, não admira que cresça também a tendência de um certo alinhamento

desses países, à excepção do Japão, com as posições de Pequim na cena internacional, incluindo, com inegável surpresa, Taiwan e também dois dos mais fiéis a Washington, Filipinas e Singapura.

Mas a China, na sua ascensão económica, não se confinou à região asiática, estendendo, em cerca de década e meia, os seus tentáculos económico-financeiros a África e à América Latina. No primeiro caso, ultrapassou os EUA, para ser, desde 2009, o maior e menos exigente parceiro comercial de África (para 2013-2015 afectou ao seu desenvolvimento económico 20 mil milhões de dólares e, por exemplo em Angola, já desfruta do estatuto de aliado absolutamente estratégico e principal banqueiro), conquistando o continente de uma forma assombrosamente rápida, eficaz e silenciosa, nalguns casos também pouco transparente. Aliás, não é só a China, a Ásia é hoje, cada vez mais, um parceiro interessado em África e desejado nestas paragens, designadamente o Japão, seduzindo os africanos, com alguns encontros a dar corpo a essa relação asiático-africana²⁹, à custa da Europa, em crescente perda da influência e risco de apagamento dos históricos laços. Com um Ocidente em retracção, é da China que sai hoje grande parte do IDE em infra-estruturas, mas também nos sectores mineiro e energético, de que África precisa e que, desde 2009, faz de Pequim o seu principal parceiro económico. Naturalmente que os EUA não quererão ficar de fora da corrida pelas oportunidades económicas e pelas matérias-primas africanas, mas o terreno perdido já é de difícil recuperação e, para a Europa, ainda mais problemático.

No segundo caso, é interessante reparar como a China se tem imposto na América Latina, sendo quase o primeiro parceiro comercial do Brasil, tornando-se, em 2012, no terceiro maior investidor estrangeiro nesse espaço, ultrapassando a Espanha, os EUA e a Holanda, realidade muito curiosa, se atentarmos nas distintas idiossincrasias culturais das partes.

²⁹ *Fora* para a Cooperação China-África (Pequim 2000; Etiópia 2003; Egipto 2009), Cimeira que aprovou a Declaração intitulada “A Nova Parceria Estratégica Ásia-África” (Indonésia 2005), Conferências Internacionais de Tóquio sobre o Desenvolvimento Africano (já na 5ª edição, JUN2013), *Fora* Índia-África (Nova Deli 2008; Etiópia 2011), *Fora* Coreia do Sul-África (Seul 2006; Etiópia 2009; 2012, de onde saiu a Declaração de Seul), copiados já pelo Vietname e a Malásia, sendo ideia comum às partes o encurtamento do intervalo de realização dos 3 para 2 anos. Todas estas iniciativas prosseguem o guião formal da cooperação económica e apoio ao desenvolvimento, mas, na prática, reflectem a troca mutuamente vantajosa de investimentos infra-estruturais por matérias-primas.

Esse avanço chinês não se fica apenas pelos países em desenvolvimento. Está a ganhar terreno na própria Europa, nomeadamente na Grécia com uma crescente presença³⁰, assim como na Bélgica (investimento nos portos), em França (nos vinhos de Bordéus) e entre nós (transportes, electricidade e seguros). Além da Europa, não ficam de fora daquela “invasão” outros países ocidentais, como o Canadá, a Austrália e os próprios EUA, chegando à Gronelândia (parcela autónoma da Dinamarca com minas de ferro e de terras raras que não escapam à devoradora indústria chinesa) e ao próprio Ártico.

Neste particular, um porta-contentores chinês testou, pela primeira vez, no Verão de 2013, uma nova rota marítima até à Europa, através da Passagem do Noroeste, entre o Atlântico e o Pacífico, navegável por um período de quatro meses por ano e encurtando a distância em cerca de 7 mil km. As alterações climáticas no pólo e o degelo a partir de 2007 tornaram essa passagem navegável e permitiram esse encurtamento entre a Europa e a Ásia³¹. Contornar a instabilidade do M-O e a pirataria nos estreitos, tem levado entusiasticamente Pequim à rota marítima do norte, dado que poderá reduzir em 35% os custos de transporte de mercadorias para a Europa e reduzir cerca de 3 mil quilómetros a viagem entre Xangai e Hamburgo, em comparação com o caminho pelo Suez (12 a 15 dias mais rápida do que através deste tradicional corredor) e proporcionando um forte impulso às exportações chinesas (UE, com uma alíquota de 16% e EUA, são os principais clientes). E em 2012, 46 navios utilizaram aquela passagem (em 2010 foram apenas 4), um número ainda residual comparado com o do Canal do Suez (19.000 navios/ano e 162 km de extensão, entre os mares Mediterrâneo e Vermelho). Contudo, estima-se que em 2020 mais de 15% do comércio internacional chinês poderá

³⁰ Concessão de parte do porto do Pireu por 35 anos, tornando-o lucrativo, embora os sindicatos denunciassem a imposição de condições de trabalho e salariais muito inferiores às que estão em vigor no outro lado do porto; privatização de 30% do aeroporto de Atenas e parques industriais da região de Thriasio com empresas asiáticas a multiplicarem-se para montarem ali artigos importados da China, e, assim, poderem etiquetá-los “*Made in UE*”.

³¹ Em 2012, 46 navios utilizaram aquela passagem (em 2010 foram apenas 4), um número ainda residual comparado com o do Canal do Suez (19.000 navios/ano e 162 km de extensão, entre os mares Mediterrâneo e Vermelho), estimando-se, contudo, que em 2020 mais de 15% do comércio internacional chinês possa recorrer à nova rota, tendo em conta que cerca de 90% do comércio externo da China é feito por mar, o que diminuiria significativamente os custos das empresas marítimas.

recorrer à nova rota, tendo em conta que cerca de 90% do comércio externo da China é feito por mar, o que diminuirá significativamente os custos das empresas marítimas.

Presume-se, pois, que o aquecimento global venha a destapar outro cenário de alta competição, precisamente nesse tabuleiro comercial alternativo às rotas de Malaca e do Suez, sobretudo para a China (alavanca fortemente impulsionadora para as exportações chinesas tendo em conta que a UE – com uma alíquota de 16% - e os EUA continuarão a ser por largo tempo os seus principais clientes). Mas não só o momento tem aguçado a concorrência, já que esta está a verificar-se igualmente na exploração intensa em *offshore* (*Gazprom*, *Shell*, *Exxon-Mobil*, *CNOOC*) de 30% das reservas de gás e 15% de petróleo globais por extrair, propiciando um considerável espaço para litígios e atritos no futuro.

Ainda que um pouco extenso porque nunca tanto como hoje a questão económica esteve na ordem do dia, este é um quadro rudimentar mas porventura suficiente, para perceber a natureza telúrica das transformações por que está a passar a economia mundial, com inevitáveis consequências ao nível da geopolítica e geoestratégia, em base global e regional, como se tentou evidenciar.

c) Geoestratégica

Vejamos, por último, a terceira dimensão do quadro regional, a geoestratégica, inevitavelmente muito centrada na “*fábrica do mundo*”, como já tem sido baptizada a China.

Nos últimos vinte anos, o cenário asiático tem vindo a sofrer profundas alterações, com a China à cabeça, nos domínios da economia e da defesa e na “*terra como no céu*”. De facto, esta última expressão poderia ser a síntese da função que a China visa desempenhar no contexto internacional e do correspondente papel estratégico que ambiciona exercer em plenitude, como o atesta uma cronologia dos últimos dez anos³² do seu programa

³² 2003 – primeiro astronauta em órbita a bordo da “*Shenzhou-4*”; 2008 – um dos três tripulantes “em passeio” fora da nave “*Shenzhou-7*”; 2011 – lançamento por foguetão do primeiro módulo da futura estação espacial chinesa colocada em órbita em SET desse ano; desde então tem sido monitorizado o sistema de acoplagem com visitas de tripulações chinesas encarregues de tarefas de teste e experimentação, como a da recente missão. O primeiro robot lunar chinês de sempre já está na rota certa para aterrar na Lua em meados de DEZ2012. A Chang’e-3, a nave que o transporta,

espacial, com um investimento global da ordem de milhares de milhões de euros, no claro propósito de uma gradual conquista do seu próprio “espaço ... no espaço”³³ e, por essa via, aspirar à concretização das suas ambições geopolíticas e interesses geoestratégicos globais.

Sabe a China que esse nível de ambição terá de assentar no factor estratégico da educação e neste ponto gostaríamos de trazer à colação os resultados do Relatório do PISA³⁴ 2012, onde se pode constatar que os países asiáticos em geral destronaram a Finlândia habituada ao topo classificativo, cujo desempenho não piorou mas sem evitar essa ultrapassagem dos asiáticos. O segredo deste sucesso é claro para a OCDE: “... *exigem demasiado aos alunos, existe uma cultura para a educação com pais, alunos e professores a trabalhar no mesmo sentido ... (dado serem) países onde todos os dias se aposta na melhoria, se corrigem os erros e se criam as melhores condições de aprendizagem ...*”. De facto, tratam-se de países onde não se verificam grandes disparidades entre as escolas, recebem estas alunos de contextos mais desfavorecidos ou não (explicações nas escolas para os alunos com mais dificuldades) e sabendo o papel fundamental da qualificação dos recursos humanos no desenvolvimento dos países, compreende-se agora melhor a posição de vantagem competitiva da China e de alguns dos seus vizinhos, com clara tendência de acentuação no futuro.

Retomando a corrida ao espaço, nesta não se conta apenas com a China. A Índia lançou recentemente (06NOV2013)³⁵ a primeira missão

foi lançada em 01DEZ2013, da base espacial de lançamento de satélites Xichang, na província chinesa de Sichuan, no Sudoeste da China, lançada no foguetão chinês Longa Marcha 3B.

³³ Prepara o terreno para o envio de astronautas (“taikonautas”) à Lua até 2020.

³⁴ *Programme for International Student Assessment*. (PISA, um projecto estatístico cuja metodologia só foi começada a trabalhar pela OCDE em meados dos anos 1990 e cuja primeira sondagem foi levada a cabo apenas em 2000. O PISA é uma grande avaliação internacional à literacia dos alunos de 15 anos, em três áreas-chave: Ciências, Matemática e Leitura. Cada bateria de testes privilegia uma área em particular. No PISA 2012 participaram 34 países da OCDE, mais 31 países e zonas económicas que não fazem parte da organização. A área de eleição foi a Matemática, o que significa que dois terços das perguntas dos testes aos alunos são dessa área;

³⁵ A partir do Centro Espacial *Satish Dhawan* em Sriharikota, no estado de Andhra Pradesh. Tratou-se da nave *Mangalyaan* – “veículo de Marte” em hindi –, de 1.350 Kg, que vai manter-se em órbita terrestre até 01DEZ2013, altura em que começará uma viagem de 300 dias até àquele planeta, onde deverá chegar a 24SET2014, depois de percorrer 400 milhões de Km. Este acontecimento também marca o atingir de um novo patamar na história das mis-

a Marte, com sucesso, tornando-se a agência espacial indiana *ISRO*, assim, a quinta organização deste tipo no mundo a enviar para o espaço uma missão com o objectivo de alcançar o planeta vermelho. Esta não é a primeira incursão da Índia na exploração do espaço: em 2008, a missão lunar não tripulada Chandrayaan conseguiu obter os primeiros indícios de sempre da presença de água na Lua. Só que agora, a aposta da Índia é tornar-se o primeiro país asiático a ter uma missão marciana bem sucedida – um grande desafio, considerando que, desde 1960, várias dezenas de missões a Marte foram lançadas, das quais mais de metade falharam (só os engenhos das agências espaciais americana e europeia, respectivamente a NASA e a ESA, conseguiram até hoje recolher dados em Marte). Sem dúvida que iremos assistir no domínio espacial a uma competição entre estras potências regionais, corrida que já está na rua e a que não serão estranhas motivações de poder e prestígio que a exploração do espaço confere, embora poucos responsáveis o admitam.

Sem dúvida que a intenção da Índia reflecte uma evidente preocupação com a recente ascensão da China neste domínio, como evidente será o enorme desafio imposto pelas capacidades espaciais crescentes da China no plano da segurança nacional, o que faz da missão marciana de Nova Déli um projecto tão ligado à política e ao prestígio como à ciência. Refiram-se, a propósito, as críticas que essa missão tem suscitado internamente, no tocante ao desperdício de recursos num país como a Índia, onde dois terços dos 1.200 milhões de habitantes vivem com menos de 2 US\$/dia, além de que, mesmo do ponto de vista científico, alguns apontem o seu menor interesse³⁶. Em suma, e independentemente da credibilidade científica, o que a Índia visará, não é tanto o desenvolvimento científico, mas sim

sões espaciais low cost: a missão da referida nave, que neste momento se encontra em órbita da Terra, custou uns módicos 55 milhões de euros (a título de comparação, a missão do robot *Curiosity* da NASA acarretou uma despesa de 1500 milhões de euros, embora a *Curiosity* tenha pousado no solo marciano, onde ainda se encontra em funcionamento – uma operação extremamente delicada e cara, dado o seu tamanho –, e o engenho indiano esteja programado para permanecer em órbita à volta de Marte.

³⁶ “Esta é uma missão de muito baixa qualidade, com objectivos científicos limitados”, diz-nos D. Raghunandan, do *think tank* Fórum Ciência de Deli, citado pela *BBC News*. Também um ex-responsável da ISRO declarou à *CNN* que “a órbita elíptica [na qual a Mangalyaan deverá ser colocada] não é o tipo de órbita certa para permitir uma observação pormenorizada do planeta”, uma vez que a sonda nunca se aproximará a menos de 360 Km do planeta, podendo, pelo contrário, chega a afastar-se dele até aos 80.000 Km ao longo do seu percurso orbital.

o reforço do seu prestígio internacional e a exibição da sua capacidade tecnológica para embarcar em viagens interplanetárias, determinada, como está, a entrar na corrida e a chegar lá.

Voltando à China, se dúvidas subsistirem, aditaremos mais um argumento e sinal da vontade de Pequim em assegurar maiores níveis de credibilidade para a sua acção externa, ao decidir a modernização acelerada da sua marinha de guerra³⁷, numa clara intenção de se afirmar perante os seus vizinhos e sintoma de um crescente desconforto com a presença militar dos EUA na região – incluindo o Índico e a sua aproximação com a Índia. Entre os dois gigantes, poderá emergir uma perigosa “desconfiança estratégica”, sem que se julgue prudente excluir, de todo, a possibilidade de ela vir a marcar a política internacional do século XXI. Desenvolveremos este ponto em capítulo próprio mais adiante.

De facto, entre os diversos elementos que marcam a actual paisagem estratégica da Ásia, merece destaque a forte presença americana, por via dos seus dispositivos militares na região e vasta rede de alianças, a par de instalações militares em diversos países do Sudeste Asiático, M-O e Ásia Central (não obstante a nova fase de cooperação entre a China e os EUA, ainda incipiente e quiçá insuficiente para destronar a latente competição entre ambos). Mas outros dados, não despiciendos, recuperamos do antecedente, como as novas “parcerias estratégicas” fomentadas por Moscovo e Pequim; as alianças especiais da China com o Paquistão e a Coreia do Norte; a emergência da Índia; a histórica rivalidade sino-japonesa; o contínuo aumento dos orçamentos de defesa e das capacidades militares na região (apesar dos progressos na cooperação multilateral, inclusive sobre questões de segurança); o já sublinhado aumento significativo dos intercâmbios económicos e trocas comerciais entre países asiáticos; e a existência de vários conflitos e diferendos por resolver, uns entre vizinhos asiáticos e outros extravasando para as grandes potências, um conjunto de ingredientes bem fortes para uma “turbulenta iguaria”.

Sem grande margem de erro, é possível identificar, desde já, uma mudança do equilíbrio de influência em desfavor dos EUA, como a que se operou na última década, com os chineses a agirem sem deslizes ou erros na condução da respectiva política internacional (exceptuando o incompreendido apoio ao regime de Pyongyang). Isso

³⁷ Ponto alto, em SET2012, com o lançamento do seu primeiro porta-aviões (o “*Liaoning*”).

não significa que os americanos estejam a “perder o pé” na região, tão somente que daqui para a frente passarão a dispor de menos espaço de manobra que monopolizaram durante meio século, muito por causa da crise político-financeira americana no tabuleiro global e também da nova agenda russa de rearmamento, com o paralelo desprezo pelos mais elementares valores da liberdade e direitos humanos, a que se junta uma perigosa e provocadora nostalgia da grandeza militar soviética e do papel que a Rússia teve no mundo. Aqui e num breve parêntesis, coloca-se um dos maiores desafios à aliança atlântica, cuja comunidade, encandeada pela crise, poderá ser tentada a descurar a segurança colectiva, com possível, diferido e profundo lamento de tão pernicioso distracção. Subscrive-se, com esta crítica, o alerta da AI para o “... *retrocesso e a erosão dos direitos fundamentais* ...” praticados por Moscovo, precisamente no dia em que acendeu a tocha dos Jogos Olímpicos de Inverno³⁸, em consequência da “... *política altamente repressiva* ...” do Presidente Vladimir Putin, impeditiva do exercício do direito de liberdade de expressão, associação, protesto e reunião.

Acabado o parêntesis, retomemos o cenário asiático. Disputas territoriais, nacionalismos e a ascensão como potência marítima precisam de boa diplomacia, como depressa reconheceram os chineses. Quanto mais robusta e credível for a sua política externa, melhor o caminho interno para crescer e estabilizar.

A presente década pode ser complicada, conhecendo a tradicional volatilidade das relações na Ásia, uma boa razão para o estabelecimento de diversas parcerias estratégicas (Rússia-China³⁹, China-Índia⁴⁰, China-Coreia do Norte⁴¹, Índia-Irão⁴², etc.), ainda que nem sempre

³⁸ A realizar em FEV2014, na cidade russa de Sochi.

³⁹ Estabelecida em 1996 numa lógica inicial de contrapeso à hegemonia dos EUA e contraponto à aliança sino-americana.

⁴⁰ De 2003, reforçada na visita de Wen Jiabao à Índia, em ABR2005, com objectivos de contrariar o unilateralismo americano e promover uma ordem multipolar.

⁴¹ Actualmente mais condicionada, em função das posições erráticas da nova liderança norte-coreana, compreendendo-se a posição mais reticente e defensiva de Pequim, por receio de invasão de refugiados da calamidade económica em que vai sobrevivendo o regime de Pyongyang, tendo mesmo forçado no Verão de 2013 as negociações com Seul.

⁴² Acordada em 2003, esta parceria inclui a colaboração nas áreas da energia, comércio e outros assuntos económicos, antiterrorismo, cooperação militar e também “em terceiros países” (provavelmente, Afeganistão e Paquistão).

com a eficácia desejada. Para além destas parcerias e relações, o enquadramento estratégico não dispensa uma referência à dupla questão da inserção da China no quadro da ASEAN e a sua mais crítica gestão das problemáticas e desafiantes relações com Taiwan e Japão. A esta organização associaram-se agora seis novos membros, incluindo os EUA e a Rússia, numa tentativa de acompanhamento dos seus trabalhos e obviamente de monitorização da liderança chinesa. Ainda que essa presença americana seja desejada enquanto factor de equilíbrio, há a consciência de que a China é o futuro da região, o que não impede de a julgarem numa dupla perspectiva: positivamente no plano das negociações comerciais, onde encontram uma atitude aberta e concessiva, mas já menos favoravelmente no que toca à ampliação do poder militar sem preocupações de multilateralidade, num comportamento bem distinto do primeiro. A principal fonte de preocupação no seio da ASEAN prende-se, não tanto com o que a China é hoje, mas essencialmente no tocante à forma como ela se irá posicionar nas próximas décadas, a gerar incerteza e ansiedade por esse futuro.

A nível da orgânica da segurança regional, a ASEAN já inscreveu na agenda a questão das disputas territoriais no Mar da China do Sul, a propósito das ilhas reivindicadas, de uma forma tal que o crescente aumento da presença naval chinesa, com submarinos nucleares operando naquele espaço a partir de uma nova base naval subterrânea na ilha Hainan, vem causando um manifesto desconforto nos oponentes. Essas ilhas são valorizadas pelos reclamantes como o elemento-chave da relação com uma China que, para ser verdadeiramente entendida numa perspectiva histórico-cultural desligada do paradigma ocidental, obriga a ter presentes, e os vizinhos asiáticos sabem-no, as suas já referidas características fundacionais (do tal “Estado-civilização”), um bom código para decifrar a constante atitude chinesa perante as questões de Taiwan e Japão, dois *dossiers* que “entornam” o habitual comportamento e “caldo” políticos da China de conciliação, diálogo e compromisso na região.

Taiwan representa o mais importante “território perdido”, aparecendo com uma crescente dependência económica do continente, a que não será estranha a clara regressão do seu movimento independentista, uma situação que favorece os desígnios de Pequim, agora mais confiante e paciente para um desenlace que não passe

pela recusada independência política aventureiramente equacionada pela ilha, também esta, aparentemente, menos avessa a uma futura soberania chinesa a troco de uma franca autonomia.

No caso do Japão, sempre visto como colonizador regional e o grande adversário, substituir-se-á ele a Taiwan como a questão mais difícil para Pequim? Desde a guerra de 1894-95, passando pela ocupação do nordeste da China em 1931 e culminando com a invasão de grande parte do território em 1937, a relação sino-japonesa tem sido muito pior do que com qualquer outra potência importante da região ou fora dela e as sequelas permanecem, quase 70 anos após o fim da II GM. Esta animosidade também é alimentada pela percepção de que o Japão pós-Meiji tem tanto respeito pelo Ocidente como desprezo pela Ásia e, nesta óptica dos ressentimentos, a China não está sozinha. O Japão deixou de ser, também para outros, aquele oásis do espectacular desenvolvimento económico e tecnológico, rodeado por uma periferia de atraso e pobreza, pesando-lhe a aversão crónica provocada pelo seu “legado de guerra” em muitos dos seus vizinhos (China e Coreia do Sul à frente de todos) e o consequente isolamento relativo no contexto do Leste asiático.

As áreas de conflito na região são de natureza histórica (quicá a predominante) e, presentemente, de cariz territorial (talvez a mais perigosa), relacionado com as reivindicações de soberania⁴³. A China já se ofereceu para adiar a questão da soberania (como fez com as *Spratley*), a favor de um desenvolvimento conjunto (ilhas ricas em recursos), mas essa ideia mereceu a rejeição dos japoneses, mantendo-se, assim, uma desavença com grande probabilidade de resvalar para um sério incidente e fazer descarrilar as relações bilaterais que no campo económico se processam de forma mais amistosa. Perante este quadro de potencial conflitualidade, o Japão não ficou impassível em relação à crescente capacidade de projecção do poder naval chinês referida anteriormente. Vai aumentar ao efectivo uma nova unidade naval (porta-helicópteros “*Izumo*”) a partir de 2015, sendo o maior

⁴³ Numa breve alusão às posições assumidas, Pequim defende que as ilhas *Diaoyou* lhes pertencem desde a dinastia dos Ming, conforme os mapas internacionais da época e tomadas pelos japoneses aquando da colonização de Taiwan, depois da guerra de 1894-95 (suporte no “direito histórico”), enquanto Tóquio afirma que essas ilhas *Senkaku*, após administração americana, foram devolvidas ao Japão em 1972, estando cobertas pelo tratado de segurança EUA-Japão (a lembrar a disputa anglo-argentina sobre as Falkland/Malvinas).

navio militar construído por Tóquio desde a II GM. Eis mais uma prova da justeza da afirmação feita atrás, imputando à região asiática uma posição dianteira na corrida aos armamentos a nível mundial.

A já sublinhada presença americana na região contou com desenvolvimentos recentes que comprovam o interesse estratégico na área, corporizado por alianças militares e acordos bilaterais de diversa natureza. Já dissemos que a sua influência política e diplomática sofreu alguma erosão na última década (tal a preocupação e o foco com o M-O e o combate ao terrorismo), mas hoje prossegue uma nova orientação de política externa, a desmentir ou retardar o augúrio de um continuado declínio na região. Fundamentamos esta convicção com, pelo menos, quatro acontecimentos ocorridos já a partir de 2010-11: as referidas alianças militares com Tóquio e Seul; o estacionamento de tropas na Austrália; a parceria com a ASEAN, nos mesmos moldes da firmada com a China há uma década atrás; e o processo de adesão de seis novos membros a juntar aos actuais 15 da parceria transpácífica da APEC⁴⁴, numa tentativa de deslocar o centro de gravidade do Leste asiático para a Ásia-Pacífico. Acrescentamos um outro muito recente, com a nomeação de uma filha de John F. Kennedy⁴⁵, a única sobrevivente desta prestigiada família americana, para embaixadora em Tóquio, tendo já afirmado o Japão como “... *À medida que os Estados Unidos se reaproximam da Ásia, o Japão permanece o nosso mais importante aliado. A relação EUA-Japão é uma pedra angular da prosperidade, estabilidade e segurança regionais ...*”, que provavelmente não terá escapado aos dirigentes da China e da Coreia do Sul, nem talvez ao seu desagrado.

Na medida em que se continuará a contar, no curto e médio prazos, com o poder aeronaval americano na região (mais forte no Nordeste do que no Sueste asiático) e com a crescente presença naval chinesa no Pacífico ocidental, este teatro poderá tornar-se numa crescente fonte de tensão bilateral, ou, na melhor das hipóteses, numa acomodação de interesses e objectivos que fomentem o envolvimento e cooperação

⁴⁴ Reunião de Bali, a 08OUT2013.

⁴⁵ Caroline Kennedy, de 55 anos de idade, assumiu a posição mais pública da sua vida adulta, tendo partido para Tóquio em 08NOV2013, alguns dias antes do 50.º aniversário do assassinio do seu pai, a 22NOV1963, em Dallas, no Texas, sul dos EUA, e três dias depois de uma recepção na embaixada do Japão em Washington, onde discursou, depois de apresentada pelo secretário de Estado, John Kerry.

militar mútuas, numa perspectiva de estabilidade e segurança em toda esta zona do Pacífico. Entretanto, estes dois poderes vão-se marcando à distância: China como potência terrestre preponderante no palco político em causa (expressão do crescente peso económico e político) e EUA, pelo menos a médio prazo, como o poder marítimo regional dominante (decorrente do seu *hard power*). Veremos!

V – PERIGOS E TENSÕES NA PRESENTE CONJUNTURA

Antes do último capítulo destinado a uma prudente sondagem sobre o futuro que no final do anterior se deixou no ar, vejamos como se desenhará, hoje, a partir da cartografia planetária, o cenário asiático.

De imediato, saltam à vista alguns pontos vermelhos, quatro deles com elevados níveis de perigo: M-O, América Latina, Europa e Ásia. Deixando de lado os restantes, iremos sustentar neste *item* aquelas que nos parecem ser as principais razões para uma inclusão da região asiática no referido quarteto.

A questão muçulmana, abafada por décadas de domínio das ex-repúblicas soviéticas com população maioritariamente islâmica (Kazaquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Kirguistão, etc), surge agora com mais força, representando para Pequim um novo tipo de vizinhança com os inerentes desafios internos, e, por outro lado, acrescida relevância estratégica desses novos países dadas as suas consideráveis reservas energéticas. Já apontámos a presença assertiva da RPC na geopolítica da Ásia desde o fim da guerra fria, em contraste com uma certa diminuição relativa da influência russa na região, a partir da extinção da URSS e subsequente aparecimento de novos países da Ásia Central, na sua maioria muçulmanos, com uma dupla consequência: cenário mais volátil e complexo e novas exigências à política externa regional e papel geopolítico da China, como, aliás, da própria Rússia.

Outro elemento de reflexão é a Índia. Nas últimas duas décadas, passou por algumas reformas económicas que abriram as portas de notável crescimento naquele que é o segundo país mais populoso do mundo. No pós-guerra fria, as suas relações com a RPC melhoraram, apesar das diferenças históricas e disputas pela preponderância regional, mas também se registou uma aproximação de Nova Deli, em termos militares

e estratégicos, aos EUA, além do reforço da velha aliança militar com a Rússia, sem esquecer as boas relações com o RU e a comunidade britânica de nações (*Commonwealth*), além de um recente desanuviamento de uma relação historicamente conflituosa com o Paquistão⁴⁶, que recentes acontecimentos, a propósito de Caxemira, parecem estar a recriar impedências sérias, podendo “espirrar” para a China.

A Caxemira indiana é uma região que está no olho do âmago dos desentendimentos entre a Índia e o Paquistão, disputada por ambos e já responsável por duas das três guerras efectivas⁴⁷ em que os dois países se envolveram desde a independência da soberania britânica, em 1947. A Índia aparece em vantagem no que respeita ao armamento convencional, enquanto o Paquistão, em superioridade tecnológica nos mísseis nucleares, pretende avançar com um plebiscito que permita ao povo de Caxemira decidir o seu futuro, mas nas últimas seis décadas recusado por Nova Deli. Desde o início do Verão de 2013 que os dois exércitos se têm envolvido em escaramuças e trocas de tiros na região reivindicada, violando um acordo de cessar-fogo mútuo a vigorar desde 2003 e, pior do que isso, o facto de Caxemira poder representar a espinha na garganta do desanuviamento das relações porfiado recentemente pelos dois governos.

Independentemente das boas intenções conjunturais entre ambos os litigantes, o certo é que este relacionamento ao serviço da causa da paz só poderá ter êxito com base na confiança mútua e num propósito sério de redução do clima de tensão e rivalidade na região, o que, por enquanto, carece de melhor prova, que não foi dada com o anúncio de Nova Déli, em FEV2013, do desenvolvimento de um míssil de longo alcance com capacidade nuclear e que poderá transportar várias

⁴⁶ Saído de eleições em MAI2013, liderado por Nawaz Sharif, ex-primeiro-ministro e líder da Liga Muçulmana (PLM-N) regressado ao poder depois de ter sido deposto num golpe militar em 1999, tendo pela frente dois grandes desafios: a economia e os talibãs, isto num país que poderá tornar-se cada vez mais instável e perigoso, dominado pelo “medo existencial” da Índia, parte interessada no Afeganistão e estrategicamente relevante enquanto potência nuclear e variável de influência na equação China-Índia, não obstante a já referida suavização das relações com o vizinho indiano.

⁴⁷ 2001 – extremistas dos dois lados, atacaram o Parlamento indiano; 2002 – à beira de uma quarta guerra regional; o mesmo voltou a acontecer em 2008, quando fundamentalistas paquistaneses atacaram instalações estratégicas em Bombaim, matando 166 pessoas; até hoje, a diplomacia americana tem evitado uma nova guerra, que alguns sectores mais extremistas do Paquistão, prefiguram como nuclear, em virtude da superioridade tecnológica paquistanesa em mísseis nucleares, contrabalançada pela da Índia em armamento convencional.

ogivas em ataques múltiplos (“*Agni VI*”), sinalizando que mantém uma corrida ao armamento com o rival e também nuclear Paquistão.

Diga-se, de passagem, que o referido sucesso económico indiano (7,6% de crescimento médio anual, durante a primeira década deste século), coexiste com uma condição doméstica repleta de contradições e desequilíbrios em vários domínios, numa Índia moderna que teima em manter desigualdades assustadoras e crescentes disparidades de riqueza (100 milhões de indianos prósperos contra 350 milhões abaixo do limiar da miséria)⁴⁸, a par de uma delapidação ambiental sem precedentes, de maus níveis de instrução (ensino primário negligenciado e nem uma universidade no top 200 a nível mundial) e de uma baixa esperança média de vida⁴⁹. São razões mais do que suficientes para uma boa reflexão estratégica sobre os melhores caminhos da evolução indiana, incluindo a perspectiva de relação bilateral com Pequim, em moldes desejavelmente construtivos e crescentemente confiáveis, em cujo tandem o Paquistão não deixará de tentar imiscuir-se para o condicionar.

Depois vem o Japão, que mesmo sendo um parceiro importante em termos económicos, ainda arca com sérias animosidades na região, contrabalançadas por uma aliança preferencial com os EUA desde o fim da II GM. É uma potência económica, mas, até agora, não militar, mau grado contar com umas FA’s modernas, em fase de reequipamento com matriz tecnológica americana.

Neste domínio nota-se um claro propósito de acompanhar o investimento militar chinês, com um aumento de 5% nas despesas militares – 24.000 biliões de ienes, correspondentes a cerca de 175 mil milhões de euros, para o período 2014-19 – e que abarca outras aquisições, nomeadamente drones, aviões de descolagem vertical, veículos anfíbios e submarinos, num conjunto de capacidades de defesa de territórios insulares em plena tensão com a China, capazes de fazer face a uma invasão combinada pelo ar, mar e terra.

A nova “estratégia de segurança nacional” já vai ao ponto de descrever Pequim como seguidor de “... *um caminho perigoso que poderá levar a situações de emergência imprevistas* ...”, numa prova adicional das

⁴⁸ “*Imbalancing Act*”, de David Gilmour, in “Literary Review, JUL2013;

⁴⁹ “*Un Uncertain Glory: India and Its Contradictions*”, de Jean Drèze e Amartya Sen, Allen Lane, 448 págs., Amazon.co.uk; 2013;

tensas relações do último ano devido à disputa de soberania dos territórios mutuamente reivindicados, justificando assim a criação de uma força anfíbia, sob o comando da Marinha, e a aquisição de dois contratorpedeiros equipados com o sistema antimíssil *Aegis*, bem como de novos caças F-35, aparelhos furtivos de fabrico americano. Ainda no âmbito daquela estratégia, contempla-se a deslocação para o Sul do país de muitas das unidades militares até agora concentradas no Norte, uma movimentação que mostra que, com o fim da Guerra Fria, o país já não vê a Rússia como a principal ameaça à sua segurança e olha agora com preocupação para o expansionismo militar da China e a ameaça nuclear da Coreia do Norte.

Ainda que pese a Tóquio o mau legado histórico na relação diplomática com Pequim, o facto é que as relações económicas bilaterais conheceram nas derradeiras décadas um significativo incremento, também em complexidade política e complementaridade económica, uma desejável base de cooperação que aquela tensão política pode envenenar. Na actual fase, constata-se um certo ressurgimento de sensibilidades e reacções que poderão ser estimuladas pelos planos do 1º ministro Shinzo Abe de concretizar, com a nova estratégia de segurança nacional aprovada em meados de DEZ2013, as promessas fortemente nacionalistas de reequipamento militar, de rebaptismo das Forças de Auto-defesa em Exército de Defesa Nacional e de alteração da Constituição, de pendor pacifista, redigida e imposta pelos EUA em 1947.

É neste quadro de crescente animosidade que nos parece passível de entender a decisão chinesa de ampliar a sua zona de defesa aérea às ilhas japonesas, através do estabelecimento de uma área a englobar as ilhas em disputa, que já mereceu o protesto enérgico do seu rival, afirmando a intenção de não respeitar os condicionalismos de sobrevôo impostos unilateralmente e de manter a soberania reclamada através da vigilância da região. Certo é que a temperatura do antigo conflito pela soberania territorial em causa⁵⁰ voltou a subir no final do corrente ano de 2013, já de si agravado nos últimos meses, com diversos incidentes entre os dois países.

⁵⁰ Recorda-se que as ilhas foram disputadas durante muito tempo entre o Japão e a China. Segundo o Japão, a China, no início do século XX, desinteressou-se dessas inóspitas parcelas de terra e chegaram a surgir na imprensa notícias sobre esse desinteresse, mas o certo é que a descoberta de recursos naturais à volta dos rochedos inabitados – essencialmente gás natural –, fez com que Pequim viesse a reivindicar, de novo, os territórios, de propriedade particular e que o Governo japonês comprou em 2012.

Chegamos à Rússia. Esbatida a justificação da disputa pela hegemonia na condução ideológica do mundo socialista, Moscovo (fonte de recursos energéticos e minerais) divide um interesse comum com a China (contrapeso importante, em termos geopolíticos e militares, em relação aos EUA, Japão e Índia). Nos últimos anos, Pequim tem sido um dos maiores compradores de armamento russo no mundo, seguido de perto pela Índia, num processo de reequipamento das respectivas forças aeronavais, como instrumento de projecção de poder, algo até há bem pouco confinado à *US Navy* e a alguns aliados europeus. A partilha de fronteiras comuns e aquele interesse mútuo de desafiar o poderio americano potenciarão, no futuro, o estreitamento de laços estratégicos entre ambas as capitais.

Os países do Sueste asiático não devem ficar de fora deste desfile, na medida em que aparecem como uma potencial reserva estratégica da RPC, em termos económicos e geopolíticos, aliado ao facto de serem vistos como área de influência da civilização chinesa desde o século XV. Acresce que possuem um considerável contingente populacional de chineses da diáspora, além de pontos de interconexão com Pequim, a ampliar cada vez mais uma relação de interdependência, principalmente no decisivo campo económico.

Como vulnerabilidade da geopolítica chinesa aparece a península coreana. A Coreia do Norte é o aliado necessário, mas instável, conduzindo uma política externa agressiva em relação ao vizinho do Sul, EUA e Japão, com uma retórica mais belicosa do que a da própria China e possuidor de armamento nuclear. A Coreia do Sul, além de um bom parceiro comercial e tecnológico, poderia ser um modelo de desenvolvimento a ser seguido no futuro pela própria RPC, digamos que para daqui a algumas gerações e num horizonte de 50 anos, dada a sua maior abertura política e democracia, sem contudo dispensar um Estado forte, mas isto, por ora, é pura especulação.

Outro vector fulcral, de que já falámos, é Taiwan. Trata-se de uma questão geopolítica essencial para a China desde a proclamação da RPC, em 1949 e que terá de “*voltar para a casa*”, ou seja, submeter-se ao poder central, como aconteceu com Hong Kong e Macau, na base da solução de “*um país, dois sistemas*”. Na realidade, vem aumentando cada vez mais a interdependência económica com a

RPC e, num futuro próximo, admite-se que essa aproximação possa ampliar-se significativamente, apesar da principal relação estratégica e militar de Taiwan ser ainda com os EUA, sem que haja sinal de modificação no curto ou mesmo médio prazos. Aliás, essa é uma forma de Washington pressionar Pequim e de lhe condicionar o espaço de manobra geopolítica na região, na mesma linha e sentido com que apoia militar e estrategicamente o Japão, a Coreia do Sul e Singapura, numa espécie de contenção ao emergente poder regional.

E já que metemos em palco os EUA, importa lembrar que a sua relação com a RPC é pautada por alguns interesses (plano económico) e desconfiças (domínio geopolítico e *hard power*) mútuos. Os americanos não parecem querer prescindir do seu papel de potência global, controlando os mares, o poder aéreo e a tecnologia de ponta (gastos militares sete vezes superiores aos da RPC e, mesmo depois dos últimos cortes no governo Obama, saldaram-se por uns 45% do total mundial das despesas em armamento). Se fossem somados os gastos da NATO e aliados preferenciais na Ásia (em particular o Japão e a Coreia do Sul), Pequim não teria condições de alcançar tais metas orçamentais sem comprometer os seus actuais ritmos de crescimento económico, estando ainda fresco na memória da liderança chinesa o fim da URSS, derivada em boa parte do insustentável dispêndio com os orçamentos militares. Mas isso não significa assistir tranquilamente à movimentação militar americana na região, na decorrência da reformulação da “*Estratégia de Segurança Nacional*” da Administração Obama⁵¹, com o anúncio do estabelecimento de uma base permanente na Austrália, o envio de 2.500 fuzileiros navais para ajudarem a manter a segurança da região, o deslocamento de 60% da força naval para o Pacífico até 2020, a aproximação com a Birmânia (Mianmar) e a alargada cooperação naval com a Índia e o Japão (a saída total do Iraque, depois do fracasso militar e da reconstrução e a redução de efectivos militares na Europa completam as medidas iniciais). Refira-se, a propósito, que Obama aproveitou uma

⁵¹ Na mira dessa reformulação estão “... *aqueles que buscam impedir a projecção de poder dos EUA ...*”, para de seguida reconhecer que, “... *a longo prazo, a emergência da China como uma potência regional poderá afectar a economia e a segurança dos EUA de diversas formas. O crescimento do poderio militar chinês, contudo, deve ser acompanhado de maior clareza quanto às suas intenções estratégicas a fim de evitar a ocorrência de fricções na região ...*”.

recente reunião da ASEAN e o encontro de cúpula dos países da APEC para divulgar a nova estratégia para a região, anunciando aí a negociação de um acordo de livre comércio entre os países membros da PTP, sem a participação da China, “... *por não actuar conforme as regras do comércio internacional* ...”.

O Ártico poderá ser imiscuido neste potencial de tensões, se bem que, aqui, os EUA já tenham expressado o desejo de evitar a conflitualidade eventualmente derivada da sua exploração, ainda que afirmando, em paralelo, não prescindir do exercício da sua soberania na região, embora preservando-lhe a liberdade de navegação e, por esse desiderato, apelar à comunidade internacional para trabalhar em conjunto e superar eventuais desentendimentos em relação às fronteiras inexploradas. Ainda recentemente foi revelada pelo seu secretário da Defesa, Chuk Hagel, a primeira estratégia do Pentágono para o Ártico, anunciando que as FA's americanas estão a reformular a sua estratégia a longo prazo para ajustá-la ao aquecimento climático na região polar. É o consequente degelo que está a abrir novas rotas marítimas e a tornar acessíveis recursos minerais e naturais fáceis de explorar, justificando-se, assim e ainda segundo aquele responsável, o reajustamento da estratégia de Washington para a zona polar, sem excluir o referido apelo à cooperação com vista à construção de uma zona pacífica e segura, tarefa que classifica como um dever de cada um dos países com interesses na região.

Trata-se de um reconhecimento antecipado de que as alterações climáticas oferecerão novas oportunidades, mas também acarretarão desafios para os países que competem por acesso aos recursos. Entretanto, o Presidente russo, Vladimir Putin, anunciou em SET2013 a intenção de reactivar uma base no Ártico estabelecida na era soviética, com o objetivo de patrulhar uma cada vez mais navegável rota do Mar do Norte.

Com este quadro da realidade geopolítica regional, ramificada a outras áreas mais directa ou remotamente afins, não será ousado admitir, como se deixou subentendido no início, como sendo de natureza defensiva a postura geopolítica e militar de Pequim, especialmente em relação aos EUA e seus aliados na região. A RPC e as suas FA's procurarão assegurar a soberania nacional, a integridade territorial e,

principalmente, a continuidade do PCC no poder, tendo em conta o histórico de conflitos e revoluções ao longo da história chinesa. Para tanto, pretenderá reforçar a sua influência regional e global como potência económica e militar, um estatuto cada vez mais ambicionado, mas ciente do erro estratégico que representaria qualquer passo no sentido do confronto directo com os americanos, grande parceiro comercial nas últimas três décadas e responsável, também em parte, pela reinserção da RPC no sistema internacional desde a década de 1970. Uma dedução parece razoável: a RPC já pensa estrategicamente em si própria como uma potência global a longo prazo. Aliás, já hoje se nota o regresso da China como actor importante nos assuntos mundiais, depois de ter deixado de desempenhar esse papel a partir do início do século XIX, uma posição assumida como uma reconquista, na perspectiva das actuais lideranças chinesas.

Difícilmente a China irá conseguir manter a discrição, a nível internacional, numa altura em que atravessa um momento empolgante da sua História. É verosímil que a nova liderança (pertencente a uma outra geração e a primeira a nascer na década de 50), marque uma atitude mais orgulhosa face ao exterior, mas também sabe que a tarefa interna é hercúlea, ao ter de resolver as questões económicas, ambientais e sociais, nomeadamente a nível das desigualdades crescentes, da pobreza e da corrupção. Alguns analistas admitem aquela possibilidade de maior intervenção na política mundial e apostar no desenvolvimento do seu poder militar, em competição com os EUA, a marcar o que se pode tornar no “duelo do século”. Em paralelo com a exigência própria de um papel cada vez mais importante no mundo, crescerá a necessidade de uma resposta convincente acerca do tipo de ideias, valores e símbolos que se propõe contrapor às conhecidas representações do sonho americano como democracia, liberdade e direitos humanos.

Algumas reputadas personalidades da vida académica chinesa avançam com a ideia da “harmonia”, pelo que significa de mudança e reforma, mas integradora de todas as partes, e sem convulsões nem revolução (a harmonia, segundo a tradição de Confúcio, significa amar os outros, ser compreensivo, tolerante e também trabalhador, honesto, frugal, valores que os chineses foram forjando através da sua história de pobreza e de luta pela sobrevivência). Daí que a “harmonia” seja a palavra-chave

do discurso oficial desde 2003⁵², numa sociedade habituada a ser pobre, ao longo de milénios, uma das suas características mais marcantes e que está na génese dos seus valores de trabalho, de honradez, com as famílias a ostracizar os elementos ociosos, porque considerado vergonha.

Ora, tais valores, de simplicidade e de trabalho, enquanto expressões da referida harmonia, talvez sejam o património mais valioso que a China terá para exhibir e ensinar ao mundo. Uma coisa é certa, o país irá forçosamente mudar nos próximos anos. Mas não devemos ficar ofuscados apenas pela evolução interna, nem sequer imaginar que a China se manterá com o seu tradicional pendor continental e ignorar as suas ambições geopolíticas na Bacia do Pacífico, sabendo nós, inclusivamente, que a globalização é um processo e um fenómeno essencialmente marítimos.

A criação unilateral da já citada ZIDA deve-nos alertar para esse lado da estratégia chinesa, que tendemos a descurar ou desvalorizar e que se sintetizaria no seguinte: pela primeira vez, Pequim proclama, através do estabelecimento dessa zona de defesa, uma clara determinação de expandir o seu espaço de manobra estratégica no Pacífico ocidental, ainda que não pretenda, julgamos nós, um conflito regional, antes pressionar, a nível marítimo, todos os vizinhos, por via do ressurgimento de uma esfera de influência regional, através dos pequenos passos, numa espécie de “*estratégia da couve*”⁵³ (como a designou um general chinês – major-general Zhang Zhaozhong –, em relação a Tóquio, Hanói, Manila e outras capitais).

Estrategicamente, é indubitável que a China (re)começou a considerar a sua geografia como um aliado, assim como o tempo e os actuais indicadores da economia mundial, só que isso arrasta um problema que é o de toda esta região marítima se apresentar também como crucial do ponto de vista estratégico e energético para o Japão e Coreia do Sul, incluindo o seu aliado americano. Não obstante, Pequim acha que Tóquio e Seul acabarão por aceitar esta nova situação

⁵² Criar uma “sociedade harmoniosa”, usando o “conceito científico de desenvolvimento”, foram as palavras de Hu Jintao, ao ser nomeado secretário-geral do Partido Comunista, e depois Presidente do país.

⁵³ Esta estratégia assenta no uso de meios marítimos, navais e aéreos, para coagir e envolver as ilhas, recifes e rochedos que interessam a Pequim. Com a ZIDA, a China pretenderá que as empresas de aviação internacional acabem por reconhecer, de *factum*, a sua soberania sobre as Ilhas ditas *Diaoyu* e o rochedo de *Ieodo*.

“estatutária”, embora a história, a geografia e os interesses de todos os envolvidos possam sugerir o contrário, como o provam as reacções suscitadas de imediato em relação ao recente episódio da ZIDA.

VI – ESPECULAÇÃO PROSPECTIVA

Os dados actuais indiciam que estamos próximos de um mundo multipolar, no qual novos actores (BRICS e outros) com vocação constitutiva de pólos continentais, concorrerão para a disputa da hegemonia até agora exercida quase em exclusivo pelos EUA e aliados históricos (Japão, Alemanha, RU e França).

O declínio do Ocidente é uma profecia recorrente em muitos trabalhos e documentação estratégica, não só neste fim de ciclo de séculos de dominação mundial, com a consequente quebra de poder perante a subida ao palco das potências emergentes, além de augurar para os EUA, não obstante a sua continuação como uma das principais potências planetárias, a perda da predominância económica a favor da China, interrompendo, por esse motivo, o exercício de uma “hegemonia militar solitária e unilateralista” acentuada no pós-guerra fria.

Para se ter uma ideia da importância e ritmo do alegado processo de possível declínio, atente-se na seguinte previsão: a parcela dos países ocidentais na economia mundial vai passar dos actuais 56%, para cerca de 25% em 2030, ou seja, em menos de 20 anos, vamos ter o Ocidente a perder mais de metade da sua prevalência económica, se as previsões acertarem, o que está longe de ser a regra. Ora, uma das principais consequências desta descida centra-se, para os aliados ocidentais, na escassez de meios financeiros para assumir o papel de polícias do mundo, uma mudança estrutural (somada à profunda crise económico-financeira actual) de tal ordem que poderá resultar no recuo e debilidade até há poucos anos atrás inconcebível.

Ainda segundo alguns estudos, a crise na Europa não irá durar menos de um decénio, isto é, projectar-se-á até meados da próxima década, sem certezas quanto à sua coesão, ao contrário da China, cuja economia virá a consolidar-se no pódio mundial, ao mesmo tempo que os demais BRICS irão instalar-se numa segunda linha de competição directa com os antigos impérios dominantes, para, em terceiro plano, se perfilar

uma série de potências intermédias, com demografias em subida e fortes taxas de crescimento económico, chamadas também à conversão em pólos hegemónicos regionais e com tendência para se transformarem em blocos de influência mundial (como Indonésia, Turquia, Vietname, etc.).

Admite-se, ainda, que os principais perigos a espreitar as nossas sociedades revistam a forma não militar: mudanças climáticas, conflitos económicos, crime organizado, guerras cibernéticas, esgotamento dos recursos naturais, especialmente a água doce. Em 2030, cerca de 60% da população mundial terá problemas de abastecimento desse precioso líquido, dando lugar ao aparecimento de “conflitos hídricos”. Já quanto ao fim dos hidrocarbonetos, o pessimismo é menor, graças às novas técnicas de fracturação hidráulica, com a exploração do petróleo e do gás de xisto que começa a atingir níveis excepcionais, prevendo-se a auto-suficiência dos EUA a curto prazo no gás e já naquele ano também em petróleo.

Aliás, este aspecto da autonomia energética dos EUA permite algum optimismo no devir americano e no contrariar o seu apregoadado destino declinante. Este optimismo funda-se em dois pontos essenciais: primeiro, a genuína revolução energética em curso, tendente a diminuir e, mais tarde, eliminar a actual dependência, neste sector, de fontes externas de abastecimento; depois, a tensão pragmática no seu tecido político, conduzindo aos compromissos e soluções de última hora. Obviamente que esta apreciação não significa que Washington venha a manter a hegemonia de outrora, mas tão simplesmente que os EUA continuarão a ser um país poderoso e capaz de atrair recursos, talentos e investimentos do resto do mundo.

Ainda se recoloca o aspecto do equilíbrio de poderes, em especial dos emergentes e concretamente da China. Será que o recente processo de crescimento económico vai continuar a trilhar o caminho do sucesso dos últimos 20 anos? A correspondente matriz de desenvolvimento vai perdurar sem alteração de paradigma? Os riscos não serão desprezíveis e expenderam-se em capítulo próprio, boas razões para fundadas reticências nos inevitáveis processos de reconversão económica e de evolução social. A China poderá constituir a principal fonte de incerteza nos próximos anos, a nível mundial. Porquê? Apresenta-se com um modelo económico que cumpriu e bem a sua função desenvolvimentista, mas será sustentável por muito mais tempo?

Como se antecipou anteriormente, Pequim vai ter de encontrar alternativa, e já está a concebê-la, à economia baseada nas exportações e investimentos. Terá de concretizar na base de um novo modelo assente na procura e consumo internos e essa alteração exigirá uma correcção estrutural necessariamente dolorosa e que deparará com fortes resistências de importantes sectores empresariais e industriais. O próprio modelo político começa a revelar alguma disfuncionalidade, na medida em que o crescente rendimento médio e a dilatada classe média, porão a descoberto algumas incompatibilidades entre o progresso social e o conservadorismo político, mormente o pilar do partido único. E aqui estará a grande incógnita: como abrir um país numa direcção democrática; com uma nota adicional: se o conseguir será em prazo dilatado.

É certo que a China conta com a prudência e moderação que lhe advêm da sua civilização e cultura milenares, o que lhe tem permitido ultrapassar as suas diversas dificuldades, uma a uma, e por vezes de forma criativa. Conseguiu crescer e desenvolver-se, confundindo os mais cépticos, e talvez esse caminho continue a ser percorrido, mas a escala dos problemas que nele se levantarão passará agora a ser demasiado grande para que não constitua legítima preocupação para as suas classes dirigentes.

É importante, neste item, avaliar as actuais tendências ao nível do poder material, do *hard power*, porque a inquestionável valia do *soft power* pressupõe a existência e o peso daquele indispensável *backup*. Neste plano e segundo um relatório do Pentágono⁵⁴, a China terá, em 2020, um exército sofisticado, capaz de projecção externa e alta intensidade de combate, favorecido por um processo de modernização rápida que assegurará às suas FA's um considerável potencial de “(des)estabilização regional”⁵⁵. Na

⁵⁴ Divulgado em AGO2012;

⁵⁵ Os canais oficiais chineses desmontaram, de imediato, esse cenário, invocando a natureza defensiva do seu instrumento militar de poder, mas o certo é que, no citado relatório, cifram-se os custos chineses com a defesa em 160.000 milhões de dólares (130 mil milhões de euros), valores de 2010, num nível superior ao que costuma ser reportado (100 mil milhões de dólares), apesar de tudo, bastante inferiores ao gasto do próprio Pentágono (700 mil milhões de dólares). Facto é que com um tal patamar de gastos na defesa, a China permite-se adquirir capacidades navais e aéreas sofisticadas, nomeadamente com o programa do porta-aviões, de mísseis anti-navio, aviões furtivos e tecnologia no domínio da guerra cibernética, suscitando actualmente alguma preocupação aos estrategas americanos, na medida em que a Ásia poderá tornar-se no tal palco de disputa bicéfala de hegemonia – EUA e China –, cada um com a sua teia de apoios e influências, mais antiga no primeiro caso e mais recente no segundo.

verdade, não se deve desprezar a pertinência dessa preocupação, face ao rápido crescimento da marinha chinesa e, mais do que isso, da sua componente de projecção de força⁵⁶, não admirando, por isso, que a dimensão das FA's (as mais numerosas do mundo, com 2,3 milhões de efectivos) e planos de reequipamento, causem receios nas capitais asiáticas, (o nome do novo porta-aviões – “*Shi Lang*” – evoca e homenageia o almirante que conquistou, para a dinastia Qing, a Ilha de Taiwan no século XVII), associados às ambições navais do regime de Pequim e da sua reiteradamente intentada afirmação nos planos regional e internacional⁵⁷. Mantendo diferendos com o Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Vietname, além de outros E-M's da ASEAN, o desenvolvimento de uma armada de *blue waters*⁵⁸ tem suscitado, desde há anos, críticas e perplexidades nessas capitais, incluindo Taipé. Recorde-se que a China, apesar da sua extensão de costa, só pontualmente cultivou uma estratégia marítima, a última das vezes no século XV, o que não a impediu de depressa descobrir que, na actualidade, o poder naval é um vector relevante de dissuasão, projecção de influência, controlo das vias marítimas e trânsito de matérias-primas e produtos essenciais. É disto que se trata e na opção e processo rearmamentista chinês é ingénuo pensar no alheamento desse princípio doutrinário.

Mas também haverá alguma ingenuidade na suposição de que o Japão se manterá à margem deste processo ou assistirá passivamente aos desenvolvimentos no xadrez regional, em termos de defesa, bastando recordar o Programa de Defesa Nacional de 2005 (onde se designa a China, ao lado da Coreia do Norte, como “*preocupações de segurança*”) e, acima de tudo, o já mencionado acordo bilateral do mesmo ano (redesenho da presença militar norte-americana na Ásia no

⁵⁶ Conta já com 75 grandes navios de superfície e 60 submarinos, tendo completado uma base naval de grandes dimensões na ilha de Hainan. Em 2015 deverá estar pronto o 1º porta-aviões exclusivamente chinês (o actual, já concluiu os ensaios, depois de adquirido à Rússia/Ucrânia e apresta-se para concluir a remodelação, constituindo mais uma plataforma de estudo e treino). A aviação está a desenvolver um protótipo de avião avançado (baptizado de “*J-20*”), que terá características furtivas e electrónicas muito avançadas, além de programas de bombardeiros e aviões tipo AWACS (radar). Quanto às forças terrestres, destaca-se a modernização do Exército, a par do desenvolvimento do já aludido programa espacial militar.

⁵⁷ Por exemplo, o nome do porta-aviões – “*Shi Lang*” – evoca e homenageia o almirante que conquistou, para a dinastia Qing, a Ilha de Taiwan no século XVII.

⁵⁸ Marinha oceânica com capacidade aeronaval de projecção de força.

pós-guerra fria e consagração do desenvolvimento da política externa e de defesa do Japão, em direcção a um reforço sem precedentes de sua aliança política e militar com Washington). Este novo estádio das relações bilaterais reflecte um objectivo comum de reforço da parceria estratégica, no sentido de lhe conferir maior operacionalidade para fazer frente às actuais condicionantes geopolíticas, similarmente ao novo acordo de defesa EUA-Índia, também ele inscrito na estratégia norte-americana de “*containment*” relativamente a Pequim.

Uma certeza temos – a história não deixará de ter algum peso na relação sino-japonesa. Durante séculos, a China foi a incontestada potência asiática, mas a afirmação e expansão do império japonês substituiu esse monopólio secular por uma rivalidade entre os “dois gigantes”, que se tem reavivado frequentemente nos últimos 150 anos⁵⁹. A luta de influência entre os dois gigantes asiáticos está a resvalar, de facto, para o campo litigioso das reivindicações de soberania, bom ignidor do nacionalismo popular de ambos os lados. Nas preocupações japonesas está, também, a hipotética reunificação da Coreia, que assim se elevaria ao estatuto de potência média, potencialmente detentora de armas nucleares e cuja diplomacia simpatizaria provavelmente com Pequim.

Acreditando num “conflito interestatal” com mais elevado grau de probabilidade na Ásia que noutras regiões⁶⁰, não descartamos a possibilidade de o Japão se decidir afirmar como uma potência diplomática e militar de primeiro nível na cena regional e no plano internacional, o que, a confirmar-se, constituiria uma postura inédita desde o fim da II GM. Já os vizinhos asiáticos, que ainda têm na memória a colonização japonesa, não pretenderão remeter-se ao passivo papel de destinatários das decisões de um qualquer poder regional.

Quer Taiwan quer o Japão, são questões que soltam intensas emoções nacionalistas na China. O período da colonização japonesa

⁵⁹ Relembra-se o já mencionado primeiro conflito (1894-95) que durou menos de um ano e teve na sua génese o Tratado de Kanhwa, assinado, em 1876, entre o Japão e a Coreia, então protectorado chinês. Nos anos seguintes, a disputa entre as potências pela influência na Coreia foi-se adensando e em 1894, durante uma revolta interna contra a monarquia coreana, o Japão aproveitou para atacar as forças navais chinesas estacionadas naquele território, a que se seguiu uma guerra curta, ganha pelos nipónicos, da qual a China saiu beliscada no orgulho e em várias parcelas territoriais que teve de ceder.

⁶⁰ Segundo o relatório do “*projecto 2020 do National Intelligence Council*”, para a CIA.

foi descrito como o século da “*humilhação*”, esquecida com a vitória comunista na guerra civil chinesa e o recuo do derrotado Guomindang para Taiwan. Uns anos depois, a lei americana, conhecida por “*Taiwan Relations Act*”, de 1979, veio conferir ao presidente a competência para reconhecer qualquer uso da força contra a ilha como uma ameaça à paz e à segurança do quadro regional, e, nesses termos, como passível da consequente e obrigatória consulta ao Congresso, para efeitos de decisão das medidas reactivas a tomar, ainda hoje em vigor.

Mas também cremos que o nó górdio taiwanês não será elevado a primeira prioridade enquanto persistir esta deriva chinesa para o desenvolvimento e modernidade. Poderá ser algo diferido para o futuro, numa clara e intuída presunção do regresso a casa por “queda de maduro”. Não obstante, reconhece-se que Taiwan permanece como um dos pontos mais críticos para um eventual choque militar EUA-China.

Além do Japão, também a Coreia do Norte, tradicionalmente apoiada pela RPC e com continuados ensaios de mísseis de longo alcance e armas nucleares, constitui uma impressionante espinha na garganta a entrar as relações bilaterais entre Washington e Pequim, observadas com atenção e interesse pelo vizinho do Sul e aliado dos EUA, não se descartando a hipótese de um envio de tropas chinesas para Pyongyang, a fim de regular a ordem e congelar possíveis tentações do regime de intervenção no exterior.

A exacerbação dos nacionalismos e as questões estratégicas conjugam-se, pois, para manter um movimento de corrida aos armamentos nesta região, hoje o segundo maior mercado mundial, depois do M-O. Para os aliados e parceiros de Washington, encabeçados pela Austrália, Coreia do Sul e Taiwan, o objectivo será, como para o Japão, o de se manterem operacionais em face das forças norte-americanas, na medida em que cresce a probabilidade de operações coligadas, como no Afeganistão ou no Iraque, notando-se que alguns desses aliados já adquiriram novos equipamentos norte-americanos, como por exemplo o sistema de combate naval *Aegis*, casos da Austrália, Japão e Coreia do Sul. Também do ponto de vista de Washington, há um claro fundamento para o aumento da presença militar e económica na Ásia, o que, numa visão de médio e longo prazo, está muito mais de acordo com o interesse nacional americano do que a manutenção das guerras no M-O.

Será prematuro afirmar que os primeiros passos nessa “*new strategic pattern*” possam levar a uma confrontação entre EUA e China, propiciando antes o surgimento de algo semelhante à guerra fria; contudo, o que se pode antever é que uma nova área de tensão poderá surgir no já conturbado cenário internacional e que, para os EUA, vai ser mais difícil gerir a aliança asiática do que administrar a relação transatlântica (NATO e UE). Ora o papel de “*pivot*” atribuído ao principal actor do palco asiático vai desviar um pouco a anterior ênfase americana no M-O, deixando sobressair a vantagem de se contar com a Índia como contraponto à China na região, cuja principal importância advém do facto de ser um dos maiores países do mundo e ter a maior democracia, o que para os EUA faz a grande diferença na região asiática. A Índia é importante por si só, mas também porque enfrenta uma vizinhança não muito amigável (Rússia, Paquistão, China, Afeganistão), atraindo-a para um lugar de parceiro de confiança de Washington.

Ainda nesta acção externa dos EUA, merece referência o aprofundamento da já mencionada parceria trans-pacífica, chamando à sua volta Austrália, Japão, Malásia, Coreia do Sul, Vietname, Singapura e ainda o Chile, Peru e Canadá, com o objectivo de assegurar a posição de primazia económica e militar, bem como o projecto de acordo de livre-comércio com a UE, um projecto importante para o que pode ser designado como o ressurgimento do Atlântico e o seu renovado potencial para concorrer com a apregoada hegemonia geopolítica do Pacífico e margem asiática, esta uma zona, há que o reconhecer, com todos os ingredientes para emergir como uma futura fonte de “*calor*” no ambiente geopolítico⁶¹. A Ásia Oriental, além de ser um dos centros económicos mais importantes do mundo, também conta com alguns países dotados de arsenais nucleares, a par da combinação de nacionalismos, armas e disputas económicas que já se mostrou explosiva em outros períodos da história e, ainda que extra-

⁶¹ Lembremo-nos que China, Índia e Paquistão aumentaram os respectivos arsenais nucleares em 2012. A China terá agora 250 ogivas nucleares (contra 240 em 2012); o Paquistão aumentou o número para entre 100 e 120; e a Índia para 90 a 110, de acordo com o relatório anual de um *think tank* sueco. Esta corrida (apenas as duas antigas superpotências reduziram o número de ogivas nucleares⁶¹) é ainda mais preocupante se tivermos em conta o que poderemos designar como uma paz asiática “frágil”.

região, a crise nuclear no Irão e um potencial desequilíbrio no M-O podem servir de rastilho para agitar a ordem geopolítica mundial, mas também com verosímil implicação naquele palco regional.

Obviamente que os desafios não se restringem ao campo militar. Hoje, percebe-se que a gestão das interdependências ganhou força, as estratégias de geometria variável estão cada vez mais presentes e a multipolaridade tornou-se uma das principais características do sistema, com o abandono da ideia de uns EUA superpotência global e “*xerife*” do mundo, fama e proveito com que entrou no pós-guerra fria. É antes reconhecido que a política internacional ficou mais complexa, colocando-nos num ciclo de crise do poder mundial a carecer de um equilíbrio geopolítico e de uma governança mundial, compensatórios da erosão sofrida pelo poder americano e que, simultaneamente, previna e resolva o potencial tumultuoso do mundo.

Dessa necessidade de ordem global estará consciente a China. Num inegável desígnio de relevância geopolítica, julgamos que os objectivos da sua política externa irão passar pelo desenvolvimento das relações que lhe permitam fortalecer o seu poderio económico e militar, promover a estabilidade em redor das suas fronteiras, afirmar-se como potência maior da Ásia e aumentar o seu estatuto internacional, em paralelo com as suas principais preocupações de segurança, centradas, sobretudo, na política asiática dos EUA, mas também na instabilidade da sua vasta periferia, na expansão do papel estratégico de um Japão comprometido com os americanos, no livre acesso aos recursos energéticos e no hipotético conflito com Taiwan, se o território vier a retomar as veleidades independentistas, hoje aparentemente mais desvanecidas.

Nesse xadrez regional e mesmo no palco global, admite-se uma actuação por parte de Pequim seguidora das águas de um modelo alternativo ao do Ocidente, em decorrência de um tipo muito diferente de tradição política embebida num conjunto de valores e princípios, consabidamente bem diferentes da matriz ocidental e mesmo das outras sociedades de base confuciana (como o Japão e a Coreia), reflectidos num colectivismo de base comunitária, numa cultura mais fundada e orientada para a família, em contraponto ao individualismo e apego à força da lei na resolução dos conflitos, do

nosso lado, sendo expectável que venha a adquirir um significado global à medida da sua crescente influência no mundo⁶².

Para esse crescimento e afirmação de longo prazo, na salvaguarda dos seus interesses, a estratégia chinesa deverá passar pela participação nas organizações regionais e *fora* de diálogo inter-regionais (ex: ASEAN e Organização de Cooperação de Xangai/SCO⁶³), o estabelecimento de parcerias estratégicas e aprofundamento das relações bilaterais (tem-se empenhado em aprofundá-las com todos os seus vizinhos), a expansão dos laços económicos regionais (actualmente, quase 50% do volume total do seu comércio é intra-regional e relativamente equilibrado), e o alívio da desconfiança e apreensões regionais em relação ao seu emergente poderio (através de acordos visando a resolução pacífica de diferendos fronteiriços).

Ainda que demore algumas décadas para alcançar os EUA em termos económicos e principalmente militares – se é que irão conseguilo pacificamente – o papel da RPC será o de um actor principal da cena internacional, mas não em formato solitário, devendo, como cremos pela sua paciente e discernida estratégia nacional, compartilhar anseios e deveres de um mundo multipolar com potências militares e nucleares. Mas esse papel tenderá a ser cada vez mais relevante e a sua actuação no quadro geopolítico global deverá processar-se com a assertividade própria do respectivo peso económico, demográfico e militar⁶⁴, por esta ordem.

É essa fulgurante emergência chinesa que nos empurra para a conclusão deste capítulo com uma interpelação eminentemente especulativa: será o século XXI o do duelo EUA-China? É consensual

⁶² Nesta irradiação o papel da língua vai ser muito importante, ainda mais num mundo globalizado e de meios de comunicação crescentemente mundializados, havendo hoje a noção de que ela funciona, a par da cultura, como uma importante componente do *soft power*. O mandarim está a ser aprendido por um número cada vez maior de pessoas, menos visível, mas também, no Ocidente.

⁶³ Estabelecida em Junho de 2001, na sequência do anterior “Grupo dos Cinco de Xangai”, incluindo, hoje, o Cazaquistão, a Quirguízia, a Rússia, o Tajiquistão e o Uzbequistão, além da China.

⁶⁴ Ainda que apelidada da grande fábrica do mundo para os produtos de consumo, a sua produção nos domínios da alta tecnologia e militar está longe do mesmo patamar, bem aquém do nível de uns EUA, Europa Ocidental (em menor escala, particularmente na área da aviação) e, principalmente, Rússia, onde adquire a maioria do moderno equipamento militar, razão e incentivo para conferir prioridade a esse desenvolvimento industrial no plano interno.

a divergência que, sob o ponto de vista económico, a região Ásia-Pacífico acusou em relação ao mundo ocidental, nos séculos XIX e XX, assim como, *a contrário*, a convergência, notada essencialmente a partir da II GM, com o Japão, a Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan na dianteira.

Só depois do sucesso dos “*tigres asiáticos*” a China fez a sua entrada em cena, já em finais dos anos 70 do século passado, pela mão de Deng Xiaoping (1978), ao optar pela reforma da RPC e pela abertura da economia. Com que resultados, decorridas que são estas últimas 3 décadas e meia? Duas ilações nos ocorrem: primeira, a da contribuição chinesa para a globalização; segunda, a da rapidez do processo de convergência⁶⁵.

Este movimento ascensional terá um grande impacto e consequências estratégicas para a China e os EUA na(s) próxima ou próximas, consoante o arrojo ou a moderação analítica e, um primeiro reflexo, é a dificuldade de conciliação entre grandes estratégias que ambos os países vêm executando.

Um momento de rara oportunidade para os decisores chineses foi o 11SET. Em 2001 a administração Bush II via a China como um competidor estratégico; Osama bin Laden e a avaliação que, entretanto, os EUA fizeram dos seus interesses, levaram Washington a concentrar praticamente todos os recursos políticos, económicos e militares no arco geográfico Rawalpindi/Islamabad/Bagdad, no período 2001/08.

Aquela oportunidade traduziu-se pelo aproveitamento que Pequim extraiu da sua entrada na OMC e da explosão do crédito barato a nível internacional, para consolidar um modelo económico mercantilista assente na capacidade exportadora, no investimento interno e na manipulação da sua moeda. Não esteve só. O Japão, a Coreia do Sul e Taiwan imitaram a China e elevaram-na a um estatuto cimeiro nas cadeias logísticas das grandes empresas transnacionais a nível mundial, quando se depara com a crise financeira de 2008 e Pequim passa a interiorizar os EUA como uma potência em declínio ao nível interno e externo e a confirmar todas as suas suspeitas em relação à democracia liberal, ao apregoado sistema demoliberal.

⁶⁵ Atente-se que 7 dos 10 maiores portos mundiais no tráfego de contentores estão no litoral chinês, precisando Pequim, nos tempos que correm, de apenas 5 horas para escoar o mesmo que exportava durante todo o ano de 1978;

A partir de 2010, a pressão do poder marítimo e naval chinês na região passa a ser clara e efectiva, como deliberados e regulares os incidentes e disputas territoriais entre a China e os seus vizinhos. Em meados daquele ano, cinco navios da marinha chinesa cruzaram, pela primeira vez, as águas internacionais do Estreito de *La Pérouse*, entre o Norte do Japão e a ilha russa de *Sacalina*, regressando depois à sua base pelo Pacífico. Atente-se que sete dos dez maiores portos mundiais no tráfego de contentores estão no litoral chinês, precisando Pequim, nos tempos que correm, de apenas cinco horas para escoar o mesmo que exportava durante todo o ano de 1978.

Que significado atribuir àquela assertiva presença naval chinesa? A retórica e a liderança indiciam que Pequim quer passar a ter uma esfera de influência regional, pretensão onde joga com as suas principais armas e alavancas de poder, a economia e o crescente poder aeronaval. Por seu turno, a grande estratégia da Administração Obama parece assentar em 3 ideias-base: 1^a – dependência do poder e a influência americana da viabilidade da sua economia; 2^a – resguardo dos EUA de participação em novas guerras no M-O, através de uma aposta de aproximação à Turquia e à IM e no afastamento em relação à Arábia Saudita e a Israel; 3^a – reposicionamento político, económico e militar americano, na Ásia-Pacífico, região tida pelas elites norte-americanas como o “coração” da economia mundial.

Este reposicionamento na região Ásia-Pacífico, derivado da necessidade geopolítica americana de exhibir aos seus aliados e a Pequim vontade e capacidade para continuar a ser a principal potência na área, vem-se revelando, principalmente, em 3 dimensões: a) de iniciativa política – fortalecimento das relações diplomáticas com todos os seus aliados regionais; b) económica (este domínio é crucial para compreender o pensamento estratégico norte-americano) – Washington considera que os EUA e a China serão cada vez mais interdependentes em termos económicos e daí que aproveite para denunciar o atropelo de Pequim às regras do comércio internacional, razão pela qual tomou a iniciativa de um projecto de PTP, com o objectivo instrumental de pressão económica sobre os líderes políticos e empresariais chineses; c) militar – mais de metade das unidades da *US Air Force* estacionadas no estrangeiro (*US Navy* e *Marines*), estão a caminho do Pacífico e

novos conceitos operacionais, como o “*AirSea Battle*”, estão a ser propostos. Mas o gigantismo da tarefa é directamente proporcional ao constrangimento da geografia, tirania da distância e preço económico de todo este processo de reorientação do esforço estratégico.

Em função dos respectivos propósitos estratégicos, que se avaliam com reduzido grau de coincidência, não se poderá desvalorizar a hipótese de algum potencial de colisão nas rotas estratégicas traçadas pela China e EUA. Do ponto de vista de Washington, o objectivo do seu reposicionamento é manter a histórica hegemonia e convencer Pequim a integrar-se e a contribuir para uma nova arquitectura regional; já os líderes e a sociedade chinesa desconfiam de Washington suspeitando que a sua real intenção seja a de conter e condicionar as ambições e interesses de uma China determinada a ser a nova “nação indispensável”, pelo menos numa parte da Ásia-Pacífico, senão a nível mundial. Mas sendo os EUA, por natureza, enérgicos e criativos, este ADN de resiliência e determinação leva muitos analistas a admitirem a prevalência do seu propósito de influência no desenvolvimento ordenado do SI e de aposta na liberdade de comércio, análise que não nos custará a aceitar, pensando especialmente na “batalha interior” de reformas que o desenvolvimento económico e social poderá obrigar Pequim e o PCC a realizarem.

VII – NOTAS (IN)CONCLUSIVAS

Poucos rejeitarão a ideia de que nos encontramos nas vésperas de um tipo diferente de mundo, mas compreendê-lo não é tarefa fácil, até porque dos paradigmas a que estamos habituados, pouco deles servirão para “ler” o futuro. Contudo, uma certeza podemos ter: esse novo mundo apresentar-se-á com múltiplas modernidades em competição – uma nova era de modernidade competitiva –, onde despontará uma China economicamente pujante, com tentáculos espalhados pelo Leste asiático, Ásia Central e do Sul, América Latina e África e, quem sabe, Europa, a braços com a sua persistente crise.

Essa pujança económica é tanto mais extraordinária quanto sabemos que, há 50 anos atrás, 80% da população chinesa se dedicava à agricultura (contra os actuais 50%). É precisamente esta mudança de sociedade agrária para industrial e o conseqüente êxodo campo-cidade (17% de população

urbana em 1975, contra os estimados 46% em 2015), que constituem o elemento distintivo do paradigma chinês de desenvolvimento em relação aos casos anteriormente estudados, curiosamente embebido de uma modernidade arreigada à melhor tradição confuciana e a um passado tutelar do futuro.

Esse surto de desenvolvimento é colossal comparativamente com um Ocidente prestes a deixar de ser a casa única da modernidade, e cujas economias aparecem, hoje, endividadas, de anémico crescimento, empobrecidas e sob tutela de governos tolhidos pela deficiente governança, a descobrirem, desconfortável e progressivamente, que o mundo já não é ocidental, incluindo a África, da qual os chineses afastaram os ocidentais em pouco mais de duas décadas.

A região da Ásia-Pacífico, com Pequim à cabeça, é hoje a principal área geopolítica e motor do crescimento económico mundial, mesmo com os recentes sinais de abrandamento da China, com repercussão nos outros Estados do Sueste asiático.

A atitude das classes médias chinesas é ambígua, temperando a exigência de liberdade de expressão e de uma justiça independente, com realismo e obsessões históricas, nomeadamente de que a democracia traz liberdade mas também o risco de caos, um sentimento, afinal, útil ao PCC. Aquelas classes vêm o seu futuro económico dependente da estabilidade social e política, no reconhecimento de que a sua prosperidade tem assentado numa aliança com o regime autoritário, mas não está garantida a perenidade desse vínculo de fidelidade, o que certamente não deixará de preocupar as lideranças políticas em Pequim e de chamar a atenção do Ocidente.

Nas últimas duas décadas, a China veio assumindo um crescente papel de potência global em termos económicos, a par de um aumento do seu poder militar. O incremento nos gastos militares, o forte investimento em tecnologia de ponta na área espacial e os demais programas de infra-estruturas, transportes e educação, confirmam, precisamente, essa sua intenção de actuar, para além de país líder a nível regional, também como actor relevante no cenário internacional. Pequim já aparece como um ponto de passagem obrigatório nos roteiros de qualquer governante, tenham em vista os apetitosos laços comerciais com a economia que mais cresce no globo ou as relações diplomáticas em que se tornou, hoje, num jogador crucial.

A China vem praticando “gestos” de afirmação soberana, destinados a testar o seu poder na região e a questionar a presença americana no Pacífico, o que tem enfurecido japoneses e sul-coreanos e desagradado os americanos. O receio maior destes e dos seus aliados regionais é que a China adopte a mesma atitude para o mar da China do Sul, onde está em conflito com as Filipinas e Vietname igualmente por razões territoriais, como sugere a recente recusa (DEZ2013) da sua diplomacia em se submeter ao julgamento da comissão criada pela ONU para efeitos da sua resolução.

O Japão é o maior investidor na economia chinesa, dispõe de uma Marinha poderosa e decidiu aumentar o seu orçamento de defesa. A China, que investe cada vez mais no mesmo sector, ainda só dispõe de um velho, mas modernizado, porta-aviões ucraniano e a sua aviação está muito longe de ter o treino da japonesa ou da sul-coreana, sem falar dos EUA. Os dois países só têm a ganhar com a paz, mas a história ensina-nos, quase sempre da maneira mais trágica, que o nacionalismo cega as nações ao ponto de ignorarem o seu próprio interesse.

Qual o impacto da ascensão geoeconómica e geopolítica da China e como ela se comportará enquanto actor relevante, primeira economia do mundo e provavelmente dominante do Leste asiático, senão mesmo, da Bacia do Pacífico? Continuará a operar e a seguir os actuais parâmetros do SI ou ambicionará architectar e tornar-se protagonista maior dessa tal nova ordem? Induzirá essa ascensão, juntamente com a da Índia, uma corrida desenfreada pelos recursos num mundo mergulhado em severa crise ambiental e climática? Estas questões só se levantam porque a China já ganhou o estatuto de actor incontornável na cena internacional.

O maior desafio que o Ocidente hoje enfrenta é conseguir integrar pacificamente a nova “superpotência em ascensão” na ordem internacional que emergiu depois da II GM, mesmo se a história mostra que raramente essa inclusão é pacífica. A globalização económica pode ser uma oportunidade, na medida em que a interdependência económica torna toda a gente mais dependente dos outros, o que também se aplica aos EUA e à China. É este o objectivo de Obama, com o seu “pivô” para a Ásia-Pacífico: manter o *statu quo* na região, sem ter de hostilizar Pequim, o que não será tarefa fácil. O difícilimo

exercício diplomático de Washington, apoiado numa presença militar enorme, será, aliás, o de convencer uma China descrente, de que a sua política asiática não é de “contenção” do seu poder, ao mesmo tempo que garante aos aliados regionais, do Japão à Coreia do Sul, passando pelos pequenos países que rodeiam o gigante chinês, que não os abandonará, numa fiança de presença continuada na região.

Entretanto é bom que os EUA e a Europa se cuidem, na medida em que serão coagidos a adaptarem-se a essa nova ordem, com implicações nas suas instituições mais relevantes (ONU, BM, FMI, OMC, etc.) face ao peso das exigências e aspirações dos poderes emergentes. A Europa não revela qualquer visão comum de longo prazo para a relação com a China, apesar da existência de uma pretensa “parceria estratégica” entre ambas. Pior do que isso, cada parceiro europeu joga por si no que toca aos negócios e no tocante à geopolítica, até agradecem que os americanos tratem dela depois dos maus hábitos da Guerra Fria, pensando essencialmente nos investimentos que os retirem da anemia económica e custando-lhes a perceber que o mundo, entretanto, mudou. Esta crise europeia evidentemente que não passa despercebida a Pequim, que presta maior atenção às suas relações com a França ou a Alemanha, num aperfeiçoamento da sua estratégia de “dividir para reinar”, e enquanto esperam que a Europa fale a uma só voz, desafiam os países de Leste para uma relação especial e aproveitam a fragilidade das economias do Sul, como a nossa, para investir.

Convenhamos que não são tempos tranquilizadores, especialmente para os europeus e para uma UE que vai descobrindo que terá de mudar muita coisa, em especial na competitividade económica e sustentabilidade do modelo social, como forma de corrigir os desequilíbrios inerentes ao quadro representativo de uns magros 7% da população global, de uns ainda confortáveis 25% da produção e riqueza mundiais e de uns, por enquanto, generosos 50% de gastos totais com os apoios sociais.

Estarão os EUA e a China condenados à situação de potências inimigas neste século ainda mal iniciado? Verosilmente, se e na medida em que, continuando a China a ascender fortemente no plano económico e tecnológico, logre ganhar projecção de alcance global e acabe tentada pela competição com a América. Nesse caso e ainda

que se coíba de enveradar por uma guerra militar, uma espécie de nova guerra fria poderá interpor-se entre ambos os poderes e alastrar ao resto do mundo. Esta é uma hipótese de trabalho que não deve ser descartada, em nome da prudência estratégica e discernimento geopolítico, um cenário que, em termos globais, seria desastroso se pensarmos no necessário empenhamento das grandes potências no combate conjunto, este sim absolutamente indispensável, sobre os grandes problemas planetários, como as alterações climáticas, o aquecimento global, a poluição, o HIV, as pandemias e o terrorismo, que afrontam o mundo e reclamam concertação e cooperação, no sentido de preservar as comunidades respectivas e as populações dos tremendos efeitos que a falta de soluções pode acelerar.

Resta, todavia, uma convicção. As grandes transformações internas por que vem passando a China dão-lhe uma crescente e desafiante responsabilidade internacional no capítulo da paz e da estabilidade internacionais, sendo certo que também trarão maiores perigos para a liderança política na sua luta pela manutenção do controlo económico e social. Isto porque, quanto mais desenvolvido e próspero o imenso país for, mais insegura e ameaçada se sentirá a nomenclatura da governação e o próprio PCC, levando muitos analistas a sublinhar a circunstância bipolar chinesa: uma potência reconhecida como forte externamente, mas frágil no plano doméstico.

Isto não invalida que a sua governação, tão bem sucedida na última década e meia, faça o país crescer vigorosamente e enriquecer substancialmente, em paralelo com o desenvolvimento da componente militar desse poder, percorrendo, ao fim e ao cabo aquilo que é a trajectória clássica do poder crescente descrita pelo historiador Paul Kennedy: “... *a riqueza económica é a condição necessária para a edificação do poder militar e este requerido habitualmente para o crescimento económico e a segurança e estabilidade desse processo de engrandecimento ...*”

Já a terminar e antes de remeter o futuro para a definição divina, ousarei avançar com um prognóstico sobre a relação entre os dois grandes pólos de poder deste século, EUA e China. Considero plausível que o crescimento sustentável chinês constituirá um dos maiores desafios para a política externa americana nas próximas décadas, cujo

desempenho nas frentes ainda em aberto (Iraque, Irão, Coreia do Norte e outras áreas do mundo) e a predisposição cooperante com os demais países irá influenciar decisivamente a vontade e opção de Pequim pela cooperação ou competição, em larga medida condicionadas pelo forma ávida como a população chinesa segue hoje, nos tablóides e nos sites noticiosos da Internet, o desenvolvimento dos acontecimentos internacionais.

Se uma China responsável vingar, então será possível esperar dela uma postura tal que, a par do seu crescente poder e influência, *et pour cause* ..., se associe aos esforços de outros pólos de poder na defesa da paz, no combate ao terrorismo, de luta contra a pobreza, a exclusão social e o aquecimento global. Compreende-se que enquanto a China se mantiver comunista, difícil será imaginar esse harmonioso mundo a dois, o que nos remete para um desenlace mais realista e provável, isto é, uns EUA esperando por outros parceiros de poder na Ásia, nomeadamente o Japão e a Índia, numa partilha de influência e poder com a China.

Verosímil será concluir que caso a América revele o discernimento estratégico para avaliar correctamente a fragilidade chinesa, assim como a maturidade política para resistir à tentação do unilateralismo, então aumentarão significativamente as possibilidades de um cenário internacional de partenariado no qual os EUA e a China possam partilhar as responsabilidades geopolíticas pela liderança regional e global. O mundo ficaria reconhecido!

O tal discernimento estratégico alinhado com a vontade, apoiado no “saber” e no “saber fazer”, na inteligência, na criatividade, na inovação e no I&D, avivam um caminho de esperança ocidental mas porque “o futuro a Deus pertence”, vamos deixá-Lo responder!

Sassoeiros, 19 de Dezembro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

- Benewick, Robert e Donald, Stephanie – “*The state of China atlas*”; London: Penguin Books, 1999.
- Bonds, Ray (et al) – “*The chinese war machine. A technical analysis of the strategy and weapons of the People’s Republic of China*”; London: Salamander Books, 1979.
- Boxer, Charles R. – “*The portuguese seaborne empire*”; London: Hutchinson of London, 1969.
- Bzezinski, Zbigniew – a “*The grand chessboard. American primacy and its geostrategic imperatives*”; New York, Basic Books, 1997.
- Hobsbawn, Eric – “*A era dos extremos. O breve século XX. (1914-1992)*”; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Jacques, Martin – “Quando a China mandar no Mundo”; Círculo de Leitores, 2ª edição, JAN2013.
- Kissinger, Henry – “*On China*”; New York: Penguin, 2011.
- Michel, Serge e Beuret, Michel – “O Safari Chinês”; Dom Quixote, 2009.
- Nye Jr, e Joseph S. – “*The future of power*”; New York: PublicAffairs, 2011.
- Oliveira, Henrique Altemani de (coord) – “*China e Índia na América Latina. Oportunidades e desafios*”; Curitiba: Juruá, 2010.
- Pautasso, Diego – “*China e Rússia no pós-Guerra Fria. Inserção internacional e transição sistêmica*”; Curitiba: Juruá Editora, 2011.
- Pelletier, Philippe (et ali) – “*Géopolitique de l’Asie*”; Paris: Nathan, 2009.
- Pomar, Wladimir – “*A revolução chinesa*”; São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- Shirk, Susan L. – “*China, fragile superpower*”; Oxford University Press, Inc., New York, 2007.
- Tertrais, Bruno (et al) – “*Atlas militaire et stratégique. Menaces, conflits et forces armées dans le monde*”; Paris: Éditions Autrement, 2008.



Das eleições autárquicas e dos eleitos locais em Portugal

Instituições e Conceitos

José Fontes¹
Nuno Terenas²

SUMÁRIO

- **Introdução**
- **i) As eleições: os partidos políticos**
- **ii) Os eleitores: a capacidade eleitoral.**
- **iii) O regime de eleição: organização dos círculos eleitorais e sistema eleitoral**
- **iv) A organização do processo eleitoral: a apresentação de candidaturas e a lei da paridade**
- **v) A campanha eleitoral**
- **vi) O apuramento dos resultados e os mandatos**
- **vii) Incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos**
- **viii) Os limites à renovação de mandatos. Síntese conclusiva**
- **Referências bibliográficas**
- **Legislação**
- **Webgrafia**

¹ Sócio Fundador do Instituto Dom João de Castro. Professor da Universidade Aberta e da Academia Militar. Agregado e Doutor em *Ciências Políticas*. Investigador do Grupo Política e Governo do Centro de Administração e Políticas Públicas do ISCSP da Universidade de Lisboa, do CINAMIL/AM e do IPRI/UNL.

² Exerce funções na Câmara Municipal de Almada. Pós-Graduado em *Gestão Autárquica e Modernização: os Novos Desafios do Poder Local*, pela Universidade Aberta. Licenciado em *Psicologia Social e das Organizações*. Frequenta o curso de mestrado em *Relações Interculturais*.

INTRODUÇÃO

O tema sobre o qual aqui se reflete foi escolhido dadas a atualidade e a pertinência e por se ter constatado que na sociedade portuguesa existiu uma grande discussão relativamente à suscetibilidade de apresentação de algumas candidaturas a órgãos autárquicos, particularmente relacionada com a problemática relativa à limitação dos mandatos de presidentes de câmara municipal que exerciam funções há já três mandatos e que pretendiam candidatar-se a um novo mandato, em outros municípios, nas eleições autárquicas seguintes de dia 29 de setembro de 2013. Por outro lado, não deixa de ter relevo a importância, nos dias de hoje, do *Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*, depois de ter sido aprovado pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Importa acrescentar, que este artigo tem como suporte, designadamente, a legislação atualizada acerca de toda esta temática (particularmente através dos principais diplomas) bem como alguma jurisprudência já proferida sobre a matéria em análise, sobretudo pelo Tribunal Constitucional português.

Conforme refere Fontes (2010) em Portugal tem existido um défice assinalável de estudos científicos, académicos e técnicos sobre questões eleitorais e, deste modo, este artigo pretende ser mais um contributo importante para o estudo e a reflexão sobre esta(s) temática(s).

i) AS ELEIÇÕES: OS PARTIDOS POLÍTICOS

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, o nosso País passou a ter um regime democrático baseado designadamente na soberania popular, no pluralismo de ideias, na organização política democrática e participativa, no regime e na garantia de direitos, liberdades e garantias constitucionalmente previstos.

Deste modo, com a instituição da democracia pluralista, a eleição passou a ser um instrumento fundamental e essencial, porque permitiu que os cidadãos pudessem, através do voto, eleger, a diferentes níveis, os seus representantes.

A eleição é assim um ato de intervenção e natureza políticas, que compreende diversas etapas e que assegura a participação cívica por

parte dos cidadãos, que através dos diferentes programas eleitorais apresentados, possibilita a *leitura* e a escolha de entre um conjunto de interesses partidários complexos e, por vezes, de difícil conciliação, como se tem manifestado nos casos mais recentes, na falta de consenso entre os partidos com assento parlamentar.

Assim sendo, em Portugal, de acordo com o disposto na Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2008, de 14 de maio, os partidos políticos desempenham um papel decisivo na sociedade portuguesa e na vida da comunidade nacional, uma vez que, exercem uma função político-constitucional, convergem para a livre formação da opinião política, para o pluralismo de expressão da vontade popular e para a organização e exercício do poder político, tendo como base, nomeadamente, o respeito pelos princípios da independência nacional, da unidade do Estado e da democracia política (artigo 1.º), sendo regidos por princípios de organização e gestão democráticas, de participação (artigo 5.º) e por princípios de transparência e de cidadania (artigos 6.º e 7.º).

Importa acrescentar, que qualquer partido político para ser reconhecido e lhe ser atribuída personalidade jurídica deverá realizar a sua inscrição e a mesma ser aceite perante o Tribunal Constitucional (artigo 14.º).

ii) OS ELEITORES: A CAPACIDADE ELEITORAL

Segundo o disposto na Lei n.º 13/99, de 22 de março (na versão atualmente em vigor), qualquer cidadão deve realizar o recenseamento eleitoral, de modo a poder exercer o direito de sufrágio, aliás como decorre do constitucionalmente consagrado no artigo 49.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Segundo o disposto no artigo 109.º da CRP todos os cidadãos devem participar na tomada das decisões políticas, uma vez que a sua intervenção é um “(...) instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos (...)”.

Assim, por um lado, a capacidade eleitoral pode ser particularmente definida como ativa e passiva. Gozam de capacidade eleitoral ativa, de acordo com o disposto no artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 1/2001,

de 14 de agosto³, em regra geral, os cidadãos maiores de 18 anos, portugueses ou originários de Estados Membros da União Europeia, “de países de língua oficial portuguesa com residência legal há mais de dois anos quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no respetivo Estado de origem”; e “outros cidadãos com residência legal em Portugal há mais de três anos desde que nacionais de países que, em condições de reciprocidade, atribuam capacidade eleitoral ativa aos portugueses neles residentes”.

Importa acrescentar, que de acordo com o previsto no artigo 3.º do referido diploma legal, não podem votar os cidadãos interditados por sentença judicial; e os doentes psiquiátricos declarados por junta médica e os cidadãos que estejam privados de direitos políticos por decisão dos tribunais.

Por outro lado, dispõem de capacidade eleitoral passiva na eleição para os órgãos das autarquias locais, nos termos do disposto no artigo 5.º do mesmo diploma legal, “(...) todos os cidadãos portugueses eleitores, os cidadãos eleitores de Estados Membros da União Europeia, quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no Estado de origem daqueles; os cidadãos eleitores dos países de língua oficial portuguesa com residência em Portugal há mais de quatro anos quando de igual direito gozem legalmente os cidadãos portugueses no respetivo Estado de origem (...)” e “outros cidadãos eleitores com residência legal em Portugal há mais de cinco anos (...)”.

iii) O REGIME DE ELEIÇÃO: ORGANIZAÇÃO DOS CÍRCULOS ELEITORAIS E SISTEMA ELEITORAL

A organização dos círculos eleitorais compreende, para efeitos de eleição dos órgãos autárquicos, o território da autarquia local, o qual constitui um único círculo eleitoral, nos termos do estipulado pelo artigo 10.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, isto é, a área do círculo eleitoral para as eleições das assembleia municipal e câmara municipal é a do concelho e a área do círculo eleitoral para a assembleia de freguesia é a da própria freguesia.

³ Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de outubro; e Leis Orgânicas n.os 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto; 3/2010, de 15 de dezembro; e 1/2011, de 30 de novembro.

Importa referir que existiam, antes da entrada em vigor do *Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica*⁴, 4259 freguesias a que se acrescentavam 308 municípios, sendo todos os círculos plurinominais, isto é, elegiam mais do que um representante.

De acordo com o regime de eleição e conforme o previsto no artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, todos os membros dos órgãos deliberativos e executivos, quer das freguesias, quer dos municípios, são eleitos por sufrágio universal direto e secreto.

Assim sendo, os órgãos representativos das autarquias locais que são designados por sufrágio direto dos cidadãos eleitores são a assembleia de freguesia, de acordo com o previsto no artigo 21.º, n.º 1, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na versão revista e atualmente em vigor (nas freguesias com 150 eleitores ou menos, a assembleia de freguesia é substituída por um plenário de cidadãos eleitores); a assembleia municipal (neste caso é constituída por membros eleitos em número superior aos dos presidentes de junta de freguesia, de acordo com o consagrado no artigo 42.º, n.º 1, do referido diploma legal), sendo que, o número de membros eleitos não podem ser inferior ao triplo do número de membros da respetiva câmara municipal (artigo 42.º, n.º 2) e, por fim, a câmara municipal.

Por outro lado, e de acordo com o disposto no artigo 113.º, n.º 5, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a conversão dos votos em mandatos realiza-se de acordo com o método da média mais alta de *Hondt* (Fontes, 2010, b, pp. 42 e ss.) isto é, através do princípio da representação proporcional.

iv) A ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL: A APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS E A LEI DA PARIDADE

No que diz respeito à organização do processo eleitoral salienta-se que o dia das eleições para os respetivos órgãos das autarquias locais é marcado com 80 dias de antecedência, sendo que, as eleições devem realizar-se entre os dias 22 de setembro e 14 de outubro do ano em

⁴ Vide Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

que termina o respetivo mandato, nos termos do disposto no artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto e da alínea j) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição.

As candidaturas para as eleições dos órgãos autárquicos são apresentadas junto dos tribunais de comarca, perante o juiz do tribunal cível, até ao 55.º dia anterior à data do respetivo ato eleitoral, de acordo com o estipulado no artigo 20.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

Deste modo, as listas podem ser apresentadas por partidos políticos e respetivas coligações e ainda por grupos de cidadãos eleitores (independentes), sendo que, os mesmos só podem representar uma lista. No entanto, os partidos políticos e as respetivas coligações podem integrar, nas listas respetivas, candidatos independentes de acordo com o estipulado no artigo 16, n.ºs 1 a 4, e 6, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

No âmbito da organização do processo eleitoral, particularmente aquando da apresentação de candidaturas importa fazer referência à dispensa de funções dos candidatos, que de acordo com o estipulado no artigo 8.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deve ser realizada nos trinta dias anteriores ao dia das eleições, sendo que têm direito à dispensa de funções, contando o respetivo tempo de ausência para todos os efeitos, quer na retribuição, quer no tempo de serviço efetivo e antiguidade, não sendo possível à entidade patronal recusar o respetivo pedido. Estão abrangidos pelo regime jurídico previsto no disposto naquele artigo todos os candidatos, efetivos e suplentes, (exceto os mandatários), sendo que a dispensa deve permitir e garantir o tempo disponível para promover a mensagem e os programas políticos perante os cidadãos eleitores. Deste modo, de acordo com o previsto nos artigos 48.º e 50.º, n.ºs 1 e 2, da CRP o direito à dispensa do exercício de funções é uma consequência dos direitos constitucionais inerentes à participação na vida pública.

Considera-se este direito à dispensa do exercício de funções “um direito garantido aos candidatos, para que se possam concentrar na atividade da respetiva candidatura” (Baptista, 1997, p. 168).

Acresce que os partidos políticos, as coligações e os grupos de cidadãos eleitores podem nomear um mandatário, que será

necessariamente eleitor e deve estar inscrito no círculo eleitoral seguindo a sua designação o processo de apresentação da candidatura, mas este não gozará da referida dispensa, atento o disposto no artigo 22.º, n.º 1, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

Importa ainda assinalar, de forma genérica, que os candidatos apresentados pelos partidos políticos continuam a ser predominantemente do género masculino como decorre dos dados apresentados relativamente aos mandatos para a Assembleia da República, o que comprova alguma *limitação* à participação feminina.

Segundo Baum e Espírito-Santo (Maciel, 2008) em Portugal a evolução no sentido de uma maior igualdade de género na política tem sido bastante lenta, não correspondendo às conquistas socioeconómicas que as mulheres têm conseguido.

Ora, por exemplo, na Assembleia da República a percentagem de Deputadas do género feminino ao nível das candidaturas é mais elevada em face à sua efetiva eleição.

**Quadro 1 — Mandatos nas eleições para a Assembleia da República
(total e por género)**

Ano	Mandato		
	Género		
	Total	Masculino	Feminino
1975	250	231	19
1976	263	248	15
1979	250	233	17
1980	250	233	17
1983	250	232	18
1985	250	234	16
1987	250	231	19
1991	230	210	20
1995	230	202	28
1999	230	190	40
2002	230	185	45
2005	230	181	49
2009	230	167	63
2011	230	(R) 169	(R) 61

Fonte: PORDATA (Última atualização: 2012.07.18 11:12:17)

Presume-se, desde logo, que os partidos políticos contam com o género feminino para a formação das suas listas, mas não para a sua eleição, conforme se verifica no quadro infra relativo ao período entre 1975 a 2011 relativo às últimas eleições legislativas (Maciel, 2008).

Esta situação ocorre porque todos os partidos políticos, sem exceção, ainda se encontram estruturados internamente de forma *algo discriminatória* a nível de género, o que tem como consequência a dificuldade das mulheres fazerem carreira política no seio dos partidos políticos (Viegas e Faria, 1999; Viegas e Faria, 2001, *in* Maciel, 2008).

Esta situação piora ao nível da administração local, porque apenas 5% dos presidentes de câmara em 2002 eram mulheres (Baum e Espírito-Santo, 2004, *in* Maciel, 2008). Nota-se, no entanto, uma melhoria dado que em resultado das eleições autárquicas de 2013⁵ passaram a existir 23 presidentes de câmaras municipais do género feminino, o que equivale a 7,46% do total.

Pelo que se comprova em Portugal não se tem cumprido substantivamente com o estipulado no artigo 13.º da CRP que refere que “ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual”, bem como no artigo 109.º da CRP quando estipula que “a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental da consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos”.

Assim para colmatar esta desigualdade foi aprovada a *Lei da Paridade* através da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto, que pretende estabelecer uma representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos, nas eleições para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para os órgãos das Autarquias Locais, atento o disposto no seu artigo 2.º.

⁵ Cfr.: http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Lista%20de%20Presidentes%20de%20Camara%20Municipal_2013.pdf

De acordo com o estipulado no artigo 2.º, n.º 2, do referido diploma “as listas plurinominais apresentadas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista”, sofrendo assim pelo seu incumprimento, os partidos, as coligações ou os grupos de eleitores, uma diminuição entre 75% a 80% da subvenção pública atribuída para a respetiva campanha eleitoral, de acordo com o disposto no artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto⁶.

Importa referir, no entanto, que a *Lei da Paridade* se revelou ter alguma importância para combater a desigualdade de género. Conforme se pode verificar, no *Quadro 1 — Mandatos nas eleições para a Assembleia da República (total e por género)*, nos anos de 2009 e 2011 existiu um aumento assinalável na participação feminina nos mandatos atribuídos face aos restantes períodos compreendidos entre 1975 e 2005.

v) A CAMPANHA ELEITORAL

Ao falarmos de campanha eleitoral temos obrigatoriamente de nos referir também à propaganda eleitoral. Constata-se que a propaganda eleitoral envolve uma atividade que se propõe, de forma direta e indireta, promover candidaturas a determinadas eleições sejam de partidos políticos, de coligações ou de grupos de cidadãos, por intermédio de atividades, tais como: comícios, sessões de esclarecimento, cartazes, panfletos, intervenções via rádio e TV.

Assim sendo, a campanha eleitoral de acordo com o estipulado no artigo 47.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, deverá iniciar-se no 12.º dia anterior à data da realização do ato eleitoral, com término na véspera do referido ato, sendo que, deve reger-se, nomeadamente pelos princípios da liberdade de propaganda, de igualdade de oportunidades, de imparcialidade, e de transparência e fiscalização das contas eleitorais, atento o previsto no artigo 113.º, n.º 3, da CRP.

Importa assinalar que é explicitamente proibido qualquer propaganda eleitoral, quer na véspera do dia do ato eleitoral, quer

⁶ Cfr. o disposto na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, referente ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

no próprio dia das eleições, bem como, em edifícios das assembleias de voto até à distância de 50m e na exibição de siglas e autocolantes segundo o previsto no artigo 123.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto.

vi) *O APURAMENTO DOS RESULTADOS E OS MANDATOS*

O apuramento dos resultados de acordo com o estipulado no artigo 128.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, realiza-se através do apuramento local realizado em cada secção de voto no final da votação e através do apuramento geral, o qual é contabilizado somente no 2.º dia após a votação em cada município no qual se apura os resultados finais quer para a assembleia de freguesia, quer para as assembleia e câmara municipais.

No apuramento dos resultados considera-se, de acordo com o estipulado no artigo 132.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que os votos em branco são correspondentes “a boletim de voto que não contenha qualquer sinal em qualquer quadrado”, sendo que o voto nulo, de acordo com o previsto no artigo 133.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, corresponde a um boletim “no qual tenha sido assinalado mais de um quadrado; no qual haja dúvidas quanto ao quadrado assinalado; no qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma candidatura que tenha sido rejeitada ou desistido das eleições; no qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasuras e por fim no qual tenha sido escrita qualquer palavra”.

Após o apuramento dos resultados é necessário que os mesmos sejam publicados em edital e afixados junto de cada secção de voto, sendo que, os presidentes das mesas das assembleias de voto transmitem à entidade responsável, para esse efeito, o teor constante do respetivo edital. De acordo com o previsto no artigo 136.º, n.º 2, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, “a entidade a quem é feita a comunicação apura os resultados da eleição na freguesia” que por sua vez os transmite imediatamente às entidades competentes de acordo com o previsto no artigo 136.º, n.º 3, da Lei Orgânica nº 1/2001 de 14 de agosto.

Importa acrescentar e referir que o apuramento dos resultados é realizado por uma assembleia que opera junto da câmara municipal e que no caso, por exemplo, do Município de Lisboa “podem constituir-se quatro assembleias de apuramento e nos restantes municípios com mais de 200 000 eleitores e podem constituir-se duas assembleias de apuramento (artigo 141.º, n.ºs 2 e 3, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto).

Por fim, e de acordo com disposto no artigo 154.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, nos trinta dias imediatos à receção das atas de todas as assembleias a *Comissão Nacional de Eleições* publica em *Diário da República*, na 1.ª Série, os resultados oficiais por freguesia e por município⁷.

Importa ainda referir que a Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, no artigo 1.º, n.º 2, refere que o período que medeia entre a realização das eleições e a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos é definido como *de gestão limitada* dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares.

Neste âmbito e de acordo com o previsto no artigo n.º 2 da Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto, os órgãos ficam impossibilitados de deliberar ou de decidir em matérias, particularmente as designadas nas alíneas a) e seguintes, bem como caducam, de acordo com o artigo 3.º, n.º 1, durante o período de gestão, as respetivas delegações de competências.

Por outro lado, a duração dos mandatos dos órgãos autárquicos de acordo com o estipulado no artigo 220.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, é de quatro anos. Importa referir que em caso de dissolução “o órgão autárquico resultante de eleições intercalares completa o mandato do anterior”.

Importa notar igualmente que atento o referido no artigo 225.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, a instalação dos órgãos eleitos compete ao “presidente do órgão deliberativo cessante ou ao cidadão melhor posicionado na lista vencedora, nos termos da lei” procedendo “à convocação dos candidatos eleitos, para o ato de instalação do órgão, nos cinco dias subsequentes ao apuramento definitivo dos resultados

⁷ Cfr. o disposto no artigo 119.º, n.º 1, alínea i) da CRP.

eleitorais” sendo que, a devida instalação deve ser realizada até ao 20.º dia posterior ao apuramento absoluto dos resultados, bem como, deve ser realizada a verificação da legitimidade dos eleitos.

Sobre a tutela administrativa refira-se que a mesma é apenas de legalidade e meramente inspetiva. Está prevista no artigo 2.º da Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e “consiste na verificação do cumprimento das leis e regulamentos por parte dos órgãos e dos serviços das autarquias locais e entidades equiparadas”, exercendo-se através de inspeções, inquéritos e sindicâncias de acordo com o seu artigo 3.º, sendo que, os órgãos e os serviços das autarquias locais possuem o dever de prestar as informações necessárias e cooperar nos termos do estipulado no artigo 4.º sendo tutelados pelo Governo nos termos do artigo 5.º e de acordo com o constitucionalmente previsto no artigo 199.º, alínea d).

Contudo, importa referir de acordo com o artigo 7.º da Lei 27/96 de 1 de agosto, qualquer prática, omissão ou ação de ilegalidade ocorrida nas autarquias locais pode determinar a perda de mandato “se tiverem sido praticadas individualmente por membros de órgãos, ou a dissolução do órgão, se forem o resultado da ação ou omissão deste bem como, podem incorrer em perda de mandato de acordo com o estipulado no artigo 8.º, n.º 1, alíneas a) e seguintes e nos n.ºs 2 e 3 do referido diploma.

Ao nível da dissolução dos órgãos autárquicos (artigo 9.º), os mesmos, podem ser dissolvidos de acordo com o referido nas alíneas a) e seguintes, sendo que, “as decisões de perda do mandato e de dissolução de órgãos autárquicos ou de entidades equiparadas são da competência dos tribunais administrativos de círculo” (artigo 11.º, n.º 1) e interpostas pelo Ministério Público (artigo 11.º, n.º 2).

Por fim, importa salientar que nas situações em que ocorre a dissolução do órgão deliberativo da junta de freguesia ou do órgão executivo da câmara municipal é nomeada, por decreto, uma comissão administrativa, sendo “constituída por três membros, nas freguesias, ou cinco membros, nas câmaras municipais e nas regiões administrativas (artigo 14.º), sendo que “os órgãos executivos mantêm-se em funções até à data da tomada de posse da comissão administrativa” (artigo 14.º).

vii) INCOMPATIBILIDADES E IMPEDIMENTOS DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS

Conforme referem os artigos 1.º e 2.º, da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto⁸ os titulares dos órgãos de soberania e os titulares de cargos políticos são os que estão previstos nas alíneas *a)* a *g)* do referido diploma, sendo que, os mesmos devem exercer “as suas funções em regime de exclusividade sem prejuízo do disposto no Estatuto dos Deputados à Assembleia da República” (artigo 4.º, n.º 1), bem como, também é incompatível com o desempenho de funções profissionais remuneradas e não remuneradas, e na inclusão em corpos sociais de entidades colectivas de fins lucrativos (artigos 4.º, n.º 2), excetuando em situações em que as funções desempenhadas sejam por inerência (artigos 4.º, n.º 3).

Acrescenta-se ainda que de acordo com o estipulado no artigo 221.º, n.º 1, e seguintes, da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, existe incompatibilidade com o exercício do mandato na área jurisdicional do município o exercício em paralelo de funções autárquicas nos órgãos designadamente, ao nível da câmara municipal, junta de freguesia e assembleia municipal.

Importa salientar, que após cessarem as funções, os titulares dos órgãos de soberania e os titulares de cargos políticos, previstos nas alíneas *a)* a *g)* não podem exercer durante um período de três anos, nenhum cargo em empresas privadas, excetuando se for o caso, na empresa ou atividade onde desempenhou funções antes do cargo (artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

Deste modo, os presidentes e os vereadores das câmaras municipais em regime a tempo inteiro, parcial e de permanência podem desempenhar outras funções e atividades desde que informem a assembleia municipal (na primeira reunião do início do mandato) e o respetivo Tribunal Constitucional (artigos 6.º e 7.º da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

⁸ Com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas legais: Leis n.os 39-B/94, de 27 de dezembro; 28/95, de 18 de agosto; 12/96, de 18 de abril; 42/96, de 31 de agosto; 12/98, de 24 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; Lei n.º 30/2008, de 10 de julho; e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

Assim, os titulares de cargos políticos devem entregar no Tribunal Constitucional num prazo de sessenta dias após a data da tomada de posse uma declaração de ausência de incompatibilidades e de impedimentos, cabendo ao Tribunal Constitucional analisar, fiscalizar e sancionar o legalmente preceituado (artigo 10.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto).

Importa ainda referirmo-nos, a propósito da temática sobre as incompatibilidades e os impedimentos, ao disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (na versão atualmente em vigor), porque conforme refere Veiga (2001, p. 438) “(...) na acumulação de funções públicas a regra geral é a da sua proibição, sendo a exceção composta pela sua permissão. Pelo contrário, na acumulação de funções públicas com privadas, a regra é a da sua permissão, sendo a exceção constituída pelas incompatibilidades”, esta afirmação revela que de acordo com a Lei Fundamental (artigo 269.º n.º 1 e seguintes) e a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (artigo 26.º), os trabalhadores da Administração Pública e os demais agentes do Estado e outras entidades públicas, devem estar exclusivamente ao serviço do interesse público, sendo que não é permitida a acumulação de empregos ou cargos públicos.

Esta norma leva à conclusão que a Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, no respetivo artigo 25.º, n.º 1, salienta que a existência de incompatibilidades garante a imparcialidade no exercício de funções públicas.

Importa assinalar que, nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, a respetiva autorização para acumulação de funções depende de autorização, bem como a elaboração de um requerimento onde deve constar o horário; o salário que vai receber; a natureza independente ou subordinada do trabalho a desempenhar, bem como o conteúdo funcional; as “razões por que o requerente entende que a acumulação é de manifesto interesse público”; as “razões por que o requerente entende não existir conflito com as funções desempenhadas” e pelo “compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada no caso de ocorrência superveniente de conflito”.

Deste modo, e conforme o estipulado no artigo 29.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, é da competência dos dirigentes, sob pena de cessação da comissão de serviço, “verificar a existência

de situações de acumulação de funções não autorizadas, bem como fiscalizar a estrita observância das garantias de imparcialidade no desempenho de funções públicas”.

viii) OS LIMITES À RENOVAÇÃO DE MANDATOS

A Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto, no seu artigo 1.º, n.º 1, refere que os presidentes de câmara e os de junta de freguesia, regra geral “só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos”, salvo a exceção quando “tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos o 3.º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo”.

Importa referir que de acordo com o artigo 1.º, n.º 2, do mesmo diploma se estipula que os presidentes de câmara, bem como, os de junta de freguesia, não poderão desempenhar as mesmas “funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido”.

Nos termos do disposto no artigo 1.º, n.º 3, não poderão candidatar-se às eleições seguintes, bem como, nas que se realizem no “quadriénio subsequente à sua renúncia”.

Esta limitação de mandatos revelou enorme discussão, reflexão, análise e controvérsia na sociedade portuguesa, o que provocou diferentes entendimentos jurídicos e políticos. Tal situação levou a que algumas candidaturas se encontrassem suspensas até à tomada de decisão final por parte dos tribunais respetivos, designadamente o Tribunal Constitucional, através do Acórdão n.º 480/2013, de 5 de setembro (Processo n.º 765/13), proferido pelo Plenário, em que considerou que a limitação de mandatos é apenas e meramente territorial e não respeita à função, ou seja “o limite em causa é territorial, impedindo a eleição do mesmo candidato para um quarto mandato consecutivo na mesma autarquia”.

SÍNTESE CONCLUSIVA

Este artigo pretendeu abordar, de uma forma clara e pormenorizada, os temas mais importantes, quer sobre o eleito local, quer sobre a própria eleição autárquica, levando a compreender as principais temáticas e os conceitos mais relevantes.

Em conclusão, este estudo contribui para uma melhor compreensão das principais *instituições* em presença e fornece uma pesquisa alargada acerca dos diplomas legais mais importantes que regem, nomeadamente, a eleição dos órgãos autárquicos, porque assumem grande importância na vida quotidiana, uma vez que asseguram, de uma forma territorialmente descentralizada, todos os principais interesses de cada concelho e de cada cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Filipe (1997). *Regime Jurídico das Candidaturas*. Edições Cosmos. Livraria Arco- Iris. Lisboa.
- BAUM, Michel e ESPÍRITO-SANTO, Ana (2004). *Desigualdades de Género em Portugal: a participação política das mulheres in* FREIRE, André *et al. Portugal a votos – as eleições legislativas de 2002*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.
- FONTES, José (2010). *Da função eleitoral dos partidos políticos no direito português e sua natureza político-jurídica*. Eleições: Revista de Assuntos Eleitorais. n.º 13. (Pp.1 – 22).
- ——— (2010). *Teoria Geral do Estado e do Direito*. Coimbra Editora. (b)
- MACIEL, Diana (2008). *Género e Poder Local*. Dissertação de Mestrado em *Sociologia* – especialidade em *Família e Sociedade*. Julho. ISCTE-IUL. Lisboa.
- VIEGAS, José e FARIA, Sérgio (1999). *Participação política feminina: percursos, constrangimentos e incentivos*. Sociologia – Problemas e Práticas. N.º 30. (Pp. 55 – 87).
- ——— (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras. Celta Editora.
- VEIGA, Moura (2001). *Função Pública*. 1.º volume. 2.ª edição. Coimbra Editora.

Legislação

- Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, alterada pelos seguintes diplomas: Leis n.ºs 39-B/94, de 27 de dezembro; 28/95, de 18 de agosto; 12/96, de 18 de abril; 42/96, de 31 de agosto; 12/98, de 24 de fevereiro; Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março; Lei n.º 30/2008, de 10 de julho; e Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.
- Lei n.º 27/96, de 1 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro.

- Lei n.º 13/99, de 22 de março, alterada pela Lei n.º 3/2002, de 8 de janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005, de 8 de setembro, pela Lei n.º 47/2008, de 27 de agosto, e corrigida pela Declaração de Retificação n.º 54/2008, de 1 de outubro.
- Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; Declaração de Retificação n.º 4/2002, de 6 de fevereiro; Declaração de Retificação n.º 9/2002, de 5 de março; Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro; Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro; e Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, alterada pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de outubro; e Leis Orgânicas n.ºs 5-A/2001, de 26 de novembro; 3/2005, de 29 de agosto; 3/2010, de 15 de dezembro; e 1/2011, de 30 de novembro.
- Lei Orgânica n.º 2/2003, de 22 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2008, de 14 de maio.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto.
- Lei n.º 46/2005, de 29 de agosto.
- Lei n.º 47/2005, de 29 de agosto.
- Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto.
- Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelos seguintes diplomas: Declaração de Retificação n.º 22-A/2008, de 24 de abril; Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro; Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril; Lei n.º 34/2010, de 2 de setembro; Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro; Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro; Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro e Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril.
- Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, com as alterações introduzidas pela lei Orgânica n.º 5-A/2001, de 26 de novembro e pela Lei Orgânica n.º 3/2005, de 29 de agosto.
- Lei n.º 22/2012, de 30 de maio.

Webgrafia

- DGAI – Direcção Geral da Administração Interna. “Registo dos Eleitos Locais – Lista dos Presidentes de Câmara 2013”. Disponível em http://www.dgai.mai.gov.pt/files/conteudos/Lista%20de%20Presidentes%20de%20Camara%20Municipal_2013.pdf. Consultado em 12 de janeiro 2014.
- Acórdão n.º 480/2013, de 5 de setembro do Tribunal constitucional (Processo n.º 765/13). Disponível em <http://static.publico.pt/docs/politica/acordao480.pdf>. Consultado em 24 de janeiro 2014.



Quo vadis Europa

Revisitar a Cultura de Valores e de Ética¹

*João Abel da Fonseca**

Como ponto de partida, acompanhando Adela Cortina no seu recente livro dedicado à Ética, designadamente nas questões sobre que reflecte, tenhamos como certo “que todos os seres humanos são necessariamente morais, ou seja, que poderão ser imorais, mas nunca amorais”. Nesta conformidade, importa então potenciar a sua maneira de ser moral do modo mais inteligente possível – foi afinal o que se veio tentando desde que na Grécia Antiga o problema da Ética foi levantado. O conceito de comportamento ético foi evoluindo ao longo dos tempos, com consideráveis avanços, no que se pode qualificar de um resultado fecundo.

Chegados aqui importa, então, colocar na mesa duas ordens de considerações: “se nos tivéssemos comportado eticamente não teríamos uma crise como a actual ou, de outro modo, se os cidadãos se comportassem eticamente não se teriam produzido crises como a que estamos a viver”. Neste sentido claro, Ética e Política estão estreitamente relacionadas, aceitando que o ser humano é uma pessoa

¹ Seguiremos de perto um artigo de Francesc Arroyo intitulado “Competir o conviver”, publicado no suplemento *Babelia* do diário espanhol *EL PAÍS*, de 18 de Maio de 2013. Essencialmente trata-se duma entrevista a Adela Cortina, professora catedrática de Ética e Filosofia Política na Universidade de Valência, que lançara havia cerca de dois meses o seu livro *Para qué sirve realmente...? la ética*, publicado pela editora de Barcelona, Paidós Ibérica.

* Da Academia Portuguesa da História, academia de Marinha, Sociedade de Geografia de Lisboa e Instituto de Cultura Europeia e Atlântico.

na sociedade e que não há indivíduos isolados, ou se se preferir, que a afirmação liberal de que há indivíduos isolados, que num belo dia decidiram firmar um contrato, não passa de uma hipótese fictícia. Na verdade, não existem esses indivíduos isolados, mas antes pessoas vinculadas aos demais seres humanos, ou seja, em relação política.

Assim sendo, uma sociedade em que as pessoas actuassem, participativamente, com mais responsabilidade na gestão do seu comportamento face ao todo, com vista ao bem comum, estaria melhor preparada para evitar crises como a que agora nos aflige.

Ao que temos vindo a assistir, continuamente, é a um clima de descrença, de desconfiança e de desmotivação, associadas estas à realidade de que faltam ao cidadão europeu contemporâneo as ferramentas para voltar a pensar, nomeadamente, às supostas elites. Digamos que empurrado pela força da inércia instalada desde o pós-Segunda Guerra, embrenhado na tecnologia, na tecnocracia, na burocracia e na demagogia, se foi perdendo na contingência do imediato. Continua, deste modo, a querer informar-se até à exaustão, de livre vontade ou intoxicado, mas não utiliza esta informação para a fazer reverter em conhecimento ou em pensamento – absorve mas não digere – e não digerindo perde a oportunidade de se integrar na sociedade, porque nada produz como sua contribuição para o todo. Acaba por se auto-isolar. Pior do que tudo isto, como que desenvolve no seu seio, e falamos da Europa, um ambiente de pessimismo latente em que carrega a Memória com os traumas dos sucessivos Passados que bloqueiam o Presente e lhe retiram o alento da viabilidade, porque, ao invés de o estimular, o amedrontam face ao Futuro.

O pensamento crítico confronta-se com realidades instaladas, como a economia do medo, a política da arrogância, a desarticulação da família, agora concebida em novas redes de parentesco, e até com a inconsistência da fé. A sociedade europeia parece acolher-se à figura de um Ocidente encarado como Hegel já o vira – um ocaso, etimologicamente ligado a algo que cai –, por oposição a um Oriente, agora renascido, que se eleva como o local onde o Sol nasce, e donde vem a verdade.

Como escreve Aires Augusto do Nascimento² no Prólogo do seu último livro, lançado em Maio de 2013, falando da nação portuguesa:

² Vd. Aires Augusto do Nascimento, *Vida de São Teotónio*, Lisboa, Colibri, 2013.

“Fica ela na zona mais ocidental da Europa: esta é continente incompleto, mas também inconformado; é parte de um outro (Euro-ásia) que se estende até ao outro lado do mundo e arrisca permanentemente a aventura de se alargar sobre o mar, malgrado a obscuração de um futuro incerto – Europa é, nas origens gregas da palavra, a terra que na escuridão procura a luminosidade que ainda resta dos deuses, que se ausentaram, para descortinar uma nova luz (saída do seu interior, por indagação racional e inteligente que aproveita as próprias capacidades). Voltada a Ocidente, é Portugal, que tem no mar a possibilidade de encontrar novas terras e de formar o complemento, em construção de utopia – terra a haver; na ponta mais ocidental tem cabeça, envolta em cabeleira de esfinge, e os olhos fitam o mar, na visão de Fernando Pessoa (“O dos Castelos”, *Mensagem*)”.

Eduardo Lourenço, sem qualquer dúvida um dos maiores pensadores sobre o tema Europa, a encerrar o Ciclo reflexivo *Que valores para 2013?*, em que foram escutados treze autores, escreveu para o jornal *Público* um artigo intitulado “Crepúsculo europeu”, publicado na edição de 15 de Janeiro de 2013. Respiquemos um pouco: “A Europa vive uma «metamorfose sem precedentes». Que valores e princípios a inspiram, serão abstracções inócuas ou totalmente desencarnadas?”, questiona o ensaísta e filósofo.

“Antes de existir como alguns de nós a sonhávamos – mais por defeito que por exigências ou imperativos enraizados na História e na Cultura que durante séculos vivemos como comum –, a Europa dissolve-se diante dos nossos olhos impotentes ou já anestesiados em qualquer próximo futuro que será tudo menos herança ou sublimação do nosso mítico património.

Nenhuma perspectiva nos é oferecida que seja, a um título ou outro, uma espécie de síntese daquilo que as suas nações foram ou pensaram quando a nossa exígua Europa era o pólo dinâmico do Ocidente que, por sua vez, se vive e, de certo modo, era «o centro do mundo». Pelo menos, desde aquele momento em que um poema realmente europeu *new look*, *Os Lusíadas*, conferiu um estatuto a essa «centralidade» consciente de si e que a si mesma se contempla.

[...] A nossa fuga histórica do cais europeu serviu para converter o continente de Alexandre, de César, de Carlos V, naquela «nave portátil» de vocação universal, assim baptizada por Gracián quando já não éramos

só nós os pilotos dela. [...] E vendo bem, connosco também os espanhóis e a Inglaterra se tornaram Europa fora de si mesma, centro precoce da futura globalização. Talvez por isso seja tão difícil e até estruturalmente utópico inventar ou desejar agora uma Europa que nunca teve centro e se tornou em dada altura o centro de tudo. Por isso muitos «europeus» acham urgente ou oportuno abandonar o navio-Europa por já não ser o navio-almirante da civilização de que era sinónimo.

[...] A nossa velha Europa conhece neste momento uma crise de imagem e de estatuto histórico de um novo género e provavelmente sem saída, como se estivéssemos em fim de linha, depois de ter estado, não há muito e sem metáfora nenhuma, à beira da morte.

[...] Nem mesmo a mera inscrição na panóplia formal das soluções de tipo europeu – nação, federação, confederação – balizam um horizonte histórico minimamente credível. [...] Estas retóricas suposições são já o essencial (por ausência) da metamorfose efectiva da Europa a que assistimos.

[...] É por ausência de razões de crer em si e de dar corpo a essa crença que a Europa fabrica os seus tártaros. Historicamente as «nações», e a Europa é a inventora dela, assentaram o seu projecto numa «crença» que se resumia à sua vontade de sobrevivência e antecipava a sua imagem futura e futurante.”

Já a concluir, escreve Eduardo Lourenço: “De todos os continentes, o pseudo-continente europeu é o único onde qualquer possível sentido da palavra crença não vai além do da convicção mais ou menos duradoura ou empiricamente útil. E a esse título é já o mais desarmado dos continentes. Em suma, a terra de eleição de um relativismo paradoxalmente absoluto. É escusado buscar outra razão para a metamorfose sem precedentes de que a Europa é o exemplo, se assim se pode dizer. Quer dizer, a sua vítima propiciatória”.

Quando aqui estivemos da última vez a falar sobre o conceito de Europa numa perspectiva histórica, ajudados pelo pensamento de Jorge Borges de Macedo³, nosso saudoso Mestre, resumimos assim o que da leitura da sua obra viemos a concluir: “A Europa é um espaço cultural, um ideal de vida, uma forma de pensar – foi, é, e será, por certo, essa a sua

³ Vd. João Abel da Fonseca, “Para o estudo do conceito de «Europa» em Jorge Borges de Macedo” in *Memórias 2000*, Lisboa, Academia de Marinha, 2002, pp. IV-1 a 42.

unidade; foi, é, e será, por certo, esse o seu contributo para a Humanidade. Portugal, desde que foi nação, tornou-se num contribuinte líquido para esse imenso património europeu, levando «aos quatro cantos do mundo» essa presença cultural, esse ideal de vida, essa forma de pensar”.

Aqui estamos de novo reunidos para «pensar a Europa», mas com o fantasma de algo que parece estar a ruir aos nossos pés, como que acordados a meio de um sonho que queríamos muito que se encaminhasse para um outro fim, incrédulos mesmo do que nos está a acontecer. Cientes de que a Europa ainda permanece como um significativo espaço cultural, aliás a única realidade que a pode definir e a que pode deitar mão para se levantar da crise profunda que a atormenta, a de um espaço geocultural, na opinião de muitos autores, importa tentar perceber o que fez interromper o seu destino de se poder continuar a afirmar como um ideal de vida e uma forma de pensar, valores quiçá interrompidos pelo fenómeno da globalização que afectou o seu caminho e o seu comportamento.

Desçamos agora um pouco à terra para apontar um exemplo, na forma de questão, que nos confronta com uma realidade: será que foi à luz da Ética que se acabou, afinal, por criar sofrimento? – na ânsia de embaratecer o custo dos produtos e permitir um bem estar generalizado a todos os europeus, tentando igualmente criar riqueza, não só em dinheiro mas também em regalias sociais. O comportamento ético de permitir a todos poderem ter acesso a bens de consumo que se foram tornando comuns nos lares europeus, a baixo preço, como dispormos de electrodomésticos, de computador, de equipamentos electrónicos avançados, levou a que as grandes empresas europeias fizessem deslocar as suas fábricas para o Oriente e para a América Latina, locais em que se praticam salários de miséria, em que não existe segurança social, nem direitos humanos, e em que não raro é perfeitamente admitido o trabalho infantil, desde a mais tenra idade.

Na Europa tal atitude veio a gerar a grave crise de desemprego, o desequilíbrio das balanças de pagamento, com o aumento da dívida externa e os sucessivos aumentos do déficit nos orçamentos nacionais, sobrecarregados com o crescimento dos custos da manutenção do que se chama o Estado Social. A este sofrimento generalizado opõe-se a cada vez maior riqueza das multinacionais. Foi este caminho que se

acolheu à ética do embaratecimento dos produtos, que permitiria a todos os europeus terem um melhor nível de vida, que deu o «pontapé de saída» para a crise, aproveitada a oportunidade pela voracidade do poder económico, a que se sucedeu a do financeiro, ainda de natureza mais predadora. Esta realidade, nua e crua, deve ser encarada pelos dirigentes políticos, sem que qualquer Ideologia possa sobrepor-se à constatação da dificuldade em resolver a situação actual, que nenhum cidadão de boa-fé pode aceitar.

Viver eticamente é ponderar, a cada momento, o significado de cada decisão, reflectindo sobre as consequências, sem aderir cegamente ao que se pode considerar uma melhoria das condições de vida no imediato, sem querer tentar perceber o que isso afinal encerra de desadequado para a sociedade, no seu todo. Sem embargo, o fenómeno da globalização foi gerador de dois únicos poderes instalados, como já foi salientado – o económico e o financeiro. São estes que governam o mundo actual e a política dos governos dos estados é uma mera marioneta nas suas mãos.

Reduzir custos, sem necessidade de cortes lesivos da própria dignidade da sobrevivência dos cidadãos, pese poder exigir destes alguns sacrifícios, só se poderá atingir desde que haja entre governantes e governados relações de confiança, ou seja, que haja percepção por parte dos últimos, de que se tem em consideração a construção comum de um futuro melhor.

Esta evidência recoloca dois problemas essenciais, seja ele o da ética capitalista, em que o que vale é o máximo lucro no menor tempo, seja ainda o da ética da democracia, para se perceber que pouco importa eleger políticos se quem detem o real governo dos Estados são os poderes económico e financeiro, que não são eleitos, ou ainda a maioria das instituições transnacionais, que na maioria dos casos também o não são, como tem vindo a alertar Adriano Moreira.

A Biologia evolutiva, como colaboração da Neuroética para a dilucidação do comportamento humano, tem vindo a evidenciar que o Homem está preparado de uma maneira natural para a cooperação e para a prestação de cuidados ao próximo. É nesta linha de raciocínio que se observa como natural que os pais cuidem dos filhos, como os familiares entre si e até os amigos ou os que convivem mais proximamente. Desta forma não é possível deixar de compreender que alguém se equivoca e

nos pretende equivocar. Optar só pelo máximo lucro é pouco inteligente e consiste em forçar um dos lados do ser humano – o do egoísmo, quando na realidade estamos preparados para partilhar.

Por isso é importante insistir em que o individualismo é falso. É uma abstracção, uma criação alicerçada na competição em detrimento do convívio, cujo resultado prejudicial tem vindo a alimentar a ideia de que só somos maximizadores racionais, e não fundamentalmente cooperativos e reciprocadores. Existe na cadeia evolutiva a natural propensão para reagir ao estímulo e à recompensa, mas não se conseguiu identificar o significado de lucro na acepção de arrecadar para si, mantendo o outro na necessidade. A questão que se coloca, quiçá como utopia, é quem triunfará – o impulso egoísta ou o cooperativo?

O comprometimento ético que importa debater é, por exemplo, se é aceitável que se regrida dum estádio já quase atingido de comprometer as sociedades ocidentais em matérias como os cuidados de saúde, os prestados à infância e aos idosos e o da própria educação, integrando-os agora no chamado mercado, em que tudo se compra e se vende, e que faz, também como exemplo, com que um professor sinta um aluno como um cliente. Judicioso comentário já apontado pela superior reflexão de Adriano Moreira.

A crise actual do Estado de bem-estar demonstra como aqueles cuidados não se podem remeter para o jogo do mercado porque são bens básicos que têm que estar ao alcance de todos, esses sim, muito mais do que ter em casa um computador, um telemóvel no bolso ou um carro estacionado à porta.

A fronteira da fome já está a instalar-se no Sul da Europa e é por demais evidente que face a uma tal realidade aqueles bens não se podem substituir à alimentação, sendo que, como bem sabemos, aquela situação é devida ao desemprego, agravada agora com a austeridade imposta com os cortes nos itens supracitados, a par dos realizados nos salários da população activa, bem como nas pensões e reformas, afectando drasticamente os mais carenciados. No limite, persiste-se no esvaziamento da chamada classe média, que além de ser o bastião da democracia é o motor de sustentabilidade do consumo interno e, conseqüentemente, da economia, do sector produtivo e do equilíbrio, por arrastamento, das contas públicas, através dos impostos.

A situação de ruptura, capaz de gerar um conflito social de consequências imprevisíveis, que poderá despertar num qualquer momento, terá lugar por certo quando os avós e os pais já não conseguirem ajudar os netos e os filhos, ou estes, *mutatis mutandi*, aqueles. Eticamente trata-se de medidas obviamente ineficazes e absolutamente injustas, porque os mais necessitados têm que continuar a ser a primeira preocupação da sociedade, por serem os mais vulneráveis.

A Ética serve para, entre outras coisas, ir fazendo recordar que há que saber dar prioridade aos casos de desigualdade social, mormente que a atenção deve recair em primeiro lugar nos mais desfavorecidos. Sabemos como os sucessivos debates sobre a Ética, ao longo da História, têm patrocinado correntes distintas, que se traduzem em diferentes formas de pensar e abordar a realidade, mas pensamos que a da linha do reconhecimento, defendida por autores como Hegel, Mead, Apel ou Habermas é a que melhor se adapta aos nossos tempos, até porque se vem a apoiar nos avanços da neurociência que a avalisa, ou seja que existem nos seres humanos as propensões naturais já referidas.

O individualismo não é sustentável, o cérebro é uma organização social e o indivíduo só cresce na medida em que se relaciona com os demais, única forma de potenciar as suas capacidades. Queremos com isto dizer que a ideia de que o apoio mútuo é a única forma do Homem poder conviver, não como uma ideia abstracta, só surgida da tradição filosófica, mas agora corroborada pelos avanços de base científica, deverá ser o ponto de partida.

Convém desde já apontar o facto de que a confiança é um dos mais importantes recursos morais e que consiste num pilar destacado dos valores éticos. A situação de ruptura instalada na sociedade europeia, em que a cidadania desconfia dos seus dirigentes, e os próprios cidadãos entre si, quebrou o elo que se acolhia ao respeito mútuo entre estes e os agentes políticos e económicos, impedindo uma acção concertada, única fonte de desenvolvimento com rumo à felicidade, afinal a meta desejada. O respeito vem sendo, por enquanto, substituído pela tolerância, o que não é a mesma coisa, uma vez que pressupõe a supremacia do tolerante sobre o tolerado. É nesta conformidade que surge a contenda entre a palavra do poder e o poder da palavra, e em que se pode avaliar a tergiversação do rumo, consubstanciada no deplorável vício de forma que faz confundir o valor com o preço.

Quer se queira quer não, logo nos vem à memória a advertência de Marx na *Miséria da Filosofia*⁴, em que respondia a Proudhon na sua *Filosofia da Miséria*, e passamos a citar: “A troca tem a sua história própria. Passou por diferentes fases. Houve um tempo, como na Idade Média, em que só se trocava o excedente da produção sobre o consumo.

Houve ainda um tempo em que não só o excedente mas todos os produtos, toda a existência industrial passou para o comércio, em que toda a produção dependia da troca. [...] Veio enfim um tempo em que tudo o que os homens tinham olhado como inalienável se tornou objecto de troca, de tráfico, e podia alienar-se. É o tempo em que as próprias coisas que até então eram comunicadas, mas nunca trocadas; dadas, mas nunca vendidas, adquiridas, mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência, etc – em que tudo enfim passou para o comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal, ou para falar em termos de economia política, o tempo em que todas as coisas, morais ou físicas, tendo-se tornado valores venais, são levadas ao mercado para serem apreciadas pelo seu mais justo valor”. Não nos resta a menor dúvida de que o autor estava a pensar em preço e decorria o ano de 1847.

Neste contexto podemos perceber que a confiança é um recurso moral básico e a Ética serve aqui para promover condutas que a possam gerar e acrescentar. A confiança que nos falta, perdida por entre os meandros da corrupção, esbatida no hábito dos dirigentes mentirem aos governados e no seu perverso costume da crispação dos ânimos, retirou a possibilidade de conquistar solidariamente a almejada meta de uma vida feliz. Em última análise condenou a própria liberdade. Em que consiste então a esperança de se conseguir mudar, imperativo de consubstanciar em realidade esta utopia dos nossos dias? Qual a mudança do comportamento colectivo que se impõe operar?

Face a um tão largo universo de comportamentos, que nos têm desvirtuado do caminho da liberdade partilhada na justiça social, parece óbvio que a mudança tem que residir no apuramento de uma sociedade mais justa – necessitamos de um consenso social em determinados pontos indiscutíveis, através de propostas positivas e

⁴ Vd. Karl Marx, *Miséria da Filosofia*, Lisboa, edições *avante!*, 1991.

concretas, convertidas em obra cooperativa baseada na convivência e não na competição. Poder-se-á admitir a ambição natural dos que se promovem pelo mérito, mas jamais os que encobertos por aquela não olham a meios para atingir os fins e degeneram na corrupção, no compadrio e na fraude. É inadmissível, por exemplo, não se estabelecer um tecto para a riqueza quando se verifica que a pobreza cresce a par daquela, assumindo um comportamento claramente imoral e faz falta em sede própria do organismo internacional ao qual competia uma tal avaliação, a existência de um compromisso decidido que apontasse caminhos para resolver este gravíssimo problema.

Para esta aventura não faltam as convicções instaladas do acordo em que é melhor a liberdade que a escravidão, a igualdade que a desigualdade, o diálogo que a violência, a solidariedade que a falta dela. Por entre esta verborreia lapaliciana falta, contudo, a vontade de fomentar um espaço de reflexão social sobre os valores que vale a pena salvaguardar e quais os em que realmente acreditamos. Essencialmente, como já referimos, faltam aos homens dos nossos dias as ferramentas para voltarem a pensar na sua própria realidade. Quando aqui e ali desperta essa vontade, na hora da concretização dos objectivos definidos não aparecem as decisões. É preciso decidir se realmente queremos esses valores e se somos capazes de os defender impondo legislação que os proteja, nomeadamente na incorporação do seu estudo nos programas do ensino, como meta de uma educação para a cidadania. Sem mudança da mentalidade este desiderato jamais será atingido, e caminharemos inexoravelmente para um colapso civilizacional em que a Europa ficará escrava da sua própria consciência, sem que haja já tempo para contrariar a corrente. Para tal, teremos que nos reaproximarmos da matriz fundacional da sua essência de pensamento greco-romano e também cristão, não descurando a mensagem de Paulo de Tarso ao proclamar que não é para amar quem não for para sofrer.

Com o fenómeno da globalização instalado, em que a mesma palavra não tem igual significado nas diferentes partes do mundo que concorrem entre si, não podemos ainda deixar de ter em consideração o que escreveu um dia Jorge Borges de Macedo: “A Europa só pode vencer se o seu desafio for mundial. Uma Europa unida pela burocracia pode ser o seu fim, como uma dinastia Ming qualquer”.

Há que trabalhar a médio e longo prazo, mas é preciso começar. O urgente é precatarmo-nos de que estamos indo por um caminho errado, equivocados na análise dos problemas que nos afligem e mudar de rumo a tempo. Há sempre a quem aproveite a desorientação dos parceiros, o cisne negro espreita no virar de cada esquina e os erros estratégicos sempre se pagaram com custos acrescidos e com o sofrimento para as nações mal governadas. A educação é um dos assuntos em que nos temos de pôr de acordo, cientes de que não se pode educar só em valores de base economicista, mas antes em valores para a cidadania que requerem a partilha. As sucessivas directivas e recomendações das competentes instituições das Nações Unidas parecem ter caído em saco roto. Como mero exemplo, e por incrível que pareça, o recente projecto de educação proposto pelo governo espanhol, consubstanciado em lei aprovada por maioria no parlamento, aponta que se deve educar para o mercado. Na primeira versão, que não mereceu consenso, até se referia logo a abrir o texto legislativo proposto, que se deveria educar na competitividade, para propiciar a prosperidade do país.

O sentido da educação não pode consistir em formar pessoas só competitivas, dispensando a referência a cidadãos justos, profissionais competentes e seres capazes de se proporem a ser felizes, na medida em que forem capazes de propiciar felicidade à sociedade em que se integram. Urge fomentar o que Aristóteles, na sua *Ética a Nicómaco*, chamava de excelência, na acepção de virtude da convivência. Nesta mesma medida a Política só atingirá a excelência se for obra em que todos os cidadãos possam participar com o seu contributo pessoal, não se alheando do permanente acompanhamento da acção governativa através de novas instituições de base que lhes permitam contribuir, em cada momento, com a sua opinião e o seu trabalho em prol da comunidade.

Decididamente, o actual modelo das sociedades ocidentais, em que tudo se parece esgotar no voto, esperando que a partir daí só venha a competir aos governos a gestão da coisa pública e os destinos comuns, tem-se vindo a revelar totalmente desadequado à desejada mudança, única forma da Europa se poder salvar e libertar da grave crise de valores que a assola. Quanto mais cedo governantes e governados se venham a convencer desta solução, em que se impõe mudar a mentalidade e banir o egoísmo, a inércia e a inépcia do alheamento

na participação voluntária nos destinos dos Estados, das Nações e das Regiões, mais depressa a Europa poderá regressar a um verdadeiro caminho de progresso e felicidade, sempre em partilha.

Um dos graves problemas que aflige os cidadãos é a solidão não desejada, especialmente a que atinge, cada vez mais, os idosos, mas também os jovens, entregues a si próprios nos períodos de férias escolares e mesmo durante os intervalos diários da actividade lectiva. Os tempos livres, ao invés de serem ocupados em actividades circum-escolares ou no apoio à comunidade, são nas mais das vezes preenchidos num deambular sem orientação por espaços pouco recomendáveis ou em casa, frente ao «pc», navegando no ciberespaço, expondo-se a toda a espécie de malefícios deste ambiente cheio de perigos. Pelo contrário, quantas vezes necessitamos de estar sós, mas para ter espaço dedicado à reflexão, como já atrás apontámos, sem que tal se possa concretizar, tal é a azáfama do nosso viver quotidiano em que tal evidência é para a maioria uma realidade perdida nas grandes cidades, em que o local do trabalho está a horas da residência. O indivíduo pode assim sentir-se isolado por estas duas formas, o que consiste num verdadeiro tormento do dia-a-dia. Não é concebível entender ou criar uma sociedade feliz onde paire a solidão.

Alguns autores apontam o facto de que grande parte dos deveres éticos é de carácter negativo, e de que esta evidência, no código de conduta, se revela um entrave à sua aceitação, pela natural irreverência da juventude. É verdade que há uma diferença entre os deveres negativos e os positivos. Digamos que os primeiros não admitem excepção, como, por exemplo, «não matarás», enquanto no caso dos positivos é ao sujeito que compete regular até onde pode ou deve chegar, tal é o caso da entreajuda. Numa sociedade de elevado nível moral trabalha-se activamente pelo respeito da dignidade do próximo, na medida em que cada um respeita também a sua própria.

Convém, mesmo assim, não esquecer o que se pode qualificar de «ofensa histórico-sociológica», com Marx a converter a sociedade no verdadeiro sujeito, bem como a «ofensa axiológica» desferida por Nietzsche ao proclamar uma existência dominada por uma consciência cativa, que oculta a vontade de vingança na exigência universal da lei: toda a moral não faz mais do que dissimular por detrás do «tu deves» um imperativo «eu quero». Em síntese, diremos que “a extravagância

do ser humano, que não se assimila definitivamente a nenhum modelo, que o faz errar de definição em definição, parece só dar verdadeiramente conta de si em situações de ruptura, de limite ou de crise”⁵, ou seja, quando se percebe que estão em andamento mecanismos que atentam contra a sua dignidade e a acção fundadora, a um tempo do ético e do próprio humano, que é a liberdade. Hoje, a Europa, e o que se consignou há muito ser o Ocidente, não carecem de buscar um autor que à Ética tenha produzido uma «ofensa epistemológica», constituem-se em si mesmos essa ofensa.

Mas afinal por onde anda, ou onde pára a Ética? Ou, se se preferir, o *ethos* como presença. Passamos a enumerar.

“Em primeiro lugar, a *presença do tempo*, [...]. O homem é o único animal que pode prometer: Nietzsche via nisso a genealogia do humano [...].

A segunda modalidade é a da *presença do irredutível do outro*. A vida mais insignificante, a existência mais humilde é um apelo à solidariedade, como presença comprometida e respeitadora de uma singularidade sempre excepcional [...].

Uma última forma do *ethos* é a *presença à linguagem*, a coragem do SIM e do NÃO. Estar presente significa igualmente tomar a palavra [...]. A palavra justa, capaz de dizer «eu» e «nós», que invoca e que responde, desarma com a sua fragilidade a violência do não dito, a violência imperiosa e inaudita desse *logos*, anónimo e polimorfo, de textura cósmica, biológica ou histórica, como um processo que absorve e suprime esse pobre dizer de novo coisas antigas como o amor, a amizade, a alegria, em que o indivíduo humano se reinventa, se reconhece e se pertence”⁶.

Gostaríamos ainda de apontar algumas respostas para tempos convulsos, tempos de crise económica, mas sobretudo de crise de valores, quando muitas das decisões individuais têm consequências colectivas e as interrogações sobre a Ética invadem todos os campos, desde logo

⁵ Vd. Manuel José do Carmo Ferreira, “Ética e Antropologia” in *Questão Ética e Fé Cristã I*, Lisboa, Verbo, 1988, p. 71.

⁶ Vd. Manuel José do Carmo Ferreira, “Ética e Antropologia” in *Questão Ética e Fé Cristã I*, Lisboa, Verbo, 1988, pp. 79-80.

da Política à Religião, da Educação à Ciência, da Cultura ao Direito, da Segurança à Liberdade. Levantaremos, tão-só, algumas questões, deixando as respostas possíveis para um amadurecimento reflexivo de cada um.

1. – Onde começa a vida privada de uma pessoa pública?
2. – Deveríamos pôr fim ao anonimato na «net»?
3. – É ética a cultura do «tudo grátis»?
4. – A exibição de imagens de violência torna-nos mais violentos?
5. – Onde se situa o limite entre a liberdade e a segurança?
6. – Devem-se aplicar cotas para compensar a discriminação das mulheres?
7. – O princípio da autoridade é inegociável para a educação?
8. – Seria ético, hoje, clonar seres humanos se a ciência fosse capaz de o fazer?
9. – Que direitos deveriam garantir-se por lei aos animais?
10. – Devem usar-se os valores e a democracia ocidentais como modelo universal?
11. – Deve o Estado proteger a Cultura e os costumes dos imigrantes, ou devem estes adaptar-se aos do país de acolhimento?
12. – Como recuperar a confiança dos cidadãos nos políticos?
13. – É legítimo ajudar os bancos ou deveríamos deixar que se afundassem?
14. – É, neste momento, mais benéfico estar dentro da União Europeia, que fora?
15. – Europa Federal – utopia ou necessidade?

Temos a plena consciência de que muito ficou ainda por tratar, até mesmo por abordar ligeiramente. Pensamos, contudo, ter podido contribuir para levantar o véu de alguns assuntos cruciais à dilucidação da temática que nos foi proposta aqui trazer. Resta-me agradecer mais este gentil convite do Instituto D. João de Castro nas pessoas do Senhor Professor Adriano Moreira e do Senhor Vice-almirante António Rebelo Duarte, mas também ao Auditório que com a sua presença, e com as questões levantadas no subsequente período de debate, nos permitiu partilhar entusiasmo. Creiam todos que foi um estímulo para aqui termos voltado, sem com isto pretendermos cativar uma nova oportunidade. Se for o caso estaremos sempre disponíveis.

Sector Mineiro Português

Que Contributo para o Desenvolvimento Económico

*Delfim de Carvalho*¹

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os recursos minerais, ou, de forma mais abrangente, os recursos de natureza geológica, também designados por recursos não renováveis – escala da vida humana-, constituíram sempre um pilar fundamental do desenvolvimento económico. Se a isso se juntar o papel vital da água – geologicamente, uma rocha líquida – que, ao contrário do que se é induzido a pensar, não é um recurso renovável mas tão-somente um bem reutilizável, então aperceber-nos-íamos melhor da nossa total dependência dos recursos de natureza geológica.

À excepção do petróleo e gás, muitas das questões cruciais que se prendem com a disponibilização e aprovisionamento de recursos minerais têm sido relegadas, a partir do último quartel do século passado, para zonas de sombra da cena mediática, em especial após o advento das designadas indústrias limpas, das novas tecnologias da informação e domínio das, assim designadas, dot.com. Todavia, após a primeira década do século XXI, a problemática dos recursos não renováveis começa a emergir em posição cimeira no conjunto

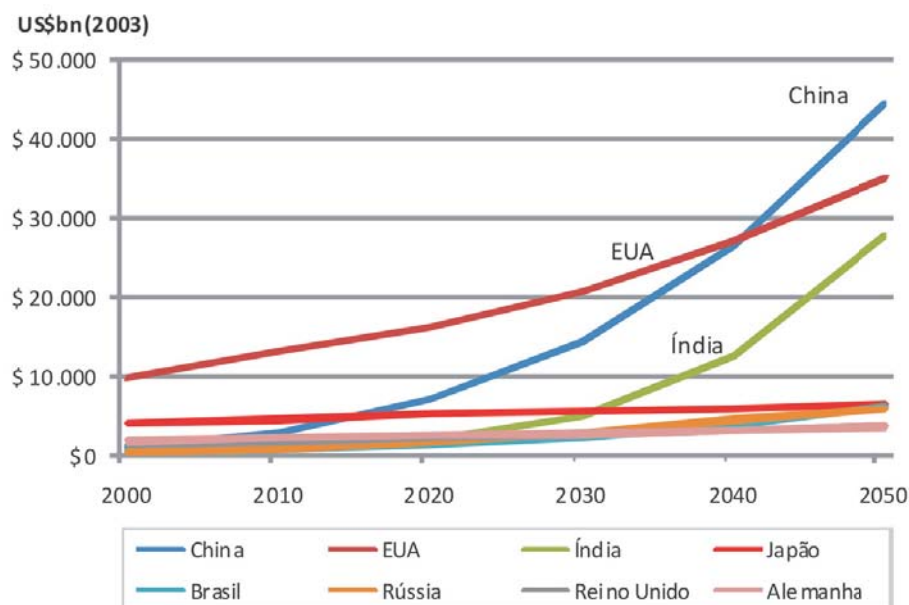
¹ Geólogo; Investigador Coordenador e Professor (Ref.).

Ex-Director dos Serviços Geológicos de Portugal; Ex-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Mineiro (EDM).

das maiores preocupações da sociedade actual face ao futuro. Se esta situação esteve sempre presente nas previsões dos mais atentos à evolução das variáveis à escala global relativas à produção, consumo, descoberta de novas reservas e crescimento populacional, o mesmo não se pode dizer quanto à percepção do cidadão comum sobre o mesmo assunto (ver Figuras 1 a 3).

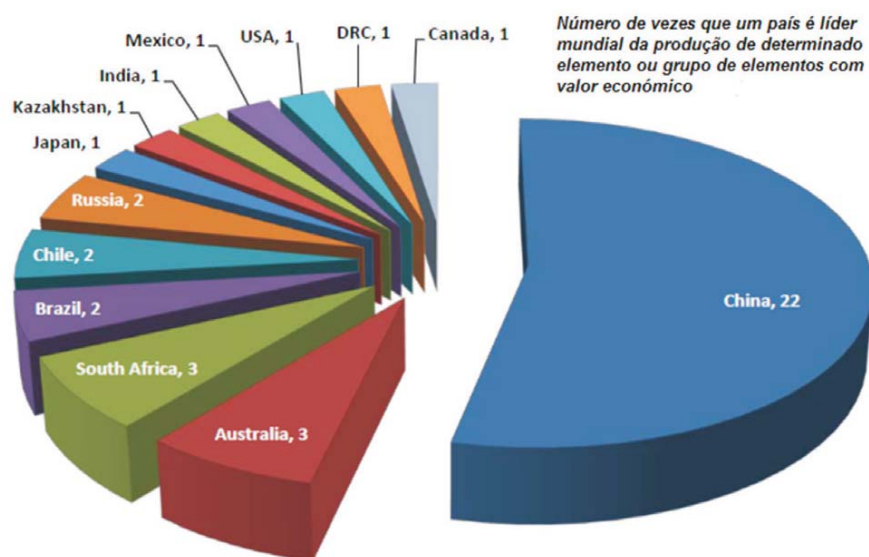
Na verdade, só agora, por evidência de medidas que denunciam preocupações em assegurar o aprovisionamento de recursos minerais pelos países mais populosos de economia emergente, em especial da China, traduzidas em tomadas de posição concretas no terreno e em empresas produtoras à escala global, se tornou fácil compreender quão crucial continua a ser o conhecimento, valorização e aproveitamento dos recursos não renováveis existentes na Base de Recursos que a Natureza e a nossa História nos legaram.

A população mundial já ultrapassa hoje 7 mil milhões e prevê-se que atinja os 9 mil milhões, ou mais, no fim do segundo quartel deste século. Confrontando estes números com os do consumo, produção e descoberta de novos recursos e reservas mineiras (exploração económica), e tendo em conta o facto incontornável de que, apesar da optimização crescente nos processos produtivos e nas taxas de reciclagem, nenhum país, por maior que seja o seu território, se pode considerar auto-suficiente em todos os recursos não renováveis de que necessita para o desenvolvimento económico e bem-estar social. Por sua vez, a realidade mineira revela que os jazigos de classe-mundial por descobrir vão rareando cada vez mais e que, em média, se localizam agora a muito maiores profundidades. Para além disso, vem-se verificando o esgotamento progressivo das reservas com melhores teores nos jazigos em exploração e a lavra mineira a ter de avançar para níveis mais profundos, implicando enorme aumento de custos por unidade de metal produzida e consequentes repercussões na respectiva fileira industrial.



Fonte: EMJ/BHP - PDAC.2008

Figura 1 – Procura mundial de *commodities* a deduzir da evolução do PIB (2000 a 2050).



Fonte: British Geological Survey 2011.

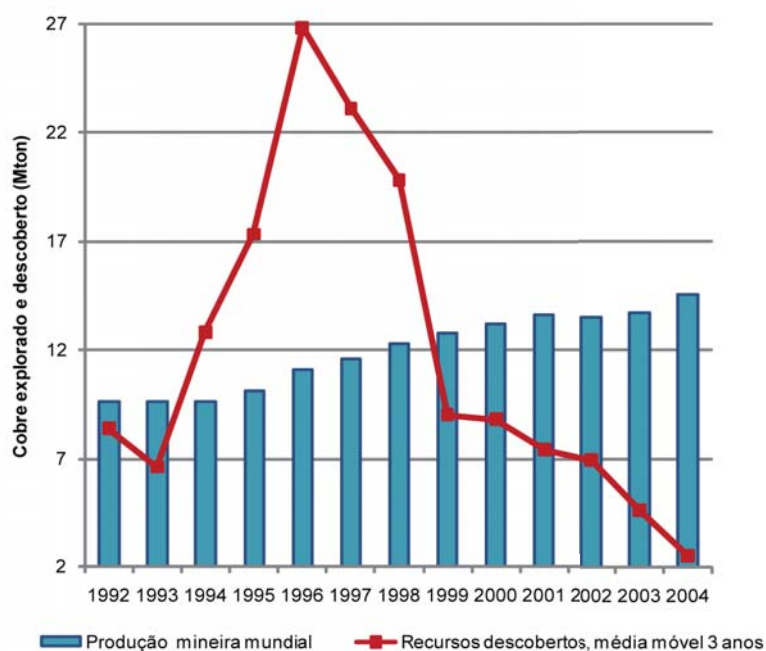
Figura 2 – Liderança na produção mundial de metais e outros elementos com interesse económico.

O mundo caminha assim para uma situação que dá fundamento bastante para se voltar a meditar seriamente nos alertas do Clube de Roma dos anos 60, porventura esquecidos com desajustada ligeireza na sua ponderação a partir da década de 80. Efectivamente, é

simples constatar que, praticamente, toda a actividade produtiva da economia está directa ou indirectamente dependente do consumo de recursos não renováveis. Inclusive, a saúde e os bens alimentares são, cada vez mais, dependentes do consumo desta classe de recursos, traduzidos em energia, equipamento e vasta gama de produtos químicos. Hoje, a evocação das idades da pedra e dos metais leva a pensar mais na arqueologia mineira do que na importância vital que os produtos que lhe deram nome tiveram para o progresso da civilização humana. Na mesma linha, poder-se-ia classificar a das últimas cinco ou seis décadas correspondendo à do petróleo e gás, ou, inclusive, do alumínio. Amanhã, porventura, a das terras-raras, nióbio-tântalo, lítio, ou, em contrapartida e de forma mais rebuscada, a idade da sociedade do conhecimento e das tecnologias da informação. Ou seja, qualquer que venha a ser a evolução haverá sempre a presença marcante de um elemento químico da Tabela Periódica de Mendeleev que terá, inevitavelmente, de ser extraído da Mãe Terra (alguns mesmo, porventura, de outros planetas no futuro já não muito distante). Importará pois ter bem presente que a escassez de recursos minerais mais facilmente exploráveis está a criar tensões no mercado, fazendo com que se notem, cada vez mais, os indícios de que “quem tem recursos chama-lhe seus” e faz valer essa posição no contexto do mercado global. Em contrapartida, daí decorre que quem não tem recursos “faz pela vida”, sem pejo de ir muito além fronteiras².

A variada e complexa matriz geológica que constitui o território português proporciona uma notável dotação de recursos não renováveis que exerceram papel de primeiro plano no povoamento, na economia – com destaque para a de zonas deprimidas do interior –, bem como na assimilação de culturas e na criação e multiplicação de conhecimentos. Tais recursos, continuam a constituir um sólido componente da economia nacional. Para além do contributo na exportação e no emprego, a exploração mineira destes recursos, proporciona o suporte em matérias-primas para diversos sectores da indústria e da construção civil. A sua real importância não

² Moyo, D., 2013 – A China e a Corrida aos Recursos O Vencedor Leva Tudo. *Bertrand Editora*, 267 p.



Fonte: Adaptado de MEG's MineSearch database ICSG.

Figura 3 – Novas descobertas e produção mundial de cobre (média móvel de três anos).

pode, aqui como noutros países, mesmo os de grande produção mineira, ser aferida apenas através do contributo directo para o PIB, quase sempre de valores modestos (menos de 1% em Portugal), mas sim, fundamentalmente, tendo em conta o que os recursos produzidos constituem o suporte vital de vastos sectores da indústria transformadora com contributo que pode chegar a ultrapassar os 30% do PIB (cimento, materiais de construção, vidro, cerâmica, pasta de papel, adubos, produtos químicos, plásticos, etc.).

Portugal, sendo um país com longa e relevante história mineira, ainda desfruta de enormes potencialidades remanescentes na sua Base de Recursos para a descoberta de novos jazigos, inclusive, de dimensão mundial. Esta favorabilidade - que se destaca no contexto da UE - é complementada com a existência de cartografia geológica e de bases de dados de boa qualidade, a que se soma a grande abertura por parte do Estado ao investimento empresarial, favorecendo o investimento na prospecção e exploração mineira. Actualmente, há várias empresas com contratos para prospecção em diversas regiões do país, especialmente para ouro, tungsténio, estanho, cobre, zinco e chumbo. Entretanto, foram recentemente anunciadas concessões para

exploração experimental de jazigos de ferro, ouro e de tungsténio, havendo que aguardar pelos resultados concretos sobre a respectiva viabilidade económica para saber se irão passar à fase seguinte, ou seja, a fase industrial propriamente dita.

***Portugal é um país pobre em recursos minerais.
Será verdade?***

A avaliar por afirmações e correntes de opinião que muitas vezes surgem em debates, entrevistas ou artigos de opinião nos meios de comunicação social, visando análises de índole económica relacionadas com a grave crise que estamos a enfrentar, expressas quer por cidadãos comuns, quer por supostos especialistas, pode concluir-se que a ideia geral dominante sobre o sector é a de que o país está, à partida, sentenciado a ser irremediavelmente pobre porque não tem recursos importantes. Opinião que é duplamente errónea por deficiente conhecimento da realidade mineira do país e por ter, quase sempre, como pressuposto a ideia de que só quem possui e produz combustíveis fósseis pode aspirar ao desenvolvimento e prosperidade económica.

Sendo certo que a posse de tais recursos facilita a tarefa, o desenvolvimento também pode e deve, obviamente, ser conseguido por outras vias. A demonstrá-lo está o facto de haver exemplos de países produtores de petróleo e gás que ainda permanecem no terceiro mundo e outros que, praticamente não dispendo de recursos minerais, apresentam economias sólidas e ocupam posições de destaque entre os países mais evoluídos do planeta. Esse deficiente conhecimento da realidade mineira pode ser, assim cremos, facilmente deduzido dos dados que se apresentam no presente texto e da mensagem central nele veiculada que, desde já, se adianta: *Portugal é, sem dúvida, um país relativamente bem dotado em recursos não renováveis, em particular quando comparado com a generalidade dos países da UE.* Isto com base no já revelado, podendo ainda a sua situação melhorar muito mais quando forem estudadas e avaliadas as potencialidades remanescentes que o conhecimento científico evidencia poderem existir na Base de Recursos, sem esquecer o correspondente à da Plataforma Continental, obviamente.

BREVE SÍNTESE DAS ETAPAS MAIS MARCANTES DA ACTIVIDADE GEOLÓGICO-MINEIRA EM PORTUGAL

Estando fora de causa fazer aqui, mesmo de forma resumida, uma resenha histórica da actividade geológico-mineira do país, importa, todavia, assinalar os principais marcos que mais se destacam no enquadramento e evolução histórica do sector³.

Fácil se torna perceber que, desde os primórdios da chegada dos primeiros habitantes ao território, os recursos de natureza geológica constituíram, directa ou indirectamente, factores de grande relevo – às vezes mesmo determinantes –, no povoamento, delimitação de fronteiras, cultura e economia. Factores geológicos diversos, em especial os recursos – com destaque para a água – bem como os que condicionaram a geomorfologia e a geração de bons solos, terão sido condicionantes maiores na escolha de locais para fixação de povoados desde os tempos primitivos.

Dados da Arqueologia há muito divulgados na bibliografia (e.g. Allen, J.C. *A mineração em Portugal na Antiguidade*, Bol. Minas, 1965; Domergue, C. *Les mines de la péninsule ibérique dans l'antiquité romaine*, Coll. École Française de Rome, 127, 1990) dão conta da relevante actividade mineira no período pre-romano. A exploração de metais terá ocorrido desde o Eneolítico (3 300-2 300 a.C.), admitindo-se que tanto o cobre como a prata e correspondente actividade metalúrgica primitiva, teriam sido explorados nas minas da Faixa Piritosa Ibérica e exportados da Península por volta dos 3 000 a.C.

Com o advento da Idade do Bronze – descoberto na Mesopotâmia, primeiro produzido com Cu e As e depois com Cu e Sn – teve lugar uma vasta actividade mineira e metalúrgica para a produção de cobre. Estima-se que nem na época romana terão sido trabalhadas tantas minas de cobre. Os bronzes arsenicais primitivos representavam então um enorme avanço dada a sua tenacidade e resistência face ao maleável e quebradiço cobre metal, propriedades essas que melhorando ainda mais após a substituição dos As pelo Sn. Tais descobertas fizeram com que os Mesopotâmicos passassem

³ Carvalho D., 1994 – Passado e Futuro dos Recursos Minerais em Portugal. *Colóquio Ciências n.º 14. Fundação Calouste Gulbenkian*, p.49-69.

a ser guerreiros temidos e conseguissem conquistar a Ásia central e o Médio Oriente. Situação idêntica se passou mais tarde com a descoberta do ferro pelos Hititas.

No período pré-romano, há que destacar a vinda dos Fenícios (100 a.C.) visando em especial a obtenção e o comércio do estanho e da prata. Seguiram-se os Tartessos (900-500 a.C.), especialmente na Faixa Piritosa, e mais tarde os Cartagineses, sedentos na obtenção de prata para financiar as duas guerras púnicas com Roma.

Mas após a chegada dos Romanos, inspirados pelas favoráveis e entusiasmantes descrições de Políbio (200 a.C.) quanto à enorme riqueza da Península em minerais que se desencadeou uma intensa e bem concertada actividade mineira, aplicando o estado da arte à época. Foi a vinda dos romanos, norteadada pela obtenção de recursos, e a sua permanência desde o fim da segunda guerra púnica até meados do século V, que propiciou o contacto e a assimilação da cultura mais avançada na face da Terra com todas as consequências que daí resultaram. Se outros dados não houvesse, destes seria já legítimo poder-se afirmar que os recursos geológicos desempenharam um papel de primeira ordem na História de Portugal. Ou, dito de outro modo, se não fossem os jazigos minerais o rumo da nossa história poderia ter sido outro bem diferente. Já agora, subindo na escala, não será despiciendo recordar que foi graças aos famosos recursos de prata do jazigo da mina de Laurium (descoberto a cerca de 50 metros de profundidade, em 510 a.C.) que Temístocles conseguiu obter fundos que lhe permitiram criar a poderosa Armada que levou Atenas à histórica vitória sobre os Persas na batalha de Salamina, sem a qual a civilização ocidental de raiz greco-romana e judaica não se teria, por certo, afirmado e desenvolvido. Por tal facto, são muitas as vozes credenciadas a afirmar que a descoberta do jazigo de prata em Laurium mudou o destino do mundo ocidental.

A época da ocupação romana correspondeu, sem dúvida, a um período áureo da exploração mineira no nosso território. A actividade mineira dos romanos é bem conhecida através de inúmeros testemunhos arqueológicos, dos desmontes remanescentes da lavra mineira e dos relatos de Plínio o Velho (79-23 a.C.), que foi procurador geral para a Península. Na realidade, os Romanos foram excelentes prospectores e operadores mineiros, tendo descoberto praticamente todos os

jazigos aflorantes, em especial os que, por oxidação dos minerais primários sulfuretados, deram origem a óxidos de cores variadas muito contrastantes com o meio encaixante, constituindo os, assim-chamados, chapéus de ferro ou “gossans”, os quais pelas suas características físicas, mineralógicas e geomorfológicas formavam pontos conspícuos na superfície do terreno. Nestes chapéus de ferro sabiam que seria possível a extracção de ouro, prata e cobre. A sua maior actividade incidiu no Sul e no Norte do território, com destaque para os jazigos da Faixa Piritosa (S. Domingos, Aljustrel e Lousal) e os de ouro e prata em aluviões ou em filões como os de Jales e Três Minas (Vila Pouca de Aguiar). Os romanos exploraram dezenas de minas, tendo além do ouro, prata e cobre produzido também ferro, estanho, chumbo e zinco. Os trabalhos de maior vulto foram realizados em Aljustrel, S. Domingos e Jales com lavra subterrânea a atingir os 120 metros de profundidade. Por sua vez, em Três Minas a exploração a céu aberto deixou enorme cortas, estimando-se que pelo volume de materiais removidos implicaria o trabalho de 2000 homens durante 200 anos. Este centro de produção de ouro, Jales-Três Minas era considerado um dos mais importantes do império romano, de tal forma que era mesmo o estado romano que o explorava, ao contrário de Aljustrel que era explorado por terceiros mediante concessão, como o demonstram as famosas tábulas de bronze com a lei mineira romana do século I encontradas nas escórias desta mina⁴. Conhecedores da importância do sector, logo que começaram a sentir declínio na actividade, os romanos foram também pioneiros em legislar de forma a estimular e incentivar a iniciativa individual, ou em pequenos grupos, para desenvolvimento da actividade mineira (lei *damnatio ad metalla*, 1 de Outubro de 326 d.C.).

O nível de progresso atingido pelos romanos, na metalurgia, para além do enorme avanço conhecido na lavra mineira, está bem patente no teor de cobre residual das escórias em Aljustrel por eles produzida e pelas dos exploradores que os antecederam. As escórias pré-romanas revelaram valores médios da ordem dos 3,5%Cu e as romanas apenas 0,5%.

O declínio da produção de ouro começou a verificar-se desde o fim do século III d.C. até ao abandono da exploração no último quartel

⁴ A Tábula de Bronze de Aljustrel. 1986 – *Museu dos Serviços Geológicos de Portugal*, 6p.

do século IV d.C.. Do período de ocupação pelos “povos bárbaros”, desde o começo do século V até à chegada dos árabes, não há registos de lavra mineira. Durante a ocupação árabe, pouco de relevante aconteceu. Isso terá ficado a dever-se ao facto de os romanos terem levado à exaustão a exploração dos recursos que a técnica da época o permitia com benefício económico.

Mas terá sido, fundamentalmente, a fraca aptidão mineira e o consequente desinteresse dos árabes por esta actividade que explica a irrelevância do seu papel neste domínio durante a sua permanência até aos século XIII.

A actividade mineira só irá renascer e a ter grande relevância muito mais tarde, já em meados do século XIX, decorrente da revolução industrial. A assinalar esta viragem, há que, desde logo, destacar o papel desencadeado pela Real Academia das Ciências de Lisboa que, ao verificar o atraso dos conhecimentos geológicos no país, e da “sua transcendência incalculável” tomou a iniciativa de recomendar ao Governo a criação de uma Comissão Geológica, aceite pelo Governo, com a incumbência de proceder ao “exame e exploração geológica e mineralógica das províncias do continente do reino”⁵. Estava assim criado o embrião do que veio a ser um dos primeiros Serviços Geológicos no mundo – mais tarde, Serviços Geológicos de Portugal –, que viria a atingir notoriedade internacional, com destaque para as edições da Carta Geológica de Portugal na escala 1:500 000, de 1867, 1878, 1899, 1972 e 1992. Esta última apresentou já a geologia da ZEE (Zona Económica Exclusiva), uma das primeiras no mundo a esta escala, constituindo sólido ponto de partida para fundamentar o desencadear do vasto e complexo processo visando o alargamento da nossa Plataforma Continental. Processo esse que foi despoletado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 90/98 (D.R. de 10-7-98) e levado à execução prática com a criação da EMEPC (Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental), em 2005, sendo de destacar o papel operacional do Instituto Hidrográfico na realização de estudos, obtenção de dados técnicos e científicos para adequado fundamento da proposta – ultimada em 2009 –, e

⁵ “Geologia”, [D de C] 1999 – *Dicionário de História de Portugal de Joel Serrão; Suplemento, coordenadores António Barreto e Maria Filomena Mónica, ed. Figueirinhas, Volume 8, p.96-98.*

consequente formalização do pedido de ampliação, submetido em tempo útil, à Comissão dos Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas.

Concomitantemente com o avanço da cobertura de cartografia geológica e da investigação universitária começou a verificar-se significativo incremento na actividade mineira ainda durante a segunda metade do século XIX, com destaque para a exploração de carvão, ferro, manganês e metais básicos. É deste período que datam as primeiras concessões mineiras para a exploração de importantes jazigos, com destaque para S. Pedro da Cova (carvão;1849), Aljustrel (S, Cu, Zn-Pb; 1847), S.Domingos (S, Cu, Zn-Pb; 1858-1966) e Panasqueira (W-Sn; 1896). S. Domingos chegou a ser um dos principais produtores de cobre da Europa e a Panasqueira tornou-se, pela natureza do jazigo e qualidade dos concentrados de WO_3 produzidos, na mais famosa mina de volframite do Mundo. Foram ainda atribuídas várias concessões para pequenas minas de cobre, chumbo, zinco, antimónio, estanho, tungsténio, ouro e prata. Foi também neste período que se verificou, em 1848, a primeira concessão para exploração de produtos betuminosos – Pataias, Canto do Azeche – que teve alguma produção intermitente de betume, até 1861, o qual serviu para, entre outras pequenas aplicações, asfaltar as estações de caminho-de-ferro de Lisboa até Elvas e desde o Entroncamento até ao Porto.

Da designada faixa antimonífera do Douro, em especial, na década de 1880-90, surgem da região de Valongo – Gondomar produções de antimónio e ouro, as quais chegaram a influenciar as cotações daquele metal no mercado londrino. Todavia, o posterior excesso de oferta resultante da produção da China entretanto ocorrido veio obrigar ao encerramento destas minas por falta de competitividade

Condicionado pelos relativamente fracos recursos de carvão, o nosso país teve sempre grande dependência da importação. Actualmente, já sem qualquer produção de carvão, a hulha representa mais de metade do valor total da importação de substancias minerais. Esta dependência, que começou muito antes, era dramática no início do século XX com produção nacional a raramente ir além das 20 000 toneladas/ano, situação que veio a agravar-se ainda mais como deflagrar da Primeira Guerra Mundial e decorrentes da suspensão do fornecimento

estrangeiro e das dificuldades de transportes, obrigando ao máximo aproveitamento dos geralmente pobres carvões nacionais conhecidos. Isso implicou atribuição de consideráveis meios para procurar aumentar reservas e consequente incremento na produção e auto abastecimento, essencialmente a partir das minas de S.Pedro da Cova (1849-1992), Passal de Baixo e Pejão – Germunde e, em menor grau, dos lignitos do Cabo Mondego, tendo-se passado de 29 000 toneladas em 1914 para mais de 200 000 em 1917. O pico de produção foi atingido em 1958, com apenas 723 509 toneladas. A última mina a fechar foi a do Pejão – Germunde em 1994, depois de quase século e meio de actividade ininterrupta na Faixa Carbonífera do Douro fora, a partir da década de 70, fornecedor da central térmica da Tapada do Outeiro a qual, após reconversão, passou a produzir energia a partir do gás natural.

Todavia, foi a relevância estratégica da posse de carvão e de ferro para fabrico do aço que desencadeou, em 1924, a definição de objectivos e de programas sectoriais visando a sua consecução, constituindo o quadro orientador da política sectorial durante vários anos. Daí resultou a implementação de projectos de prospecção, avaliação e exploração de recursos minerais, com prioridade para o carvão e ferro, mas também para o manganês, tungsténio-estanho, cobre, zinco-chumbo, ouro-prata. Com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, a prospecção, pesquisa e exploração sofreu grande incremento, muito em particular para o tungsténio no Centro e Norte do País. Foi a conhecida *rush* do volfrâmio^{6 7}, também designada do ouro negro. Sendo durante muito tempo considerado um metal bélico, a produção de tungsténio teve três períodos de maior actividade correspondentes aos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial – esta especialmente –, e o terceiro à da Guerra da Coreia. Como principais centros produtores sobressaem a Panasqueira (Castelo Branco) e, Borralha, Vale das Gatas e Ribeira-Argozelo (Vila Real e Bragança), atingindo-se a produção máxima em 1942 com 5700 toneladas de concentrados de minérios⁸.

⁶ Silva, J.M.L. – 2011 – Volfro! Esboço de uma teoria geral do “*Rush*” Mineiro O caso de Arouca. *ADPA* 553.p.

⁷ Nunes, J.P.A. – 2010 – O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947). Imprensa da Universidade de Coimbra 575p.

⁸ Carneiro, F. S. 1971 – Potencialidades Minerais da Metrópole Base Firme de desenvolvimento Industrial do País *Arquivos DGMSG*, Vol. nº 2, 307 p.

Com poucos recursos de carvões e sem jazigos de ferro com volume e qualidade competitiva, o objectivo de gerar uma fileira industrial do carvão e do aço de base nacional foi sempre pouco mais do que uma miragem, não permitindo acompanhar, como seria desejável, o desenvolvimento de outros países europeus durante a revolução industrial. A exploração de minérios de ferro, iniciada praticamente a partir de 1939 - Marão, Moncorvo, Orada e Cercal (Fe-Mn) - nunca atingiu valores relevantes, pese embora o seu contributo para o emprego e economia locais nos casos de Orada (Serpa) e do Cercal, ambas já encerradas. Moncorvo, que como se sabe corresponde a um depósito de minérios de ferro com mais de 600 milhões de toneladas de recursos de teores médios relativamente baixos, penalizados com a necessidade de eliminar o fósforo contido, foi recentemente concedido para exploração experimental por um período de quatro anos. Importará, pois, avaliar se, com as cotações actuais e as previsíveis a médio-longo prazo, já dispõe actualmente de reservas mineiras, medidas e avaliadas de acordo com as normas internacionais, que permitam assegurar a exploração económica competitiva em projecto duradouro de dimensão internacional, e sem apoios extraordinários que ultrapassem o que é considerado normal acontecer neste tipo de empreendimentos.

Explorações diversas de pequenas minas de outros metais, designadamente de estanho, chumbo e zinco e também de berilo, tântalo e nióbio, foram tendo lugar através dos tempos no Norte e no Sul do país. Mais significativa foi a retoma da exploração do ouro em Jales, em 1936, a qual decorreu de forma regular durante mais de meio século, com média de 404 quilogramas no período de 1939-58 e de 614 no de 1959-1970, vindo a decair progressivamente até ao encerramento da mina em 1992. O pico da produção ocorreu em 1955, com 896 quilogramas de ouro, ou seja, pouco menos de uma tonelada. Actualmente, está previsto que, com a elevada cotação do ouro, ainda se possa na zona de Jales (filão da Gralheira) vir a desenvolver um novo projecto para produção de ouro. Haverá, pois, que aguardar pelos resultados da fase de exploração experimental.

Importante sector foi também o dos recursos de minerais radioactivos, com a primeira descoberta a acontecer em 1907 (Rosmaneira) e, seis anos mais tarde, em 1913, o começo da produção

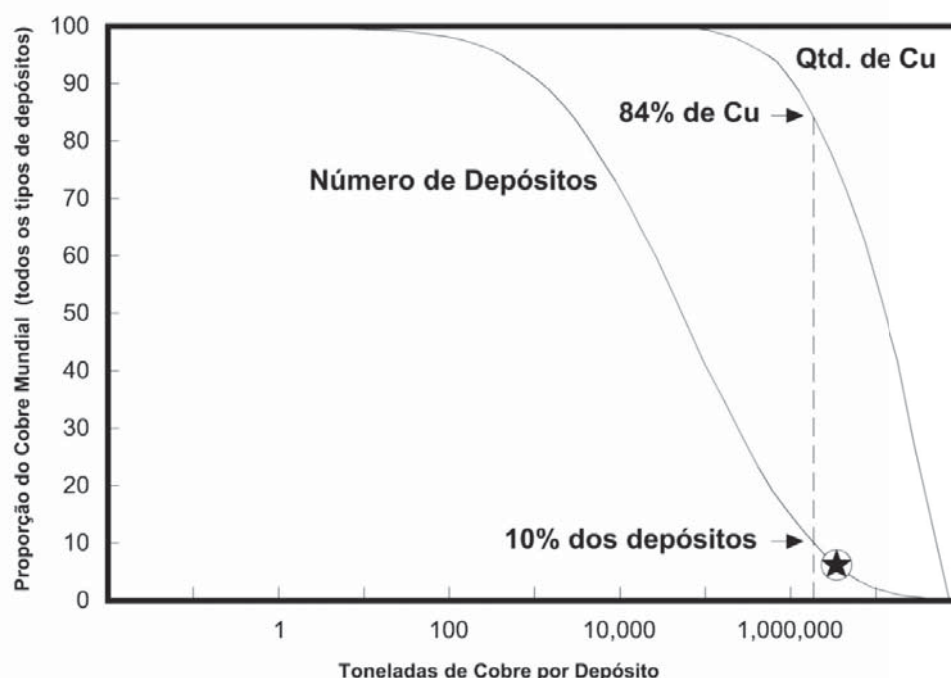
de rádio na Urgeiriça (Nelas), na qual se terão produzido apenas 50 gramas de rádio e desperdiçado mais de 500 toneladas de urânio, que só passou a ter interesse depois de 1944. A actividade privada cessou em 1962 e começou a prospecção, pesquisa e exploração de urânio pela Junta de Energia Nuclear, criada em 1954 e que deu lugar à empresa pública ENU, em 1977. O essencial da produção decorreu em diversas minas nos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, donde durante quatro décadas, de 1951 a 1991, foram produzidas 4 174 toneladas de concentrados de U_3O_8 . Estas explorações deixaram um enorme passivo ambiental que tem vindo a ser, desde 2002, objecto de criterioso programa de reabilitação ambiental de áreas mineiras degradadas, levado a cabo, primeiro pela EXMIN depois pela EDM, no âmbito de Concessão atribuída pelo Estado⁹.

A intervenção do Estado foi determinante para o desenvolvimento do sector, em especial através da criação do Serviço de Fomento Mineiro na Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos em 1939. Dotado de técnicos qualificados, de modernos meios laboratoriais e de equipamento, este organismo veio a desempenhar um papel da maior relevância no estudo e avaliação das potencialidades mineiras do País, intervindo sempre a montante, nas situações de maior risco, abrindo caminho e prestando apoio técnico às empresas actantes no sector. O caso do urânio foi, na época, considerado de especificidade particular vindo a constituir matéria de interesse estratégico e da exclusiva responsabilidade do Estado, criando para isso, como foi já referido, a Junta de Energia Nuclear em 1954, igualmente dotada de pessoal qualificado e adequados meios para o exercício da prospecção, pesquisa e exploração de jazigos.

Com estes meios operacionais, foi possível descobrir diversos jazigos ocultos ou dar contributo decisivo para outras descobertas por terceiros. O Estado intervinha ainda com trabalhos de pesquisa, reconhecimento e preparação para lavra em antigas minas, algumas das quais deram lugar a novas explorações por empresas. Acontece que, à excepção do urânio, sempre que surgia interesse por parte das empresas, em qualquer fase do projecto, o Estado cedia,

⁹ A Herança das Minas Abandonadas o Enquadramento e a Actuação em Portugal. Edição da *Empresa de Desenvolvimento Mineiro e da Direcção Geral de Energia e Geologia*, 2011, 244 p.

mediante negociação, os dados obtidos e retirava-se para outras áreas potenciais. Foi o que, entre outros casos, aconteceu com a descoberta de Neves Corvo onde o Serviço de Fomento Mineiro tinha já detectado, em ambiente geológico favorável e junto de uma antiga mina, ainda que parcialmente, a anomalia gravimétrica causada pela presença das massas minerais, e não teve a oportunidade de realizar a investigação por sondagens por entretanto ter sido esta área incluída num contrato de prospecção e pesquisa atribuído, em 1972, à Associação de empresas luso-francesa integrando: SMS (Sociedade Mineira de Santiago, antecessora da EDM), SEREM-BRGM (Estado francês) e SMMPP (Grupo Peñarroya), a qual só 5 anos mais tarde consumou a descoberta do notável jazigo situado a mais de 200 metros de profundidade. Esta descoberta mineira foi considerada a mais importante da Europa, no pós-guerra. A Figura 4 põe em evidência o lugar que ocupa este jazigo no contexto dos depósitos de cobre no mundo contendo, como metais principais, mais de 5 Mt (milhões de toneladas) deste metal e mais de 4,5 Mt de zinco, 80 mil toneladas de estanho e mais de 4 mil toneladas de prata.



Fonte: Modificado e adaptado de Singer, 1995.

Figura 4 – Projecção de Neves Corvo no contexto dos depósitos de cobre à escala mundial.

CONHECIMENTO E DESAFIOS DA BASE DE RECURSOS NÃO RENOVÁVEIS

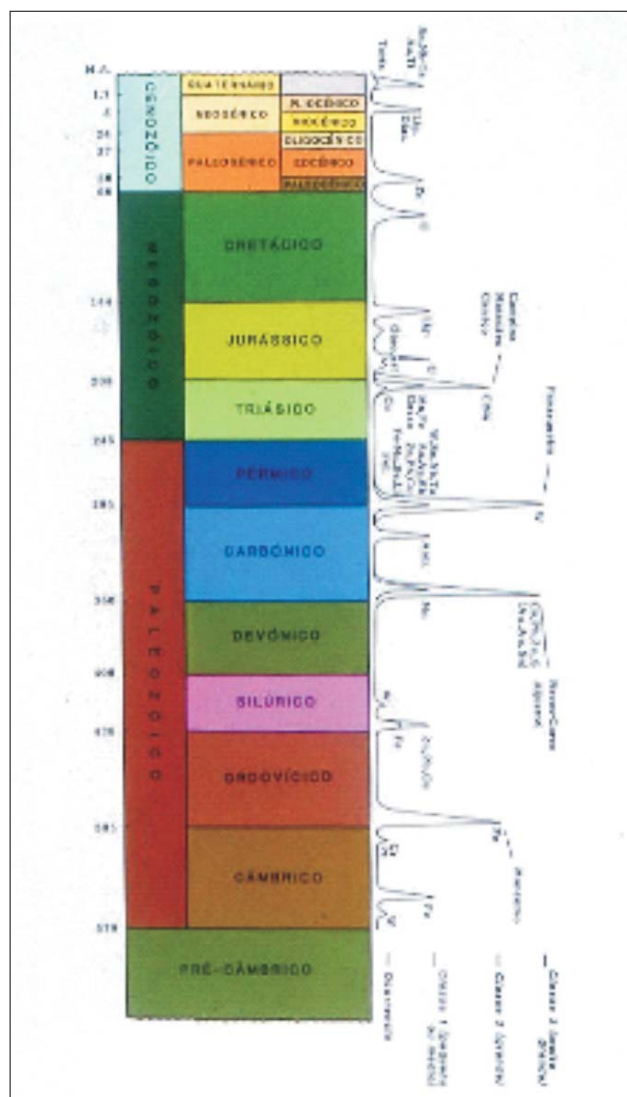
A Base de Recursos Geológicos corresponde ao conjunto dos depósitos minerais, conhecidos ou desconhecidos, existentes na parte acessível da crosta terrestre que têm ou podem vir a ter interesse e aproveitamento económico para o Homem. Daqui deriva que, na prática, a dotação de recursos para qualquer território deva ser considerada fixa para cada profundidade. O maior ou menor conhecimento que dela se possui constitui factor condicionante na autonomia e na competitividade.

A Base de Recursos constitui um desafio permanente por poder sempre ser ampliada, na medida em que possamos atingir maiores profundidades na realização de estudos e desenvolvimento de projectos.

A dotação da nossa Base de Recursos resultou de processos que ocorreram em terrenos geológicos, com idades que vão do Precâmbrico superior (mais de 700 Milhões de anos – Ma) até ao Quaternário recente (menos de 0,01 Ma) e que constituem o território nacional, esquematicamente representados na coluna estratigráfica da Figura 5. Nesta coluna, estão também simbolicamente assinalados os principais tipos de mineralizações conhecidas e que terão sido geradas nos respectivos tempos geológicos representados.

Estando fora de questão entrar em pormenores, importa, todavia, referir que as mineralizações não são dádivas da Natureza resultantes de fenómenos aleatórios, mas tão-somente produtos normais de processos geológicos. Efectivamente, sempre que há a convergência de determinados factores o fenómeno mineralizante acontece. A intensidade do mesmo é que varia de caso para caso, podendo daí vir a formar-se desde uma simples ocorrência sem valor económico até ao depósito mineral de gigantesca dimensão. Tendo isto bem presente, a simples observação da figura deixa, desde logo, aperceber a impressionante frequência dos fenómenos mineralizantes e a intensidade dos mesmos. Com efeito, importa salientar que, para além da frequência, a dotação inclui três depósitos classificados, segundo tabelas internacionais, na Classe 3 (muito grande), quatro na Classe 2 (grande) e vários na Classe 1 (pequeno ou médio).

No computo geral, pode-se com fundamento afirmar que a conjugação favorável de factores geológicos determinantes na metalogenia



Carvalho, D., 1994.

Figura 5 – Mineralizações na coluna geológica em Portugal.

permitiu dotar a nossa Base de Recursos com rica e variada gama de depósitos minerais, muitos deles explorados já na época pre-romana. Ao todo, são várias centenas as ocorrências e jazidas conhecidas nesta pequena fracção do Maciço Hespérico, que incluem: ouro, prata, cobre, antimónio, chumbo, zinco, ferro titânio, manganês, estanho, nióbio-tântalo, tungsténio e urânio. É surpreendente reconhecer que existem em tão pequena superfície três depósitos de classe mundial, Neves-Corvo, Panasqueira e Aljustrel. Neves-Corvo é o jazigo de sulfuretos maciços mais rico em cobre e estanho até agora conhecido no planeta, o da Panasqueira é o maior jazigo de volframite conhecido do qual se produzem os mais ricos concentrados de tungsténio, conferindo-lhe

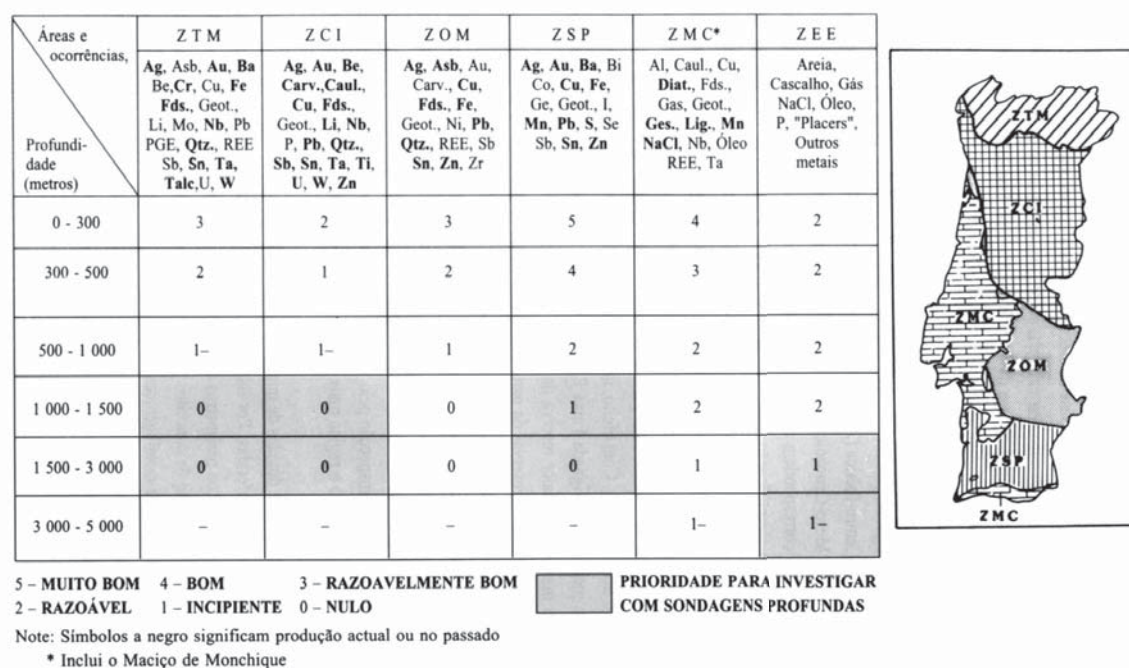
significativa vantagem competitiva no mercado mundial, beneficiando de contratos preferenciais de longo prazo, com bónus. A pureza dos concentrados da Panasqueira torna-os num alvo disputado no mercado para a produção de aços especiais capazes de suportarem muito altas pressões e temperaturas (caso das perfurações petrolíferas a grandes profundidades) pelo que, em momentos de crise como a das induzidas pela China – detentora de enormes reservas, maior produtor mundial e que, por vezes, é acusada da prática de *dumping*, chegando a colocar no mercado produtos intermédios da cadeia de valor (APT e WT) a preços idênticos aos dos meros concentrados o que levou ao fecho de quase todas as minas de volfrâmio no mundo ocidental – essa qualidade ímpar dos seus concentrados tem, efectivamente, permitido superar dificuldades que para outros concorrentes se revelaram intransponíveis. Quanto ao conjunto de massas minerais da área aqui globalmente agrupadas como jazigo de Aljustrel, o que se pode e deve dizer é que mesmo após a já longa exploração, essencialmente para produção de enxofre usado no fabrico de adubos, existem várias dezenas de milhões de toneladas de minérios de zinco, chumbo e cobre que constituem, no mínimo, adequada reserva para explorações de maior vulto logo que as cotações do zinco atinjam valores mais favoráveis e, sobretudo, quando se conseguir otimizar devidamente as taxas de recuperação dos metais contidos e a pureza dos concentrados a comercializar, e, inclusive, conseguir o aproveitamento de alguns dos elementos menores com aplicações nas novas tecnologias e novos materiais contidos nos minérios, tais como o Índio. Para além destas realidades mundialmente conhecidas, importa também referir o potencial do depósito de ferro de Moncorvo, com relevância à escala europeia, bem como a existência de vários depósitos de grande dimensão de sal-gema que, para além do sal, possuem excelente aptidão para o armazenamento de petróleo e gás.

Ponderada que seja a dotação de depósitos e ocorrências conhecidas na zona emersa da nossa Base de Recursos, não será arriscado afirmar que ainda está por demonstrar se existe outro país, de área equivalente, que ofereça tão diversificada, rica e vasta mineralização. Na Europa, por exemplo, raros são os países, mesmo com superfícies muito maiores do que a nossa que possuem tantos depósitos de classe-mundial como Portugal.

Fruto do empenho, inexcedível dedicação – quase sempre apaixonada –, e do laborioso trabalho de várias gerações de intervenientes de organismos públicos, universidades e empresas, a todos os níveis, no estudo e investigação da geologia, geoquímica, geofísica, na prospecção geológico-mineira, e na avaliação e exploração da nossa Base de Recursos, pode hoje constatar-se que Portugal pouco ou nada tem a recear de eventuais análises de *benchmarking* nestas matérias, podendo, inclusive, orgulhar-se de oferecer um quadro referencial bastante positivo quer em resultados práticos, quer pelo nível de publicações nas mais conceituadas revistas internacionais. Todavia, o risco de se perder todo esse *know-how* é uma realidade e, se nada for feito a tempo, pode vir a ser desbaratado.

Com efeito, tendo em conta o decréscimo acentuado que se vem verificando nos estudos e trabalhos de campo – verdadeiro motor do progresso da investigação aplicada nos diferentes domínios dos recursos geológicos, da responsabilidade do Estado –, com indicadores de desempenho a atingirem valores mínimos históricos, levantam-se agora sérias apreensões quanto aos desenvolvimentos futuros, a médio e longo prazo.

Com o quadro-síntese abaixo reproduzido (Figura 6), pretende-se dar uma ideia da diversidade de ocorrências minerais e do grau de



Carvalho, D., 1992.

Figura 6 – Conhecimento Geocientífico da Base de Recursos para diferentes profundidades.

conhecimento geocientífico relativo para diferentes profundidades nas grandes unidades geológicas do território nacional. Este trabalho foi apresentado na Europália, em 1991, todavia, os avanços ocorridos desde então ainda não justificaram alterações significativas, pese embora o muito trabalho entretanto realizado.

Este quadro pretende ser tão-só uma forma de exprimir em imagem o que ocuparia muitas páginas de texto, mais ou menos enfadonho. Trata-se, obviamente, de uma avaliação meramente indicativa que apenas traduz a interpretação do autor. Dele se podem, de imediato, tirar duas ideias centrais, a primeira é a da vasta gama de substâncias que a Base de Recursos revela como simples ocorrências e várias outras de que há ou houve produção efectiva. A segunda ideia central a tirar – a mais importante no estudo em causa – é, sem qualquer dúvida, a da geral insuficiência de conhecimento da nossa Base de Recursos para profundidades superiores aos 500 metros do território emerso. Isto, inclusive, na nossa principal e mais bem conhecida província mineira, a Faixa Piritosa Alentejana, parte integrante da geologicamente designada Zona Sul Portuguesa (ZSP).

Com as Figuras 7 e 8, procura-se evidenciar, de forma esquemática e de fácil leitura, as situações de ocorrência dos dois principais grupos de mineralizações no nosso país. A primeira para o caso dos jazigos de sulfuretos maciços (Cu, Zn-Pb, Ag e Sn) – vulgo “Pirites” – da Faixa Piritosa e a segunda para os jazigos filonianos (W-Sn, Au) associados a granitos das regiões Centro e Norte do País. Tendo em linha de conta o que já foi prospectado, destas figuras pode-se depreender que no caso da Faixa Piritosa – exceptuando algumas zonas com cobertura de sedimentos Terciários – restarão para novas descobertas fundamentalmente as situações III e IV, muito mais difíceis de detectar. Como atrás foi dito, os romanos descobriram todos os jazigos da situação I, dada a sua evidenciação pelos chapéus de ferro à superfície. Por sua vez, a prospecção moderna – executada a partir do fim do último quartel do século passado – terá detectado a generalidade dos casos da situação II e alguns da III.

Para o tungsténio e estanho, Figura 8, (granito assinalado por cruzes a vermelho), são as situações III, IV, e V, que oferecem as melhores potencialidades remanescentes, porém, também aqui implicando um

enorme desafio e risco dadas as muitas dificuldades a ultrapassar. De sublinhar que o jazigo da Panasqueira foi descoberto porque um dos inúmeros filões horizontais mineralizados da sua estrutura aflorava num caminho e foi por isso imediatamente detectado.

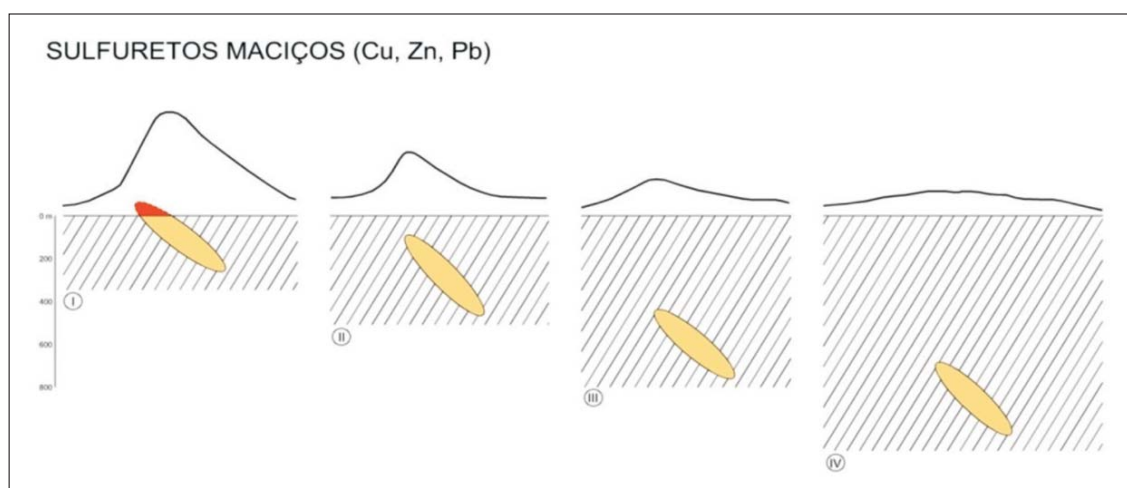


Figura 7 – Representação esquemática de jazigos da Faixa Piritosa a diferentes profundidades.

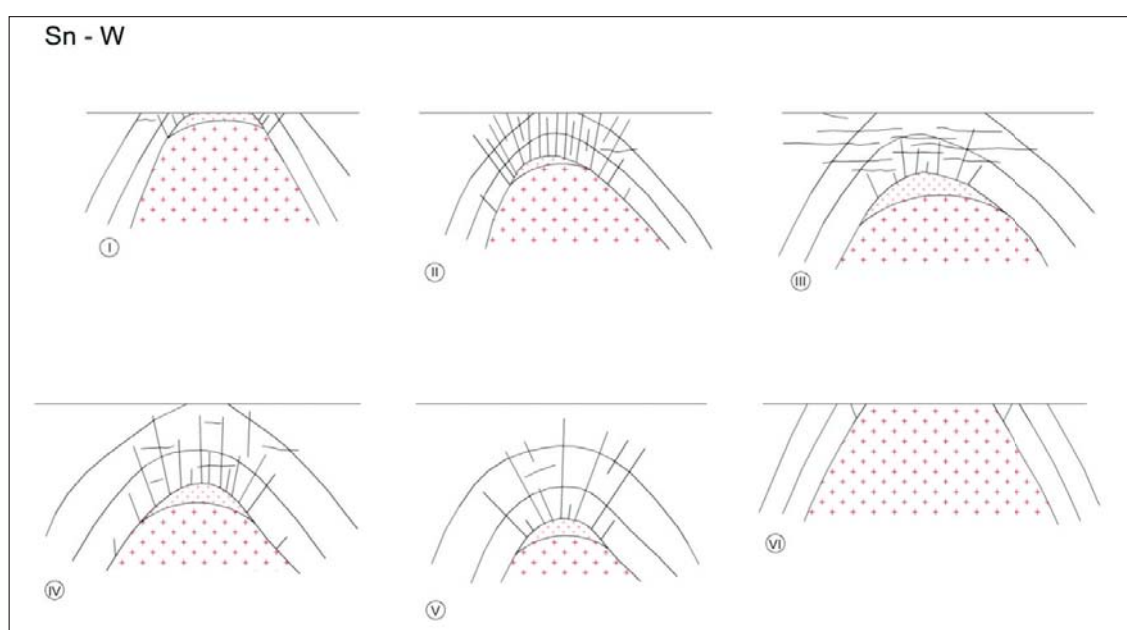


Figura 8 – Representação esquemática de granitos a diferentes profundidades e tipos de filões associados.

Do atrás exposto, resulta evidente concluir que muito há a fazer para se conhecer bem e aproveitar devidamente o que a nossa Base de Recursos nos reserva.

No que se refere ao grupo das Rochas Comuns, Minerais Industriais, e Rochas Ornamentais – estas mundialmente conhecidas – e ao das Águas Minerais e de Nascente, os quais constituem uma muito importante componente da Base de Recursos – milhares de postos de trabalho em várias centenas de unidades de produção espalhadas por todos os distritos do país –, representaram no seu conjunto 61% na estrutura de valor da produção e 44% do valor das substâncias exportadas, em 2011.

Não será também despidiendo sublinhar o – muito ignorado – enorme potencial existente para formação de cavernas e armazenamento de petróleo e gás (entre outros), em depósitos de sal-gema que ocorrem em estruturas diapíricas na faixa costeira, desde a zona da Figueira da Foz até ao sul de Lisboa, bem como junto da costa do Algarvia. Apesar das vantagens competitivas que permite, apenas temos, até o presente, o caso do armazenamento de gás natural no Carriço (Pombal)¹⁰. Com este sucesso conhecido, surpreende como é que, no nosso país, com tantas ocorrências de estruturas salíferas, não existem mais empreendimentos deste tipo, tanto mais que, incompreensivelmente, estamos a confiar e a pagar a terceiros o armazenamento noutros países de boa parte da reserva – estratégica, sublinhe-se (!) – de petróleo e gás.

No domínio do petróleo e gás, há a assinalar a actividade prospectiva no *onshore* realizada já na primeira metade do século passado e, sobretudo, a de projectos relativamente importantes no *offshore* levados a cabo na década de 70 por algumas das mais credenciadas empresas

¹⁰ Este projecto teve origem numa conversa com o empresário Victor Coimbra, que me abordara, quando ainda director dos Serviços Geológicos de Portugal (SGP), para saber da viabilidade de vir a produzir sal-gema próximo da Figueira da Foz, tendo em vista a localização próxima das fábricas de celulose. Ora tendo tido a oportunidade de, pouco tempo antes, participar no Congresso Internacional do Sal, em 1978, em Hamburgo, e visitar um centro de armazenamento estratégico de petróleo próximo de Bremen (na altura com mais de 10 milhões de toneladas, sem aproveitamento da salmoura levada por pipeline para o Mar do Norte), foi fácil transmitir entusiasmo para que, além do sal, que sabíamos existir próximo, se optimizasse os resultados do projecto aproveitando, além da produção de sal por dissolução, as cavernas daí derivadas. O dinamismo e o entusiasmo de Victor Coimbra, a quem transmitimos o conhecimento e os dados obtidos no referido Congresso, não mais abrandaram vindo a nascer a Renoeste para exploração do jazigo do Carriço hoje detido pela Transgás. Para a localização das sondagens foi feito um estudo pelos SGP com base nos dados da prospecção de petróleo realizada por empresas, anos atrás, e devidamente guardados no Arquivo de Sub-superfície, tendo dele resultado o projecto da primeira sondagem para comprovar a existência do sal, o que veio a acontecer à profundidade prevista. E assim nasceu o armazenamento de Gás natural em Portugal. Ingredientes do sucesso: conhecimento, centralização de informação em Arquivo bem organizado, empreendedorismo, visão, vontade e determinação.

petrolíferas mundiais. Foram então feitas algumas sondagens – não muitas para uma zona tão vasta, sublinhe-se –, tendo algumas delas encontrado petróleo, designadamente: Abadia-Torres Vedras no *onshore* e moreia e 14-A1 na plataforma continental. Mesmo sem dimensão económica, a demonstração de que houve condições objectivas para a formação de petróleo constitui, só por si, um dado muito positivo e encorajador para alimentar boas perspectivas para eventuais descobertas de interesse económico. Importará ter presente a experiência colhida noutros locais do mundo – Bacia de São Lourenço, no Canadá, por exemplo – onde só após várias sondagens negativas aconteceu a descoberta. A questão maior é a dos custos a suportar, agora pouco compatíveis com os orçamentos de empresas *junior* que, obviamente, ponderam com muita cautela a relação custo-potencialidade-risco. Os dados geológicos e geofísicos até agora conhecidos apontam para a possibilidade de existirem estruturas de maior dimensão e mais propícias à retenção de petróleo em áreas do *deep-offshore*. Assim sendo, face à magnitude do investimento, terá de se aguardar que empresas *major* voltem a interessar-se pela prospecção na nossa Plataforma Continental. Presentemente, estão em curso projectos de prospecção em terra e em mar pouco profundo ao largo da costa algarvia onde há fundadas perspectivas para a ocorrência de gás com valia económica, já demonstrado na zona de Cádiz em Espanha.

Uma palavra para assinalar a importância do potencial em energia geotérmica de baixa e média entalpia em diversas regiões do país. Como é conhecido, o aproveitamento da geotermia para produção de energia eléctrica (alta entalpia) é já realidade, desde há vários anos, nos Açores e poderá vir a sofrer significativo incremento logo que a evolução dos preços favoreça a competitividade. Por sua vez, o desenvolvimento do processo produtivo de energia a partir do sistema HDR (*Hot Dry Rock*) e seus derivados, uma vez tornado competitivo, poderá vir a desempenhar papel de grande interesse em muitas regiões do país, designadamente nas graníticas de elevado gradiente geotérmico.

O enorme potencial remanescente de recursos geológicos existentes na Base de Recursos obriga a manter a chama viva no sector que desperte o interesse em investir na prospecção mineira, sendo para isso fundamental, além dos apoios e incentivos de índole administrativa, fiscal e financeira – disponibilização preferencial de

capital de risco –, que se desenvolva a investigação geocientífica, envolvendo universidades, laboratórios do Estado e empresas, na busca de maior e melhor conhecimento a aplicar na caracterização dos terrenos, da estrutura, dos processos geológicos neles ocorridos, e consequente avaliação das potencialidades que se nos oferecem.

Nesta linha, e tendo por base a informação relevante já conhecida, importa agora, com serenidade e visão de futuro, reconhecer que o grande empreendimento a concretizar no sector – sem prejuízo da continuidade na actividade prospectiva de pequena e média dimensão – diz respeito ao lançamento, por meios próprios do Estado ou através de terceiros com apoio público, de projectos de adequada envergadura que permitam apurar se, efectivamente, possuímos ou não mais jazigos de nível mundial na nossa Base de Recursos. Para se chegar lá haverá que desencadear diversas medidas – estruturantes, inclusive – e realizar trabalhos de prospecção mais ousados do que foram feitos até ao presente, por implicarem maiores dificuldades operacionais, maiores riscos e maiores custos financeiros como consequência das elevadas profundidades que importará atingir. Dos dados conhecidos, nada indica, muito pelo contrário, que, nomeadamente, não possa haver um ou mais jazigos do tipo de Neves-Corvo. A enorme riqueza já gerada – valor bruto da produção superior a 6 mil milhões de euros desde 1988, a partir do “nada” – da exploração deste mundialmente famoso depósito, o mais rico jazigo de cobre e estanho conhecido no mundo constitui, indubitavelmente, motivo justificativo de todas as acções a empreender para atingir tal desiderato.

Entre as áreas da Base de Recursos com maiores potencialidades para descobrir novos jazigos, a Faixa Piritosa, apesar de já ser a mais prospectada, ainda é e, certamente, sê-lo-á por muitos anos, a que melhores oportunidades oferece para possíveis descobertas de relevância internacional¹¹. Efectivamente, na Faixa Piritosa Ibérica – considerada o maior stock de metais básicos da UE –, foram descobertas, de 1951 a 2012, trinta e três massas minerais totalizando mais de 1 200 milhões de toneladas de sulfuretos polimetálicos, correspondentes a valores da mesma ordem de grandeza nos dois países, ou seja, uma impressionante média equivalente a mais de um

¹¹ Carvalho, D., 1982 – New Paths to Massive Sulphide Exploration in the Iberian Pyrite Belt. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. V.68, p.149-162.

depósito por cada dois anos. A década de ouro da prospecção em Portugal foi a de 1970-80 com quatro depósitos descobertos, contendo mais de 300 milhões de toneladas. Nesta década, na parte espanhola, maior do que a portuguesa, não aconteceu nenhuma descoberta e foi só mais tarde, na década de 1980-90 que tiveram maior sucesso com sete descobertas totalizando cerca de 300 milhões de toneladas. Surpreendentemente, a pior performance em Portugal foi nessa década de 1980-90, sem qualquer descoberta. Mais surpreende por tal ter acontecido no período imediato ao da descoberta de Neves Corvo, a qual atraiu a vinda de algumas empresas *major* do mundo mineiro¹².

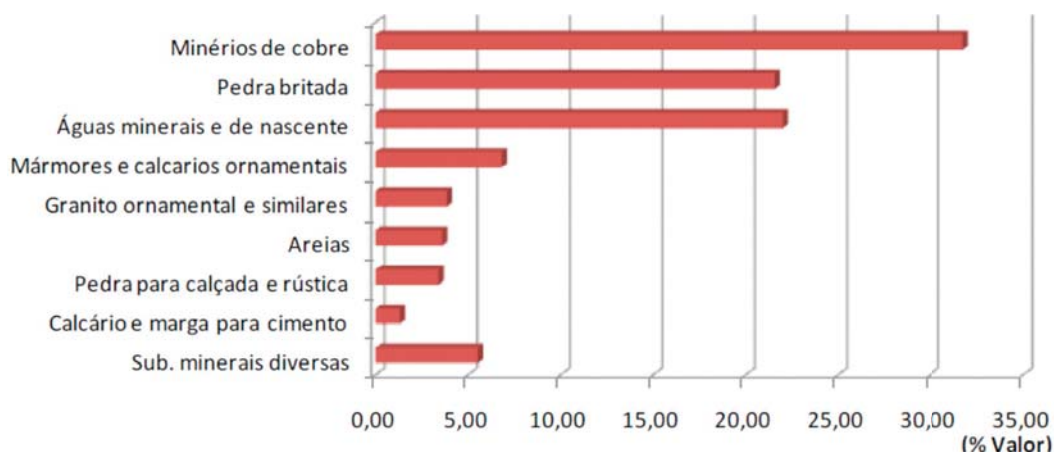
ACTIVIDADE E INDICADORES ESTATÍSTICOS

Os dados mais recentes divulgados pela DGEG (Direcção Geral de Energia e Geologia) indicam que, em 2011, estiveram em actividade 892 estabelecimentos, menos 15% do que em 2010. Por sua vez, os postos de trabalho somaram 12 258 em 2011, mais 82 do que em 2010. O subsector dos Minerais Metálicos teve 5 minas a trabalhar, o dos Minerais Industriais 150, Águas 70 e o dos Minerais para a Construção 667 (incluindo, obviamente, as Rochas Ornamentais). As Figuras 9 a 12 dão a conhecer os valores da produção, exportação e importação e respectiva estrutura por subsectores.

Em 2011, o valor global da produção da indústria extractiva ascendeu a 1 145 milhões de euros, menos 5% que no ano anterior, isto apesar do crescimento nos minérios metálicos que atingiram os 450 milhões de euros. Estes números reflectem sinais da crise, especialmente na construção civil, e colocam os minérios metálicos, com apenas 5 estabelecimentos, como principal subsector da indústria extractiva, passando de 33% em 2010 para 39% do valor total em 2011.

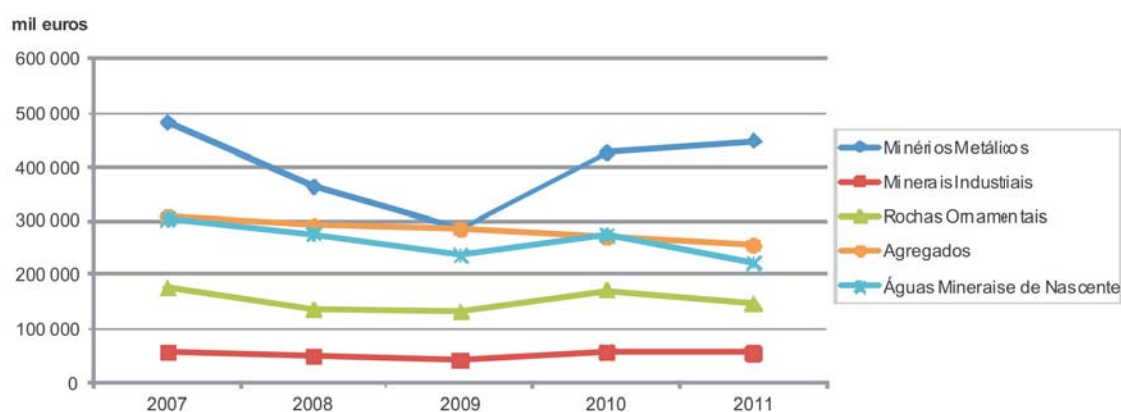
De destacar, em especial, a evolução muito favorável, que vem acontecendo desde 2004, no referente à taxa de cobertura das importações pelas exportações (excluindo petróleo e gás), tendo atingido o valor máximo de 218% em 2010, o qual desceu para 175% em 2011.

¹² Carvalho, D., 1998 – Exploration Strategies in The Iberian Pyrite Belt: a Young Mature or Senile Mineral Exploration Province? *Mining Development Strategies with Focus on the case of the Iberian Pyrite Belt. World Mining Congress 78th Meeting of International Organizing Mining Congress*, p.38-36.



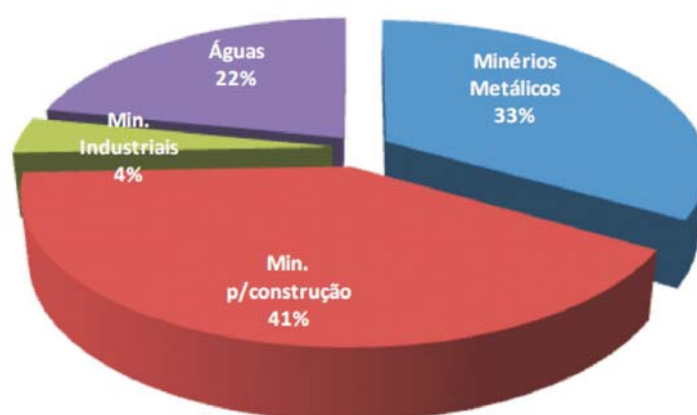
Fonte: DGEG

Figura 9 – Principais substâncias minerais produzidas em 2010.



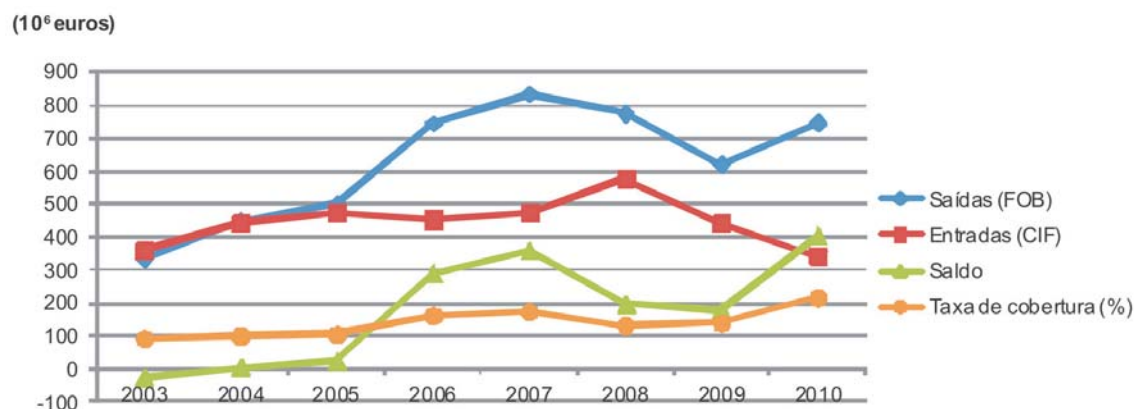
Fonte: DGEG

Figura 10 – Evolução do valor da produção da indústria extractiva de 2007 a 2011.



Fonte: DGEG

Figura 11 – Estrutura do valor da produção em 2010.



Fonte: Adaptado de DGEG com dados base INE

Figura 12 – Evolução do comércio internacional de recursos minerais em Portugal (2003-2010).

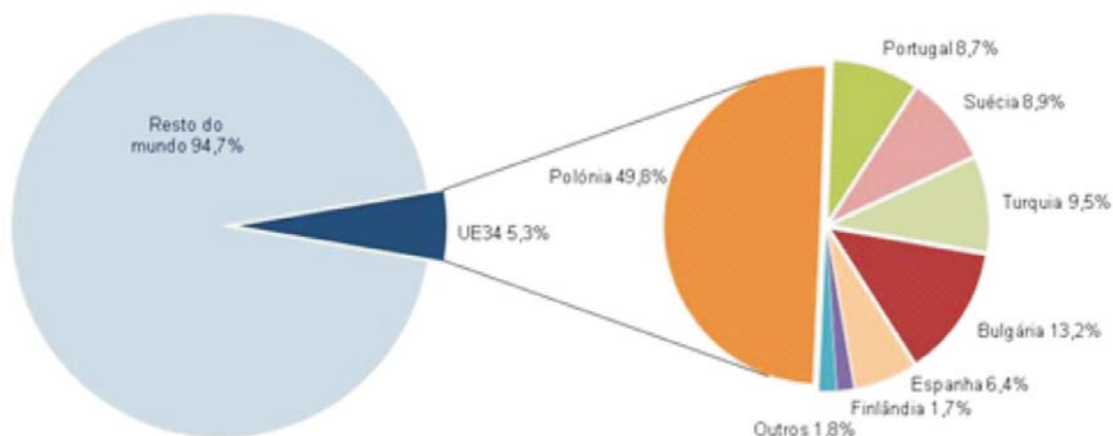
PORTUGAL NO QUADRO EUROPEU E NO CONTEXTO MUNDIAL

Da abordagem deste tema considerando tanto a produção de substâncias minerais ao longo dos tempos como as potencialidades remanescentes – províncias mineiras conhecidas e vasta área da Plataforma Continental –, é forçoso concluir que Portugal ocupa um lugar de destaque no contexto europeu e nalguns casos até mesmo mundial.

Do passado, há a assinalar os contributos significativos na produção europeia de ouro, prata, cobre, enxofre, estanho, nióbio-tântalo, volfrâmio, urânio, minerais rochas industriais e ornamentais¹³.

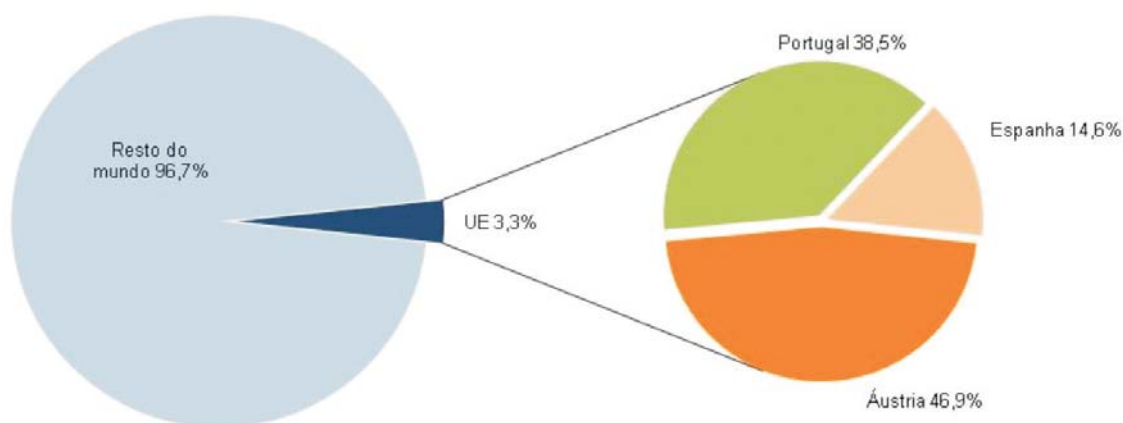
No presente, destacam-se as produções de cobre, volfrâmio (Figuras 13 e 14), rochas ornamentais e de lítio a nível europeu.

¹³ Carneiro, F.S. 1971 – Potencialidades Minerais da Metrópole Base Firme de Desenvolvimento Industrial do País. *Arquivos DGMSG*, Vol nº 2, 307 p.



Fonte: *European Mineral Statistics 2006-10*,
British Geological Survey ed. Brown et al. 2012.

Figura 13 – Produção mineira de cobre na UE34 em 2010.



Fonte: *European Mineral Statistics 2006-10*,
British Geological Survey ed. Brown et al. 2012.

Figura 14 – Produção mineira de tungsténio na UE34 em 2010.

Perspectivando o futuro e tendo presente as conclusões do estudo prospectivo realizado para a UE pelo “*Ad-hoc Working Group on defining critical raw materials*” que destacou como críticas catorze substâncias minerais (Tabela 1), pode deduzir-se que Portugal, face às realidades e potencialidades conhecidas, pode vir a dar contributo significativo na produção de sete delas, designadamente: tungsténio, nióbio e tântalo, terras-raras, índio, germânio, gálio.

**Tabela 1 – Matérias-primas minerais críticas para a UE
(ordem alfabética)**

Antimónio	Índio
Berílio	Magnésio
Cobalto	Nióbio
Fluorite	Platina e Platinóides
Gálio	Tântalo
Germânio	Terras-Raras
Grafite	Tungsténio

Fonte: European Commission Enterprise and Industry.

Para além disso, Portugal tem boas possibilidades de, com actuação consequente favorável, poder vir a ser na Europa a médio, longo e muito longo prazo:

- o primeiro produtor de W;
- o segundo produtor de Cu;
- um dos três primeiros produtores de Fe;
- um dos quatro primeiros produtores de Ag;
- um dos cinco primeiros produtores de Zn;
- significativa presença como produtor de Au.

Possuindo o país toda esta potencialidade - graças a características geológicas geradoras de grande diversidade de mineralizações expressa por muitas jazidas e ocorrências um pouco por todo o território –, importa, todavia, para evitar excessos de voluntarismo, ou de entusiasmo desmedido, ter bem presente que, apesar de tudo isso, Portugal, embora relativamente rico face à expressão geográfica da área emersa, já não é, de todo, um Eldorado, ou seja, alvo fácil para descobrir jazigos ricos. Na verdade, excluindo as excelentes potencialidades da Faixa Piritosa onde pode voltar a acontecer a descoberta de jazigo(s) de classe-mundial – com grande impacto no desenvolvimento económico – e, em menor grau, para o caso do volfrâmio e estanho no centro e norte do país, as descobertas expectáveis para outros metais apontam para jazidas de dimensão pequena a média. Mas, mesmo nestes últimos casos, quem dera que os êxitos da prospecção em curso venham a acontecer a bom ritmo, permitindo a abertura de novas minas geradoras de emprego e pólos de desenvolvimento regional.

Quando avaliado na óptica global, emergem como factores relevantes diversos pontos fortes e fracos que, em síntese, permitem dar uma visão genérica das vantagens e das desvantagens comparativas de Portugal no sector dos recursos não renováveis:

Pontos fortes

- Base de Recursos Geológicos diversificada e relativamente bem dotada no contexto europeu, excepto, do conhecido, em combustíveis fósseis.
- Longa história mineira e relativamente boa compreensão e aceitação da actividade mineira em geral, quando comparada com outros países.
- Boa cobertura de cartografia geológica de base e de Bases de Dados Geocientíficos, de prospecção, pesquisa e exploração, facilmente disponíveis para consulta.
- Bom nível de *Know-how* técnico e científico a vários níveis e em diferentes disciplinas.
- Abertura sem restrições à iniciativa empresarial privada.
- Acentuado potencial remanescente para novas descobertas nas diferentes províncias mineiras.
- Posse do jazigo de sulfuretos maciços polimetálicos mais rico de cobre no Mundo, abrindo expectativas para mais descobertas idênticas na Faixa Piritosa Ibérica a qual detém o maior stock de metais básicos na Europa.
- Vasta Plataforma Continental com elevado potencial em recursos minerais metálicos, não metálicos e energéticos. A actual área da ZEE, cerca de 1,8 milhões de Km², é já a terceira maior da Europa, havendo boas perspectivas para enorme alargamento da Plataforma a ficar sob jurisdição nacional, como resultado das medidas objectivas desencadeadas em 1998 pela Resolução do Conselho de Ministros nº 90/98 de 10 de Julho (Diário da República nº 157, I Série B).
- Actuação responsável do Estado, com projecção internacional, na reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas.
- Boas condições portuárias.

Pontos fracos

- Insuficiente iniciativa empresarial privada nacional no sector.
- Grandes quantidades de recursos e reservas de sulfuretos polimetálicos de difícil tratamento e baixa recuperação dos metais.
- Jazidas de combustíveis fósseis, conhecidas até ao presente, sem dimensão económica.
- Criação de VAB aquém do desejável por ser restrito à produção de concentrados, muito a montante no processo industrial que culmina na fase metalúrgica para obtenção de metais.
- Custo da energia elevado.

DOMINIALIDADE, ROYALTIES E DINÂMICA DO PROCESSO MINEIRO. PAPEL DO ESTADO

A inter-relação dos três temas aqui considerados constitui um factor de grande relevância na definição do papel a desempenhar pelo Estado para assegurar de forma sustentável a boa gestão dos recursos não renováveis.

Tema quase sempre omitido, ou ignorado, na generalidade das intervenções ou abordagens sobre recursos geológicos, é o que se refere à dominialidade, a qual confere ao Estado a propriedade dos recursos minerais metálicos e não metálicos – substâncias concessíveis – seguindo de perto a norma “Napoleónica” e tudo o que isso implica.

Na verdade, a dominialidade pública, simplificando e controlando a acessibilidade à actividade no sector, mediante contrato, implica, em contrapartida, acrescidas responsabilidades para o Estado em comparação com o regime jurídico dos países de legislação “Victoriana” – caso da generalidade dos de origem anglo-saxónica, entre outros – onde o proprietário é dono do respectivo terreno e de tudo o que fica nos seus limites em profundidade (teoricamente até ao centro da Terra). À semelhança do que incumbe a qualquer proprietário agrícola responsável, o Estado, sendo dono, tem a obrigação inalienável de conhecer e aproveitar devidamente o que possui no seu território, essencialmente, por meios próprios, no que se refere à cartografia geológica básica e temática, investigação aplicada e reconhecimento

mineral e, preferencialmente, através de terceiros – empresas privadas – nas fases de prospecção, pesquisa, desenvolvimento, exploração mineira e metalurgia.

Como é sabido, a maior ou menor riqueza e diversidade da Base de Recursos Geológicos varia de local para local, função da especificidade da respectiva geologia e dos processos geradores de recursos associados. Assim sendo, o conhecimento geológico-mineiro da Base de Recursos é factor determinante para a sua exploração em benefício da economia e da competitividade. Para além disso, importará sublinhar que as possibilidades de melhorar o conhecimento e de ampliar a nossa Base de Recursos constituem dever e desafio maiores que estão ao nosso alcance concretizar. Tudo dependente de uma visão clara, vontade e determinação de governantes e decisores na definição de prioridades, dos meios disponibilizados, e da imaginação e criatividade na execução prática.

Tema muito importante para a dinamização do sector é o que se refere à aplicação de *royalties* na exploração de recursos minerais. As receitas daí geradas, fiscalmente muito apetecidas e convenientes, podem gerar consideráveis fundos para o tesouro que devem ser reinvestidos no sector. Todavia, a aplicação destas taxas deve ser feita, com peso conta e medida, em função do tipo de jazigo, teor médio, metais produzidos e das especificidades da lavra no contexto global de competitividade. Ou seja, taxas demasiado elevadas podem, só por si, inviabilizar um projecto e, conseqüentemente, desincentivar o interesse dos potenciais investidores. Por razões óbvias, num país como o nosso, as receitas geradas deveriam ser destinadas, exclusivamente, a estudos e projectos de prospecção e pesquisa geológica e mineira, visando a descoberta de jazigos e conseqüente reposição de novas reservas. Infelizmente, não tem sido esse o caso.

Por sua vez, a natureza intrinsecamente dinâmica do processo geológico-mineiro implica que a quantificação dos recursos minerais conhecidos e a delimitação dos que deles podem ser considerados reservas mineiras – recursos com viabilidade económica no momento da avaliação –, obrigam não apenas a estudos de caracterização e avaliação permanentes pela concessionária da respectiva exploração, mas também à vigilância atenta e tecnicamente competente para controlo e regulação

por parte do Estado. Fácil se torna pois perceber que, sendo, quase sempre, a cotação dos metais o factor mais determinante da viabilidade, na prática a quantificação das reservas mineiras varia de dia para dia. Assim, à medida que o preço aumenta ou que a diminuição dos custos de exploração aconteça, por razões de ordem técnica, ou outras, o teor do minério explorável diminui e, conseqüentemente, a porção dos recursos que passam a reservas aumenta.

Em síntese: os depósitos minerais gerados na Base de Recursos Geológicos são fixos (escala da vida humana). O conhecimento que deles temos e a sua valia económica variam todos os dias. Conseqüentemente, o papel supremo do Estado implica uma persistente e cuidada actuação neste domínio que permita assegurar a correcta gestão e o aproveitamento sustentável dos recursos não renováveis de que o país dispõe.

Os esforços que têm vindo a ser dirigidos para fomentar a indústria mineira são bastante positivos, mas correm o risco de “morrer na praia”, caso não seja dinamizada a intervenção estatal. Importa criar condições para que, por meios próprios ou através de terceiros, seja facilitado o recurso a capital de risco em condições especiais, dirigido, em particular, para a prospecção de áreas que embora com boas potencialidades não são atractivas para as empresas face aos custos e dificuldades a vencer, as quais – normalmente júniores – procuram, prioritariamente, por esse mundo fora alvos que não ofereçam grandes riscos, o que em Portugal já não é fácil encontrar ou identificar.

VANTAGENS COMPARATIVAS E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

No contexto da grave crise financeira e económica que tanto nos condiciona, Portugal enfrenta, como é sabido, enormes dificuldades para a ultrapassar. Desde logo, e para além do mais, situa-se em posição estrutural muito desvantajosa na dura batalha da competitividade, tendo em consideração que possui população excessiva – quase metade (!) do total dos quatro países nórdicos (Suécia, Dinamarca, Finlândia e Noruega) –, envelhecida e deficientemente formada, quando comparada com a generalidade dos seus parceiros europeus. Esta crua realidade traduz-se claramente nos diferentes índices macroeconómicos, em particular no valor do PIB *per capita*.

Procurar ignorar esta limitação maior e acreditar que somos capazes de conseguir índices de produtividade e competitividade que nos permitam atingir o necessário crescimento económico pode não ser mais do que ilusório *wishful thinking*. Encurtar distâncias para as médias europeias nos indicadores de produtividade, competitividade, apoio social e outros, é objectivo maior que só será alcançável se soubermos apurar quais são as nossas reais vantagens comparativas e tirar delas o máximo proveito económico. Importa, pois, identificar antes de mais, os sectores e actividades onde possamos beneficiar de inequívocas vantagens que permitam mitigar os efeitos de tão pesadas condicionantes estruturais negativas. Não sendo assim, é muito duvidoso que, pese embora alguns casos pontuais de excepção no sector produtivo da economia com meritória performance a nível internacional, se possa esperar qualquer salto de progresso globalmente significativo no nosso país.

Parece consensual a ideia de que os ganhos de competitividade que têm de ser alcançados para desenvolver a economia nacional devem acontecer em todos os processos produtivos, muito em particular nos do fabrico de bens transaccionáveis. Mas não será certamente através de salários terceiro-mundistas que isso poderá ser atingido e, muito menos, pensando, à boa maneira portuguesa, que nós somos melhores do que os outros e que não será difícil conseguir ganhar tempo e subir na escala de valor, ou mesmo ultrapassar os patamares médios dos indicadores económico e sociais a nível europeu.

Daí que se coloque a magna questão de saber se teremos ou não vantagens comparativas em que possamos apostar para se atingir o necessário crescimento económico. É convicção do autor que sim e que são vários os casos passíveis de identificar.

Qualquer esforço que se faça no sentido de apurar quais os sectores ou actividades em que tal é possível, resulta claro que serão, fundamentalmente, todas as actividades que incidem no aproveitamento das condições que a situação geográfica e a Natureza nos oferecem, quando comparadas com outros países com que temos de competir. Destacam-se, desde logo: o clima e tudo o que o turismo pode oferecer – em especial da situação privilegiada na área da interface Atlântico-Mediterrânica – o mar, os portos, diversos nichos na agricultura, na

floresta e, conforme se pode depreender do atrás relatado, o sector dos recursos geológicos. Na generalidade do restante, não se afigura viável, mesmo a longo prazo, poder neutralizar ou superar as desvantagens competitivas que constituem ponderosas condicionantes negativas derivadas da deficiente estrutura organizacional, menor qualificação média da mão de obra, menor eficácia das instituições, maior custo energético, burocracia pesada, justiça lenta e fiscalidade incerta.

A Base de Recursos Geológicos de que dispomos oferece inequívocas vantagens comparativas de enorme potencialidade, cujo aproveitamento pode dar relevante contributo para melhorar, em muito, a nossa posição no quadro da competitividade global. Efectivamente, caso venham a ser tomadas adequadas medidas que dêem novo fôlego ao sector, os contributos dos Recursos Não Renováveis no PIB e nas exportações poderão vir a ser duas a três vezes superiores aos actuais, ou, inclusive, muito mais caso venham a ser descobertas jazidas de petróleo e/ou de gás economicamente exploráveis.

***Nota:** O conteúdo do presente trabalho tem articulação estreita e alguma sobreposição de conteúdos com outro intitulado Base de Recursos – Vantagens Comparativas e Competitividade, preparado, pouco tempo antes, para fazer parte do livro “Carta Magna da Competitividade 2014-2020 – Textos Base”, a publicar pela AIP.— Associação Industrial Portuguesa. O leitor eventualmente interessado poderá ali colher informação complementar e conhecer lista bibliográfica mais abrangente sobre os temas abordados.*



Análise Anatômica de uma Preciosidade na Pintura do Século XV

*José Manuel Martins Ferreira Coelho**

“A coerência essencial na crítica não é a obstinação nos erros, é a disciplina dos métodos que os corrigem. E são estes, quando usados com imaginação e independência do espírito, que renovam a evolução do pensamento crítico.

Só quem não medita não modifica.”

Reynaldo dos Santos , 1952

OBJECTIVOS

Num contexto de fascínio, admiração, e tentativa interpretativa, os «**Painéis**» sempre prenderam a minha atenção por longo período, ultrapassando trinta anos de estudo. Como médico, cirurgião e anatomista, a perfeição das representações humanas em cena, o detalhe fisionómico dos figurantes e uma relíquia, correspondendo a um “*elemento ósseo humano*”, foram os motivos principais, suficientes para que investigasse as múltiplas interrogações de uma temática tão superior da pintura tardo-medieval portuguesa, com um detalhe no rigor e precisão, deveras extraordinário na cor das composições, detalhes minuciosos de pormenor, integrações de vestes, posições dos actuates, conduzindo à temática da apresentação desta comunicação: «**A Minúcia da Pintura de Nuno Gonçalves na Conceitualização Anatômica Humana**».

A nossa modesta colaboração nesta tese, dos «Painéis», integra-se no estudo, discussão, e diagnóstico quando o espécimen da relíquia trata, de um fragmento de **osso occipital de um crânio humano**.

REVISÃO DE CONJUNTO

Tema de *ousadia* e de complexa reflexão incidem, a respeito dos **“Painéis de São Vicente”** focalizados a um pintor português do século XV, Nuno Gonçalves.

As seis tábuas de madeira pintadas, religiosamente abrigadas actualmente no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, *“representam em Portugal um problema de escaldante interesse nacional”*. Os *«Painéis»*, *“hoje excepcional dentro do património pictórico da Idade Média, já no ocaso ao norte dos Alpes, pois que, nesta ordem de representações, só restam miniaturas, frescos e tapeçarias relativamente pouco numerosas”*.

Centenas de artigos e livros foram escritos, acontecendo que interpretações altamente fundamentadas tornaram-se rapidamente contraditas, rivalizando com possíveis arbitrariedades. Assim: como bases sólidas, no livro de Adriano de Gusmão, 1957, *“Nuno Gonçalves”*, no de Armando Vieira Santos, 1959, *“Os Painéis de S. Vicente de Fora”*, como na dissertação de Jean B. Rosenwald, 1965, *“The dating and the meaning of the Panels of Saint Vincent attributed to Nuno Gonçalves”*, se crêem como atribuídos a Nuno Gonçalves.

As numerosas bibliografias críticas a este assunto, são na sua maioria discordantes, rapidamente contraditas procurando *“principalmente destruir as teses dos outros”*.

Jaime Cortesão em *“Os Descobrimentos Portugueses”* admite: se *“consideramos esse políptico, no desdobramento das suas seis tábuas, o mais eloquente e persuasivo documento sobre a estrutura da sociedade portuguesa e o trato, tão palpitante da vida e quase esculpido das sessenta personalidades ali representadas, a divisão, a tábua por tábua, em estadimentos e classes, a Família Real (painel do Infante), o exército, o clero e os letrados (painel do Arcebispo), a nobreza militante (painel dos Cavaleiros), as ordens (painel dos Frades), os marítimos (painel dos Pescadores), etc., proclamam que estamos em face duma ampla figuração nacional”*.

Para Reynaldo dos Santos, *“os painéis são os verdadeiros “Lusíadas” do século XV que antes de serem cantados por Camões foram pintados por Gonçalves”*.

Leo Van Puyveld, considera que *“na sua forma peculiar, Nuno Gonçalves desejou glorificar a Era prodigiosa das grandes descobertas e das conquistas. Ele soube criar uma imagem perfeita do sonho*

místico e da energia da expansão, que, nestes tempos heróicos, foram definitivamente a alma do povo Português [...] Os corpos sólidos estão tensos de voluntariedade. [...]

Charles Sterling narra que *Os «Painéis» de São Vicente*, atribuído a Nuno Gonçalves, “**o seu verdadeiro tema é a glorificação da «cruzada» contra os Mouros sob a égide de São Vicente, por ocasião da conquista de Arzila e de Tânger em 1471.**”



Figura 1 – «Painel do Rei».

Este investigador admite que “*o tema espiritual deste conjunto, não é, como se diz à falta de melhor, a Veneração a S. Vicente (ou de um santo desconhecido) por toda a sociedade portuguesa. É simultaneamente mais místico e mais glorioso, mais digno do esforço da Nação Portuguesa num momento crítica da história do Ocidente Cristão.*”

Em 2010 José Alberto Seabra de Carvalho, em referência à “*A Exposição, Cem anos de Primitivos Portugueses*” afirma: “[...] a exposição que, em 1940, reuniu no Museu Nacional de Arte Antiga centenas de pinturas do século que se convencionou associar àquela designação (1450-1550). Se a noção de escola portuguesa com base na paternidade de Nuno Gonçalves foi «inventada» em 1910, a demonstração da sua «existência» quis-se publicamente comprovada, em 1940, com a grande exposição dirigida por Reinaldo dos Santos. Em ambas as situações reinventou-se um passado para poder construir uma identidade, uma marca de originalidade nacional, patrioticamente reivindicada em 1910, narrativa e sumptuosamente explorada em 1940 como uma certeza e um triunfo. [...] O que aqui nos interessa é ensaiar novos questionamentos e novas pistas de leitura sobre o território, complexo, e nem sempre historiograficamente bem tratado, da pintura, da pintura retabular desse período (não esquecendo as realidades interligadas da pintura mural coetânea), interessando mais desbravar e sublinhar os problemas e os méritos artísticos dos outros mestres que não fundamentalmente de Gonçalves e, visualmente, nas salas do museu, a espectaculariedade de certas reconstituições retabulares. E interessou-nos também contribuir, em muito, para afirmar novas metodologias e processos de análise das obras em questão, fazendo intervir no seu estudo, como parceiro indispensável, a *componente laboratorial*, residindo por certo num dos seus mais importantes contributos – a *reflectografia de infravermelhos* – um dos aspectos mais inovadores da exposição”.

Uma das questões de difícil resposta será: ?? Qual a determinação da data de elaboração dos «*Painéis*»? Assim as teses de:

- Charles Sterling para < > ? 1471 a 1481?
- Reynaldo dos Santos para < > ? 1460 a 1470?
- José de Figueiredo para < > ? 1459 a 1464?

- Chronica do descobrimento e conquista da Guiné (Biblioteca Nacional de Paris) < > ? 1452 a 1453?
- Data da rubrica do autor na bota do rei < > ? 1455?

Os «*Painéis*» foram encontrados em 1882, por pedreiros que reparavam as dependências e o restauro do Panteão do Mosteiro de São Vicente (antigo palácio do Patriarcado de Lisboa).

Antes de 1772, este mosteiro era o de São Vicente de Fora, fundado em 1147 pelo rei Dom Afonso Henriques para comemorar a vitória de Lisboa aos Mouros.

Ali estabelecera o soberano, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. A escolha desta ordem monástica ficou a dever-se, à conjugação entre S. Vicente e Santo Agostinho como também, pela motivação profunda ao culto de S. Vicente pelo primeiro rei de Portugal.

Foi iniciativa de Dom Afonso Henriques, a possibilidade dos cruzados ingleses, franceses, alemães e flamengos cooperarem, na tomada de Lisboa aos Mouros em 1147.

Esta cruzada conhecida por “*Segunda Cruzada*” foi desastrosa, com excepção da conquista de Lisboa. Pregada e motivada pelo papa Eugénio III e São Bernardo, em virtude da perda do condado de Edessa, desenrolou-se entre 1147 e 1149, e fora chefiada por Luiz VII rei de França e Conrado III do Sacro Império Germânico. Além do ataque a Damasco, Jerusalém fora novamente conquistada em 1187 pelos muçulmanos, que impuseram como soberano, o sultão Saladino,

“Um cavaleiro alemão que o cronista dos Cónegos Regrantes, Nicolau de St.^a Maria (1668), chama D. Henry, foi sepultado no novo mosteiro e a sua aparição milagrosa curou dois dos seus companheiros. O seu ataúde e o seu túmulo tornaram-se relíquias preciosas. Juntamente com as outras e, nomeadamente, com o ***fragmento de crânio de S. Vicente***, atraíram ao mosteiro uma multidão de peregrinos. Para estes e para os pobres, construiu-se um albergue que perdurou até ao reinado de Dom João II (1481-1495). Em 1582, caída em ruínas a velha igreja monástica, foi substituída por uma nova igreja (construída por Trezi) e transportados para ela os objectos que lhes pertenciam. Conhecemos a lista das suas relíquias: nela se vê, depois de um

fragmento da verdadeira cruz e da cabeça de St.^a Margarida (adquiridas no reinado de D. Afonso I) «*a terceira relíquia notável, a do glorioso mártir S. Vicente, patrono deste mosteiro, que está guardada num cofre dourado, colocado ao centro, e que é uma parte da cabeça do santo mártir*»; e, mais adiante, «*o caixão e a palma do Santo Cavaleiro Dom Henry, o Alemão, assim como o seu túmulo*».” (Charles Sterling, 1971)

No período posterior à conquista de Lisboa, o culto a São Vicente era intenso e tornara-se modelo de veneração e obediência. Este santo nascido em Saragoça e martirizado em Valência no ano de 304 DC. “*devia mais a St.^o Agostinho (Sermões 274-277) do que a Prudêncio (Peristefanon, Hino V) ou à «Légende Dorée».* O doutor subtil, jogando com as palavras, fez de **Vicentius** o sinónimo de Vitorioso, de Vencedor.”

Este jovem diácono «*soldado invencível*», tornou-se a partir de 1147, **patrono da cidade de Lisboa, do Exército, das Navegações e da Família Real Lusa**. O espírito indomável deste santo simboliza, a chama das vitórias aos infiéis, em analogia a Sant’Iago dos Castelhanos.

“*Em 1173, o seu corpo, vindo milagrosamente por mar de Valência e naufragado no Algarve junto ao promontório que tem o nome de Cabo de São Vicente, será transportado para Lisboa. É claro que o novo mosteiro cobiçou esta relíquia insigne; e quando, por decisão régia, ela foi depositada na Catedral, o Mosteiro conseguiu assegurar para si uma parte do crânio do mártir e assim se tornou, com a Catedral de Lisboa, o centro do culto de São Vicente em Portugal. De fundação régia, gozava de certa autonomia relativamente ao arcebispado, dependendo mais directamente do soberano e da Câmara Régia.*” (Charles Sterling, 1971)

Segundo reza a lenda, o nosso primeiro rei teria enviado a Valência, três nobres fidalgos para descobrir o corpo deste cavaleiro mártir a fim de o enviarem para Portugal.

(*) Côvado. Medida de comprimento usada por diversas civilizações antigas (babilónios, egípcios e hebreus). Tinha o valor do comprimento do antebraço, desde a ponta do dedo médio até ao cotovelo. (Correspondia cerca de 50cm. dos antigos egípcios, para 45cm. dos romanos).

O rolo de cordas náuticas, «*com o comprimento de seis côvados (*)*», flutuando sobre o mar atestam o possível milagre de São Vicente, na integração deste acessório náutico, para a possibilidade do desfraldar das velas, impossibilitado por tal falta.

Charles Sterling, 1971, narra: “*Ora, um retábulo de cerca de 1410 (provavelmente catalão, atribuído ao Mestre de Cardona), existente no Museu Episcopal de Vich, mostra, seguindo os episódios habituais da lenda vicentina, os três emissários portugueses, maravilhados com a descoberta do corpo do santo e, perto desse corpo, emergindo do mar e bem isolado, o rolo das cordas cuidadosamente preparado pelas mãos hábeis dos marinheiros (dos quais o santo é patrono), exactamente como nos «Painéis» de Lisboa,*”

Uma das questões de relevância nos «*Painéis*» torna-se o da identificação do santo, figura central nas duas principais tábuas, (Figuras 1; 3) problema de discussão que domina todo o teatro cénico, e que, muitos estudiosos e investigadores partilham contra a figura de São Vicente. “*Teima-se contra a evidência, em contradizer José de Figueiredo que, desde 1910 reconheceu nele **São Vicente**. Está vestido de diácono e traz auréola: só se conhecem três santos diáconos, Estêvão, Lourenço e Vicente. Os dois primeiros estão excluídos; neste ponto todos estão de acordo. É jovem, tal como o descreve a «Légende Dorée». Tem um barrete: traço raro mas que se encontra – George Kaftal observou-o em 1942 – na pintura contemporânea de Aragão, pátria de São Vicente, uma das principais fontes da sua iconografia.*” (Charles Sterling, 1971)

Outra questão digna de assento, trata-se no detalhe rigoroso e mestria de composição pictórica do livro, que o Santo apresenta aberto ao jovem combatente ajoelhado na sua frente e, apoiado pela sua mão esquerda à sua espada embainhada (figura de el-rei Dom Afonso V). O livro aberto é o “*Livro dos Evangelhos*”, (Figura 2) atributo essencial dos diáconos. Estão aí descritos parte dos versos 28; 29; 30; 31 do capítulo XIV do Evangelho segundo São João. A frase latina apresentada é da “*Vulgata tanto Latina como da Neo Vulgata*”: «*Pater major me est. Et nunc dixi vobis, priusquam*

(**) “A sua leitura foi feita na tábua pelo ilustre e erudito paleógrafo Sr. Dr. Pedro de Azevedo, a pedido do Sr. Dr. José de Figueiredo”.

fiat, ut, cum factum fuerit, credatis. Jam non multa loquar vobiscum venit enim princeps mundi hujus et in me non habet quicquam». (Jo 14, 28-30) (**); ou seja: «O Pai é maior do que Eu. Digo-vos isto agora, antes que aconteça, para que, quando acontecer, acrediteis. Já não tenho muito tempo para falar convosco, pois o príncipe deste mundo vai chegar e ele não tem poder sobre Mim».



Figura 2 – Livro dos Evangelhos – versos 28; 29; 30; 31 do capítulo XIV do Evangelho segundo São João (**).

“Neste texto, Cristo dirige-se aos Apóstolos; alude à sua próxima Ascensão e fortifica-lhes a fé para enfrentarem o «Príncipe deste mundo», o Anticristo. Este passo faz parte da missa celebrada no Pentecostes, figura nela como símbolo da propagação da fé pelos Apóstolos depois do Espírito Santo ter descido sobre eles.” (Charles Sterling, 1971)

No «**Painel do Rei**» (Figura 1) o “Verdadeiro assunto: São Vicente dá ao rei Dom Afonso V a missão de propagar a fé cristã em África pela Cruzada.” O rei de joelho em terra, segura a espada com

(**) “A sua leitura foi feita na tábua pelo ilustre e erudito paleógrafo Sr. Dr. Pedro de Azevedo, a pedido do Sr. Dr. José de Figueiredo”.

a mão esquerda, presta juramento perante a Bíblia (e certamente executaria o sinal da cruz com a mão direita).

Nesta tábua encontra-se presente seu filho, o infante Dom João de jovem idade, de pé, segurando uma espada muito semelhante à do rei, seu Pai. Atribuem-se outros figurantes como: o infante Dom Henrique, o Navegador, uma jovem princesa com longo rosário na mão, ajoelhada simetricamente ao rei, podendo corresponder, à figura da rainha Dona Isabel, sua esposa. À senhora idosa vestida de Clarissa ou de Franciscana, igualmente segurando um rosário, têm-se-lhe atribuído a identidade, como a duquesa Isabel de Borgonha, mulher de Filipe, o Bom, colocada no painel em simetria, com o irmão, o Navegador. Estas identificações, têm sido contraditas em teses de complexas suposições e, poderemos assinalar que “*Todas as outras figuras deste painel continuam por identificar*”. (Charles Sterling, 1971)

No «**Painel dos Condestáveis**» (Figura 3) “*São Vicente confia aos Condestáveis o comando do Exército.*” O Santo segura na sua mão esquerda um bastão dourado, insígnia da autoridade e mando, em particular da força militar, enquanto apoia debaixo do braço o livro dos Evangelhos envolvido na sua capa. A apresentação da simbologia do milagre deste Santo está patente, no “*milagroso rolo de cordas*”

“*Dois cavaleiros estão ajoelhados diante do Santo. Ora, já vimos que a expedição de Arzila teve dois chefes, dois condestáveis. Quem a organizou foi o **infante Dom Fernando**, irmão do rei, filho adoptivo do Navegador, duque de Viseu, primeiro do reino, depois do rei. Mas, morreu de repente nas vésperas da campanha propriamente dita, em 1470. Foi substituído por **Dom Henrique de Meneses**, condestável que chefiou com êxito os combates. Um dos cavaleiros está ajoelhado à direita do Santo, numa atitude simétrica da do rei no outro painel central. Presta juramento. É legítimo reconhecer nele Dom Fernando. O outro cavaleiro tem uma atitude e expressão grave mas mais apagada. Segundo toda a verosimilhança, trata-se de Dom Henrique, que tem papel importante na tapeçaria da tomada de Arzila, porque foi ele o segundo chefe do Exército depois do rei e foi nomeado primeiro governador da cidade conquistada. São Vicente segura o bastão dourado a igual distância*

dos dois homens: é significativo, porque o bastão pertenceu a um e a outro, partilharam entre si a autoridade da qual ele é símbolo.”
(Charles Sterling, 1971)

Quanto às outras figuras representadas neste painel, evidencia-se o eclesiástico de mitra, **Dom Jorge da Costa**, (Figura 4) arcebispo de Lisboa nos períodos de 1464 a 1500, um dos prelados de força e influentes da corte de Dom Afonso V. Também conhecido como “*Cardeal de Alpedrinha*”, por ter nascido na vila beiroa de Alpedrinha (Fundão) em 1406. Filho de Martim Vaz (almocreve) e Catarina Gonçalves, estudou em Paris e foi prelado em várias dioceses em particular, 39º Bispo de Évora (1463-1464); 8º Arcebispo de Lisboa e 35º Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1501-1505). Foi eleito Cardeal pelo papa Sisto IV em 18 de Dezembro de 1476, com o título dos *Santos Marcelino e Pedro*. Homem de invulgar sabedoria e inteligência, foi diplomata e teve o maior valimento junto de Dom Afonso V, de quem foi conselheiro e confessor, como também mestre-capelão de sua irmã, a infanta Dona Catarina.

Por problemas com o futuro rei Dom João II, viu-se obrigado a exilar-se em Roma a partir de 1483, obtendo funções de notoriedade na Cúria Romana. Assim, participou em vários conclaves no Vaticano: em 1484 para o papa Inocêncio VIII, em 1492 para o papa Alexandre VI, em 1503 para o papa Pio III e, no conclave de Outubro de 1503 para o papa Júlio II. Morreu com 102 anos em Roma e a 19 de Setembro de 1508, foi sepultado em majestoso jacente na Igreja de Santa Maria del Popolo.

Estão também representados, nesta tábua, os cinco cônegos da catedral de Lisboa e, o arquidiácono que segura o báculo episcopal.

Sterling admite que nesse painel estejam pintados, Afonso Madeira, o primeiro médico do reino como também, o primeiro cronista Gomes Eanes de Azurara. Azurara, era um cronista bem apreciado por Dom Afonso V, em que el-rei “*lhe dedica um elogio bem humanista: «Não é sem razão que os homens da vossa profissão devem ser apreciados e honrados ... a seguir aos príncipes e aos capitães que realizarem acções dignas de memória, os que relatam essas acções, já quando os seus autores morreram, merecem grandes elogios».*”

Embora o objectivo primordial do nosso trabalho esteja centralizado ao estudo da representação da “*reliquia óssea craniana*”, não faria sentido a sua análise, sem as considerações de ordem geral dos «*Painéis*», que referenciámos. Também a primeira tábuia deste conjunto, integra-se na leitura, em nosso entender, em íntima relação à sexta, ou seja a tábuia da extrema direita.



Figura 3 – «*Painel dos Condestáveis*».



Figura 4 – Dom Jorge da Costa, arcebispo de Lisboa conhecido por “*Cardeal de Alpedrinha*”.

«Painel dos Monges e Painel das Relíquias»

No ***«Painel dos Monges»***, observamos figurantes com grande possibilidade de serem Cistercienses de Alcobaça, pois encontram-se com roupagem branca, os dois primeiros ajoelhados. *“Em contrapartida, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho vestiam-se exactamente como os dos «Painéis» mas são representados, a maior parte das vezes, com os ombros cobertos por uma Murça negra.[...] Assim, os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho podiam usar, segundo as congregações e mosteiros, branco, negro, violeta e*

vermelho (**). *É quase certo que os Cónegos Regrantes do Mosteiro de São Vicente de Fora, de Lisboa, usavam no século XV o hábito branco, tendo nos ombros a Murça negra, traje admitido em geral na sua ordem. (****)*” (Charles Sterling, 1971)

É interessante relembrar que, dado à tradição da Congregação de Santo Agostinho dos Cónegos Regrantes de Latrão, como sendo outrora igreja principal do Papado, o Santo Padre, ainda use a vestimenta de branco.

Como facto histórico a considerar nesta temática, é referido que o Mosteiro de São Vicente de Fora esteve conotado, com a campanha africana do rei Dom Afonso V em 1471. O seu religioso, *Nuno Álvares de Aguiar*, prior do mesmo Mosteiro de 1464 a 1490, acompanhou o regente e “*no próprio dia da ocupação de Tanger, logo que a mesquita principal foi acomodada à pressa para ser igreja, ali celebrou a primeira missa em presença do rei e do infante Dom João e foi nomeado bispo efectivo de Tânger (de onde ele era, havia vários anos, bispo titular. Deve acentuar-se que esta ocupação se realizou em 28 de Agosto, dia de Santo Agostinho, ele próprio também bispo africano de Hipona.)*” (Charles Sterling, 1971)

Dom Nuno Álvares de Aguiar criou sérios problemas a Dom Diogo Gil, prior da Capela de São Vicente, em impedimentos e recusas de eucaristias e no ministrar de sacramentos. Tais situações e outras, condicionaram a excomunhão de Dom Álvares de Aguiar pelo Arcebispo Dom Jorge da Costa.

(**) “Os livros ilustrados de aguarelas do século XVIII são: Abade Tiron “*Histoire et Costumes des Ordres Religieux*”, ed. J. Palau, Barcelona, 1846; “*Historia de las instituciones monásticas*”, Madrid, 1842; Franz von Sales Doyé “*Heiligen und Saligen der Römisch-Katholischen Kirche*” (Apêndice sobre a indumentária monástica), ult. ed., Lipsia, 1929. Para a variedade do traje dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho ver “*Reallexikon sur deu Deutschen Kunstgechichte*”, col.1257.” (Charles Sterling ,1971).

(****) “Isto resulta do capítulo XX (pp. 83 e seg.) do livro de Nicolau de Santa Maria “*Chrónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*”, 1668, e duma discussão animada que houve em 1767 a propósito do traje dos dois frades que apareciam na cena da “*Trasladação do corpo de São Vicente*”, um dos painéis desaparecidos do grande retábulo de Nuno Gonçalves na Catedral de Lisboa (textos publicados por Adriano de Gusmão, op. Cit. 1957, pp, 171-175). Tratava-se determinar se esses frades eram Cónegos Regrantes do Mosteiro de São Vicente ou Ermitas Agostinhos da Catedral: alimentada pela má-fé, esta discussão só foi possível pelo desconhecimento do traje medieval; foi necessário um acto no tabelião para acabar com ela!” (Charles Sterling, 1971).



Figura 5 – “*Painel das relíquias*” o Capelão de São Vicente de Fora Diogo Gil, apresenta uma das relíquias de São Vicente. Atrás com a “Tora” aberta o judeu Isaac Abrabanel.

Em documento datado de 22 de Dezembro de 1467 (A. N. T. T. S. Vicente, maço 22, n.º 45): «*Diogo Gil, prior da capela de S. Vicente de Fora, queixa-se ao Arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa, de D. Nuno, prior do dito Mosteiro, dizendo que sendo ele possuidor da dita capela, onde rezava suas missas e administrava seus sacramentos, D. Nuno sem razão, o injuriara “quando ele estava no dito M-o para rezar as vésperas e pela força o pusera fora do coro da igreja, excomungando-o*».

O Arcebispo de Lisboa atende a queixa de D. Gil, confirmando-lhe a posse da dita capela”». Em sequência a este documento, apresentamos o datado de 11 de Janeiro de 1468 (A. N. T. T. S. Vicente, maço 22 n.º 46): «Carta de D. Jorge da Costa, Arcebispo de Lisboa, comunicando que D. Nuno de Aguiar prior mor do Mosteiro de S. Vicente, estava excomungado por causa de não deixar Diogo Gil rezar missa na capela de S. Vicente de Fora».

Quanto ao terceiro frade com pujantes barbas, vestido de lã amarelada, poderá assemelhar-se aos monges da Ásia Menor e da Etiópia, na opinião de Charles Sterling, opondo-se a esta ideia está Jaime Cortesão que vaticina, como um monge astrólogo de Alcobaça.

No «**Painel das relíquias**» (Figura 5) apresenta-se como relíquias, “*um caixão posto ao alto e acompanhado de um peregrino pobre, com os cotovelos rotos, um candil de que só se vê a correia, apoiando-se num alto cajado. É evidente que se trata aqui das relíquias pertencentes ao Mosteiro de São Vicente de Fora de Lisboa, o osso do crânio de S. Vicente e o caixão do cavaleiro D. Henry que era motivo de peregrinação, principalmente entre Alemães.*” (Charles Sterling, 1971). Este cavaleiro, D. Henry primeiro cruzado mártir no combate dos Portugueses contra os Mouros.

Dom Diogo Gil é o figurante, que se apresenta ajoelhado em primeiro plano vestido de carmim, expondo a relíquia óssea de São Vicente.

O osso do crânio de S. Vicente constitui a nossa tese de investigação, que se fundamentou nas conjecturas de leituras em análises fotográficas (analógicas e digitais), com apoio da técnica de contraste de fase, por computador, das imagens do retábulo, sem quaisquer fontes de informação anterior. Este tema, de interesse histórico-canónico, ficaria mais completo e justificado, com a possível correlação analítica das ossadas rotuladas de São Vicente, em relicário na Sé de Lisboa. Fizemos várias diligências para isso, embora nunca tivéssemos tido resposta superior, para tal requisito.

Detalhes de alto rigor morfológico, (do nosso ponto de vista de anatomista, médico e cirurgião), evidenciam-se na pintura do espécimen. (Figura – 6) Trata-se de uma porção de um osso do crânio, **um occipital**, correspondendo à porção da escama, observada pela sua face endocraneana, em correcta posição de exposição, na

importante posição anatómica. Qualquer descrição anatómica implicará a colocação do espécime em correcta posição, para que o examinador o possa descrever com rigor científico, como se estivesse integrado no esqueleto, em posição erecta voltado de frente para o observador, de tal maneira que a narração, deverá sempre ser pautada pela análise descritiva dos diversos acidentes anatómicos, em confrontação com os três planos principais (frontal, sagital e horizontal).

A representação da relíquia óssea apresentada, sugere-nos um *fragmento do osso occipital humano* de um jovem adulto, com sinais de um forte traumatismo, por provável contusão de uma arma branca pesada, golpeada na porção póstero-inferior da cabeça e da nuca, incidindo de traz para a frente, de cima para baixo e com grandes probabilidades da esquerda para a direita. Estas conjecturas serão formuladas apenas, na leitura da imagem do retábulo, sem qualquer fonte de informação anterior.

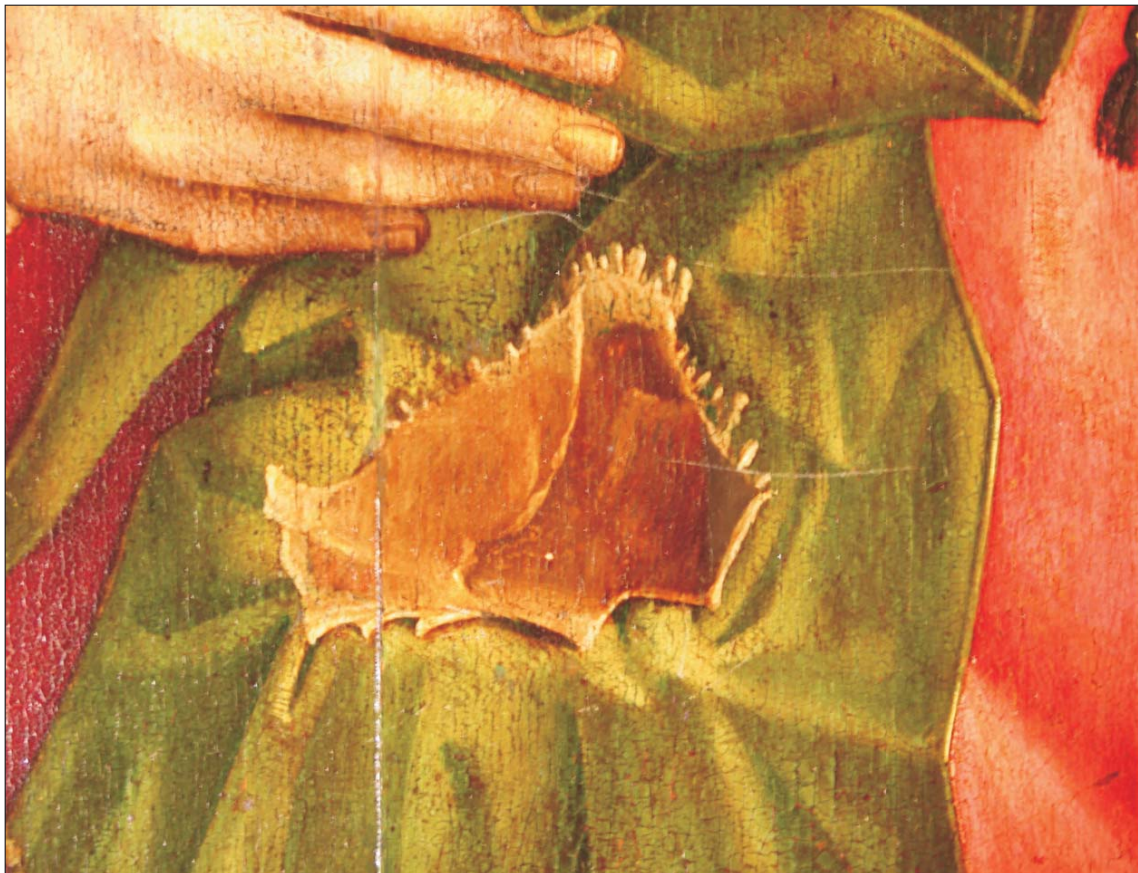


Figura 6 – A relíquia óssea. Representação de elevado detalhe anatómico de um fragmento de um osso do crânio, *occipital, exposto pela sua face endocraniana.*

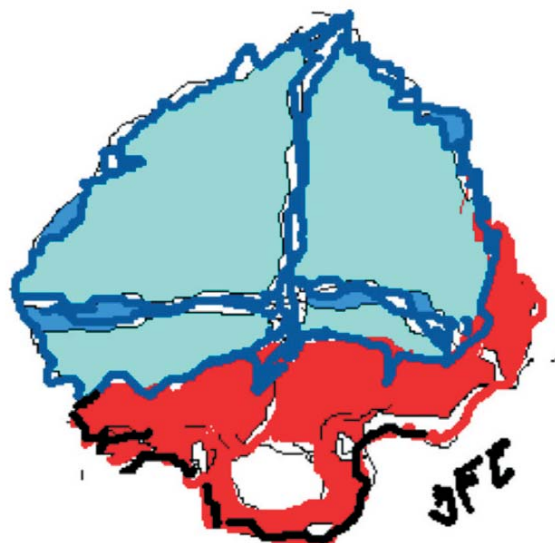


Figura 7 – Esquema do osso occipital, representando as zonas apresentadas na tábua como sendo a relíquia, a azul e, a perdida a vermelho. A separação foi consequência de um possível violento golpe ou golpes traumáticos, condicionando os traços fracturários contínuos com bordos cortantes rectos e curvilíneos.

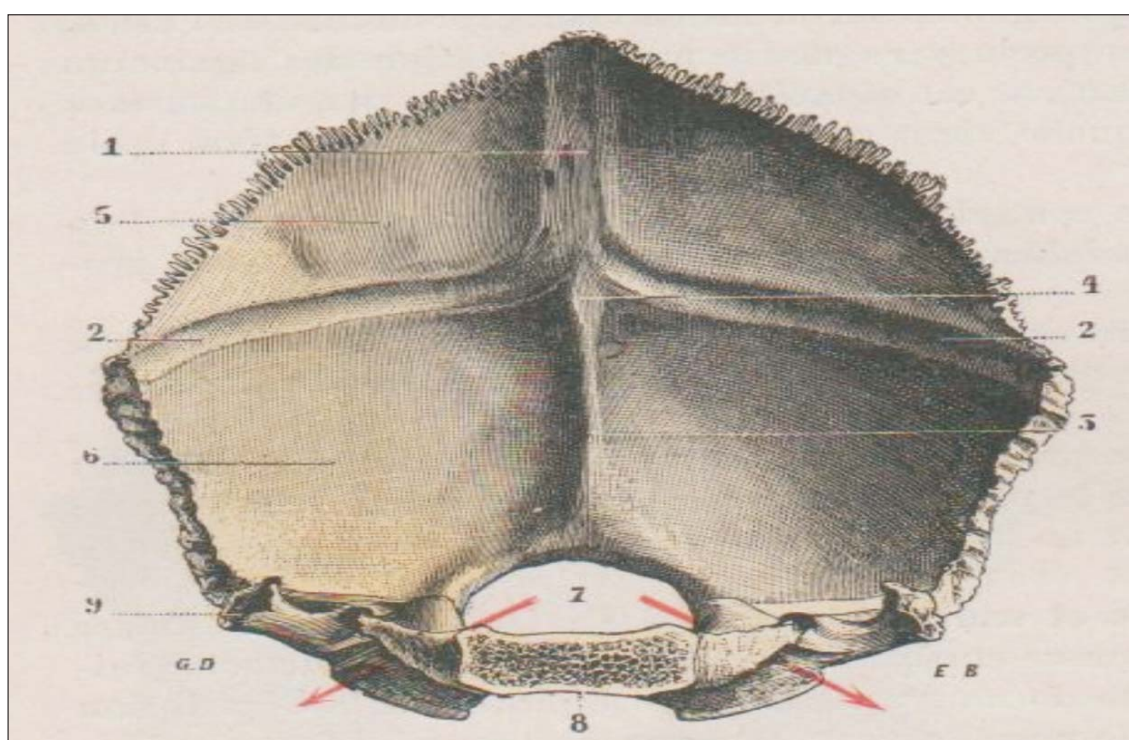


Figura 8 – Representação de um *osso occipital* apresentado pela sua face *endocrania*. Acidentes anatómicos: 1 - Sulco ou goteira longitudinal superior; 2 - Sulco ou goteira do seio lateral; 3 - Crista occipital interna; 4 - Eminência ou protuberância occipital interna; 5 - Fossa occipital superior ou cerebral; 6 - Fossa occipital inferior ou cerebelosa; 7 - Buraco occipital ou foramen magno; 8 - Apófise basilar (base do canio) que se articula com o osso esfernoide; 9 - Apófise jugular. (Tratado de Anatomia Humana Normal – “*Testut et Latarjet, 1948*”).

Na restante análise anatómica, evidencia-se a falta da porção horizontal do mesmo osso ou seja a apófise basilar (pertencente à base do crânio), conjuntamente com o orifício buraco occipital (foramen major), apófises basilares direita e esquerda, os respectivos côndilos occipitais, bem como, os buracos rasgados ou láceros direitos e esquerdos, como os orifícios e goteiras da artéria vertebral. Englobando na falta de outros elementos deste osso relatamos, a grande parte da fossa cerebelosa esquerda (em quase toda a sua extensão), a zona da fossa cerebelosa direita na sua porção inferior e, uma pequena parte lateral externa da fossa cerebral esquerda. (Figuras 6; 7; 9).

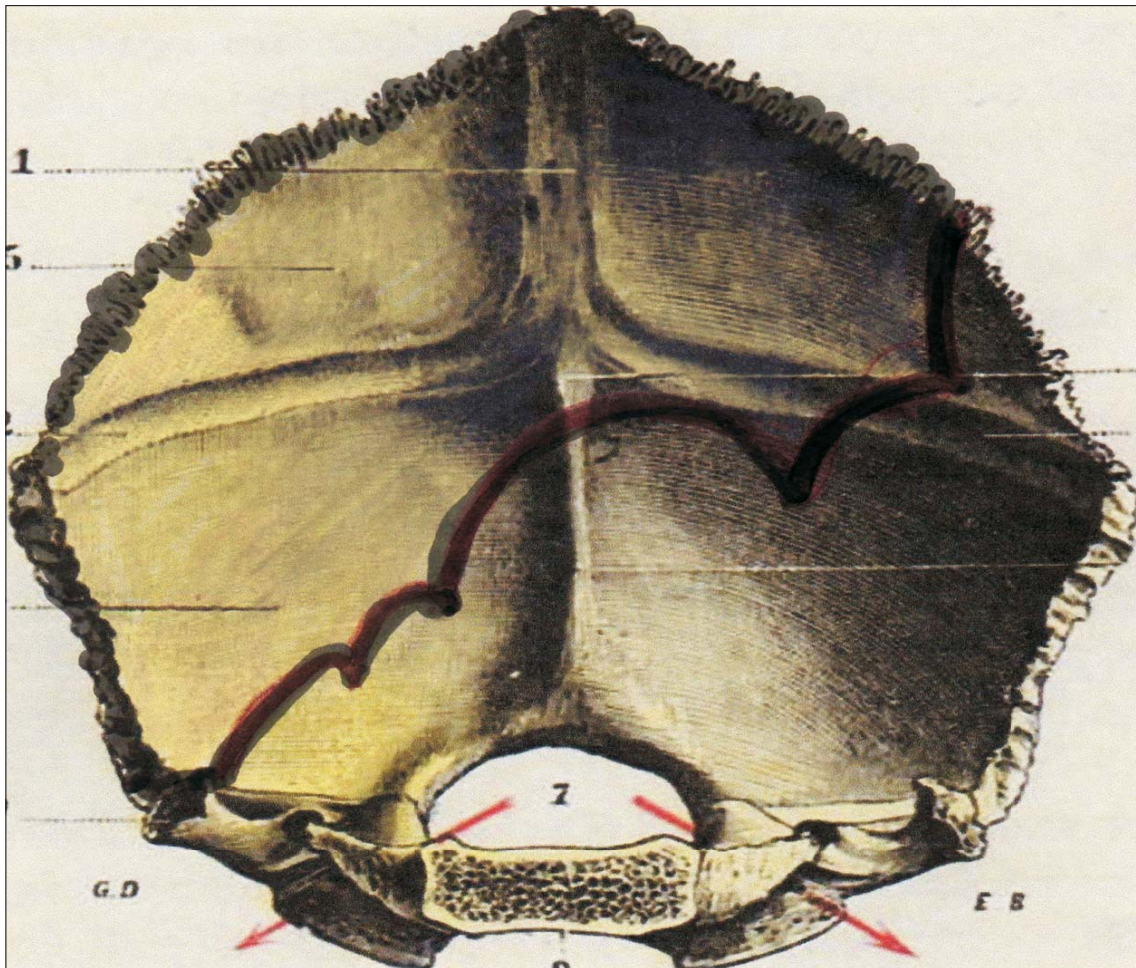


Figura 9 – Integração da relíquia óssea fragmento da escama, no osso occipital exposto pela sua face endocraniana. (Tratado de Anatomia Humana – Testut et Latarjet – 1948) No «Painel», a relíquia apresenta-se rodada em cerca de 30 graus em sentido horário.

Na descrição anatômica da identificação do osso, representado na relíquia é de enaltecer o rigor da pintura, dado aos bordos do mesmo osso, com a configuração serrilhado correspondendo às suturas occípito-parietais quer direita quer esquerda, parte da sutura occípito-parietal direita, bem como, à protuberância occipital interna, igualmente representado a goteira do sulco longitudinal superior, o sulco do seio lateral direito e uma curta porção do sulco do seio lateral esquerdo. (Figura 10).

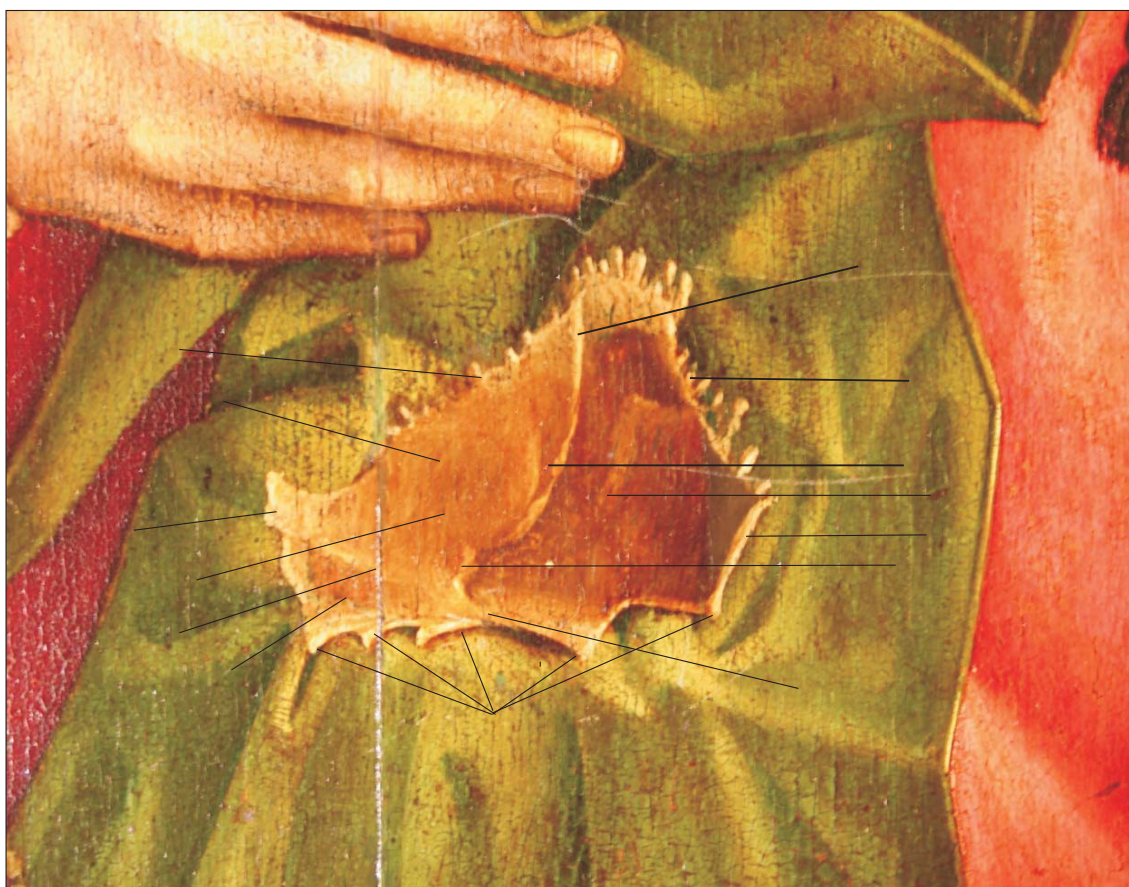
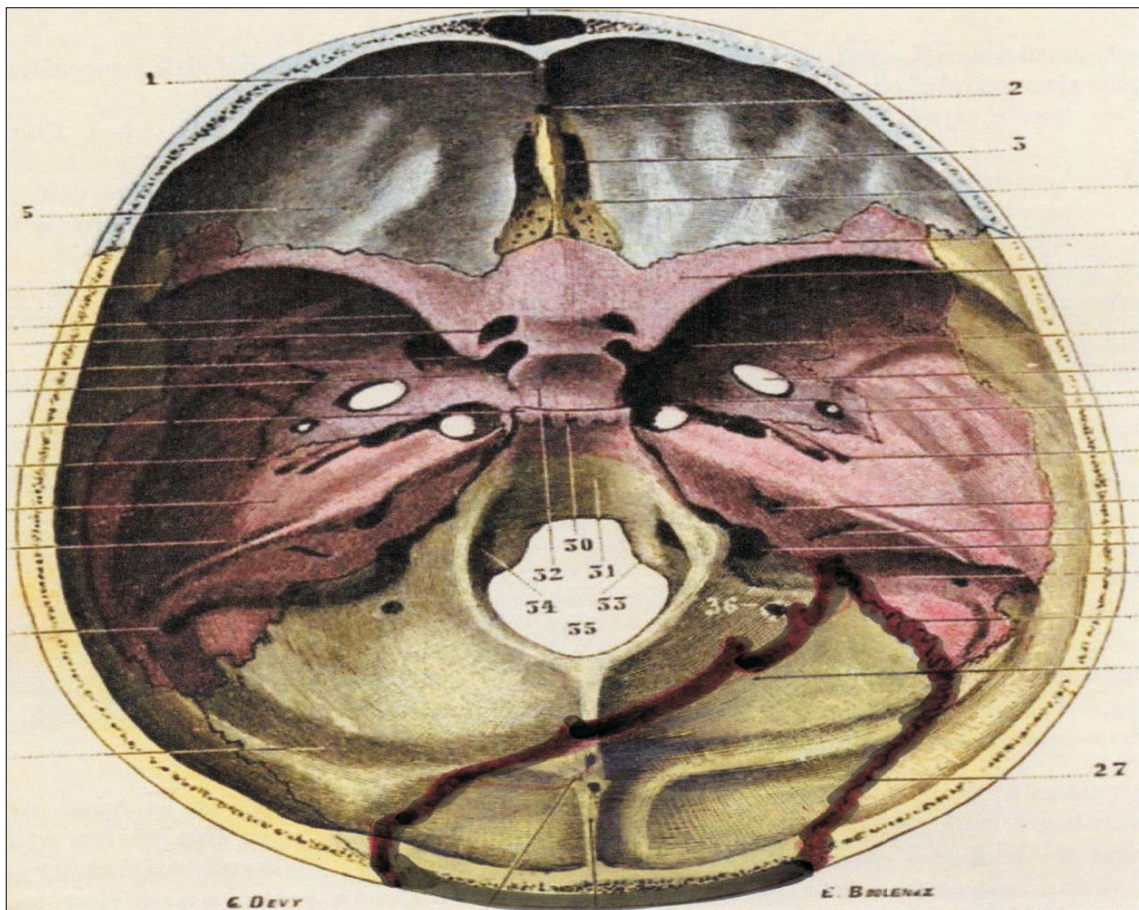
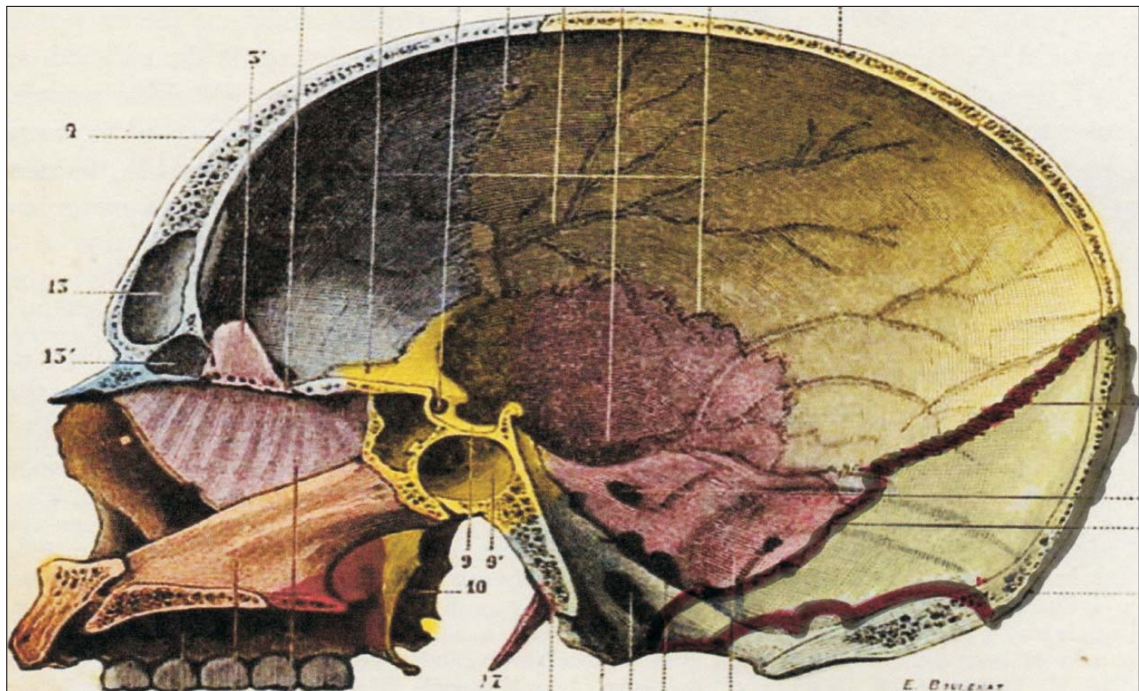


Figura 10 – *Identificação dos acidentes anatômicos na pintura, referenciados com linhas.*

Na correspondência da relíquia óssea apresentada, em correlação com bases de uma *anatomia topográfica*, estaríamos em referência, além das partes moles músculo-aponevróticas da face posterior e lateral esquerda da nuca, com estruturas nobres do sistema nervoso central (nevrax), como a porção inferior dos lobos cerebrais, hemisférios cerebelosos, tronco cerebral, protuberância e porção alta do bulbo raquidiano.



Figuras 11 e 12 – Integração da relíquia óssea fragmento da escama, no osso occipital, exposto no interior do crânio em corte sagital (antero-posterior) e na base do mesmo. (Tratado de Anatomia Humana – Testut et Latarjet – 1948).

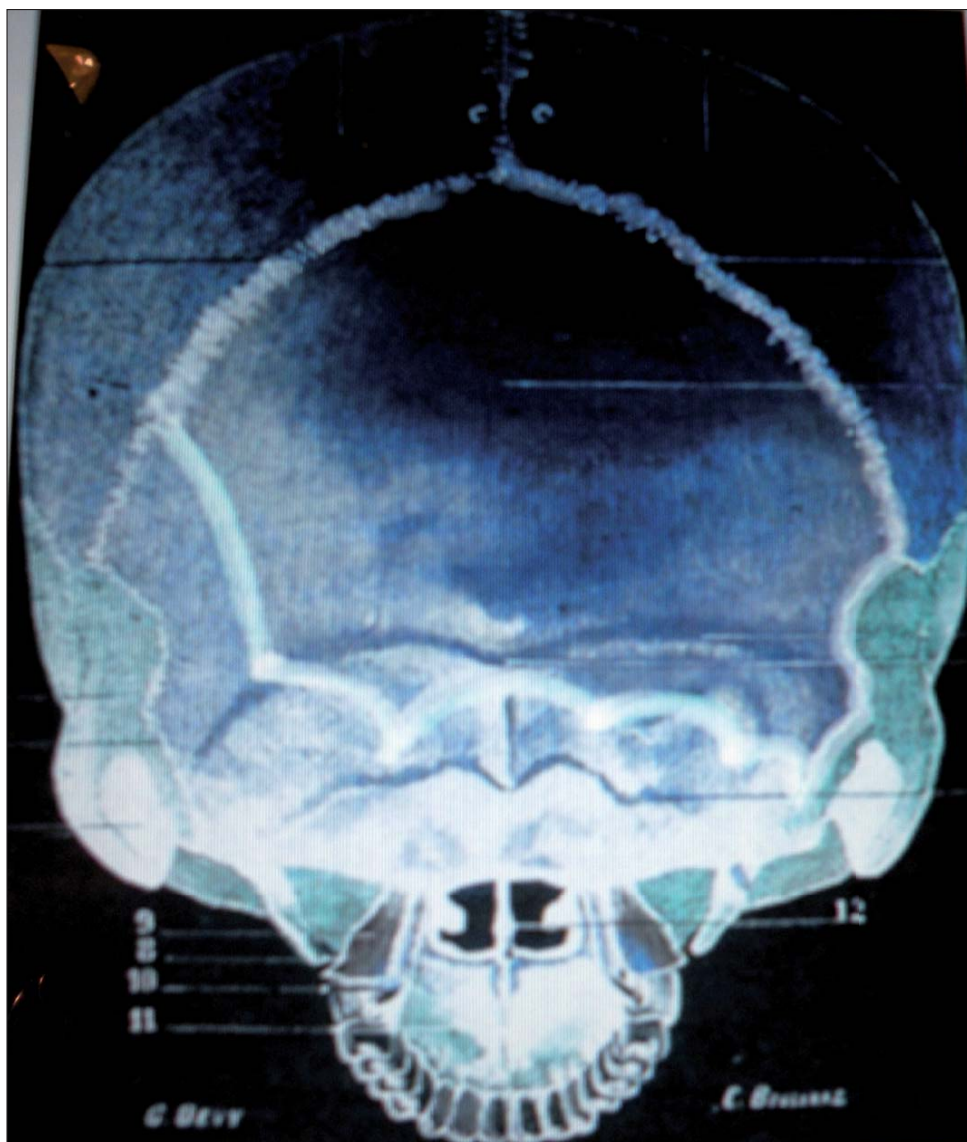


Figura 13 – Integração da relíquia óssea, fragmento do osso occipital exposto pela sua face exoocraniana, na caveira (visão conjunta pela face posterior).

De notar, que tal pintura acontece quase um século antes das primeiras divulgações anatómicas precisas, de *André Vesalius*, no primeiro livro conhecido de anatomia do início do renascimento, “*De Humani Corporis Fabrica*” Bruxelas 1542 (Figura 16) e reeditado em Roma 1560. Esta monumental obra, considerada uma “*Obra Prima*” de Anatomia Humana, é um verdadeiro tratado, pautado com rigor por capítulos das diferentes áreas, com uma iconografia integrada no tempo, com extraordinárias figuras de Jan Stephan van Calcar, amigo e discípulo de Tiziano.



Figura 14 – *Estudo anatómico do crânio humano secção sagital e frontal, 1498 – Leonardo da Vinci* (Colecção de Windsor).

Se bem que, no período da pintura portuguesa de Nuno Gonçalves, ou um pouco mais tarde, já se processavam em Florença, rigorosas figurações do corpo humano; sempre com a preocupação de um rigor matemático, nas devidas proporções da anatomia da cabeça e da face, nas relações comparativas do tronco com os membros, quer superiores quer inferiores. Assim o desenho do “*Homem Vitruviano*”, numa pseudo quadratura do círculo, atestada por **Leonardo da Vinci** em 1490, e seguida em 1521 por Cesariano, e em 1567, no estudo das proporções por Palladio.

De surpreendente mestria de uma anatomia humana, anterior (1489), são os múltiplos trabalhos desse genial artista, das suas interpretações de dissecções de cadáveres humanos, no foro da osteologia, miologia, artrologia, da anatomia de superfície, quer da própria figura estática quer em movimento, não só na espécie humana como na animal.

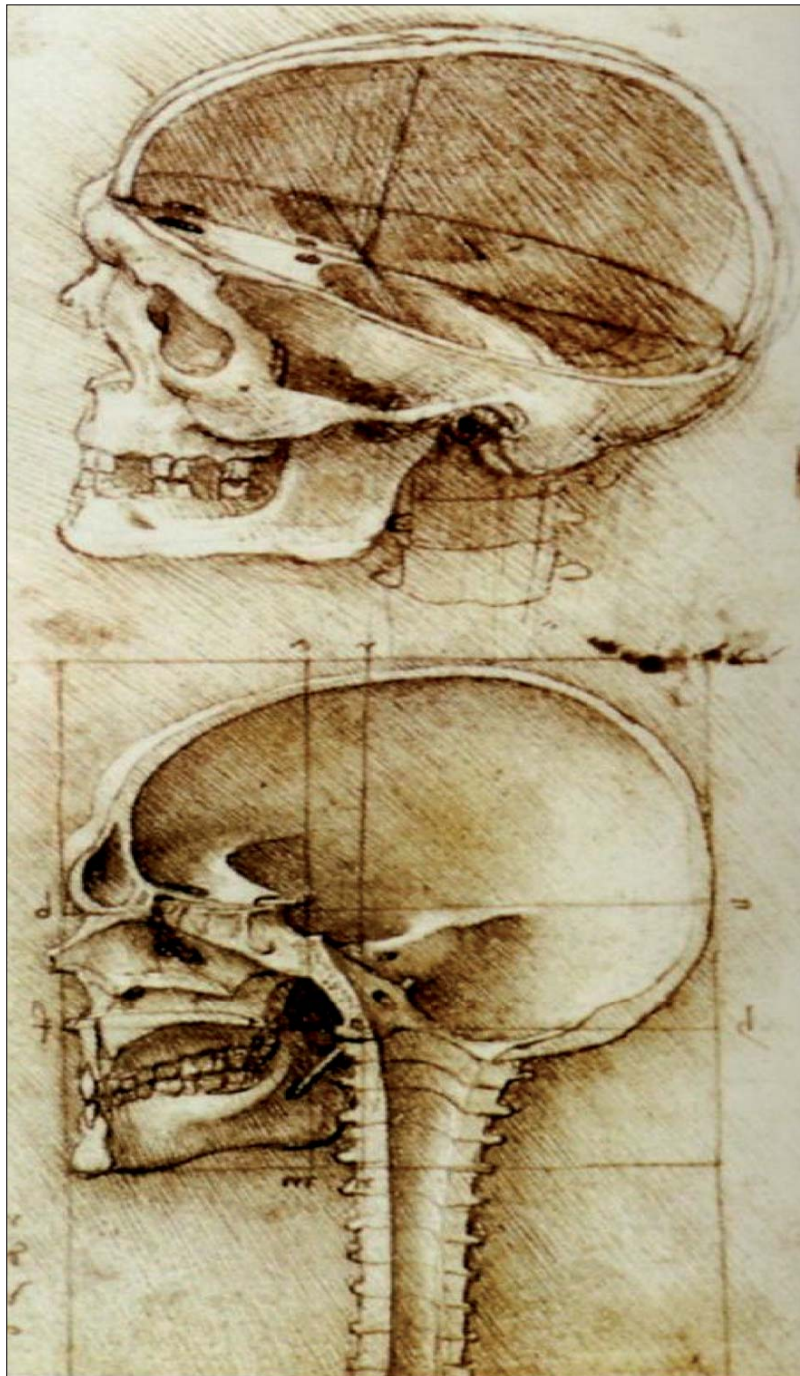
Os preciosos ensinamentos anatómicos de Leonardo, atestam as representações pictóricas da colecção de Windsor, 1498, *“Estudo anatómico do crânio humano secção sagital e frontal”* (Figura 14), em pluma e aguarela sépia sobre restos de lápis negro.

Da mesma colecção fazem parte, as secções de corte do interior do esqueleto humano e da cabeça óssea. Foi, este o primeiro investigador, na história da anatomia, a referenciar a teoria (hipotética) da confluência dos sentidos, no interior do crânio, com intersecção de linhas da diagonal com as verticais, erro elaborado que todas as sensações especialmente as *“emanações”* da visão convergiam nesse ponto intracraniano (correspondendo ao quiasma óptico, na sela turca do esfenóide). (Figura 15).

A procura da verdade (nos conhecimentos anatómicos), foram estabelecidos por Leonardo da Vinci, com o rigor de uma investigação concreta e mensurável.

“Todos os teóricos e arquitectos do Renascimento partiram da convicção de que a Architectura é uma ciência, e de que cada parte de um edifício deverá estar integrada no mesmo sistema de “ratios” matemáticos que reflectem a racionalidade ideal do corpo humano”.

Tal representação óssea pintada como relíquia no painel de Nuno Gonçalves foi estudada por Henrique Jardim de Vilhena, médico, detentor da cátedra de Anatomia Humana da Faculdade de Medicina da Universidade Lisboa (1911 a 1940), concluindo tratar-se de um osso do crânio, um occipital. Este médico era contemporâneo e amigo de Reynaldo dos Santos e de José de Figueiredo. (director na altura do M.N.A.A.).



Leonardo's cross section of the interior of the skull was the first in the history of anatomy. His notes refer to "the confluence of all the senses" at the intersection of the diagonal and vertical lines—mistakenly, he believed that all sensations, especially the "emanations" of vision, converged here.

Anatomical drawing
of a skull facing left, 1490s

Figura 15 – *Estudos anatómicos do crânio humano secções de corte interior, 1498 – Leonardo da Vinci* (Colecção de Windsor).



Figura 16 – André Vesalius, “*De Humani Corporis Fabrica*” Bruxelas 1542.

Numa **base de Discussão Científica** podemos assentar com fundamentos anatómicos humanos credíveis que, a relíquia pintada por Nuno Gonçalves é, sem qualquer dúvida, um osso do crânio de um jovem adulto – um **Osso Occipital**.

Em segundo lugar, evidencia-se uma porção desse osso com bordos cortantes múltiplos, correspondentes a traços de fracturas, separando o espécimen apresentado na pintura, do restante osso completo.

Em terceiro lugar, a possibilidade de observação do “*diploé*” desse osso, mostra-se de um osso jovem, pois a estrutura inter-tábuas ósseas interna e externa, é homogénea, densa e não demasiada porosa e lacunar; observável com clareza na análise dos traços de fractura. (Figura 17).

Em quarto lugar, o maior traço de fractura regular e contínuo, observa-se **no lado esquerdo da escama** óssea do occipital, de trajectória vertical em continuidade com três outras horizontais semi-circulares, condicionando a uma franca amputação do osso occipital completo, como do restante crânio ósseo ou possivelmente da cabeça.

Em quinto lugar, na correspondência da relíquia óssea apresentada, em correlação com bases de uma *anatomia topográfica*, estaríamos em referência além das partes moles, músculo-aponovróticas da face posterior e lateral esquerda da nuca, com estruturas nobres do sistema nervoso central (nevrax), como a porção inferior dos lobos cerebrais, hemisférios cerebelosos, tronco cerebral, protuberância e porção alta do bulbo raquidiano.

Voltando ao «**Painel das Relíquias**» Jacques Sterling escreve: “*Sem falar, é claro, da oportunidade de mostrar a relíquia do crânio num retábulo dominado por São Vicente. Mas quem é o homem que no-lo apresenta? Sem dúvida o capelão da capela de São Vicente, do mosteiro onde foi conservada esta relíquia. Em 1467-68, esta função incumbia a Diogo Gil, protegido do Arcebispo contra as picuinhas do prior.(****). Pode ser que seja ele o guardião das relíquias do nosso painel. Porque está ele todo vestido de vermelho? Porque desde Inocencio III (1198-1216), é o vermelho que convém nas festas dos Apóstolos e dos Mártires do Pentecostes – festas directamente ligadas com o tema do «Painéis».*”

(****) Torre do Tombo. Documento datado de 8 de Junho de 1464 (A. N. T. T. Mosteiro de S. Vicente de Fora, Caixa 29, nº12) ; «Carta do Mosteiro de São Vicente (cónegos e convento) pedindo ao arcebispo de Lisboa que aceite a eleição que fizeram de D. Estevão, bispo de Folha, para seu prior, por morte de D. João Gil e pela necessidade que tinham de quem os governasse no espiritual e no temporal, pois o mosteiro estava «desprezado» e destruído e deteriorado e muito endividado.»



Figura 17 – *Detalhe da zona fracturada da escama do occipital.*
(osso de um jovem < > Diploé).

Na observação atenta, de uma análise de investidura de agressão, quer com armas de combate corpo a corpo, quer em agressões a montadas, a cavaleiro pesado, com armamento tradicional medieval, como as clavas, facas, machados, lanças ou espadas, a abordagem de eleição será sempre o ***flanco esquerdo*** da vítima, o flanco mais vulnerável.

É curioso entender este pormenor, pois basta rever, o empírico desempenho dos tempos de ataque, numa peleja, pela desenvoltura realizada pela força do membro superior direito, no combate direccionado, com as armas brancas para o alvo, e a defesa contra posta, do flanco esquerdo, com o escudo ou, qualquer objecto de protecção. Este desempenho de luta tem *fundamentos anátomo-fisiológicos*, desde a evolução longínqua da história, na concretização das lutas greco-romanas, como em outras práticas de agressões corporais, como actualmente, no próprio “boxe”.

De idêntica interpretação, se apresentam em alguns crânios ósseos fracturados, com traços de fractura bem caracterizados, nos ossos da calote referentes aos frontais, temporais, occipitais como à escama do temporal ipsilateral. Estes exemplares estão visíveis no Centro de Interpretação – Fundação Batalha de Aljubarrota. – [Batalha de Aljubarrota «14 de Agosto de 1385»]. (Figura 18).

Em favor da nossa tese do ***lado esquerdo***, como sendo, o lado de maior vulnerabilidade no ataque e geralmente letal, é altamente demonstrativo o caso “*The soldier now known as Towton 25*”, (*****) na contenda de 29 de Março de 1461, com violentos ataques de espada corpo a corpo, sofrendo de fracturas crânio faciais esquerdas extensíssimas, condicionando a morte em combate. (BARC, «Bradford University»). (Figura 19).



Figura 18 – Centro de Interpretação – Fundação Batalha de Aljubarrota – *Porção da calote craniana (esq. para dir. < > Frontal/Parietal esquerdo, com traços fracturas).*

(*****) A “*Batalha de Towton*” desenrolou-se em Inglaterra no ano de 1461 (a 29 de Março). Integrada na “Guerra das Rosas”, fora uma das mais mortíferas e sangrentas batalhas do tardo-medieval, tendo ocorrido nos lugares entre Towton e Saxton, a sudoeste de York. Travou-se num Domingo de Ramos, combatendo frente a frente mais de 50.000 soldados das casas de “York” e “Lencaster”. Nas descrições da contenda, apontam-se que mais de 28.000 homens, perderam a vida. Deu-se assim uma mudança reinante na monarquia inglesa. *Eduardo IV*, da casa de York, substitui *Henrique VI* líder da casa de Lencaster, no trono e, obrigou os principais apoiantes deste último, a exilarem-se.

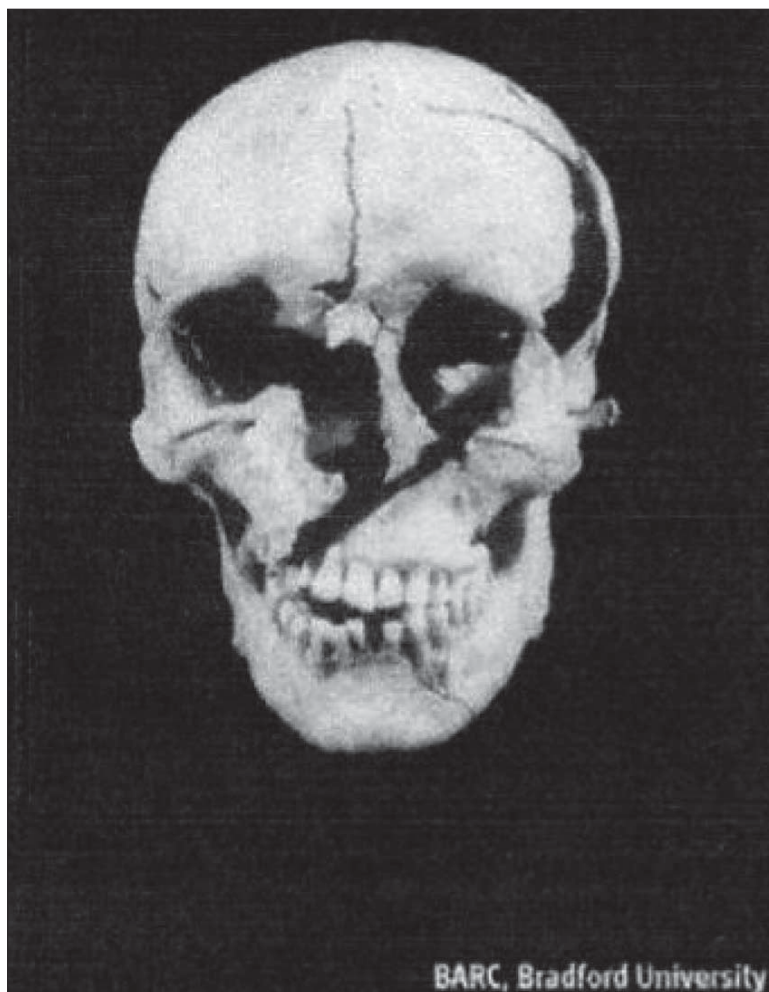


Figura 19 – “*The soldier now known as Towton 25*”, BARC, (*violenta agressão mortal por espada pesada, na porção esquerda da cabeça e da face*) – Integrado na “*Guerra das Rosas*”, **29 de Março de 1461**, entre a Casa de York e Lencaster (a sudoeste de YorK – Reino Unido).

Na discussão deste tema torna-se fundamental saber, se o pintor pintou, com a relíquia em exposição directa, reproduzindo detalhadamente o espécimen referenciado, se pelo contrário, houve uma congeminação pictórica do mesmo, em cenário integrativo.

De sublinhar, (esta última hipótese) que a associação à figura sentimental de São João, apresenta-se integrada com toda a evidência aos escritos nos Evangelhos nos versículos 28, 29, 30 e parte do 31, na tábua principal do retábulo. Não esquecer que Sant'Iago Maior, irmão de João Evangelista, ambos filhos de Zebedeu o pescador, de Tiberíades, e discípulos directos de Jesus Cristo, fora martirizado e

morto, com golpes de espada na face postero-inferior esquerda da cabeça e nuca resultando semelhantes traumatismos ósseos aos referidos no «Painel». Esta iconografia está apresentada na preciosa obra das oficinas do Imperador Wenceslau IV, da Boémia, «*Martirologio de Uguardo*», realizado em Praga nos anos de 1400.

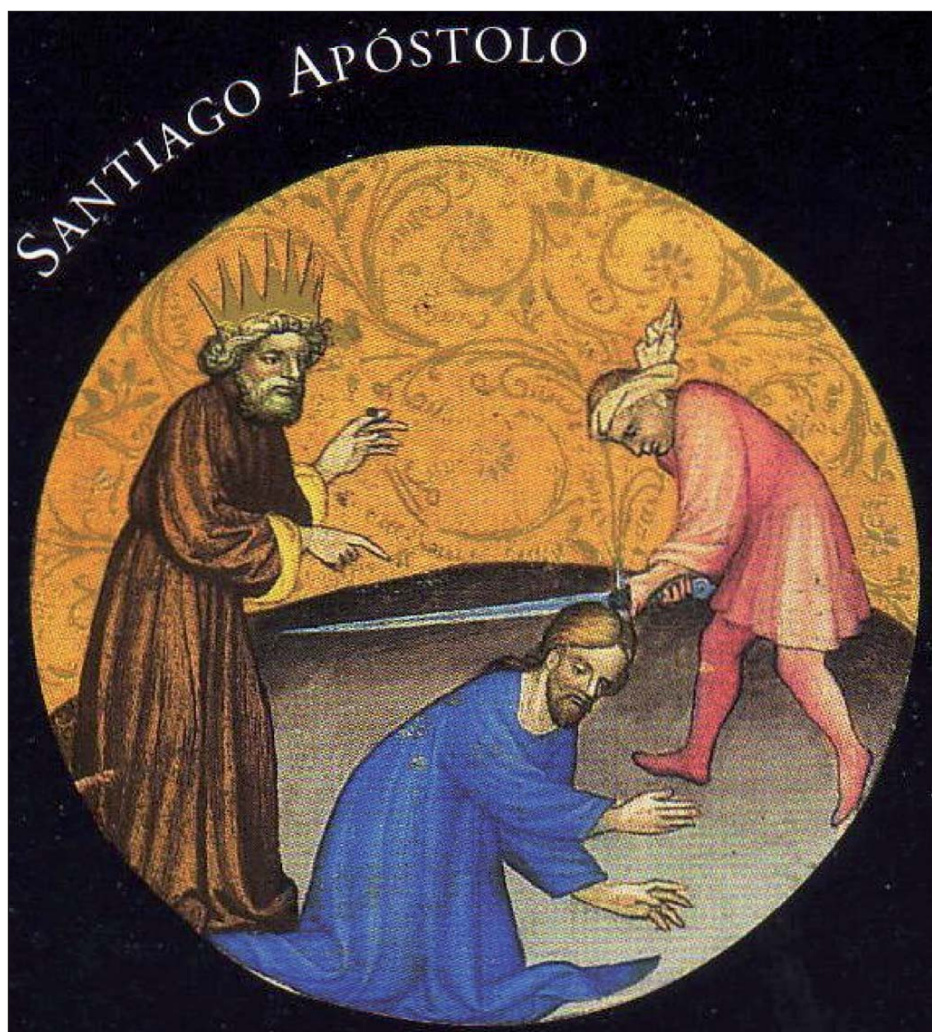


Figura 20 – «*Martirologio de Uguardo*», Praga 1400.

Não queríamos terminar este trabalho, sem fazer umas breves considerações aos restantes elementos integrados no «Painel das Relíquias».

Assim: “*Os dois eclesiásticos vestindo sobrepeliz que cobre vestes negras (semelhantes às que aparecem debaixo dos mantos brancos dos frades ajoelhados) são os guardiões da relíquia do caixão*” (Figura 5). O outro figurante apresentando um livro aberto, a *Bíblia Hebraica* em posição de leitura, trata-se do judeu Isaac Abrabanel. “*A Bíblia de escrita hebraica simulada com glosas de comentador nas margens, considerada como estando aberta na profecia de Isaías (66:18-19) que os teólogos medievais consideravam como sendo a prefiguração do texto de São João. O livro é apresentado por Isaac Abrabanel, grande comentador dos profetas*”.

Isaac Abrabanel (1436 ou 1437 a 1508) que como grande financeiro da Casa de Bragança no início, depois em 1478-1481, torna-se um dos conselheiros íntimos de Dom Afonso V e em relação com atribuições com o tesouro régio de 1471, deveria ter participado no financiamento da campanha militar a Arzila. “*Sabe-se igualmente que Abrabanel tomou a seu cargo o resgate de 250 judeus feitos prisioneiros pela nobreza portuguesa na cidade de Arzila.*” Depois da morte de Dom Afonso V em 1481, Dom João II, “*mostrou-se impiedoso em relação aos Braganças e aos seus protegidos. Abrabanel só logrou escapar à morte graças ao aviso dum amigo; fugindo para Espanha, os seus bens foram confiscados.*” (Charles Sterling, 1971).

Ao serviço de Fernando de Aragão, este homem ocupou o cargo de ministro das Finanças (1484-1492) e fora chamado a organizar o financiamento da campanha de Granada. Expulso de Espanha para Nápoles, depois para Veneza. Morreu em Pádua em 1508.

Quanto às considerações, leituras e comentários dos restantes «*Painéis*» como: no «*Painel dos marinheiros e dos pescadores*», como também, no «*Painel dos nobres*», ultrapassam o âmbito deste trabalho e, as diversas contradições, são de tais dimensões, que não temos bases nem fundamentos teórico-práticos para tal desempenho.

RESUMO E CONCLUSÕES

A representação da relíquia óssea apresentada na tábuia do retábulo, sugere-nos um occipital humano de um jovem adulto, com sinais de um forte traumatismo por provável contusão de uma arma branca pesada, golpeada na porção pósterio-inferior da cabeça, incidindo de traz para a frente, de cima para baixo e com grandes probabilidades da esquerda para a direita.

Estas conjecturas serão formuladas apenas na leitura da imagem do retábulo, sem qualquer fonte de informação anterior.

A relíquia óssea apresentada, sob critérios anatómicos topográficos corresponderia além das partes moles músculo aponovróticas da face posterior e lateral esquerda da nuca, a estruturas vitais do sistema nervoso central (nevrax), como a porção inferior dos lobos cerebrais, hemisférios cerebelosos e tronco cerebral.



AGRADECIMENTOS

Ao Ex.mo Senhor Dr. José Alberto Seabra de Carvalho, ilustre conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, a facilidade concedida na análise do políptico de São Vicente. (2008)

À Ex.ma Senhora Engenheira Filipa Silveira e Castro a ajuda na obtenção de imagens fotográficas analógicas e digitais do “painel da relíquia”, do MNAA. (2008)

Ao Ex.mo Senhor Dr. Cura D. Emílio Esteban Esteban, conservador da “Colegiata de Pastrana”, os ensinamentos e a iconografia cedida, das tapeçarias referentes às conquistas africanas de Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer. (2006)

BIBLIOGRAFIA

- Adriano Gusmão – **“Nuno Gonçalves”**, Lisboa, 1957.
- Afonso Eduardo Martins Zúquete – **“Armorial Lusitano”**, 3ª Edição, Lisboa, 1987.
- André Laurentius – **“Historia Anatomica Humani Corporis”**; 16.
- André Vesalius – **“Humani Fabrica Liber V. And Vesalius de Corporis Duodecima Quinti Libri”**: 556,567, 1542.
- Anthony Goodman – **“The Wars of Roses: Military Activity and English Society, 1452-1497”**, Londres Taylor and Francis, 1990.
- António Salvador Marques – **“Os Painéis de São Vicente de Fora – Charada”** <http://paineis.org>, 1998-2006.
- Armando Vieira Santos – **“Os Painéis de S. Vicente de Fora”**, Lisboa, 1959.
- Arnold – **“Handbuch der Anatomie des Menschen”** – II. Ed. I Abt. Freiburg; 1847.
- Bertram Wolffe – **“Henry VI”**, Yale University Press, 2001.
- Bruneau, Y.; Montreynaud, J. M. and Joman, J. – **“Traité de Photographie et de Cinématographie Médicales”**, 1960.
- Couto in memoriam **“Os Painéis de S. Vicente e os seus Enigmas”** Charles Sterling, Março 1971, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- Charles Ross – **“Edward IV”** – Yale University Press, 1977.
- Christine Carpenter – **“The Wars of the Roses: Politics and the Constitution in England, c. 1437-1509”**, New York, Cambridge University Press, 2002.
- Christopher Gravett – **“Towton 1461 – England’s Bloodiest Battle”**, Oxford, Osprey Publishing, 2003.
- Cruveilhier, J. – **“Traité d’Anatomie Descriptive”**, 4^{ème} Ed., P. Asslin, sucessor de Becht e Labé, Paris, 1867.
- Cunningham, D. J. – **“Cunningham’s Text Book of Anatomy”**. Ed. 9, New York: Oxford University Press, 1951.
- Dalila Pereira da Costa – **“Contemplanção dos Painéis”** Lello Editores, Dezembro 2004.
- Dom Nicolau de Santa Maria – **“Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho”**, Lisboa, 1668.
- E. Prestage – **“The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara”**, Watford, 1928.
- Elie Lambert – **“Remarques sur le Polyptyque dit de S. Vicente au Musée de Lisbonne”** Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, 1955.
- Ernest Gardner, Donald J. Gray, Ronan O’Rahilly – **“Anatomia (Estudo Regional do Corpo Humano)”**, Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1971.
- F. A. Garcez Teixeira **“O Significado dos Painéis de São – Vicente”** Museu – Revista de Arte – Arqueologia – Tradições. Vol. IV – N.º 9, Agosto – 1945.
- G. L. Harriss – **“Shaping the Nation; England 1360-1461”**, Oxford, Oxford University Press, 2005.
- Garrison, F. H. – **“Introduction to the History of Medicine”**, ed. 4, Philadelphia: W. B. Saunders Co., 353, 395, 504, 1929.
- Georges Kaftal – **“Essai iconographique”**, Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga, 1955.
- Godefridi Bidlou – **“Anatomia Humana Corporis”**, 1685.
- Grant, J. C. B. – **“A Method of Anatomy: Descriptive and Deductive”** Ed. 2. Baltimore, Williams e Wilkins Company, 1940.

-
- Grant, J. C. B.; Basmajian, J. V. – “**A Method of Anatomy**”: 7^a Ed., The Williams e Wilkins Company, Baltimore, 1965.
 - Gray, H.: “**Anatomy of the Human Body**”, Ed. 27. Philadelphia, Lea e Febiger, 1959.
 - Gray, H.: “**Anatomy**”, London: Loughmans, 1962.
 - “**Gray’s Anatomy**” – 35th British Edition. Edited by Warwick, R. and Williams, P. L. Philadelphia W. B. Saunders, 1973.
 - “**Gray’s Anatomy**” – 29th American Edition Edited by Gross. C. M. Philadelphia, Lea and Febiger, 1974.
 - Grim, E.; Lindseth, E. D. “**Handbook of Physiology**”, 2, 2, 1439. Ed. The American Physiology Society, Washington, 1963.
 - Heisler, J. C. – “**A textbook of Embryology**”. Philadelphia, W. B. Saunders, 3 Ed., 1907.
 - Hollinshead, W. – “**Anatomy for surgeons**”. A Hoeber - Harper Book (New York), 1956.
 - Hollinshead, W. H. – “**Anatomy for surgeons**”. – Second Edition, New York, Harper and Row, 1971.
 - Hollinshead, W. H. – “**Textbook of Anatomy**”. – Third Edition. New York, Harper and Row, 1974.
 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_da_Costa.
 - <http://rubens.anu.edu.au/popolo/pics/0001/P197.JPG>
 - <http://www.english-heritage.org.uk/content/imported-docs/p-t/towtom.pdf>.
 - Jaime Cortesão – obras completas “**Os Descobrimentos Portugueses – III**” Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, Dezembro 1990.
 - Jorge da Costa – Wikipédia, a enciclopédia livre.
 - José Alberto Seabra de Carvalho – “**A Exposição. Cem anos de Primitivos Portugueses**”, suplemento da edição nº 1985, do Expresso de 13 de Novembro de 2010.
 - José M. M. Ferreira Coelho – “**Análise Anatómica de uma Preciosidade do Século XV**” – XLIV Jornadas da Sociedade Anatómica Portuguesa, FML, Lisboa, Novembro 2009.
 - José M. M. Ferreira Coelho – “**Portugal nos séculos XIII – XIV – XV - Reflexões Históricas**”, Mar de Letras Editora, 2010.
-

- José M. M. Ferreira Coelho – **“Israel e a Terra Santa – Lugares de Jesus Cristo”**, Arandis Editora, 2013.
- José M. M. Ferreira Coelho – **“As Tapeçarias de Pastrana no Contexto Histórico Português”**, Comissão Côrte-Real, Sociedade Geografia de Lisboa, 21-Julho-2010.
- José M. M. Ferreira Coelho – **“Operações Anfíbias no reinado de Dom Afonso V”**, Museu de Marinha, Lisboa, 13-Novembro-2010.
- José M. M. Ferreira Coelho – **“Operações Anfíbias no reinado de Dom Afonso V, reinado preambular das grandes Epopeias Marítimas”**, Academia de Marinha, Lisboa, 21-Julho-2011, edição M.N.A.A., Athena, babel.
- José Saraiva – **“Os Painéis do Infante Santo”** Tipog. Central, Lda, Leiria, 1925.
- José Serrano Belinchón **“PASTRANA Iglesia-Colegiata y Museo”** Imp. Gráficas Nueva Alcarria, s.l. Dep. Legal: GU-249/200.
- Julio Arrechea – **“Leonardo – artista, físico, inventor”**, Ed. Libsa, Madrid, 2005.
- Lopez Antunez-Amendolla – **“Atlas de Anatomia Humana”**, Editorial Interamericana, SA, 1970.
- Michael Hicks – **“Warwick the Kingmaker”** Oxford – Bblackwll Publishing, 2001.
- Museu Nacional de Arte Antiga – **“Primitivos Portugueses 1450-1550 O Século de Nuno Gonçalves”**, 11 de Novembro de 2010 a 27 de Fevereiro de 2011.
- SterlingCharles – 2013 – **“Dictionary of Art Historians”**,
(<http://WWW.dictionaryofarthistorians.org/sterlingc.htm>)
- Testut et Latarjet – **“Traité d’Anatomie Humaine”**, Tome I – 9 Edit. – G. Doin & Cie, Paris.
- Testut et Jacob – **“Traité d’Anatomie Topographique avec Applications Médico-Chirurgicales”**, Tome Premier, 5 Edit. – G. Doin & C.te, Éditeurs, 1929.
- Testut e Jacob – **“Compêndio de Anatomia Topográfica”**, Editorial Labor do Brasil, S.A., Rio de Janeiro, 1947.

- Trever James Halsall – **“Geology Warfare: Exemples of the Influence of Terrain and Geologists on Military Operations.”**, Bath, Geological Society of London, 2000.
- Peter L. Williams – **“Gray’ Anatomy – The Anatomical Basis of Medicine and Surgery”**, Churchill Livingstone, Toronto, 1999.
- Philip Warner – **“British Battlefields – the North”**, Oxford, Osprey Publishing, 1972.

“PONTOS CHAVE”

- *Painéis de São Vicente < > Painéis de Nuno Gonçalves*
- *Painel das Relíquias*
- *Relíquia óssea < > osso “Occipital Humano- fragmento”*
- *Anatomia Humana – Osso Occipital*
- *Escama do osso Occipital Humano -Tábua da relíquia.*
- *Fractura óssea (occipital) - Sinais de agressão por arma branca pesada*
 - *espada longa.*
- *Mestria da pintura a óleo, tardo-medieval portuguesa (século XV) na conceitualização anatómica humana.*

“KEY POINTS”

- *Portuguese painting «Nuno Gonçalves» from the fifteenth century*
- *The morphologic detail of an occipital bone fragment;*
- *relic painting (XV Cent.)*

A Minúcia da Pintura de Nuno Gonçalves na Conceitualização Anatômica Humana

O autor analisa anatomicamente, uma representação iconográfica de uma relíquia, apresentada numa pintura a óleo sobre madeira de um dos maiores valores da escola portuguesa do século XV.

O detalhe morfológico de um fragmento do osso occipital, com a apresentação de elementos específicos anatómicos do mesmo, atestam a minúcia e o estado da arte de um período, cerca de 100 anos anterior à publicação da grande obra de André Vesalius (*Humani Corporis Fabrica*, 1542).

Details in Nuno Gonçalves paintings related to Human Anatomy

The author examines anatomically, an iconographic representation of a relic, and shows us in an oil painting on wood, one of the greatest values of the Portuguese painting from the fifteenth century.

The morphologic detail of an occipital bone fragment, with specific elements of some bone, confirms the details and the kind of art in a period, about one hundred years before, the publication of the great work of master André Vesalius, the Humani Corporis Fabrica, 1542.



ADENDA

Nota justificativa ao trabalho – referenciámos como uma das fontes mais credíveis de investigadores ao estudo dos «Painéis», após consulta e medição de vários autores, **Charles Sterling**. Citamo-lo em diversos capítulos.

Sterling, nasceu em Warsaw (1891) pertencente a uma família judaica da Polónia, de ramo escocês, estudou neste País onde cursou direito e exercendo advocacia. Em 1925, casou-se e viveu em Paris, dedicando-se à história de arte. Frequentou a Escola do Louvre sobre tutela de Gaston Brière e a Sorbonne, com Henri Focillon. Concluindo os seus estudos de arte em 1928, no ano seguinte, estabeleceu-se como conservador do Museu do Louvre no departamento das pinturas. Recebeu a cidadania francesa em 1934. Por volta de 1937, começou a interessar-se sobre os “*primitivos franceses*” publicando várias obras. Dado à perseguição Nazi em 1940, refugia-se nos E.U.A., trabalhando no Metropolitan Museum de arte de New York, nos auspícios de Francis Henry Taylor. Escreveu o catálogo dos pintores franceses do Metropolitan, em três volumes. Regressou para Paris em 1945, voltando para o Louvre não abandonando o staff do Met. M. A. de N.Y, até 1955. Morre de doença prolongada com 89 anos. Após sua morte o Museu do Louvre promove uma exposição, “Homenagem a Charles Sterling”.

“Sterling undertook the first art historical analysis of french painting of the late Middle Ages. Using the method of connoisseurship developed by Giovanni Morelli, he mapped pictures by particular traits of the artist and then matched these to documented artist.”



INSTITUTO DOM JOÃO DE CASTRO

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE FUNDADORES

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

ASSEMBLEIA-GERAL

Prof. Doutor Adriano José Alves Moreira – *Presidente*

Prof.^a Doutora Maria Regina C. Flor e Almeida – *Vice-Presidente*

Dr. José Maria Andrade Pereira – *Secretário*

DIRECÇÃO

Vice-Almirante António Carlos Rebelo Duarte – *Presidente*

Margarida Lima Mayer – *Vogal*

Amaro de Oliveira Santos – *Vogal*

Raúl Alves Fernandes – *Vogal e Secretário-Geral*

Prof. Doutor José Fontes – *Vogal*

CONSELHO FISCAL

Prof. Doutor António Maria Pinheiro Torres – *Presidente*

Dr. João Maria Abrunhosa Sousa – *Vogal*

Dr. José Luís Pereira Seixas – *Vogal*

